

**POR TERRAS DE VERA CRUZ**

**Os olhares do experienciado: Caminha, Mestre João  
e Piloto Anónimo**



Andresa Cristina Corga Vieira

Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Menino Avelar

Lisboa, 2013



DEPARTAMENTO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ESTUDOS PORTUGUESES MULTIDISCIPLINARES

**POR TERRAS DE VERA CRUZ**

**Os olhares do experienciado: Caminha, Mestre João  
e Piloto Anónimo**

ANDRESA CRISTINA CORGA VIEIRA

Uab 802454

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Aberta para a obtenção do grau de  
Mestre em Estudos Portugueses Multidisciplinares

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Menino Avelar

Lisboa, 2013

Foto de capa: reprodução do quadro de João Honório “A Carta de Caminha”.

Retirada de Honório, J. (1998). *500 anos, a descoberta do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Paula Menino Avelar, de quem recolhi o conhecimento e a inspiração para encetar a elaboração desta dissertação de mestrado e cuja orientação me manteve na rota certa e permitiu alcançar a meta desejada.

Agradeço também à minha mãe, pelo seu apoio e motivação constantes e pelos doces mimos que sabem sempre bem e à minha irmã, verdadeira parceira nesta empreitada a quem devo o esforço e a dedicação, as leituras e as importantes opiniões.

Um agradecimento especial para as minhas amigas Susana Cardoso e Anabela Isidoro que me encorajaram e acompanharam neste percurso e com quem partilhei as dificuldades e as angústias mas também as vitórias alcançadas a cada novo passo.

## RESUMO

A nove de março do ano de 1500, saía do Restelo, em Lisboa, uma armada de treze velas. O capitão-mor era Pedro Álvares Cabral e esta tratava-se da segunda viagem marítima rumo à Índia. Durante o seu percurso tiveram vista de uma terra nova, desconhecida aos olhos do mundo e à qual o capitão deu o nome de Vera Cruz. Deste encontro ficaram três olhares que revelam o que se viu, pensou e sentiu e é em busca dessa visão sobre o *novo* mundo que vamos neste nosso trabalho. Pêro Vaz de Caminha, Mestre João e piloto anónimo são as testemunhas oculares desse encontro. Procuramos, pelos escritos de viagem que nos deixaram, o traço individual dos seus depoimentos no encontro dos mundos e a sua forma de construir a novidade e de descrever o *outro*.

Mas o nosso trabalho pretende igualmente alcançar outros olhares que, num outro tempo, cruzaram o mesmo espaço. A nossa escolha recai nas crónicas da Expansão, pela função que tinham em narrar os feitos dos portugueses no espaço extraeuropeu e, por isso, contar a verdade dos factos. Aqui iremos em busca das semelhanças e das divergências do olhar em Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, e Gaspar Correia, tendo sempre a novidade como vetor descritivo.

É pois pelos olhares do experienciado que se vislumbram as histórias individuais e a História coletiva e é por isso que na nossa viagem procuraremos acompanhar estes homens à luz do nosso tempo, tentando redescobrir o seu.

PALAVRAS-CHAVE:	Pêro Vaz de Caminha	Mestre João
	Piloto- anónimo	Cronística da Expansão
	Novidade	Experiência

## ABSTRACT

March 9th of 1500, departure from Restelo, in Lisbon, a fleet of thirteen sails. The General Captain was Pedro Álvares Cabral and this was the second sea voyage towards India. During the course a new land had been seen, unknown to the world, to which the captain named land of Vera Cruz. Of this encounter three perspectives remained which reveal what was seen, thought and felt and it is in the pursuit of this vision of the new world that we go in our work. Pêro Vaz de Caminha, Mestre João and the anonymous pilot are the eyewitnesses of this encounter. We search, through the texts they left us about the travel, the individual trait of their testimony at the encounter of worlds and their way of building the novelty and describe the *other*.

But our work is also intended to achieve other perspectives that, in another time, crossed the same space. Our choice lies in the chronicles of the Expansion, by the function they had in narrating the deeds of the Portuguese in the extra-european space and therefore tell the truth of the facts. Here we will be in search of similarities and differences in the look of Castanheda Lopes, João de Barros, and Gaspar Correia, always taking the new as the descriptive vector.

It is thus by the eyes of the experienced that we envision the individual stories as well as the collective History and that is why in our journey we try to follow these men at the light of our time, trying to rediscover theirs.

### KEYWORDS:

Pêro Vaz de Caminha

Mestre João

Anonymous Pilot

Chronicles of the

ExpansionNovelty

Experience

À minha mãe, que me impulsionou e encorajou nesta viagem.

À minha irmã que me acompanhou e ajudou a chegar a bom porto.

À minha avó, que partindo comigo, rumou ao paraíso e de lá ilumina o meu caminho.

«Mas cá onde mais se alarga, ali tereis  
Parte também, co pau vermelho nota;  
De Santa Cruz o nome lhe poreis;  
Descobri-la-á a primeira vossa frota.»

Camões, X-140

“Découvrir, c’est dévoiler ce qui, existant déjà, était inconnu aux découvreurs; mais, quand il s’agit d’hommes, c’est aussi, de la part de ceux qui sont découverts, prendre connaissance de ceux qui les découvrent.”

Vitorino Magalhães Godinho

“A linguagem é muito mais do que apenas um meio de comunicação do pensamento, é um elemento estruturante fundamental do próprio acto de pensar, de ler e de perceber o mundo [...]”

João Rocha Pinto



## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	I
RESUMO .....	II
ABSTRACT .....	III
ÍNDICE .....	VI
ÍNDICE DE QUADROS .....	VII
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES .....	VII
INTRODUÇÃO.....	- 1 -
CAPÍTULO I – Por terras de Vera Cruz .....	- 6 -
1.1. Do <i>achamento</i> de Vera Cruz na historiografia portuguesa .....	- 7 -
1.2. Dos perfis historiográficos de Caminha, Mestre João e piloto anónimo .....	- 18 -
1.3. Das narrativas de viagem: Caminha, Mestre João e piloto anónimo .....	- 31 -
CAPÍTULO II – Análise dos testemunhos da viagem de Pedro Álvares Cabral .....	- 39 -
2.1. Os relatos de uma viagem.....	- 40 -
2.1.1. A Carta de Pêro Vaz de Caminha .....	- 43 -
2.1.2. A Carta de Mestre João.....	- 54 -
2.1.3. A Relação do Piloto Anónimo .....	- 60 -
2.2. Percursos da viagem e enquadramentos narrativos .....	- 72 -
2.3. A visão do <i>outro</i> nos relatos de uma viagem.....	- 89 -
CAPÍTULO III – Vozes que ecoam: do registo da viagem ao de uma crónica da Expansão .....	- 105 -
3.1. Registos de um <i>achamento</i> .....	- 107 -
3.2. Semelhanças e Divergências no olhar .....	- 130 -
3.3. A novidade como vetor descritivo.....	- 139 -
3.3.1. A novidade nos primeiros testemunhos do encontro .....	- 141 -
3.3.2. A novidade nas crónicas de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia .....	- 148 -
3.4. Na senda do encontro brasileiro- um lugar para os intermediários: os <i>go-between</i> s .....	- 165 -
3.5. O experienciado, verdade e memória na construção do relato .....	- 179 -
CONCLUSÃO.....	- 186 -
BIBLIOGRAFIA.....	- 198 -

ANEXOS.....	- 210 -
ANEXO I.....	- 211 -
ANEXO II.....	- 222 -
ANEXO III.....	- 226 -
ANEXO IV.....	- 230 -
ANEXO V.....	- 236 -

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Referências cronológicas sobre a vida de Pêro Vaz de Caminha .....	- 19 -
Quadro 2- Árvore Genealógica da família Caminha .....	- 20 -
Quadro 3 - Árvore Genealógica da família Paz .....	- 25 -
Quadro 4 - Referências cronológicas sobre a vida de Mestre João .....	- 27 -
Quadro 5 - Sinopse tipológica da Literatura de Viagens segundo Luís de Albuquerque .....	- 35 -
Quadro 6 - Dados cronológicos na carta de Pêro Vaz de Caminha .....	- 73 -
Quadro 7 - Dados cronológicos na carta de Mestre João .....	- 75 -
Quadro 8 - Dados cronológicos na <i>Relação</i> do piloto anónimo .....	- 76 -
Quadro 9 - Descritores da novidade na <i>Relação</i> do piloto anónimo .....	- 101 -
Quadro 10 - Descritores da novidade no encontro com Vera Cruz .....	- 103 -
Quadro 11 - Descritores da novidade no encontro com Santa Cruz. ....	- 127 -
Quadro 12 - Dados cronológicos na <i>História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses, de Portugal ao Brasil</i> . ....	- 158 -
Quadro 13 - Dados cronológicos na <i>Ásia (...) dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente</i> . ....	- 160 -
Quadro 14 - Dados cronológicos nas <i>Lendas da Índia</i> .....	- 162 -

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Constelação Cruzeiro do Sul representada por Mestre João na sua missiva dirigida ao rei D. Manuel, a 1 de maio de 1500.....	- 57 -
Ilustração 2 - Representação das estrelas do Cruzeiro do Sul por Américo Vespúcio .....	- 58 -
Ilustração 3 - Percorso narrativo de Pêro Vaz de Caminha e do piloto anónimo .....	- 72 -
Ilustração 4- O mundo habitado da esfera terrestre. ....	237
Ilustração 5- A terra, o oceano e os mares. ....	238
Ilustração 6- Atlas de Lopo Homem (Atlas Miller), 1519.....	239
Ilustração 7- Atlas de Lopo Homem (Atlas Miller), 1519.....	240

## INTRODUÇÃO

A escolha pela viagem cabralina e, conseqüentemente, pelo descobrimento do Brasil, surgiu pelo entusiasmo sentido no aprofundado conhecimento que encetamos no seminário de História II- Nos Alvores dos Tempos Modernos: as sociabilidades no Portugal extraeuropeu, lecionado pela estimada professora doutora Ana Paula Avelar, inserido no âmbito do Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares. Foi pelo olhar de Pêro Vaz de Caminha, a forma como traçou a terra de Vera Cruz e as suas gentes, que surgiu a curiosidade de conhecer outras vozes, outros olhares, em primeiro lugar de testemunhos oculares, como o de Pêro Vaz de Caminha, da primeira pousada no espaço brasileiro e, em segundo lugar, dos primeiros cronistas da Expansão que, cinco décadas mais tarde, registariam na sua construção histórica sobre o Oriente esse encontro com Vera Cruz.

O nosso percurso pelo território brasileiro começa, portanto, no encontro com a história do dealbar da modernidade, onde se apuravam os sentidos no encontro de terras até então desconhecidas, traçadas à medida das progressivas explorações pelas costas africanas, da passagem do cabo da Boa Esperança e da descoberta do caminho marítimo para a Índia. É neste processo de descoberta, de exploração metódica do espaço extraeuropeu, que Vera Cruz se revela ao mundo pelas mãos de Pedro Álvares Cabral que, em 1500, fora enviado por D. Manuel ao comando da segunda armada destinada à Índia, poderosa em armas e homens, capaz de estabelecer o comércio no Oriente, dificultado na viagem de Vasco da Gama.

As relações de viagem, as cartas, os diários, todos os escritos de viagem de uma forma geral, redigidos pelos escrivães, pilotos, missionários, capitães, e tantos outros mareantes, revelavam a surpresa daqueles encontros, o deslumbramento da novidade e hoje, tal como ontem, continuamos a descobrir neles novos olhares e novas formas de

conhecer o *outro*. Decidimos, por isso, aventurar-nos neste curso e acompanhar estes homens à luz do nosso tempo, tentando redescobrir o seu. Levamos o olhar curioso de quem descobriu nos textos Quinhentistas o sentir de uma nação e o espelho de uma época. Observamos a sua forma de construir a novidade e de descrever o *outro*. Procuramos o traço individual dos testemunhos no encontro dos mundos.

Mas de que testemunhos falamos? A partir dos documentos coevos alusivos à viagem cabralina, e dos depoimentos desta segunda travessia para a Índia, a primeira com vista da *Terra Brasilis*, tentamos encaixar as peças que compõem o *puzzle* deste momento da história de Portugal e do Brasil. Essas fontes<sup>1</sup> podem ser agrupadas de acordo com o espaço de tempo em que foram redigidas: as anteriores à viagem de Pedro Álvares Cabral, de que são exemplo a carta em que D. Manuel faz mercê de capitão-mor a Pedro Álvares Cabral ou a carta de Vasco da Gama dando instruções a Cabral sobre a rota marítima; as redigidas durante a travessia, testemunhos de quem nela participou e, finalmente, as que lhe são posteriores, como as cartas escritas pelos estrangeiros Américo Vespúcio ou Bartolomeu Marchioni, por exemplo, ou a missiva de D. Manuel aos reis católicos com novas do descobrimento da terra a que dera o nome de Santa Cruz.

Para a nossa investigação escolhemos as provas documentais do encontro da terra de Vera Cruz deixadas por três dos participantes da viagem. São eles Pêro Vaz de Caminha e Mestre João, ambos autores de duas missivas dirigidas ao rei D. Manuel, e o piloto anónimo, autor da relação de viagem a que comumente apelidamos *Relação* do piloto anónimo. Serão eles os nossos guias, por ora os únicos depoentes desta viagem. Com eles percorreremos a costa brasileira e penetraremos em terra firme. O que veem, o que sentem, que palavras escolhem para relatar o nunca antes visto, como encaram o *outro* desconhecido? Que atitudes tomam face ao inesperado? De que se ocupam na sua visão do novo? Em suma, de que forma constroem a novidade? Escolhemos para a aná-

---

<sup>1</sup> Cf. Cortesão, J. (1994). *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa: INCM, pp. 31-35. Ver também, Johnson, H. e Nizza M. (1992), *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*, pp. 24-39.

lise da missiva de Pêro Vaz de Caminha a obra de M. Viegas Guerreiro, “Pêro Vaz de Caminha, Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil”<sup>2</sup> e para o estudo da *Carta* de Mestre João e da *Relação* do piloto anónimo apoiamo-nos na obra de Jaime Cortesão, nomeadamente “A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil”<sup>3</sup>.

Mas a nossa investigação pretende igualmente alcançar outros olhares, temporalmente afastados dos primeiros, mas que cruzam o mesmo espaço. Falamos dos cronistas da Expansão. Aqui iremos em busca das vozes autorais de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia, mantendo a novidade como o vetor descritivo da nossa investigação. A sua escolha reside no facto de terem sido estes cronistas os primeiros a narrar sobre os feitos dos portugueses no Oriente com o objetivo de contar a verdade dos acontecimentos e de os preservar para memórias futuras. Como narraram a estadia da frota cabralina em terras americanas quando o seu objetivo era historiar a chegada e permanência dos portugueses no espaço oriental? De que forma podemos ou não aproximar as crónicas das primeiras narrativas sobre o território brasileiro? Como foi transmitida a imagem histórica da terra e da sua população, já que é da edificação da história portuguesa que falamos quando nos debruçamos sobre as narrativas destes cronistas?

Sabemos que as finalidades discursivas, as vivências individuais, o perfil cultural de cada autor moldam o discurso e através dele podemos vislumbrar a sua voz. É, pois, pela palavra de cada um que prosseguimos no alcance das experiências colhidas em Vera Cruz. Partindo das narrativas de viagem, tentaremos encontrar um paralelo com os relatos da cronística da Expansão. Escolhemos, para este jogo de espelhos, a *Asia... Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares*

---

<sup>2</sup> Guerreiro, M. (1974). Pêro Vaz de Caminha, *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

<sup>3</sup> Cortesão, J. (1994). *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

*e terras do Oriente*, de João de Barros<sup>4</sup>, a *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda<sup>5</sup>, datada de 1554, disponível em formato digital na Biblioteca Nacional de Portugal e as *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia<sup>6</sup>, também disponível no mesmo local.

O nosso trabalho foi dividido em três momentos. Num primeiro momento procuramos situar o achamento da terra na historiografia portuguesa, construímos o perfil dos três autores centrais do nosso estudo e tentamos enquadrar os seus relatos na narrativa de viagens. No segundo capítulo analisamos cada um dos escritos de viagem, procuramos encadeá-los, encontrar um fio condutor que os una. Será também aqui que analisaremos o modo como cada autor referiu a passagem por Vera Cruz, de que forma exploraram as medidas espaço-temporais e os descritores que escolheram para descrever a novidade. Deter-nos-emos na *Relação* do piloto anónimo para estabelecer a analogia entre a vivência descrita no território brasileiro e a permanência no espaço oriental. Interessamo-nos perceber quais os referentes utilizados no registo de uma e outra revelação espacial. O último capítulo dedicamo-lo à análise das três crónicas atrás referenciadas e como se aproximam ou afastam dos primeiros registos testemunhais do encontro. Também aqui procuramos os descritores da novidade, traçamos o quadro das semelhanças e divergências do olhar que se vão revelando desde Lisboa até à partida de Vera Cruz, rumo ao Oriente e descortinamos o olhar pessoal de cada cronista.

Os autores sobre os quais nos debruçamos nesta nossa investigação contribuíram para a construção da imagem dos povos de além-mar, nomeadamente o brasileiro, sobre o qual nos centramos, mas outros homens houve que se tornaram, da mesma forma, intermediários entre o mundo conhecido, cujas memórias carregavam consigo, e o mun-

---

<sup>4</sup> Barros, J. (1988). *Ásia dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*- Primeira Década, Livro V, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda

<sup>5</sup>Castanheda, F. (1554). *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Livro Primeiro. João Barreira e João Alvarez, fls. lxxiii- lxxxiii. Acedido em 5 de janeiro de 2012 em [http://purl.pt/15294/2/res-425-1-v/res-425-1-v\\_item2/res-425-1-v\\_PDF/res-425-1-v\\_PDF\\_24-C-R0150/res-425-1-v\\_0000\\_rosto-CCII\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/15294/2/res-425-1-v/res-425-1-v_item2/res-425-1-v_PDF/res-425-1-v_PDF_24-C-R0150/res-425-1-v_0000_rosto-CCII_t24-C-R0150.pdf).

<sup>6</sup> Correia, G. (1975). *Lendas da Índia*, I. Acedido em 5 de janeiro de 2012 em [http://purl.pt/12121/4/var-2325/var-2325\\_item4/var-2325\\_PDF/var-2325\\_PDF\\_01-B-R0300/var-2325\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t01-B-R0300.pdf](http://purl.pt/12121/4/var-2325/var-2325_item4/var-2325_PDF/var-2325_PDF_01-B-R0300/var-2325_0000_capa-cap_a_t01-B-R0300.pdf).

do novo, existente para lá do cognoscível. Falamos dos degredados e dos *língua* que nesta posição mediana foram determinantes no contacto com os povos. Na nossa pesquisa indagaremos sobre o seu papel na viagem de Pedro Álvares Cabral, quem eram e de que forma as narrativas dos nossos autores se manifestaram sobre a sua presença e o seu papel na construção da imagem da novidade. A terminar a nossa visão de Vera Cruz sob o olhar dos autores citados, destacaremos o valor da experiência, verdade e memória na construção do relato.

Duas notas adicionais que julgamos oportuno referenciar neste momento e que dizem respeito às convenções adotadas: esta exposição adota para as referências bibliográficas e citações a normalização da APA (American Psychological Association); relativamente à ortografia, optou-se pela concordância com as normas do Acordo Ortográfico de 1990, exceto no que diz respeito à atualização de textos citados.

Chegada a hora de levantar âncoras, partimos para este encontro de mundos onde *eu* e *outro* se encontram, estranham, confundem e se aceitam como raras vezes se viu.

## **CAPÍTULO I – Por terras de Vera Cruz**

Neste primeiro capítulo procuramos compreender melhor quais as linhas mestras dos principais estudos desenvolvidos sobre o *achamento* do Brasil com relevância para a investigação a que nos propomos. Apresentaremos uma breve biografia de Pêro Vaz de Caminha, Mestre João e do piloto anónimo, súpula das investigações até agora realizadas para identificar estes três autores quinhentistas. Para cada um dos autores, e se tal for possível à luz dos conhecimentos até agora adquiridos, apresentamos a sua árvore genealógica bem como um quadro sinóptico com referências cronológicas que refletem os eventos mais significativos na vida de cada um.

Por último, propomo-nos enquadrar os nossos textos no contexto da chamada literatura de viagens. Em que medida os podemos inserir nessa definição e como os classificar nas tipologias existentes de acordo com as suas características, os seus propósitos e objetivos. Será, pois, neste capítulo que daremos conta do estado da arte, das principais investigações até agora realizadas e com relevância para a nossa análise, pelo que trouxeram de novo à história do descobrimento do Brasil, marcos referenciais de um estudo que continua a entusiasmar historiadores e investigadores, se redescobre e conjuga a cada novo olhar, a cada nova interrogação.



## 1.1. Do *achamento* de Vera Cruz na historiografia portuguesa

Consideramos o período da expansão o momento áureo da história de Portugal. Este capítulo histórico, balizado entre os séculos XV e XVI, proporcionou-nos décadas de grande prosperidade económica, enriquecimento cultural e reconhecimento europeu. Os Descobrimentos colocaram Portugal na vanguarda da travessia dos mares, na abertura do mundo e no encontro de culturas. Concordamos, por isso, com o historiador Rui Manuel Loureiro que afirma ter conhecido o nosso país, nessa época, para além de uma notável prosperidade económica, um papel de extraordinário relevo, não só no contexto europeu, mas também no processo de abertura e de globalização do mundo (Loureiro, 2002:70). Como afirma o investigador, a expansão portuguesa trouxe benefícios para todos aqueles que participaram na senda das descobertas, protagonizando espantosos fluxos de homens, de produtos, de informação e de ideias, entre a Península Ibérica e os mundos ultramarinos (*idem*:89). O seu reconhecimento, acrescido da participação de todos os estratos da sociedade da época, incluindo a própria família real, promoveu interesse e fascínio e o conseqüente registo historiográfico, logo a partir do século XV.

Os estudos sobre a história dos Descobrimentos e expansão portuguesa<sup>7</sup> mantiveram-se ativos pelo interesse que continuamente despertavam nos investigadores, tendo, contudo, durante a segunda metade do século XX, ficado condicionados pela evolução política-ideológica do país. Durante o Estado Novo, parece ter havido um aproveitamento político das principais figuras e episódios dos descobrimentos, justificado pela necessidade de promover a identidade nacional e valorizar o projeto colonial. Depois, nos primeiros anos após a revolução de 25 de abril, a investigação sobre a história da expansão portuguesa também estagnou, constrangida pelo que se considerava ser uma

---

<sup>7</sup> Sobre a evolução da historiografia relativa à expansão europeia, vejam-se, por exemplo, os artigos de Silva, M. (1991). *A Historiografia Portuguesa e o Brasil Colonial*. Em Revista Ler História, nº 21, pp. 85-92. Lisboa: ISCTE e Albuquerque, L. (1991). *A História dos Descobrimentos e da Expansão*. Em Revista Ler História, nº 21, pp. 79-84. Lisboa: ISCTE. Vejam-se igualmente os estudos de Santos, C. (1998). *Expansion y descubrimientos portugueses: problemática e líneas de investigación*. Em Cuadernos de Historia Moderna, nº 20, pp. 111-128. Madrid: Universidad Complutense e Flores, J. (2006). *Expansão Portuguesa, expansões europeias e mundos não europeus na época moderna: o estado da questão*. Em Revista Ler História, nº 50, pp. 23-43. Lisboa: ISCTE.

atitude reacionária. Como escreveu Jorge Flores, os que ontem tinham sido heróis eram agora os vilões e estudar os descobrimentos era um suspeito exercício reacionário (Flores, 2006:26).

É a partir da década de 80, quando se estabilizava e enraizava a democracia, que a expansão portuguesa ganha novamente a sua dimensão científica e valor de herança nacional para a qual contribuiu, por exemplo, a criação de um Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e a criação da licenciatura em Expansão e Descobrimientos Portugueses, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Nos últimos anos, o estudo da história da expansão e dos descobrimentos portugueses tem surgido apoiado pela interdisciplinaridade que favorece diversos campos de investigação e alarga o leque de pressupostos temáticos. Assim, a historiografia da expansão foi recebendo especial atenção, resultado de um maior interesse por parte das universidades portuguesas, do aparecimento do programa de comemorações, iniciado, aliás, desde logo, a partir da XVII exposição de arte, ciência e cultura, realizada em Portugal em 1983 e com a criação da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, cujas iniciativas se desenvolveram entre 1986 e 2002, e todo um conjunto de iniciativas relevantes promovidas por instituições privadas e casa editoriais. Este interesse e empenho tem permitido a valoração do tema e o desenvolvimento de estudos de importante valor historiográfico.

Pelo que pudemos apurar, a investigação de estudos sobre o Brasil tem incidido principalmente sobre dois pontos: a teoria do achamento ocasional ou intencional da descoberta e a Independência do país, a forma como cada província viveu ou como os diferentes estratos sociais participaram no movimento. Também a sua ligação à conjuntura colonial da segunda metade do séc. XVIII tem primado entre os investigadores e historiadores portugueses e brasileiros. O destaque dado às sociedades ameríndias, por vezes desconsideradas pelos historiadores que as classificam inferiores aos colonizadores europeus, incapazes de se tornarem personagens relevantes na formação do país, é visível a partir da década de noventa, com estudos que refletem, de uma forma geral, a sua organização social e política, o confronto e assimilação de culturas e a sua impor-

tância na história do Brasil.<sup>8</sup> A análise dos documentos respeitantes à viagem de Cabral e a investigação sobre os seus autores, bem como o confronto dos seus registos com a cronística da Expansão, seguem em paralelo com os já referidos estudos sobre a intencionalidade ou não do descobrimento e têm sido muitas vezes o ponto de partida para uma e outra teoria. Economia e política na sociedade colonial são outras temáticas abordadas nos estudos sobre o Brasil<sup>9</sup>.

Parece-nos adequado nesta altura abrir um parêntesis para nos posicionarmos face a esta temática. Johnson e Silva (1992) resumem as teorias que têm estado na base da discussão sobre a intencionalidade ou casualidade do descobrimento do Brasil. A tese da intencionalidade é sugerida por três visões diferentes. Por um lado, a teoria de que as terras do Brasil eram já conhecidas e Pedro Álvares Cabral havia sido incumbido de proceder ao seu descobrimento oficial. Por outro lado, é colocada a hipótese de haver já suspeitas de terras naquela zona e ao capitão-mor ter sido dada a ordem de as localizar. Uma terceira hipótese aponta o capitão-mor como o responsável do desvio. A carta de Mestre João e a sua referência ao *mapa-mundi* de Bisagudo assim como uma referência no *Esmeraldo de Situ Urbis*, indiciadora de uma viagem anterior a 1500, ou ainda a insistência de D. João II em alterar as coordenadas do meridiano que separava o espaço português do espanhol, são os pilares nos quais os defensores da primeira teoria se baseiam para a sua defesa.

Contudo, aqueles autores não validam como possível esta hipótese, não só por ser recorrente a ilustração de ilhas e terras imaginárias na cartografia da época, mas também por avaliarem como pouco provável a passagem de Duarte Pacheco Pereira no *Esmeraldo de Situ Urbis*, ou ainda porque, no que ao Tratado de Tordesilhas diz respei-

---

<sup>8</sup> Para o conhecimento aprofundado das sociedades indígenas contribuiu a obra de Jorge Couto, *A construção do Brasil*, onde o autor se refere, entre outros temas, ao povoamento do Brasil e às principais características dos ameríndios que se fixaram no espaço brasileiro e a sua disputa pelo território. Cf. Couto, J. (1997). *A construção do Brasil*. Lisboa: Edição Cosmos, pp.40-117.

<sup>9</sup> Luciano Cardoso apresentou, em março de 2012, um guia de estudos históricos que, embora não pretenda ser exaustivo, apresenta diversa bibliografia sobre variados temas brasileiros. Cf. Cardoso, L. (2012). *Guia para o estudo da História do Brasil colônia*. Rio de Janeiro:UFF.

to, é possível que, uma vez que o monarca procurava o monopólio da navegação na Índia, ele simplesmente procurasse para si toda aquela faixa atlântica.

Sobre a segunda hipótese, não parece também ela encontrar fortes alicerces onde se basear. Embora, como dizem, esta ideia se harmonize com a perspectiva de novidade, revelada nos diversos documentos sobre o descobrimento do Brasil e tendo em conta que não se encontram registos que provem a ordem de desvio da frota face às instruções dadas, como se compreende que o monarca, caso tivesse dado ordem para encontrar as terras de que suspeitava, tivesse depois autorizado a divulgação de textos, sobretudo de estrangeiros, relatando esta descoberta de novas terras como tendo sido ocasional, deixando assim de realçar o prestígio português?

A última hipótese, a do desvio intencional do capitão-mor, é aquela que recolhe maior aceitação por parte destes historiadores<sup>10</sup>. Pedro Álvares Cabral sabia da possibilidade de existência de terras, não só pelas informações dadas por Álvaro Velho no diário da viagem de Vasco da Gama como também pela convicção revelada por D. João II aquando a preparação do Tratado de Tordesilhas. Tentando o reconhecimento do seu valor e do seu mérito, Cabral terá desobedecido às instruções dadas para arriscar encontrar as ditas terras.

Embora não nos pareça descabida de lógica esta tese de intencionalidade, ficamos, no entanto, a dúvida. Seria possível que Pedro Álvares Cabral, capitão-mor da maior frota até então a zarpar do Tejo, na posse de instruções rigorosas e sabendo da importância da sua derrota, corresse o risco de infringir as ordens de D. Manuel e desviar-se da rota traçada? Atrever-se-ia a procurar novas terras com uma frota de treze navios, entre caravelas e naus, por um capricho pessoal? Aqueles historiadores afirmam ser possível que o capitão-mor tivesse dado instruções a Caminha para não revelar na sua carta uma conduta menos adequada relativamente aos propósitos de que estava

---

<sup>10</sup> Também Duarte Leite tinha defendido esta teoria afirmando estar na convicção de que Cabral traçou sua derrota com a esperança de encontrar o prolongamento do continente visitado, havia menos de dois anos, por Cristóvão Colombo ostensivamente, e secretamente por Duarte Pacheco. Cf. Leite, D. (1956). *História dos Descobrimentos- colectânea de esparsos*. Vol.I. Lisboa: Edições Cosmos, p.537.

incumbido. Ora, por que razão teria ele então reunido com todos os capitães da Armada para discutir sobre o envio de um navio a Lisboa para informar o rei da sua descoberta? Eis algumas das interrogações com que nos deparamos.

Em todo o caso, e apesar das incertezas, apoiamos a tese de intencionalidade da descoberta do Brasil. Na nossa opinião, a Pedro Álvares Cabral terá sido dada ordem de reconhecimento ou melhor, certificação das terras a que o diário da viagem de Vasco da Gama alude. Lembremo-nos a este propósito dos nove anos que distanciam a viagem de Bartolomeu Dias daquela de Vasco da Gama, tempo suficiente para que Portugal se preparasse para a descoberta do caminho marítimo para a Índia. Não nos parece questionável o facto de, durante estes anos, outras viagens terem sido feitas para o reconhecimento dos mares, para o desenvolvimento de instrumentos náuticos, para a garantia de travessias mais seguras para que o futuro do controlo dos mares fosse garantido. Partilhamos, por isso, da opinião de Magalhães Godinho (2000:30) quando diz:

[...] le voyage de Vasco da Gama, en 1497-1499, est assez bien adapté déjà aux conditions physiques et dessine de façon très approchée l'itinéraire qui sera longtemps suivi. [...] Ce voyage serait tout à fait impossible si, pendant les neuf années d'intervalle [...] n'avaient pas exploré méthodiquement l'Atlantique Sud et réuni des renseignements précis sur l'Orient et son océan.

Ora, não terão estes anos servido igualmente para o reconhecimento de outras zonas de terra? A própria viagem a que se refere Pacheco Pereira no seu *Esmeraldo* é disso exemplo e muitos historiadores se baseiam nessa tese para se posicionarem a favor da intencionalidade do descobrimento. Vitorino Magalhães Godinho considera, portanto, inverosímil a ideia de casualidade no encontro com Vera Cruz e nós concordamos com ele. É de facto esta a teoria que mais tem vingado entre os que se debruçam sobre o tema, como nos confirma José Manuel Garcia (1983: 229-230) quando diz que um dos aspetos desta tendência tem a ver com o facto de ser muito difícil que, com os conhecimentos náuticos de que já dispunham naquela altura, os navegadores portugueses tivessem cometido tão grave erro ao desviarem-se da sua rota. Outros historiadores, como Luís de Albuquerque, por exemplo, veem na própria carta de Pêro Vaz de Caminha um

motivo para acreditar na intencionalidade do descobrimento do Brasil, uma vez que o escrivão não manifesta qualquer surpresa no encontro da terra nova.

Jorge Couto, por exemplo, defende que terão sido dadas instruções secretas a Pedro Álvares Cabral para explorar a região oeste do Atlântico Sul para aí se estabelecer uma escala que servisse de apoio à rota do Cabo (Couto,1997: 182). Baseando a sua observação nas fontes documentais existentes e nos condicionalismos físicos do Atlântico, para além da conjuntura política peninsular e dos projetos expansionistas que cada reino procurava estabelecer, o historiador considera que foi intencional o desvio para poente da frota cabralina e que, para tal, teria recebido ordens confidenciais de D. Manuel I, o que confirma a nossa opinião de que muito dificilmente o capitão da frota se arriscaria a desobedecer às ordens do monarca por iniciativa própria. Seria o vasto conhecimento que o *Venturoso* tinha adquirido pelas diversas travessias realizadas ao longo dos anos pelos portugueses e pelos recentes avanços de Vasco da Gama, Bartolomeu Dias e Cristóvão Colombo que lhe permitiam acreditar na existência de terra no hemisfério austral, tendo ordenado ao capitão-mor que as encontrasse. Para Jorge Couto<sup>11</sup>, a complexa relação familiar e política que unia os dois reinos justifica ainda a instrução secreta a Pedro Álvares Cabral e a simulação de uma descoberta casual do Brasil. A perda de importantes documentos como os relatórios dos pilotos e capitães da armada ou inexistência de partes de alguns manuscritos como o regimento do comandante da frota, podem ajudar a explicar a preocupação real em camuflar a intencionalidade da descoberta. Porém, esta questão não está ainda esclarecida em definitivo. A casualidade da descoberta reúne, ela também, muitos seguidores que, apoiados pela mesma documentação coeva não encontram motivos para duvidar de um encontro inesperado com o novo mundo. As informações reveladas pela cronística, em como os homens de Cabral estavam perante uma terra nunca antes vista, e considerando-se que estas terão sido redigidas a partir de 1551, altura em que já não havia nenhuma necessidade de sigilo, deduzem do carácter ocasional do descobrimento. A ausência de um padrão de pedra é outro dos argumentos passíveis de contribuir para esta tese. Acrescem-lhe ainda os tes-

---

<sup>11</sup> Cf. Jorge Couto, *Op. Cit.* pp.171-182.

temunhos redigidos pelos estrangeiros, entre eles Bartolomeu Marchioni ou Matteo Cretico que, dando conta do descobrimento da terra de Vera Cruz e revelando a surpresa do encontro, não teriam sido autorizados a revelá-lo, caso tivesse sido intencional a descoberta. Marcondes de Sousa (1946: 129-181) torna-se um dos principais defensores desta tese, baseando-se, entre outros, nos pressupostos enunciados<sup>12</sup>. Independentemente do que a história venha ainda a revelar sobre este tema, certo é que estamos perante uma descoberta sociológica, tal como a considerou Capistrano de Abreu (1999), um primeiro encontro com novas gentes e o contacto com uma nova terra.

Mas retomemos o fio do nosso discurso iniciado sobre a historiografia do descobrimento. Não é nossa pretensão sermos exaustivos na divulgação dos inúmeros trabalhos desenvolvidos em torno do descobrimento do Brasil, até porque, não sendo esse o pressuposto do nosso trabalho, corremos o risco de nos tornarmos meros relatores de outras investigações, uma vez que essa pesquisa foi já elaborada por outros estudiosos<sup>13</sup>. Contudo, não queremos deixar de mencionar aqueles que são, no nosso entender, fundamentais para o conhecimento do descobrimento do Brasil em geral e as bases da nossa própria investigação, em particular.

As primeiras notícias do descobrimento chegaram pela mão de Gaspar de Lemos que, após a descoberta do Brasil, regressou a Portugal no navio de mantimentos por ordem do capitão-mor, Pedro Álvares Cabral, para dar as novas da terra descoberta. Pelo que sabemos de dois dos participantes da viagem, especificamente Pêro Vaz de Caminha e Mestre João<sup>14</sup>, consigo levava documentação para o rei D. Manuel I, entre

---

<sup>12</sup> Marcondes de Sousa justifica a sua posição a favor da tese de casualidade apoiando-se, “na documentação histórica, na cartografia americana vetustíssima e no estudo náutico das ilhas de Cabo Verde até Porto Seguro”. Vide Sousa, M. (1946). *O descobrimento do Brasil, estudo crítico de acordo com a documentação histórico-cartográfica e náutica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, pp.125-237.

<sup>13</sup> Ver a este respeito e a título de exemplo a obra de Paulo Roberto Pereira, *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

<sup>14</sup> Logo no início da sua redação, Pêro Vaz de Caminha escreve: “posto que o capitão-mor desta vossa frota e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova [...]” Cf. Guerreiro, M. *Op. Cit.*, p.31. Do mesmo modo, Mestre João refere que “porque, de todo lo aca pasado largamente escrivjeron a Vosa Alteza, asy Arias Correa, como todos los otros [...]” Cf. Cortesão J. *Op.Cit.*, p. 143, ficando-nos, portanto, a ideia que outras cartas teriam seguido viagem até Lisboa, redigidas, pelo menos, pelos capitães da Armada.

ela as duas cartas que sabemos enviadas pelos dois testemunhos. Estes exemplares foram os únicos que até hoje se descobriram de entre toda a informação que terá chegado às mãos do monarca. Desde a sua descoberta que diversos estudos têm sido realizados no sentido de identificar os autores e analisar os seus manuscritos.

O original da *Carta* de Pêro Vaz de Caminha, encontra-se atualmente na Torre do Tombo, gaveta VIII, maço 2, nº 8. Terá sido em 1773, a cargo do Guarda-mor Dr. José António Seabra da Silva e do escrivão Eusébio Manuel da Silva que a primeira cópia da Carta de Pêro Vaz de Caminha foi feita, para melhor compreensão do seu original<sup>15</sup>. Em 1790, João Baptista Munõz publica uma parte da missiva na sua *Historia del Novo Mundo*, mas só em 1817, pelas mãos do padre Manuel Aires do Casal, se faz a primeira edição da *Carta* no Brasil, embora com cortes em algumas passagens que o padre Aires do Casal terá considerado excessivamente descritivas. Pensa-se que a *Carta* terá seguido na bagagem da corte portuguesa para o Brasil, razão pela qual terá sido encontrada no Arquivo da Real Marinha do Rio de Janeiro. Será depois em 1826 que a Academia das Ciências de Lisboa publica na íntegra a missiva de Pêro Vaz de Caminha. Foi ainda traduzida para outras línguas, nomeadamente francês, inglês e alemão, mas só em 1877 reaparece uma nova edição da carta na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

No Brasil a carta caminheana é igualmente objeto de estudo, mas são os anos de 1892 e 1900 aqueles em que ganha novo fôlego. No primeiro caso durante as comemorações do quarto centenário do Descobrimento da América, e a propósito das celebrações do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, no segundo. Posteriormente vieram a lume os estudos de Capistrano de Abreu, em 1908 e 1922.

---

<sup>15</sup> Ao contrário de alguns autores que apontam a descoberta da Carta de Pêro Vaz de Caminha para o espanhol João Baptista Munõz, em 1790, Fontoura da Costa mostrou que esse documento já havia sido descoberto antes, conforme o fac-símile da cópia do documento que refere: “Esta cópia do documento nº 8º, da Gaveta<sup>a</sup>, Maço 2º se fez por ordem do Guarda-mor deste Archivo para melhor inteligência do seu original em 19 de fevereiro de 1773”. Vide Costa, A. (1968). *Os sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, pp.60-106.



Algumas edições da carta de Pêro Vaz de Caminha marcaram e produziram grandes desenvolvimentos, não só no campo historiográfico mas também filológico, antropológico e literário. Dessas destacamos as de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Malheiro Dias<sup>16</sup>. Seguem-se os estudos de Artur de Magalhães Bastos, em 1932, Manuel de Sousa Pinto, em 1933-34 e em 1938, William Brooks Greenlee. Em 1940, surge uma nova edição da carta na obra de Fontoura da Costa, da responsabilidade do Dr. António Baião e três anos mais tarde Jaime Cortesão edita *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*. Marcondes de Sousa surge no ano de 1946 com o seu estudo crítico onde, entre outros temas, discute os *supostos descobridores do Brasil* ou os *precursores de Cabral* deitando por terra a tese de intencionalidade do Descobrimento do Brasil, conforme referimos anteriormente. Neste estudo, Marcondes de Sousa apresenta ainda Matteo Cretico como o autor da *Relação* do piloto anónimo. Em 1970, Banha de Andrade teceria duras críticas a diversas transcrições feitas por alguns dos autores supracitados<sup>17</sup>. Quatro anos mais tarde é a vez de Viegas Guerreiro dar à estampa a sua investigação da *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil*. Manuela Mendonça e Margarida Ventura surgem em 1999, a propósito da Comemoração dos 500 anos do achamento do Brasil, com a investigação biográfica do autor e a análise da sua missiva.

Sobre a *Carta* de Mestre João sabemos que só apareceu impressa em 1843, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, pelas mãos de Francisco Adolfo Varnhagen. O seu original conserva-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, corpo cronológico, parte 3<sup>a</sup>, maço 2, nº 2. Ainda durante o século XIX foi objeto de estudo por

---

<sup>16</sup> Veja-se para Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Versão em linguagem Actual da Carta* e para Malheiro Dias *A semana de Vera Cruz*, em Dias, M. (dir.). (1921). *História da Colonização do Brasil*, edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil, Porto: litografia nacional. Não obstante o impulso dado, a obra de Carolina Michaelis sofreu duras críticas, por exemplo, por parte de Jaime Cortesão e António Banha de Andrade pelas falhas, sobretudo filológicas que apresenta. Dias, M. (dir.). (1921). *História da Colonização do Brasil*, edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil, Porto: litografia nacional.

<sup>17</sup> Veja-se Andrade, A. (1970). *As incorreções da carta de Pêro Vaz de Caminha*. Separata da revista STVDIA, n<sup>os</sup> 30 e 31, pp.57-69. Lisboa: Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos.

diversos autores tais como Moraes, Teixeira Aragão ou Ramos Coelho. A primeira metade do século XX daria voz a Mestre João com os importantes estudos de Jaime Cortesão, Fontoura da Costa ou Marcondes de Sousa e William Greenlee. Em finais da década de oitenta surgem outros estudos sobre a epístola do Mestre com Max Justo Guedes, Vaz Valente e José Manuel Garcia. Em 2001, Carlos Manuel Valentim faz importantes revelações sobre a sua identidade envolta em indefinições. O mesmo autor retoma o tema em 2007 com novos apontamentos que exploraremos no capítulo seguinte.

Finalmente, sobre a *Relação* do piloto anónimo, sabemos que surgiu, pela primeira vez, em 1507, sem referência de autor, na coletânea de viagens organizada por Fracanzano de Montalbodo na sua obra *Paesi novamente retrovati et Novo Mondo da Alberico Vesputio florentino intitulado*, onde aparece, nos livros 2º e 3º, com o título «Navegação de Lisboa a Calecut, da língua portuguesa para a italiana». Pelo que nos foi possível esclarecer, a versão original portuguesa desapareceu e apenas foi encontrada nesta coletânea a versão italiana elaborada por Giovanni Matteo Cretico que, em viagem a Portugal, terá preparado e enviado uma descrição da viagem de Pedro Álvares Cabral a Angelo Trevisano que a remeteu, depois, a Domenico Malipiero, em Veneza, na posse do qual foi encontrada uma cópia da *Relação*. Será mais tarde traduzida para o português e é dos três o primeiro documento coevo a relatar a viagem de Pedro Álvares Cabral ainda antes do falecimento do capitão-mor da armada. Foi por diversas vezes reeditada em Itália, ainda no século XVI e foi traduzida para latim, francês e alemão, entre outras línguas, no século seguinte.

A informação de que teria sido escrita por um *pilotto portoghese* surge pela primeira vez em 1550, pelas mãos de Giovanni Battista Ramusio, que inclui este documento num conjunto de textos recolhidos sobre as viagens marítimas intitulado «Delle navigatione et viaggi, raccolta». Em 1812 Trigoso de Aragão Mourato apresenta, então, a primeira tradução em português baseada no texto de Giovanni Battista Ramusio, numa publicação da Academia das Ciências de Lisboa «Navegação do Capitão Pedro Álvares Cabral, escrita por hum piloto portuguez. Traduzido da lingua portugueza para a italia-

na, e novamente do italiano para o português». Esta versão foi posteriormente utilizada em diversas obras cujo conteúdo versava o descobrimento do Brasil e de que são exemplo as de Jaime Cortesão (1922) e Carlos Malheiro Dias (org.) (1923). Também William Greenlee (1951) apresenta a tradução de Álvaro Dória baseada no confronto entre a tradução de Giovanni Matteo Cretico e Giovanni Battista Ramusio, tradução essa que será igualmente utilizada por José Manuel Garcia (1983). A identificação do autor da *Relação* continua por esclarecer. Giovanni Matteo Cretico e João de Sá são, como veremos adiante com mais pormenor, dois dos possíveis autores, mas a falta de elementos impede que se viabilize a sua identificação.

## 1.2. Dos perfis historiográficos de Caminha, Mestre João e piloto anónimo

Depois de descoberta, a missiva de Pêro Vaz de Caminha cedo se tornou instrumento de análise e o interesse em conhecer o autor de tão importante documento rapidamente acompanhou a investigação. Diversos autores, incontornáveis nas investigações sobre a *Terra Brasilis* e fontes basilares do nosso trabalho, tentaram seguir os seus passos: Sousa Viterbo, Capristano de Abreu, Malheiro Dias, Magalhães Bastos, Jaime Cortesão e, mais recentemente, Manuela Mendonça – que complementa a pesquisa com novas hipóteses que julgamos de grande valor – entre outros, traçaram a genealogia e biografia de Pêro Vaz de Caminha. Expomos no nosso trabalho o que julgamos relevante sobre esta personagem ímpar da história de Portugal e do Brasil, relator do primeiro contacto do velho com o novo mundo.

Embora não se encontrem registos concretos sobre a naturalidade ou data de nascimento de Pêro Vaz de Caminha, os estudos efetuados até hoje parecem confirmar, através da conjugação de diversos documentos coetâneos, ser o Porto a sua cidade-berço. Outra das hipóteses seria a cidade de Caminha<sup>18</sup> devido ao apelido que podia, como afirma Manuela Mendonça (1999:21) estar relacionado com o local de nascimento. Certo é que, pelo menos desde 1451, seu pai, Vasco Fernandes de Caminha, desempenhava funções de recebedor-mor dos dinheiros da cidade do Porto e, portanto, se esta não foi a cidade onde nasceu, foi sem dúvida onde cresceu e se tornou cidadão ilustre e reconhecido.

---

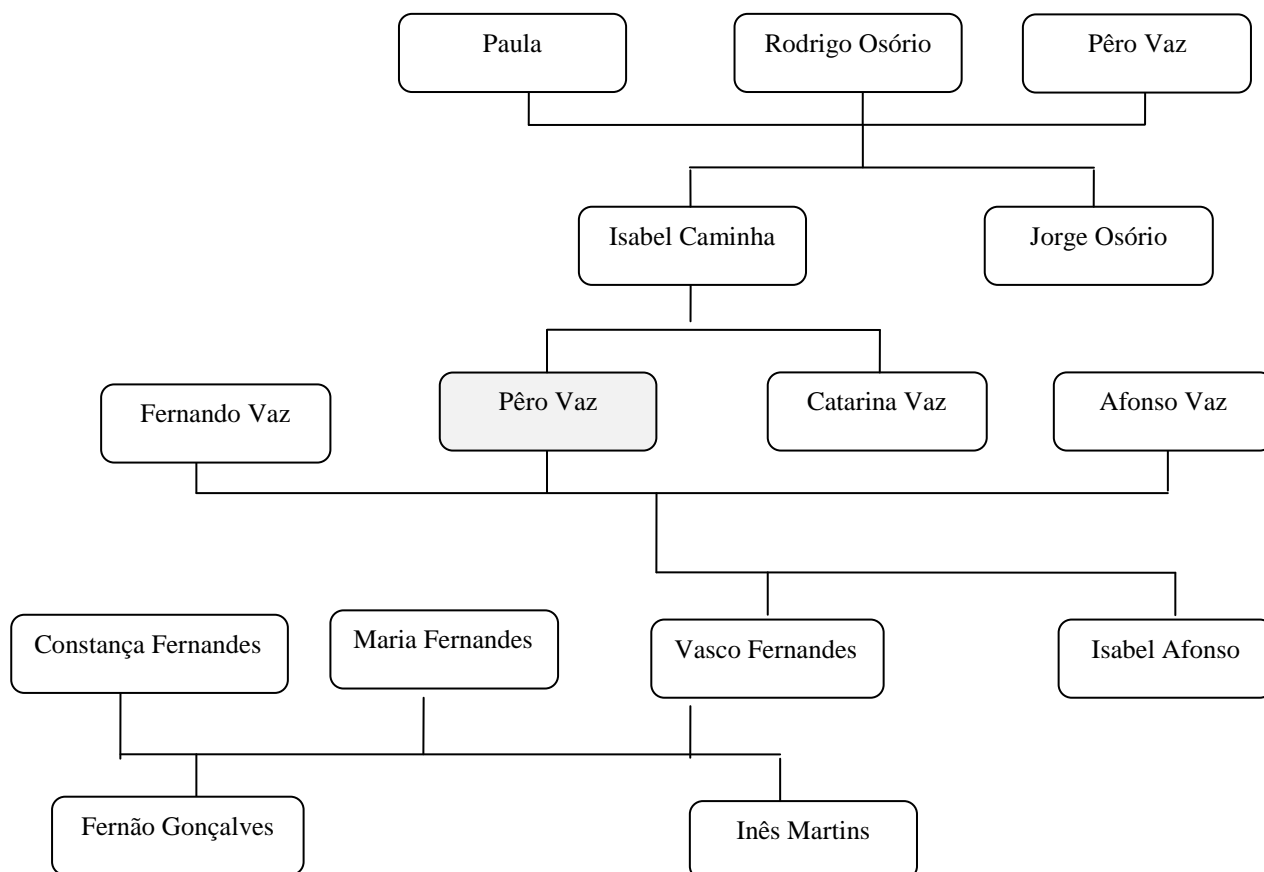
<sup>18</sup> Segundo os estudos de Manuela Mendonça, o apelido *Caminha* surge pela primeira vez com Vasco Fernandes. Vide Mendonça, M & Ventura, M. (1999). *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*. Ericeira: Editora Mar de Letras. pp. 20-22.

Quadro 1 – Referências cronológicas sobre a vida de Pêro Vaz de Caminha

Ano	Acontecimento
1476	Carta régia de D. Afonso V onde autoriza Caminha a ocupar o ofício de Mestre da Balança da moeda da cidade do Porto. Carta de mercê passada em Toro, onde se encontrava Caminha.
1478	Morre Vasco Fernandes, pai de Pêro Vaz de Caminha.
1479	Caminha assume o cargo de Mestre da Balança.
1496	Confirmação do ofício de Mestre da Balança, pelo monarca D. Manuel.
1497	Redação dos <i>Capítulos</i> a apresentar nas cortes de Lisboa de 1498.
1500	Acompanha Pedro Álvares Cabral como escrivão da feitoria de Calecut.
1500	Morre Pêro Vaz de Caminha.

O documento mais antigo que se conhece relativo a Pêro Vaz de Caminha data de 8 de maio de 1476. Trata-se de uma carta régia em que D. Afonso V nomeia Pêro Vaz mestre da balança da moeda da cidade do Porto, por morte de seu pai ou quando este lhe quisesse entregar o cargo. Esse ofício foi-lhe confirmado por D. Manuel, vinte anos mais tarde. Esta missiva foi passada em Toro sendo, por isso, crível que acompanhasse com seu pai, D. Afonso V, na sua expedição a *Hespanha*. Aliás, Jaime Cortesão afirma ser quase certo que o beneficiário estivesse presente e a graça lhe fosse concedida como prêmio de feitos em combate (Cortesão, 2000:35). O facto de ser considerado pelo monarca como “cavaleiro da minha casa” é, na opinião de Manuela Mendonça, um indício dos “feitos praticados”, merecedores daquela distinção<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> Cf. Mendonça, M. *Op. Cit.*, p. 20.

Quadro 2- Árvore Genealógica da família Caminha<sup>20</sup>

A família do escrivão pertencia à classe letrada da burguesia, com grande influência na cidade do Porto, sobretudo na vida política e administrativa. Seu pai, Vasco Fernandes de Caminha, tinha sido perfilhado por Pedro Eanes, chanceler e escrivão do Arcebispo de Braga, com quem aprendeu a arte da escrivania. Foi escudeiro e secretário do Duque de Bragança e cavaleiro do Duque de Guimarães cuja influência lhe

<sup>20</sup> A partir dos dados fornecidos pelas nossas fontes, desenhamos a árvore genealógica de Pêro Vaz. Alguns dados suscitam algumas dúvidas por parte dos investigadores, nomeadamente a identificação do irmão de Caminha, Afonso Vaz, cujos traços são ainda pouco claros e os netos do escrivão, em especial Paula que não é mencionada na obra de Manuela Mendonça. Cortesão apenas faz referência à possibilidade de Caminha ter tido três netos, mas identificando apenas dois, por terem sido ambos sucessores do avô como mestres da balança da moeda na cidade do Porto.

garantiu, por parte de D. Afonso V, o cargo de recebedor-mor dos dinheiros de Tânger, em 1471. Aliás, entre 1451 e 1479, ano do seu falecimento, exerceu ainda os ofícios de recebedor-mor dos dinheiros de Ceuta e da comarca de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, para além das muitas mercês recebidas pelo *Africano*. Só os seus bons ofícios lhe poderiam garantir os benefícios e a confiança manifestada quer pelo Duque de Guimarães, quer por D. Afonso V.

É, pois, neste ambiente que cresce e vive Pêro Vaz. Aprendeu com o seu pai o ofício das letras, adquiriu a competência literária e tornou-se, como nos diz Jaime Cortesão (2000: 39) um excelente cidadão do Porto e de Portugal, como um político na elevada aceção da palavra. Compreende-se, por isso, que Caminha tenha sido um dos eleitos para redigir, em 1497, os *Capítulos* que seriam submetidos às Cortes de Lisboa no ano seguinte e que, desde 1488, segundo Magalhães Bastos<sup>21</sup>, fizesse parte dos ilustres habitantes do Porto, capazes de defender os interesses daquela cidade e dos seus habitantes. Já em 1476, na carta na qual D. Afonso V lhe faz mercê do cargo de mestre da balança da moeda daquela cidade, o monarca o apelida de «cavaleiro» o que indicia também a sua participação em batalhas, não só a de Toro, já citada anteriormente, como muito provavelmente em África, na companhia de seu pai<sup>22</sup>. Embora saibamos que, à época, chegavam vindos de África habitantes em número considerável, não excluimos que a forma como Pêro Vaz de Caminha descreve fisicamente os índios, comparando-os aos negros da África Ocidental, possa indicar, como defendem alguns autores<sup>23</sup>, a realização de alguma viagem marítima anterior à de Pedro Álvares Cabral.

Em 1500, embarcou na frota de Pedro Álvares Cabral, ainda com o cargo de mestre da balança da moeda do Porto, e seguia até Calecute, onde iria desempenhar o cargo de escrivão daquela feitoria. A sua função a bordo não é clara. Alguns investigadores, como Manuela Mendonça, por exemplo, são da opinião que Caminha não

---

<sup>21</sup> Vide Mendonça, Manuela, *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>22</sup> Embora careça de comprovação documental, é muito provável que Caminha tenha participado em alguma expedição pelo continente africano, no reinado de D. Afonso V. Veja-se, a título de exemplo, as obras já citadas de Jaime Cortesão e Manuela Mendonça, pp.35-36 e p.26, respetivamente.

<sup>23</sup> Vide Margarida Barradas de Carvalho, *L'Ideologie Religieuse dans la «Carta» de Pêro Vaz de Caminha*, p.24 e Cortesão, J. *Op.Cit.* p.36.

desempenhava qualquer cargo a bordo da nau-capitania, pois a sua *Carta* deixa transparecer uma necessidade de comunicação e não o desempenho de uma função (Mendonça, 1999: 30). Já Jaime Cortesão nos dá conta de algumas informações que comprovam que Pêro Vaz de Caminha seria o escrivão de Pedro Álvares Cabral<sup>24</sup>. Faleceu nesse mesmo ano de 1500, a 16 de dezembro, em Calecute, no assalto feito pelos mouros àquela feitoria. A sua morte seria assim registada pelo piloto anónimo (Cortesão, 1994: 162):

“Aos dezasseis de Dezembro, estando Aires Corrêa fazendo contas com os Feitores das duas náos carregadas: fez-se á vela huma não de Mouros chea de especiarias, a qual Pedro Alvares aprisionou. O Capitão della, e os mais principaes sahirão em terra, e fizerão grandes lamentos e rumores, de modo que todos os Mouros se juntarão e forão falar a ElRei, dizendo-lhe que nós tínhamos ajuntado em terra mais riquezas do que levamos para o seu Reino, e eramos ladrões e roubadores [...] que assim elles se obrigavão a matar-nos a todos, e sua Alteza roubaria a casa da Feitoria [...] e em quanto nós, que não sabiamos nada do que se urdia, [...] de repente vimos vir todo o povo sobre nós, matando e ferindo [...]”. Eramos cousa de setenta homens de espada e capa, e elles hum numero infinito com lanças, espadas, rodelas, arcos e frechas; [...] e assim por falta de socorro matarão Aires Corrêa, e com elle sincoenta e tantos homens [...].”

Padecia aqui, nas terras da Índia, o cavaleiro real, mestre da balança e ilustre cidadão. Deixou-nos o testemunho de um encontro, espelho da sua cultura, do seu tempo e, acima de tudo, do seu humanismo. Como afirma Jaime Cortesão (2000: 34), Pêro Vaz de Caminha era o mais livre e humano de todos eles.

Em relação a Mestre João, sabemos que as primeiras tentativas para o identificar surgiram em 1900. É Sousa Viterbo o primeiro historiador que relaciona o Mestre com Mestre João Faras, o tradutor do manuscrito *De Situ Orbis*, de Pomponius Mela, que se encontra atualmente na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, no Codex 50-v-19, e que foi fonte de Duarte Pacheco Pereira para o seu famoso *Esmeraldo de Situ Orbis*, como provou Joaquim Barradas de Carvalho<sup>25</sup>. Mais tarde, a mesma suposição é feita por Joaquim Bensaúde e Carlos Malheiro Dias (1923). Aprofundando um pouco mais a questão, este último duvida da possibilidade de existirem dois mestres, bacharéis, cirurgiões e cosmógrafos galegos e ambos ao serviço do rei de Portugal. Em 1937, porém, Frazão

<sup>24</sup> Vide Cortesão, *Op. Cit.* pp.48-49.

<sup>25</sup> Cf. Carvalho, J. (1974). *La traduction Espagnole de «De Situ Orbis» de Pomponius Mela par maître Joan Faras et les notes marginales de Duarte Pacheco Pereira*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.



de Vasconcelos faz referência a um outro Mestre João, alemão, que ensinava a ler as longitudes e que talvez pudesse ser o mesmo Mestre da armada. Partindo dos estudos anteriores, Fontoura da Costa (1968), procura clarificar a situação e nomeia os três indivíduos passíveis de se identificarem com o Mestre da *Carta*. São eles Mestre João de Menelau, grego; Mestre João Faras, espanhol e Mestre João, alemão. Por exclusão de partes, Fontoura da Costa acredita que o primeiro não pode ser o Mestre João da frota cabralina uma vez que à data de 9 de março de 1500, dia em que a armada partiu do Restelo, Menelau não tinha ainda chegado a Portugal<sup>26</sup>. O mestre alemão, conhecedor da náutica, foi igualmente eliminado por Fontoura da Costa uma vez que, segundo ele, no período em que Cabral realizou a sua viagem transatlântica, os cientistas alemães<sup>27</sup> ainda não viajavam a bordo das caravelas portuguesas (Costa, 1968:108).

Desta forma, para Fontoura da Costa, João Faras, tradutor da geografia de Pomponius Mela e Mestre João, astrólogo da Armada de Pedro Álvares Cabral, são a mesma pessoa. Os dois documentos redigidos, o primeiro em espanhol, com influências de português, e o segundo em português, apesar da clara influência castelhana, a mesma habilitação e a mesma profissão e ambos trabalhando ao serviço de D. Manuel, são as bases que tornam verosímil essa possibilidade. Posto isto, Fontoura da Costa apoia a ideia de Viterbo e de Malheiro Dias pela pouca probabilidade de existirem, com tão elevado grau de semelhança, dois *Mestre João* no reinado de D. Manuel. Damião Peres (1968),

---

<sup>26</sup> Martins Basto foi o primeiro a mencionar Menelau como mestre, vindo para o reino com o intuito de ensinar D. João III a sua língua. Como o rei só nasce em 1502, não era possível que fosse este o mesmo autor da missiva a D. Manuel, em 1500.

<sup>27</sup> De acordo com Fontoura da Costa, os alemães começariam a embarcar nos navios portugueses depois de 1500 com intuítos comerciais. Cf. Costa, F. *Op. Cit.*, p.108. Sobre a presença alemã em Portugal, no século XVI, veja-se Lopes, M. (1987). *Os descobrimentos portugueses e os novos horizontes do saber nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII*. Em Revista ICALP. pp. 1-13. Retirado a 10 outubro de 2012 de <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/horizontes.pdf>. Lopes, M. (1998); *Coisas maravilhosas nunca vistas. Para uma iconografia dos Descobrimento*. Lisboa: Quetzal; Pohle Jürgen *O estabelecimento dos mercadores-banqueiros alemães em Lisboa no início do século XVI*. Comunicação proferida no âmbito do Colóquio Internacional “Portugal na Confluência das Rotas Comerciais Ultramarinas” em abril de 2010, Lisboa, Universidade Nova/ FCSH. Retirado a 22, março de 2013 em <http://repositoriocientifico.ualantica.pt/bitstream/10884/615/2/RepC%20%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20%20estabelecimento%20dos%20mercadoresbanqueiros%20alem%C3%A3es%20BB.pdf>.

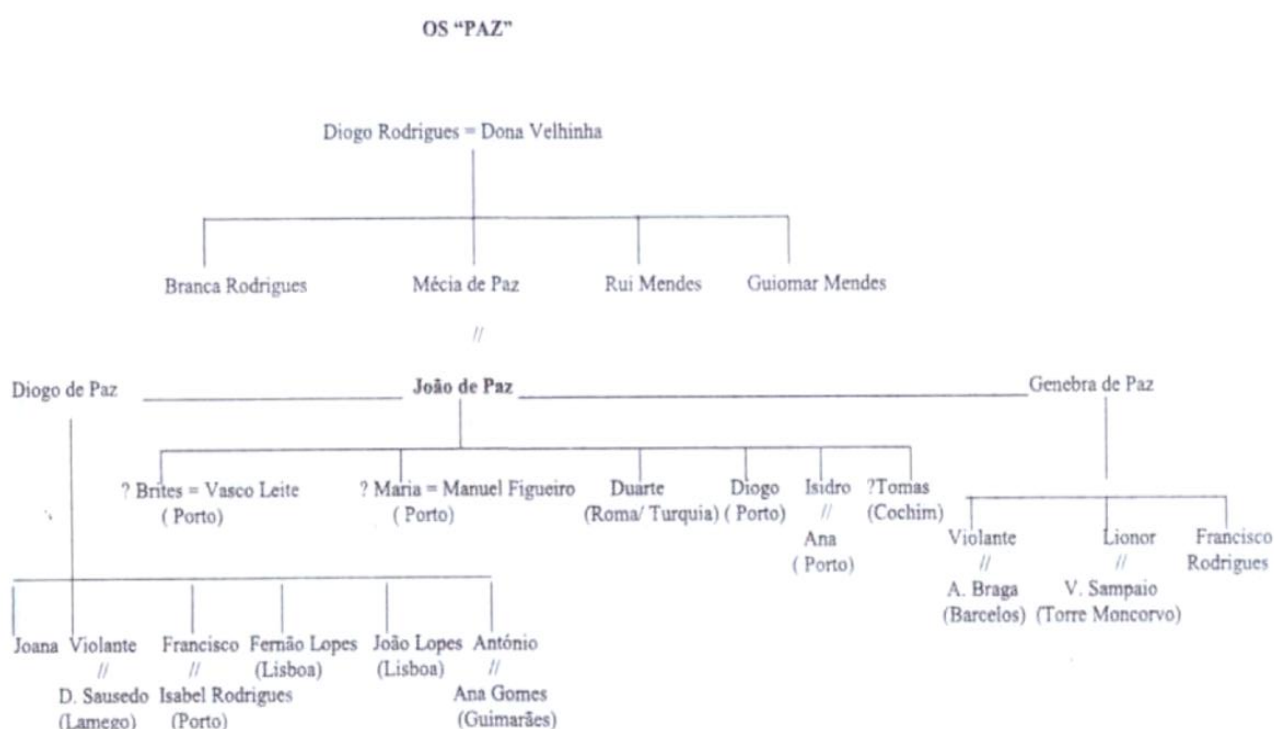
no seu *Descobrimento do Brasil*, retoma o assunto recuperando os dados fornecidos por Sousa Viterbo, Frazão Vasconcelos e Fontoura da Costa, deixando contudo no ar a ideia de que a investigação não podia ainda ser considerada definitiva uma vez que, na sua opinião, o nome Alemão podia não dizer respeito à nacionalidade do mestre mas sim ao seu apelido. Como veremos mais à frente, não nos parece crível essa possibilidade.

A tentativa de identificar o astrólogo continua com Joaquim Barradas de Carvalho que defende igualmente ser Mestre João Faras o mesmo que, de Vera Cruz, escreve a famosa *Carta a D. Manuel I*. Justifica, tal como os seus antecessores, a coincidência nas habilitações, nos cargos desempenhados, o conhecimento de espanhol e, claro está, na semelhança do apelido. Entretanto, Luís de Albuquerque, William Greenlee (1951) e Guy Beaujouan (1971) enriquecem a discussão com a introdução de um novo dado: a origem judaica do Mestre João Faras. William Greenlee considera que Mestre João não era membro popular da expedição pois, se tal fosse o caso, estaria na nau capitania ou noutra grande embarcação. Também não embarcara com Sancho de Tovar, igualmente de origem espanhola.

A verdade é que o Mestre seguia num dos navios mais pequenos da armada, como ele próprio aponta, referindo-se a “este navjo ser mucho pequeno e muj cargado que non ay lugar pera cosa njnguna [...]” (Cortês, 1994: 143). Por essa razão, William Greenlee acredita na possibilidade de Mestre João, tal como tantos outros da sua profissão naquele período, ser judeu converso e que talvez tivesse vindo para Portugal juntamente com Abraão Zacuto, um dos mais célebres astrólogos daquele tempo que, em 1492, havia sido expulso de Espanha (1951: 125). Guy Beaujouan (1969: 15) adita que:

“dans l’ambiance où se préparent les grandes découvertes, un rôle important revient aux Juifs médecins et astrologues comme Yehuda ibn Yahia Negro; José Gedelha [...]. Maître Rodrigo et José Vizinho[...]et le célèbre Abraham Zacut. On pense aussi, bien que son origine ethnique soit incertaine, à l’aragonais Juan Faras, traducteur de Pompinus Mela et médecin du roi Manuel auquel il adresse la fameuse lettre du 1<sup>er</sup> mai 1500 sur les conditions de la navigation astronomique lors de l’expédition de Cabral.”

Quadro 3 - Árvore Genealógica da família Paz<sup>28</sup>



Será Carlos Valentim (2001-2007) a fornecer importantes revelações acerca de Mestre João. Nas suas investigações, não só confirma a origem sefardita do astrólogo como nos revela importantes dados da sua genealogia e biografia. De acordo com este investigador (2001: 186), Mestre João Faras é pois João de Paz, hebreu peninsular que, muito provavelmente, saiu do reino de Castela e rumou a Portugal onde ofereceu os seus serviços ao Duque de Bragança, no início da década de oitenta do século XV. Com o fim da casa de Bragança, depois da acusação de conspiração por parte de D. João II e da conseqüente morte de D. Fernando, o Mestre retira-se para Tânger, onde desempe-

<sup>28</sup> Árvore genealógica retirada do estudo de Carlos Manuel Valentim, p. 203. Cf. Valentim, C. (2001). *Mestre João Faras, um sefardita ao serviço de D. Manuel I*. Em *Cadernos de Estudos Sefarditas*. nº 1. 2001, pp.167-220.

nhou as funções de físico e cirurgião, salvaguardando-se de possíveis perseguições por ser defensor daquela casa. Regressa mais tarde ao reino, com os mesmos cargos, desta vez ao serviço do rei D. Manuel I e da casa de Bragança, que neste reinado se reabilita. Terá sido neste período, entre 1496-1497, que, segundo Carlos Valentim, Mestre João Faras terá traduzido o “ de Sitv Orbis” de Pomponius Mela.

Em 1497, D. Manuel obriga à expulsão definitiva dos judeus do seu reino ou ao batismo forçado, cumprindo uma cláusula do seu casamento com a rainha Isabel, filha dos reis Católicos. Como muitos judeus preferiram a expulsão ao batismo, e estando o monarca interessado na sua permanência, deu ordem de retirar os seus filhos e entregá-los a famílias cristãs e mandou encerrar os portos marítimos, única porta de saída para o êxodo, obrigando à conversão daquele povo ao cristianismo, agora cristãos-novos. É nesta altura que Mestre João é batizado “João de Paz”. O ofício de físico e de cirurgião são confirmados já com o nome de cristão-novo, nas cartas de exame, comprovativo do exercício da profissão, encontradas pelo investigador Carlos Valentim na sua pesquisa. A carta de físico data de 1497 e a de cirurgia de 1499. Neste documento é referido igualmente que era morador de Guimarães (*idem*: 172-173).

Em 1500 embarca ao serviço do Duque de Bragança na caravela “Nossa Senhora da Anunciada”, comandada por Nuno Leitão da Cunha, a mais pequena embarcação da frota cabralina. Teresa Lacerda (2006: 37) dá-nos conta, na sua dissertação de Mestrado, dos treze navios da armada cabralina, dois deles pertencentes a particulares, num investimento o conde de Portalegre, no outro eram sócios D. Álvaro de Bragança, Bartolomeu Marchionni e Girolamo Sergini. Segundo a autora, era neste último que seguia o nosso Mestre. William Greenlee, por seu lado, supõe que Mestre João tenha estado entre as embarcações que se perderam no Atlântico Sul, uma vez que Américo Vespúcio, na carta que escreve de Cabo Verde a Lourenço e Pier Francisco de Medicis<sup>29</sup>, diz não existirem na frota cosmógrafos nem matemáticos (Greenlee, 1951: 126).

---

<sup>29</sup> Conta Américo Vespúcio que “ [...] giugnemmo qua i uno cavo, che sichiama *el Cavo Verde* [...] dove a caso trovammo surto due navi del Re di Portogallo, ch'erano di retorno d'alle parte d'India orientale, che sono di quelli medesimi cheandarono a Calichut, ora quattordici mesi fa [...] tutto sotto bre vitá si

Para além da sua missão como cirurgião e como astrólogo, algumas das nossas fontes sugerem que estaria a bordo, não só a serviço do Duque de Bragança e de D. Manuel, mas para benefício da sua própria família uma vez que, colaborando com a Coroa, aliava os interesses comerciais da sua família com os do reino.<sup>30</sup> A prova de que regressou a Portugal faz-se através de um contrato que realizou com a sua irmã, logo no ano de 1501. A mesma investigação revela que Mestre João terá desempenhado funções de recebedor do Almojarifado de Guimarães e rendeiro e recebedor dos portos de Trás os Montes, entre 1507 e 1509 (Valentim, 2007:180). Terá morrido entre 1535-1540.

**Quadro 4** - Referências cronológicas sobre a vida de Mestre João

<b>Ano</b>	<b>Acontecimento</b>
148-	Oferece os seus serviços à Casa de Bragança.
1496-97	Foge para Tânger: Desempenha funções de físico e cirurgião. Traduz “ de Sitv Orbis” de Pomponiys Mela.
1497	Converte-se ao cristianismo. Adota o nome de João da Paz.
1500	Embarca na Armada ao serviço do Duque de Bragança.
1501	Assina contrato com a irmã, prova de que regressou a Portugal na viagem cabralina.
1507/9	Recebedor – mor do Almojarifado de Guimarães.
1535/40	Provável data do seu falecimento.

fará in questa menzione a Vostra Magnificenza, nom per via de cosmografia, perche non fu in essa frotta Cosmografo, nè Mattematico nessuno, che fu grande errore [...]” Vide Cortesão, J. (1994). *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa: INCM, p.167.

<sup>30</sup> Sobre a família Paz, ver o estudo de Valentim, C. (2007). *Uma família de Cristãos –novos do Entre Douro e Minho: Os Paz*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Curiosamente, encontramos neste nosso estudo pontos de encontro entre Pêro Vaz de Caminha e Mestre João. Ambos residiam no Porto e trabalharam para D. Fernando, duque de Bragança. Em ambos encontramos um espaço de tempo, logo após a morte do duque, em que se afastam do reino, tentando escapar às perseguições e morte sofridas pelos defensores da casa ducal. Mestre João terá partido para África, como já referimos, enquanto que sobre a família Caminha não encontramos, na documentação consultada, qualquer registo da época, reaparecendo apenas no reinado de D. Manuel. Ambos escrevem os únicos documentos conhecidos até ao momento a partir de Vera Cruz, e, apesar do valor inquestionável dos seus testemunhos, fica a ideia, pelo menos para alguns autores, de que os dois procuram, de alguma forma, agradar ao rei. Carlos Valentim e João Rocha Pinto partilham desta ideia e distanciam-se daqueles que consideram que as cartas sobreviveram por serem as únicas que pouco tinham a mostrar que pusesse em causa o domínio português dos mares. A nossa opinião relativamente a esta questão dá-la-emos mais à frente.

Quanto ao piloto anónimo, autor da *Relação*, muitas dúvidas ainda persistem sobre a sua identidade. Pedro Álvares Cabral, Giovanni Matteo Cretico ou João de Sá são as hipóteses que, ao longo dos anos, foram surgindo para o seu reconhecimento. Já em 1940, Mário Simões dos Reis confirmava no Congresso Luso-Brasileiro de História<sup>31</sup> as dúvidas sobre a autoria da relação. Enquanto alguns investigadores consideravam tratar-se de uma cópia de diversos documentos, nomeadamente da carta de Pêro Vaz de Caminha, outros apontavam o próprio capitão da frota como o seu autor. De acordo com o conferencista, Jaime Cortesão, por exemplo, defendia que a relação fora escrita por mão estrangeira, considerando-a como um ato de espionagem (Reis, 1940:71). Marcondes de Sousa (1946), por sua vez, faz-nos prova, através de correspondência trocada entre o Almirante Domenico Malipiero, historiador veneziano, e Ângelo Trevisano, secretário da embaixada de Veneza em Espanha, que o autor da relação foi Giovanni Matteo Cretico, núncio de Veneza em Lisboa, enviado para recolher

---

<sup>31</sup> Cf. Comissão Executiva dos Centenários. (1940). Publicações 9. Congresso do Mundo Português. (VII Congresso). *Memórias e comunicações apresentadas ao congresso Luso-Brasileiro de História*. Tomo I, I secção. Do descobrimento à ocupação da costa. Lisboa: Secção de Congressos. p.71.

informações sobre as viagens dos portugueses à Índia, muito embora acredite que tenha partido de um documento português (Sousa, 1946:166). Por sua vez, José Manuel Garcia embora coloque igualmente de parte a hipótese de se tratar de um piloto não considera consistente a hipótese de se atribuir a João de Sá a autoria da *Relação* apoiando antes a possibilidade de ter sido Giovanni Matteo Cretico o autor da tradução italiana (Garcia, 2006:428).

Por sua vez, Willian Greenlee (1951) e Banha de Andrade (1972) acreditam que o autor da relação estaria entre as naus de Pedro Álvares Cabral, Simão de Miranda ou Pedro de Ataíde, ambos afastando a hipótese de se tratar de um piloto. De parte colocam também a possibilidade de ser o capitão-mor o autor da relação uma vez que este não teria estado presente durante os confrontos que mataram Aires Correia e Pêro Vaz de Caminha<sup>32</sup>. O facto de as primeiras traduções terem a indicação de ter sido traduzida do português para o italiano, de não apresentar indícios que sugiram influências italianas e de não registar informações relativas ao comércio das especiarias parece afastar também a hipótese de ser autor um italiano, em particular Giovanni Matteo Cretico. Os dois historiadores acreditam poder tratar-se de João de Sá, escrivão de Vasco da Gama na primeira viagem à Índia, possivelmente com as mesmas funções na nau capitania, que, pela confiança que D. Manuel depositava em si, pode ter seguido na frota cabralina e assim ser encarregue de redigir a narrativa oficial da armada.

Não encontramos na bibliografia consultada nenhum documento que contrariasse a nomeação de João de Sá como o autor da relação, à exceção de Rui Manuel Loureiro (1999: 341) que refere que a jornada de Pedro Álvares Cabral seria narrada por Tomé Lopes, em texto desaparecido, de que sobreviveu apenas uma versão italiana. Pelo que sabemos, Tomé Lopes foi o autor de uma outra relação de viagem, também presente na

---

<sup>32</sup> Recordamos, a este propósito, breves palavras do piloto anónimo ao descrever o assalto dos mouros que confirmam não estar em terra o capitão Pedro Álvares Cabral: “[...] assim quasi affogados entrámos nos bateis cujo capitão era Sancho de Tovar, porque Pedro Alvares Cabral estava doente [...]” *Vide* Cortesão, *Op.Cit.* p.163.

coletânea de Fracanzano Montalboddo na sua obra *Paesi novamente ritrovati*<sup>33</sup>, de 1507, com o título «Navigazione verso le Indie orientali scritta per Tomé Lopez, scrivano de una nave portoghesa», de 1502, e em nenhuma outra documentação encontramos indícios que justificassem ou confirmassem a opinião daquele investigador. O tema não está, de facto, esgotado. Apenas o aparecimento de nova documentação coeva poderá ajudar a esclarecer quem está por trás do anónimo piloto. Parece-nos certo, apesar de tudo, que se trata de um autor português, que desempenharia cargo de relevo na frota cabralina embora o ofício de piloto seja bastante improvável, não só pela ausência de termos técnicos e científicos como também pela visão burguesa do mundo e das coisas<sup>34</sup>, como indicou João Rocha Pinto (1989: 122). O redator será talvez um escrivão, uma vez que, como anota Paulo Roberto Pereira, no final do relato, arrola os pesos, as moedas e os lugares de onde vêm as especiarias.

---

<sup>33</sup> Cf. Pinto, J. (1989). *A viagem, memória e espaço: A literatura Portuguesa de viagens, os primitivos relatos de viagem ao Índico, 1497-1550*. Em Cadernos da Revista de História Económica e Social 11-12, Lisboa: Sá da Costa, p.123.

<sup>34</sup> Ana Paula Avelar não partilha da mesma opinião de João Rocha Pinto. Para a investigadora, a relação do piloto anónimo sofreu influências organizativas e muito provavelmente terão sido inseridas informações adicionais. Cf. Avelar, A. (2003a). *Figurações da alteridade na cronística da Expansão*. Lisboa: Universidade Aberta, p.94.



### 1.3. Das narrativas de viagem: Caminha, Mestre João e piloto anónimo

Antes de nos debruçarmos sobre as narrativas em análise, afigura-se-nos importante determo-nos um pouco sobre a própria ideia da viagem, isto porque, embora não estejam obrigatoriamente relacionadas entre si, existe uma forte ligação entre a representação mental e abstrata do conceito e o registo escrito. Se considerarmos a viagem enquanto deslocação física entre dois espaços diferentes, um ponto de partida e um de chegada, que poderá implicar um percurso entre o que se conhece e a novidade e que, para além da mudança do espaço, a viagem se traduz, igualmente, por uma deslocação temporal, quer seja entre o momento da partida, o percurso e o regresso, quer seja no tempo cronológico e ainda, porque não, no tempo meteorológico, podemos compreender a necessidade de fixar ou registar esse encontro com o desconhecido, com o novo.

Consideramos que a viagem está, portanto, diretamente relacionada com o conhecimento do mundo e do outro civilizacional já que, nesse percurso espaço-temporal, alargamos a nossa noção do orbe e dos que nos rodeiam<sup>35</sup>. É a descoberta da diferença como sabiamente apontou João Rocha Pinto (*Op.Cit.*: 188). Desde os tempos medievais e, sobretudo, no dealbar da idade moderna, as viagens terrestres, primeiramente, e as marítimas, em seguida, contribuíram para se alcançar uma nova consciência do mundo e dos povos e com ela a necessidade de registar a experiência resultante dessa ação do descobrir. Será, pois, esta deslocação real, impulsora do discurso, vertente empírica da viagem (Carvalho, 2000: 57). O registo escrito torna-se num auxiliar da memória, uma forma de organizar as lembranças, a descrição de um olhar sobre a realidade, um instrumento de apreensão, compreensão e representação da realidade, como diria Luís de Albuquerque (1994: 606).

---

<sup>35</sup> Sobre a temática da viagem veja-se Seixo, M. (org.). (1998). *Poéticas da viagem na literatura*. Lisboa: Edições Cosmos e Seixo, M. & Abreu, G. (1998). *Les récits de voyages, typologie, historicité*. Lisboa: Edições Cosmos.

A participação dos portugueses na aventura das descobertas contribuiu decisivamente para a configuração do mundo. O resultado das suas experiências espelhava-se nos relatos dos pilotos e marinheiros que oficialmente redigiam os roteiros de viagem, guias náuticos, livros de marinharia ou diários de bordo, obedecendo a matrizes de conhecimento e aproximação, de utilidade imediata para a atividade descobridora, mas que, pelo maravilhamento do encontro de civilizações, se foi enriquecendo o texto e moldando-o pelo olhar pessoal, ultrapassando a estrutura comum dos discursos. Outros olhares surgiam, de outros viajantes que face ao impensável partilhavam também as suas observações e as suas vivências. Relatavam-se as difíceis travessias marítimas, descreviam-se as novas terras e retratavam-se as novas gentes, tornando-se testemunhos reais de um mundo desconhecido que se afastava, na real proporção da experiência adquirida, do mundo, tido como real, maravilhoso e fantástico, descrito pelos clássicos da Antiguidade. Através destas narrativas os nautas portugueses testemunhavam um mundo diferente do até aí representado. Pelos seus depoimentos, o globo terrestre tornava-se maior e descobria-se ser habitado por outros povos com usos e costumes bem diferentes dos europeus. Demonstrava-se a surpresa, o relato do insólito, o depoimento entusiasmado ou apreensivo sobre a realidade física e humana (Lopes, 2000: 233).

De um registo escrito onde real e fantástico se intercalavam, evoluiu-se para uma forma de registar completamente nova, onde a experiência do vivenciado marca o registo, e tenderá a ajustar-se de acordo com o objetivo do sujeito discursivo, do seu recetor, da sua sensibilidade e da sua maior ou menor capacidade de anotar a verdade apurada pelos sentidos e pela realidade observada. Através do registo o indivíduo constrói a sua própria identidade, dado que em viagem adquire uma nova perceção do mundo e do *outro* e nesse conhecimento se descobre a si próprio. As categorias tempo e espaço tornam-se, portanto, elementos indissociáveis do homem, fundamentais na construção do indivíduo, na formação da identidade cultural e social de uma nação.

Ao mesmo tempo que se conhecem os mares, se divulgam novas terras, novas gentes, fauna e flora, surge um *novo* texto. Existe uma correlação entre o mundo novo que se descobre e o texto que alvorece na medida em que o primeiro enforma o segundo

e este representa o primeiro. Sem o registo do observado, sem a narrativa, não haveria trocas de informação, nem conhecimento, nem mapas, nem comércio, nem lutas, nem conquistas, nem alianças, nem, afinal, novo mundo. (Seixo (org.), 1998: 110). Através destes relatos de viagem, e de todos os registos escritos de uma forma geral, o homem tenta organizar-se e estabelecer-se na nova realidade, aferir conceitos e imagens do mundo até então conhecido. É, na verdade, um momento de viragem, de tomada de consciência, de renovação, em que o homem se conhece a si próprio a partir do conhecimento que faz do *outro* e tenta adaptar-se aos novos espaços. Segundo Rocha Pinto (1989: 72), começava a desestruturação do rígido sistema medieval, conduzindo a novos equilíbrios e novas reestruturações na interação entre o homem e o seu mundo.

Com a crescente necessidade de transferir para o papel o que de desconhecido e estranho se vislumbrava e a constante procura do novo, as narrativas de viagem tornam-se espelho de um percurso concreto, reflexo da observação empírica do real mas também de deslumbramento. O registo escrito transforma-se, assim, no instrumento materializador do real, símbolo de uma busca permanente reveladora de mundos desconhecidos aos atónitos olhos europeus (Pereira, 1999: 13). Estava encontrada a forma, no dizer de Luís de Albuquerque, (1994: 606) de preservar, acrescentar e manipular o saber adquirido ou, como aponta Ana Paula Avelar, de garantir a perenidade dos factos (Avelar, 1999: 32).

Os autores destas narrativas de viagem não divergiam apenas dos seus predecessores mas também entre si. A sua origem, o nível económico e social, as funções que desempenhavam a bordo, os propósitos da sua escrita e os seus destinatários deram origem a um vasto *corpus* documental que hoje se tenta catalogar e agrupar de acordo com as suas características. Sobre o espaço brasileiro e centrando-nos apenas nos registos que revelam o primeiro olhar, encontramos os textos de Pêro Vaz de Caminha, Mestre João e do piloto anónimo. Sob a forma de missiva ou *relação*, os três autores registam este primeiro encontro com a terra desconhecida. Perante um mesmo espaço se revelam diferentes olhares que comprovam o carácter subjetivo do discurso, provocado pelo olhar pessoal dos autores e pelos diferentes propósitos da sua redação, sem esquecer, claro

está, a apetência para a escrita de cada um deles. Tendo em conta a heterogeneidade dos discursos, tentamos enquadrar estas narrativas à luz dos contributos de alguns dos nossos mestres.

Desde Joaquim Barradas de Carvalho, que elaborou um modelo de interpretação destes testemunhos de viagens com uma divisão dos textos em cinco categorias<sup>36</sup>, até aos nossos dias, em que estes registos documentais são organizados de uma forma mais vasta e rigorosa, ainda não é completamente clara a triagem de todos estes documentos, dada a sua complexidade, justificada sobretudo pela combinação, num mesmo texto, de diversos géneros. Começamos por recorrer a Luís de Albuquerque para tentar enquadrar os três documentos na temática em questão. Segundo este autor, existem dois grandes campos distintos: de um lado as fontes narrativas, de outro, as obras técnicas. Cada um destes campos encontra-se depois dividido em diversos géneros como é o caso, por exemplo, das crónicas, relações de viagens ou descrições de naufrágios, no primeiro caso, dos roteiros ou livros de marinharia, no segundo. Segundo esta tipologia, os três documentos que relatam o encontro com Vera Cruz pertencem à tipologia das fontes narrativas, sendo que os textos de Pêro Vaz de Caminha e de Mestre João se enquadram no género das cartas e o registo do piloto anónimo pertence ao género das relações de viagem. Vejamos a síntese de Luís de Albuquerque (1994:609-613) que apresentamos abaixo sob a forma de quadro sinóptico.

---

<sup>36</sup> Luís de Albuquerque indica-nos ter Joaquim Barradas de Carvalho classificado cinco tipos de textos diferentes: as crónicas, as descrições de terras, os diários de bordo, os roteiros e os guias náuticos. Tempo e espaço são fundamentais, ou melhor, as palavras-chave para esta categorização. Nesta classificação, tanto a *Carta* de Caminha como a *Relação* do piloto anónimo são rotulados como diários de bordo o que foi contestado por diversos autores, de que é exemplo João Rocha Pinto. Já a *Carta* de Mestre João, não foi incluída no estudo de Barradas de Carvalho pelas suas reduzidas dimensões e por não se tratar, segundo o historiador, de um autor português mas espanhol, não se enquadrando na chamada literatura portuguesa de viagens.

**Quadro 5 - Sinopse tipológica da Literatura de Viagens segundo Luís de Albuquerque**

Fontes narrativas	Grandes obras literárias	Peregrinação; Lusíadas,...
	Crónicas	Décadas da Ásia, Lendas,...
	Descrições de naufrágios	História trágico-marítima
	Relações de viagens	Piloto anónimo, Álvaro Velho,
	Cartas, memórias testemunhos	Pêro Vaz de Caminha, Afonso de Albuquerque,...
	Diários de viagem ou de navegação	Pêro Lopes de Sousa,....
	Coleções de viagens	Marco Polo, Manuscrito “Valentim Fernandes
	Livro de Armadas	Armadas da Carreira; Memória das Armadas,...
	Descrições geográficas, etnográficas e socioeconómicas	Tomé Pires e Duarte Barbosa,...
Obras técnicas	Livros de Armação	Livro da nau Bretoa, Livro de Pêro Pais,...
	Roteiros	Esmeraldo de Situ Urbis,...
	Livros de marinharia	Livro de Marinharia de João de
	Guias náuticos	Guia náutico de Munique

João Rocha Pinto partilha desta categorização embora vá mais longe na classificação do texto de Pêro Vaz de Caminha. Mais do que simples missiva, o autor classifica-o de *carta-diário* pela sua estrutura, enquadrada pelos dias da semana ou do mês. Para este investigador, o tempo torna-se no registo do escrivão, e a partir de um certo momento da sua missiva, muito mais importante do que os acontecimentos. No tempo de um dia, Pêro Vaz de Caminha escreverá tudo quanto a sua pena conseguir registar (Pinto, 1989: 120-121). Pelo contrário, o texto do piloto anónimo acrescenta que, embo-

ra a sua forma inicial possa ter sido alterada pela conveniência do seu tradutor e da sua divulgação, o que, por si só, dificulta a exata classificação tipológica, percebe-se que são os acontecimentos os motores do registo. Para João Rocha Pinto não existe uma estrutura de diário pelo que o tempo não é fator importante na produção textual (*idem*).

Embora assente num critério mais literário, suscitou-nos igual interesse a rotulagem de Fernando Cristóvão (2002) que, segundo o autor, permite um mais amplo conhecimento da referência como também da literariedade, pois a utensilagem de análise proporcionam acréscimo de saber e de comunhão estética (2002:38). A literatura de viagens é então repartida, segundo este autor, em cinco itens: viagens de peregrinação, anteriores ao séc. XVI, com mentalidade medieval e promotoras dos ideais de defesa da cristandade pretendidos pelas cruzadas; viagens de comércio, que só informam sobre itinerários, transações ou mercados, entre outros, e as que integram estes dados num contexto mais amplo de descrição de terras, usos, costumes...; viagens de expansão, de grande diversidade e tensão dramática que, segundo o autor, vão do extremo da euforia triunfalista ao oposto da disforia da humilhação e da morte. Estes itens encontram-se depois subdivididos segundo o propósito político, religioso e científico da expansão. Fernando Cristóvão aponta ainda as viagens de erudição, formação e de serviços, marcadas essencialmente pela aquisição de saberes e pela divulgação de novas ideias e hipóteses. Finalmente refere viagens imaginárias, onde, embora semelhantes na linguagem, narração, descrição e itinerários às viagens reais, o verídico apenas serve como ornamento. Perante esta arrumação tipológica sugerida pelo autor, parece-nos ajustado incluir os três documentos em análise na categoria das viagens de expansão política, muito embora nos pareça uma classificação demasiado vaga e desvalorizadora da importância literária, sobretudo, da *Carta* de Caminha e da *Relação* do piloto anónimo. Por essa razão preferimos encaminhar a nossa tese no discurso de Rocha Pinto.

Consideramos, portanto, que os textos de Pêro Vaz de Caminha e de Mestre João pertencem ao género das cartas, já que ambos são dirigidos ao rei D. Manuel. O escritor escreve para dar conta da “nova do achamento desta vossa terra nova” e “do que nesta vossa terra vi” manifestando de imediato a sua incapacidade em expor os aconte-

cimentos “da marinhagem e singraduras do caminho” (Guerreiro, 1974: 31). Mestre João, por seu lado, dirige-se ao *senhor*, informando de imediato que “de todo lo aca passado largamente escrivjeron a Vosa Alteza, [...] solamente escrevjê dos pontos” (Cortesão, 1994: 143). Se no primeiro caso consideramos que o encontro inesperado com um mundo novo, a necessidade de passar para a escrita o olhar vislumbrado e a partilha do experienciado foram as alavancas impulsionadoras do discurso<sup>37</sup>, no segundo caso ficamos com a impressão de que o autor pretende dar conta das tarefas, de que pode ter sido incumbido, como se de um relatório se tratasse, descrevendo as suas tentativas de localizar a terra descoberta através da observação do sol e das estrelas. No seu discurso, o Mestre dá instruções sobre os instrumentos de navegação que melhor servirão à navegação fazendo mostras do seu conhecimento. Talvez fosse uma maneira de mostrar o seu empenho em servir El rei e daí retirar algumas mercês. Da mesma forma, também o escrivão termina a sua carta pedindo mercê a D. Manuel de mandar vir da ilha de S. Tomé o seu genro Jorge de Osoiro, mas embora não ponhamos de lado a hipótese de aproveitamento, não se afigura para nós ser esta a principal razão da narrativa.

Em ambos os documentos encontramos outras marcas que nos dão prova de estarmos perante duas missivas. Por um lado, a assinatura dos autores no final de cada carta e, por outro lado, a fixação do tempo e do espaço, através da indicação da data e do local onde o documento foi redigido, “Deste Porto Seguro, da vossa ilha da Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro de maio de 1500” (Guerreiro, *Op. Cit.*, p.84) indica Pêro Vaz de Caminha “Fecha en Vera Crus, a primero de Mayo de 500” (Cortesão, *Op. Cit.*, p.144) aponta o Mestre. Mas sobre o carácter epistolar do texto do escrivão outra importante reflexão deve ser tida em conta. Pêro Vaz de Caminha começa por descrever os acontecimentos gerais da viagem para se alongar, depois, nas suas observações minuciosas, já que “o desejo de vos tudo dizer me fez assim pôr pelo miúdo” (Guerreiro, *Op. Cit.*, p.83). Com o registo dos dias da semana e do mês, acrescenta à narrativa uma estrutura diarística. Este registo da vivência com a alteridade ao ritmo temporal, confirmam a unicidade do documento, exemplar único no dealbar dos tempos moder-

---

<sup>37</sup> Também Manuela Mendonça sugere esta ideia, já referida anteriormente. *Vide* nota de rodapé 18.

nos, caso raro que revela o profundo grau de maturidade e de domínio da escrita (Pinto, 1989, 120). A *Carta* de Pêro Vaz de Caminha enquadra-se, pois, no género das *cartas-diário* categorizadas por João Rocha Pinto. O facto de não começar de imediato na estrutura de diário parece provar o que referimos anteriormente sobre a não obrigatoriedade do registo, mas sim de uma necessidade face ao maravilhoso observado e que merecia ser partilhado com sua Alteza Real. O texto do piloto anónimo enquadra-se num outro género. Embora muito provavelmente a sua estrutura seja diferente do original, está organizado por capítulos, sendo relatados em cada um deles, os acontecimentos mais importantes da viagem que, ao contrário do que acontece com as cartas, se prolonga até à chegada ao reino. Ao contrário também dos outros documentos, tem um carácter oficial. Estes aspetos permitem-nos enquadrá-lo na categoria das *Relações* de viagem.

Deixamos uma última nota sobre o que nos pareceu o parco interesse que é dado atualmente à epístola de Mestre João no enquadramento destes escritos de viagens. Foram poucos os documentos em que nos baseamos para redigir esta resenha em que encontramos como exemplo de um qualquer género. A sua pequena dimensão, como apontou Joaquim Barradas de Carvalho, o discurso confuso e pouco criterioso do autor e até mesmo a ausência, no seu relato, do espanto e do maravilhoso espelhado nos dois outros textos, talvez possam ser razões suficientes para a sua não inclusão neste conjunto de textos pertencentes à literatura de viagens. Mas, se se revela de pouca importância no campo da literatura, para a história dos descobrimentos em geral, e para os estudos historiográficos sobre o Brasil em particular é uma fonte basilar. Talvez lhe falte a beleza da escrita de Pêro Vaz de Caminha e do piloto anónimo mas tal como estes, é um testemunho de uma viagem e de um contacto com o mundo desconhecido e que, não descrevendo a terra, fixa e ilustra o céu. Os três documentos conjugam-se e complementam-se de uma forma, para nós, única, e sem exemplo, como teremos oportunidade de discutir mais à frente. São, com as especificidades que são próprias a cada um deles, escritos de uma viagem e essa classificação é inequívoca e suficiente para seguirmos o nosso percurso.



## **CAPÍTULO II – Análise dos testemunhos da viagem de Pedro Álvares Cabral**

Neste segundo capítulo propomo-nos analisar os três documentos basilares do nosso estudo: A *Carta* de Pêro Vaz de Caminha, a *Carta* de Mestre João e a *Relação* do piloto anónimo. Procuramos descobrir como o seu tempo, a sua experiência, as suas vivências se espelham no discurso e na sua visão sobre o novo mundo que irrompeu diante os seus olhos. Julgamos, ao mesmo tempo, ser possível encontrar referências que permitam encadear os três documentos e, dessa forma, mapear o percurso através do olhar autoral o que, a ser concretizado, permitirá adquirir uma visão global do encontro com o Novo Mundo e com o *outro*. Garantir-se-ia uma das funções destas narrativas que passa, como defendemos, pelo não esquecimento dos atos cometidos na empresa da expansão, o garante da perenidade (Avelar, 1999:32).

## 2.1. Os relatos de uma viagem

Pedro Álvares Cabral havia sido incumbido de realizar a segunda viagem à Índia que, conforme nos confirma João de Barros, devia mostrar-se muito poderosa em armas e em gente luzida (Barros, 1988:170), isto porque, embora a viagem de Vasco da Gama tivesse sido bem-sucedida no que diz respeito a relações comerciais, mostrou que o contacto com os povos do Oriente não seria facilitado pois, se por um lado a comunidade muçulmana se sentia ameaçada pela presença portuguesa e usava do seu poder junto da comunidade indiana, por outro tinha Castela, França e Inglaterra atentos às suas investidas pelo oceano. Para além disso, este encontro com o mundo asiático demonstrou ainda que os portugueses não estavam preparados para encontrar um povo tão rico e complexo. O encontro civilizacional não acompanhou o sucesso comercial, razão pela qual D. Manuel decidiu enviar rapidamente outra armada para a Índia, desta vez em número suficiente de navios para que se abastecesse de especiarias e demonstrasse paralelamente o poder bélico nacional.

Nesta armada seguiam Pêro Vaz de Caminha, Mestre João e o piloto anónimo e é através dos seus registos que sabemos muito do que aconteceu durante esta viagem até à Índia. Das suas penas se fixaram diversos acontecimentos da travessia. Graças à sua curiosidade e interesse perante o novo e a necessidade de o explicar, deram-nos conta do real observado, colocando em evidência a sua experiência e a sua leitura pessoal dos factos. Estamos em crer que, tendo em conta as funções que desempenhavam a bordo, estariam obrigados a documentar e anotar as tarefas para as quais tinham sido incumbidos mas, pela leitura das suas narrativas, constatamos que o seu discurso vai muito além da obrigatoriedade.

Pêro Vaz de Caminha era muito possivelmente o escrivão da nau capitania, mas a sua carta não coloca em evidência o escrivão, a não ser, claro está, no rigor, precisão e domínio da escrita com que nos apresenta o seu discurso. Mesmo que alguns investiga-

dores<sup>38</sup> considerem que pretendia agradar ao rei para, no final, lhe pedir mercê para trazer de S. Tomé o seu genro, questionamo-nos se realmente terá sido essa a sua real intenção. Seria necessária tamanha dedicação para no final pretender apenas pedir ao rei que libertasse o seu genro? Não nos parece evidente. Acreditamos antes que, mesmo que esse tenha sido o seu objetivo inicial, depressa tenha passado para segundo plano face às “maravilhas” de que era testemunha. Pêro Vaz de Caminha não esconde o fascínio por este povo e as qualidades desta terra que tantos benefícios podia trazer ao monarca.

A carta do Mestre, por sua vez, encaminha-nos para outra possibilidade. É provável que, aliado ao seu dever de informar El Rei sobre os seus estudos astronómicos, tenha aproveitado para se lamentar das condições em que se encontrava, por ser o barco onde seguia “mucho pequeno e muy cargado, que non ay lugar pera cosa ninguna” e da doença que o assolou, “una cosadura se me há fecho una chaga”, (Cortesão, 1994:143) impedindo que conseguisse localizar com precisão a terra descoberta. A sua missiva não deixa, porém, de mostrar o seu empenho e de dar conta dos seus conhecimentos, razão pela qual podemos inferir da sua intenção em receber a mercê do monarca como prova do seu esforço em prol da coroa portuguesa. É possível também que quisesse mostrar a D. Manuel que, mesmo estando ao serviço do Duque de Bragança, a sua fidelidade para com a coroa era infindável.

Finalmente, o autor da *Relação* parece-nos ser o único a quem, de facto, teria sido delegada a redação daquela travessia e este será, no nosso entender, o único documento de carácter oficial. Pelo que já exploramos anteriormente e com base no que observamos das investigações feitas sobre este tema<sup>39</sup>, concluímos que esta narrativa não foi redigida por um piloto mas muito provavelmente por um escrivão da armada, embora a confirmação do seu autor esteja ainda por apurar.

---

<sup>38</sup> Falamos, por exemplo, de João Rocha Pinto que defende que Pêro Vaz de Caminha “não insinuava nenhum programa ao rei, refletia antes do mais o que se sentia na hierarquia cortesã [...] e queria agradar ao monarca para lhe ganhar a mercê”. Cf. Pinto, J. *Op. Cit.* p.230.

<sup>39</sup> Relembramos os estudos de William Greenlee, Banha de Andrade, João Rocha Pinto, José Manuel Garcia, já mencionados por nós nas páginas 29 e 30 desta investigação.

Independentemente dos objetivos que estiveram na origem destes registos, em todos eles encontramos traçada a individualidade de cada autor e, muito importante também, o reflexo da sociedade e do seu pensamento<sup>40</sup>. As palavras tornam-se prova do viver pessoal, o discurso não esconde o *eu* que cada um constrói à imagem do seu tempo. Mas embora se vislumbre a subjetividade da narração, as narrativas de viagem expressam a verdade dos acontecimentos, mesmo que adornados pela impressão de cada viajante/escritor. A sua experiência tornar-se-á, para os letrados e eruditos que da Europa os veem aventurar-se para lá do mundo conhecido, a base de novos pensamentos, da reconstrução do saber. Estes e outros autores seriam os primeiros a vivenciar este encontro com a quarta parte do mundo desconhecida no globo terrestre ptolemaico e a divulgar as *novas verdades*. Os apontamentos dos nautas lusitanos, relatos de múltiplas experiências, tornavam-se inestimável fonte de consulta, espelho do mundo de além-mar, um oportuno e verdadeiro retrato das terras e sociedades africanas, asiáticas e americanas (Lopes, 1998:20). Infelizmente, a missiva de Pêro Vaz de Caminha deu à estampa num período em que a imagem do íncola brasileiro era bem diferente daquela que pode e conseguiu vivenciar<sup>41</sup> naquela semana em Vera Cruz mas ainda assim, a tempo de renovar a imagem dos seus habitantes.

---

<sup>40</sup> Retomamos aqui o estudo de João Rocha Pinto que nos traça o contexto em que Pêro Vaz de Caminha redigiu a sua obra e como se reflete na *Carta*. Diz o autor que o escrivão “filho do século XV, recebeu como herança cultural uma trama de ideias e sentimentos mal conjugados, [...] temperado com a educação burguesa e fortalecido no meio mercantil portuense [...] carregada de emoções mas tão cheia de dificuldades e de cruzeiras para os seus contemporâneos, obrigados a rever constantemente as suas certezas e os seus conhecimentos adquiridos [...]”. Cf. Pinto, J. *Op. Cit.*, p.225. Também sobre o piloto anónimo diz o investigador que denuncia na sua *Relação* “uma visão burguesa do mundo e das coisas”. Cf. Pinto, J. *Op. Cit.*, p.122.

<sup>41</sup> Pelo que nos foi possível verificar, em 1503, Valentim Fernandes, alemão moravo que entre outras funções, foi impressor e tradutor de grande prestígio na corte portuguesa, redigiu em latim um auto notarial sobre o descobrimento do Brasil. Este documento oficial divulga, pela primeira vez, os ritos antropofágicos das sociedades ameríndias, desconhecidos aos olhos dos nossos autores. Diz Valentim Fernandes que “[os homens] comem assadas ou cozidas carnes das aves, e de todos os animais, bem como a carne humana dos seus inimigos” Cf. Sousa, T. *Op. Cit.*, p.159. Em 1502, Gonçalo Coelho comandou a segunda frota a terras brasileiras para proceder ao reconhecimento geográfico e determinar os limites da orla costeira. Nessa expedição seguia Américo Vespúcio, o autor de importante documentação sobre a viagem. Na sua correspondência com Lorenzo de’ Medici descreve, na viagem até ao Brasil, a terra e a população dizendo, entre outras coisas que “les peuples se font la guerre sans doctrine ni règles. [...] les prisonniers qu’ils ramènent, ils les gardent afin de les executer non pour leur retirer la vie mais pour s’assurer leur propre subsistence. Ils se mangent en effet entre eux: les vainqueurs mangent les vaincus et la chair humaine est chez eux nourriture commune [...]”. Cf. Santos, I. (2000). *La découverte du Brésil, les premiers*

Mas olhemos então para cada um dos documentos e vejamos como relatam esta viagem. À medida que avançamos na nossa exposição, apresentaremos alguns excertos das obras, contudo, esse levantamento do corpo do texto não será exaustivo uma vez que no quadro sinóptico I do anexo I, estão referenciados todos os descritores da novidade no encontro com Vera Cruz.

### 2.1.1. A Carta de Pêro Vaz de Caminha<sup>42</sup>

O primeiro objetivo da missiva de Pêro Vaz de Caminha é enunciado logo nas primeiras linhas em que o escrivão explica que, tal como o capitão-mor e os outros capitães, também ele se propõe a dar conta ao rei D. Manuel I “do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou” (Guerreiro, 1974:31). Num discurso de humildade, anuncia que se limitará a escrever sobre a realidade dos factos: “ [...] Mas tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual, bem certo, creia que por afremosentar nem afear haja aqui de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu. [...] ” (*idem*).

Seguindo a ordem dos acontecimentos, Pêro Vaz de Caminha começa o seu discurso a partir da data da partida da frota do porto de Lisboa, ou seja, 9 de março. Sem se deter em pormenores, traça nas suas primeiras linhas os locais por onde a armada ia passando, das Canárias às ilhas de Cabo Verde. O espaço é seguido com o olhar, através

---

*témoignages choisis & présentés par Ilda Mendes Santos (1500-1530)*. Paris: Chandeigne, pp.94-95. A primeira edição conhecida data de 1504 o que significa que terá surgido depois do auto notarial do moravo. Serão estas, portanto, as primeiras imagens antropofágicas do índio brasileiro. Sobre a imagem do Brasil, veja-se Guerreiro, I. (1999) *A revelação da imagem do Brasil (1500-1540)*. Em Revista Oceanos, nº 39, pp.114-126. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Veja-se igualmente a obra de Santos, I. (*Op. Cit.*) que possui diversos documentos que retratam os primeiros testemunhos do Brasil e Lopes, M. (1998). *Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas- Para uma iconografia dos Descobrimentos*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa:Quetzal.

<sup>42</sup> Relembramos que para o estudo da missiva de Caminha utilizamos a obra de Guerreiro, M. (1974). Pêro Vaz de Caminha- carta a el rei D. Manuel. Lisboa: INCM.

da linha de tempo e a nomeação dos espaços encontrados ao longo da viagem é permitido ao leitor acompanhar o trajeto. O primeiro acontecimento relevante deste percurso é relatado a seguir, quando informa do desaparecimento da nau de Vasco de Ataíde, “sem aí haver tempo forte nem contraíro para poder ser.” (*Op.Cit.* p.32) Mas, mesmo este momento, certamente de grande tensão, não é explorado pelo escritor. Apenas indica que, apesar das diligências do capitão-mor, a embarcação não voltou a aparecer. A ausência de pormenores neste acidente pode ser prova daquilo que o autor afirmou logo nas primeiras linhas, ou seja, que desse episódio tenham falado capitães e pilotos e que, por isso, ele se escusava a desenvolvê-lo. A partir deste momento o tipo de registo altera-se. O tempo começa a ganhar importância no discurso de Pêro Vaz de Caminha e o aspeto diário da narração começa a desenhar-se. Estamos a 21 de abril, dia em que surgem os primeiros sinais de terra<sup>43</sup>: “[...] topámos alguns sinais de terra, sendo da dita ilha, segundo os pilotos diziam, [...] os quais eram muita quantidade d’ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho e assim outras, a que também chamam rabo d’asno [...]” (*Op.Cit.*p.33).

Durante os doze dias anteriores, o autor não explorou outros acontecimentos para além dos acima apresentados. Limitou-se a anunciar pontualmente esses momentos, razão pela qual acreditamos que este encontro com a terra foi o grande impulsor do seu discurso. Começa aqui a aproximação à terra, uma visão que se vai afunilando, como veremos, à medida que nos aproximamos do território e por ele penetramos. Recorrendo à adjetivação, o autor ilustra a geografia do local e apela à visão do leitor. É o que acontece no dia 22 de abril quando são observadas as aves e, à tarde, vista de terra<sup>44</sup>: “E neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra, isto é, primeiramente d’um grande monte, mui alto e redondo, e d’outras serras mais baixas a sul dele e de terra chã com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitão pôs nome o Monte Pascoal e à terra a Terra de Vera Cruz (*Op.Cit.* p.34).

---

<sup>43</sup> Cf. anexo I, p. 1.

<sup>44</sup> *Idem, ibidem.*

No dia seguinte, o escrivão relata a aproximação à terra<sup>45</sup>, explica que se mediu a profundidade, se ancorou e depois, em barcos mais pequenos, se seguiu em direção à praia. Este episódio tem a particularidade de estar repleto de pormenores técnicos, de tarefas náuticas, de números, que mostram o detalhe da descrição e colocam em evidência o ofício de Pêro Vaz de Caminha. A utilização de vocabulário como *léguas* ou *braças* ajuda a quantificar o espaço. É nesse mesmo dia que se tem *vista d'homens*. O relato do escrivão é feito ao longe, da nau capitânia onde se encontrava. Perante o encontro, os capitães reúnem-se e Pedro Álvares Cabral decide enviar a terra Nicolau Coelho no seu batel. Pêro Vaz de Caminha descreve<sup>46</sup> a forma defensiva com que Nicolau Coelho foi recebido: “[...] quando o batel chegou à boca do rio, eram ali 18 ou 20 homens, pardos, todos nus, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas setas. Vinham todos rijos para o batel e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pusessem os arcos; e eles os puseram” (*Op.Cit.* p.35).

Aqui temos um primeiro olhar sobre o índio, a primeira referência à diferença observada. A forma como é relatado este encontro evidencia o espanto e o maravilhamento. Por um lado, a nudez dos corpos que, descrita em primeiro lugar, demonstra o que de imediato chamou a atenção do autor, por outro, as suas armas de defesa: os arcos e as setas, revelando a sua fraqueza bélica. A falta de comunicação não impediu o primeiro contacto e as primeiras trocas comerciais. De Nicolau Coelho os índios receberam o barrete vermelho, a carapuça de linho e um sombreiro preto. Em troca deram-lhe um sombreiro de penas de aves e um colar de contas brancas.

O mau tempo que se fez sentir nessa noite obrigou a que a armada seguisse viagem no dia seguinte, 24 de abril, até encontrar uma zona mais abrigada que lhes permitisse completar o seu abastecimento de água e lenha. Pêro Vaz de Caminha conta como, ainda nesse dia, o piloto Afonso Lopes apanhou dois homens e os trouxe ao capitão-mor, sem que os outros, protegidos com os seus arcos e flechas, tivessem ido em seu socorro. Pela primeira vez, o escrivão pôde observar de perto estes homens e, daquilo

---

<sup>45</sup> Cf. anexo I, p. 1.

<sup>46</sup> Cf. anexo I, p.4.

que vê, faz um retrato<sup>47</sup> que permite ao leitor visualizar cada traço descrito (*Op.Cit.* pp.37-39):

“A feição deles é serem pardos, maneira d’avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma cousa cobrir nem mostrar suas vergonhas. [...] Os cabelos seus são corredios e andavam tosquiados de tosquia alta mais de sobre-pente, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. [...]”.

A beleza descritiva do episódio não termina com a caracterização física dos índios. Pêro Vaz de Caminha reproduz com grande minúcia este encontro e mostra, como se anunciara relativamente à descrição do poder bélico dos índios, o sentimento da superioridade dos portugueses, a manifestação do poder espelhado na figura do seu capitão-mor, face àquele povo desconhecido: “O capitão, [...] estava assentado em uma cadeira e uma alcatifa aos pés por estrado, e bem vestido, com um colar d’ouro, mui grande, ao pescoço [...] e nós outros, que aqui na nau com ele imos, assentados no chão por essa alcatifa” (*Op.Cit.* p.40).

Ao descrever o comportamento do índio, Pêro Vaz de Caminha deixa transparecer a sua visão pessoal, com alguma carga negativa, baseado num quadro de condutas, normais na sociedade portuguesa de então e à medida, claro está, do seu nível social. Diz ele: “Acenderam tochas e entraram e não fizeram menção de cortesia nem de falar ao capitão nem a ninguém” (*idem*). Mas a descrição desta cena vem dar-nos outro dado indicativo do pensamento português da época. Ao narrar sobre a forma como os índios pareciam querer indicar que alguns dos objetos dos portugueses existiam em terra, deixa claro o sinal do principal objetivo das viagens de descobertas: a busca de riqueza. Vejamos: “Um deles, porém, pôs olho no colar do capitão e começou d’acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizia que havia em terra ouro. E também viu um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como que havia também prata” (*idem*). E mais à frente prossegue: “Viu um deles umas contas de rosairo, brancas; [...] e acenava para a terra e então para as contas e para o colar do capitão, como que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamos nós assim por o desejarmos” (*Op.Cit.* p.41).

---

<sup>47</sup> Cf. anexo I, p. 4.



Finda que estava esta primeira tentativa de recolha de informações, os índios mantêm-se na nau capitania e aí pernoitam até ao dia seguinte, 25 de abril, quando são enviados, com as suas setas e arcos, de volta a terra pelas mãos de Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias. Com eles levavam alguns presentes oferecidos pelo capitão-mor. Conta-nos Pêro Vaz, que acompanhou esta ida a terra por ordem do capitão-mor, que com eles seguiu um degredado, Afonso Ribeiro, “ para andar lá com eles e saber do seu viver” (*Op.Cit.* p.43). Voltaria ainda nessa manhã, enviado pelos índios que o levaram de regresso ao batel, levando consigo as prendas que deveria ter entregado ao senhor da terra.

O escrivão relata aquilo que testemunhou, o que viu com os seus próprios olhos: “Fomos assim de frecha direitos à praia” (*idem*). O espaço está mais próximo e a descrição torna-se mais detalhada. E se, no início, os índios apareciam armados e mantinham distância dos tripulantes das naus, agora começamos a dar conta de uma aproximação, uma confiança que, pouco a pouco, parece dominar este confronto com o desconhecido. Esta ideia comprova-se na descrição, neste mesmo dia, do momento em que os índios ajudam os portugueses a recolher água para os batéis (*Op.Cit.* p.44): “ E traziam cabaços d’água e tomavam alguns barris que nós levávamos e enchiam-nos d’água e traziam-nos aos batéis. Não que eles de todo chegassem a bordo do batel, mas, junto com ele, lançavam-nos da mão e nós tomávamo-los. E pediam que lhes dessem alguma coisa”.

Tendo feito parte deste grupo que foi a terra e assim beneficiando da aproximação com o *outro*, Pêro Vaz de Caminha dedica-se à sua caracterização, revelando, pela sua atenta e minuciosa descrição, o fascínio que sentiu ao conhecer aquele povo. Assinala<sup>48</sup> os “beijos furados e os espelhos de pau que pareciam espelhos de borracha” e as cores com que quartejavam os seus corpos “metade da sua própria cor e a metade de tintura negra, maneira d’azulada, e outros latejados d’escaques [...]” (*Op.Cit.* p.45). É neste momento que Pêro Vaz de Caminha se depara, pela primeira vez, com “as moças,

---

<sup>48</sup> Cf. anexo I, p.4.

bem moças e bem gentis” (*idem*). Descreve<sup>49</sup> brevemente a sua fisionomia e surpreende-se com a sua nudez. O seu encanto reflete-se quando explica que “ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos, pelas espáduas; e suas vergonhas tão altas e tão çarradinhas e tão limpas das cabeleiras que as nós muito bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha” (*Op.Cit.* p.45). Mais à frente voltaria a mencionar a beleza das mulheres, dizendo que “ [...] a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela” (*Op.Cit.* p.47).

O dia seguinte, domingo de pascoela, o escrivão conta-nos como o capitão deu ordem para que se realizasse uma missa naquela baía. São explanados todos os pormenores de preparação do altar e como, segundo sua opinião – o que comprova o cariz pessoal do discurso – a missa “foi ouvida por todos com muito prazer e devoção” (*Op.Cit.* p.49). O sinal da cruz feito no final da missa parece ter sido momento muito importante para o autor pois, segundo ele, “veio muito a propósito e fez muita devoção” (*Op.Cit.* p.50). Os índios que passeavam pela praia, ao verem que todos estavam sentados, fizeram o mesmo e no final da missa começaram a dançar e a tocar instrumentos musicais. Depois, seguiram todos para a praia onde estavam os índios.

Nesta aproximação vemos como a maior parte dos íncolas pouca os seus arcs e flechas. Poderá ser num sinal de obediência, como se fosse clara a sua percepção de quem era superior ou sinal de que não procuravam o confronto. Podemos também inferir, como dirá mais tarde Pêro Vaz de Caminha, do seu grau de inocência, não se dando conta do perigo que correriam, caso fosse despoletado algum momento de tensão, o que não aconteceu. Não nos parece, contudo, descabido, acrescentar uma outra hipótese: não será a sua atitude face aos portugueses um sinal de que aquele encontro era uma novidade também para si? O primeiro contacto com um homem novo? Perante este cenário, podemos imaginar a reação dos nativos ao verem chegar doze embarcações por mar e atracarem aqueles homens de cor branca e com o corpo coberto de panos. A novidade e

---

<sup>49</sup> Cf. anexo I, p. 6.

o maravilhamento do encontro terão sido imensos. Também eles estariam cautelosos face ao *outro* português, mas igualmente curiosos.

Na sua narrativa é acentuada a presença de um índio que “[...] falava muito aos outros que se afastassem, mas não já que m’a mim parecesse que lhe tinham acatamento nem medo [...]” (*Op.Cit.* p.51). Também aqui o escrivão se detém no seu retrato, na pintura do corpo que “era assim vermelha, que a água lha não comia nem desfazia; antes, quando saía da água, era mais vermelho [...]” (*idem*). Outro acontecimento que é importante referir nesta nossa leitura diz respeito ao momento em que todos os capitães se reuniram para decidir do envio da nova do achamento ao rei D. Manuel “para a melhor mandar descobrir e saber dela mais do que agora nós podíamos saber, por irmos de nossa viagem” (*Op.Cit.* p.53) e optaram pelo não envio forçado de homens por não se perceber o que diziam e pelo envio do navio dos mantimentos para realizar a viagem a Lisboa.

Os portugueses regressam novamente a terra e, mais uma vez, a aproximação entre os dois povos é visível e acentuada. Pêro Vaz de Caminha descreve como depositam imediatamente os arcos e flechas, “do ensino que dantes tinham”, e como todos se misturam trocando as setas e os arcos por quaisquer outros objetos. Também para o índio este era um encontro com um novo mundo, novas gentes e, por essa razão, também eles manifestam o seu fascínio pela novidade. A cada encontro o escrivão regista a descrição física dos índios e novos pormenores são desenhados num contínuo apelo aos sentidos. Mais uma vez nos detemos nas pinturas com que decoram o corpo e na sua nudez inocente (*Op.Cit.* p.56):

“ [...] Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas e também os colos dos pés. E suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas que não havia aí nenhuma vergonha. [...] Também andava aí outra mulher moça com um menino ou menina no colo, atado com um pano não sei de quê aos peitos, que lhe não apareciam senão as perninhas, mas as pernas da mãe e o resto não traziam nenhum pano. [...]”<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> Cf. anexo I, p. 7.

A falta de comunicação é também evidenciada em diversos momentos da narração e aqui o escrivão mostra como a falta de entendimento impede um maior conhecimento das gentes e, principalmente, das potencialidades da terra:

“ [...] e ali esPêrou um velho que trazia na mão uma pá d’almadia. Falou, estando o capitão com ele perante todos nós, sem o nunca ninguém entender nem ele a nós, quanto a cousas que lhe homem perguntava d’ouro, que nos desejávamos saber se o havia na terra [...] ” (*Op.Cit.* p.57).

Mas a incompreensão não coibia o contacto cada dia mais próximo. À medida que os portugueses atravessavam a terra e penetravam no seu interior era possível observar com mais pormenor. O espaço era redesenhado e a intimidade ampliada entre *nós* e *outros*. É o que vemos esboçado na continuação da descrição deste dia, em dois momentos. Primeiro quando Diogo Dias se envolveu com a população a dançar, “tomando-os pelas mãos. E eles folgavam e riam e andavam com ele mui bem, ao som da gaita. [...] ” (*Op.Cit.* p.58). Mas, ao mínimo gesto ou atitude, talvez mais brusco ou um “falar de rijo tomavam logo uma esquiviza como monteses ou como pardais de cevadoiro” (*Op.Cit.* p.59). Seguidamente, quando se alude, inicialmente, que “não têm casas nem moradas em que se acolham. [...] Nem nós ainda até agora não vimos nenhuma casa nem maneira delas. [...] ” (*Op.Cit.* p.60); para, depois que os degredados e Diogo Dias se misturaram com eles, tomarem conhecimento de que as suas casas “eram tão compridas cada uma como esta nau capitaina. E eram de madeira, e das ilhar-gas, de tábuas, e cobertas de palha; [...]” (*Op.Cit.* p.63).

Não nos passa despercebido neste relato o contraste entre a descrição física dos índios e o seu comportamento. Se os seus corpos eram belos, bem formados, bem curados e limpos, a sua inocência é descrita com uma dimensão que assola a negatividade. Por vezes, Caminha, mais do que querer dizer que são um povo puro, sem maldade, parece considerá-los pouco inteligentes, sem conhecimentos do mundo. Esta conclusão parece-nos retratada neste caso em que, falando dos índios que foram levados à nau capitania, determina: “ [...] Os outros dous, que o capitão teve nas naus, a que deu o que já dito é, nunca aqui mais apareceram, de que tiro ser gente bestial e de pouco saber e por isso são assim esquivos [...] ” (*Op.Cit.* p. 60).

No dia 27 de abril, Pêro Vaz de Caminha retrata com maior rigor os traços físicos dos índios porque foram vistos de mais perto. Tomou conhecimento e dá a conhecer ao monarca a forma das suas habitações<sup>51</sup> e alimentação<sup>52</sup> e mais alguns pormenores sobre os frutos cujos grãos eram utilizados na pintura dos corpos. Em seguida, o autor da missiva descreve como os índios ajudavam os marinheiros a transportar a lenha e observavam com muita atenção os carpinteiros a construir a cruz de madeira Acrescenta ainda que foram enviados novamente os degredados à aldeia dos homens para delas terem mais conhecimento. Curioso apontamento do escrivão sobre o comportamento dos índios que chegavam agora, “sem se esquivarem e sem arcos e flechas” e a sua relação com os portugueses, já tão próxima que “quase nos torvavam ao que havíamos de fazer” (*Op.Cit.* p.67). Sobre a paisagem, nova notação<sup>53</sup>, desta vez sobre algumas aves que viram: “papagaios verdes, e outros pardos, grandes e pequenos, [...] algumas pombas seixas.” (*idem*).

Ao vigésimo nono dia o escrivão apenas nos narra que não saíram em terra de forma a esvaziar o navio de mantimentos pelas restantes naus, preparando-o desta forma para a partida de regresso a Lisboa que havia de levar a notícia do achamento de Vera Cruz ao rei D. Manuel, assim como os muitos artefactos que, em diversas ocasiões, Caminha afirma seguirem na viagem. Acresce ainda o regresso do degredado Afonso Ribeiro e Diogo Dias e a visita de dois mancebos na embarcação de Sancho de Tovar que os recolheu. No último dia do mês de abril, regressaram a terra para se abastecer de lenha e água e dirigiram-se à cruz, que beijaram e onde se ajoelharam. Fizeram sinal aos índios que os observavam para que fizessem o mesmo e eles fizeram-no. Nesta altura Pêro Vaz de Caminha considera que se houvesse comunicação, depressa se tornariam cristãos<sup>54</sup>, demonstrando outro pensamento daquela época e outro dos objetivos das viagens dos Descobrimentos, para além daquela já referida anteriormente: a cristianização. Diz o autor: “[...] Parece-me gente de tal inocência que, se os homem entendesse e eles

---

<sup>51</sup> Cf. anexo I, p.8.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>54</sup> *Idem*, p. 7.

a nós, que seriam logo cristãos, porque eles não têm nem entendem em nenhuma crença, segundo parece. [...] ” (*Op.Cit.* p. 72). Repare-se como o caráter religioso da carta começa a surgir, à medida que a partida se aproxima, e mais uma vez se denota o aspeto subjetivo do discurso, na medida em que, utilizando expressões como “Parece-me” ou “segundo me parece”, deixa transparecer a sua opinião pessoal sobre os factos observados. Pêro Vaz de Caminha alude mais uma vez à inocência destes homens e como depressa se fariam cristãos: “ [...] esta gente é boa e de boa simplicidade e imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar. [...] E logo lhes Nosso Senhor deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens e ele, que nos por aqui trouxe, creio que não foi sem causa. [...] ” (*Op.Cit.* p.72).

Na narração da cena seguinte, o autor da *Carta* faz um importante comentário acerca das diferentes atitudes de ambos os povos e que importa aqui mencionar. Diz ele: “ [...] Enquanto ali, este dia, andaram, sempre ao som dum tamborim nosso dançaram e bailaram com os nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus. [...] ” (*Op.Cit.* pp.75-76). Se, por um lado, podemos supor que aos portugueses pouco interessava a amizade com a população e não tinham por eles especial afeto, à parte o fascínio pela sua inocência e embora este comentário ilustre como se sentiam superiores e que, portanto, nada tinham a aprender com eles, por outro lado, podemos deduzir que aos portugueses também interessava uma relação cordial, dado tratar-se aquela região de um ponto estratégico na viagem à Índia, um ponto de paragem, e que, por essa razão, era importante estabelecer boas relações para o sucesso da travessia marítima rumo ao Oriente. Esta terra era, no fundo, uma boa localização e devia ser vista sobretudo pelo seu aspeto comercial.

Ainda antes de concluir o seu registo sobre este dia, Pêro Vaz de Caminha descreve como foram recebidos alguns hóspedes na nau capitania, acrescentando que um dos índios vestia a camisa que lhe havia sido oferecida e como lhes deram de comer e cama de colchões e lençóis para dormir. Aos poucos estavam a conhecer os costumes europeus. Aqui fica mais uma vez a ideia de que, talvez mais do que o português, era o

índio quem de facto revelava fascínio e encantamento pelo *outro*, era o índio quem estava curioso por aprender.

Chegamos ao 1º de maio, sexta-feira, último dia da ancoragem em Vera Cruz. Deste dia, o escrivão conta-nos como saíram em terra e foram colocar a dita cruz de madeira que, dias antes, haviam construído, seguindo com ela em procissão, e como os índios os ajudaram a transportá-la. Depois de colocada, foi dita missa por frei Henrique. Caminha descreve como os índios imitavam os seus gestos durante a missa, mostrando a facilidade com que aprenderiam a fé católica, caso lhes fosse ensinada. Assim o julgamos expresso quando diz: “[...] E segundo o que a mim me pareceu, esta gente não lhes falece outra cousa para ser toda cristã que entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. [...]” (*Op.Cit.* p.80). No seguimento deste relato, Pêro Vaz acrescenta que à mulher que assistia à missa lhe foi dado um “pano com que cobrisse e puseram-lho darredor de si.” (*Op.Cit.* p.81) para logo de seguida afirmar que “ Senhor, que a inocência desta gente é tal, que a d’Adão não seria mais quant’a em vergonha” (*idem*). Vemos, portanto, como o escrivão considera a nudez da população reflexo da sua inocência, do seu estado de pureza face ao conhecimento do mundo. Os índios brasileiros pertenciam a um estado de pré-civilização, estando por isso numa posição inferior face aos portugueses, mas facilmente poderiam ser convertidos e aprenderiam os costumes europeus. Associando o nudismo à inocência do seu uso, Pêro Vaz de Caminha pretende mostrar o primitivismo social do brasileiro, mas também a sua disponibilidade ética para o apostolado cristão (Dias, 1988: 144-145). Ao oferecer indumentária, os portugueses procuravam transmitir à população os costumes de uma sociedade mais avançada, a europeia<sup>55</sup>. Desenham-se aqui, no nosso entender, os primeiros traços de uma tentativa de conduzir o outro civilizacional ao modelo cultural do *eu* descobridor.

---

<sup>55</sup> Sobre esta temática veja-se, por exemplo, Godinho, M. (2000). *Le Devisement du Monde, de la pluralité des espaces à l’espace global de l’humanité XV<sup>ème</sup> -XVI<sup>ème</sup>*. Lisboa: Instituto Camões. Veja-se igualmente Dias, J. (1988). *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Editorial Presença.

Chegamos ao epílogo da carta, o autor faz um resumo da graciosidade que lhe pareceu ter aquela terra e descreve novamente os seus bons ares e de águas infindas. Mas, mais do que a qualidade da terra que, muito embora não tivessem visto ouro, nem prata, podia criar-se nela tudo devido à quantidade de água que tinha, Pêro Vaz de Caminha fala na população e na necessidade de a salvar, ou seja, de lhes ensinar o caminho da fé. É no final da sua carta que o escrivão pede mercê a D. Manuel dizendo (*Op.Cit.* p.84):

“ [...] E, pois que, Senhor, é certo que assim neste cargo que levo, como em outra qualquer cousa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há-de de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular favor mercê, mande vir da ilha de S. Tomé Jorge d’Osoiro, meu genro, o que d’Ela receberei em muita mercê.”

### 2.1.2 A Carta de Mestre João<sup>56</sup>

Como já foi referido, Mestre João informa, logo nas primeiras linhas da sua missiva, que apenas pretende falar a D. Manuel sobre dois assuntos, uma vez que, sobre tudo o que até ali se tinha passado, já outros tinham escrito, “Arias Correa, como todos los otros.” (Cortesão: *Op.Cit.* p.143). O cosmógrafo começa por explicar que no dia 27 de abril, foi a terra para medir a altura do sol na companhia dos pilotos do capitão-mor e de Sancho de Tovar, nomeadamente Afonso Lopes e Pero Escobar<sup>57</sup>. Para esta medição, que serviria para determinar a latitude do lugar, foi utilizado o astrolábio, que permitiria fornecer a altura angular do astro. Transcrevemos da *Ásia* de João de Barros a descrição deste instrumento náutico (Barros, *Op.Cit.*, p.126):

“ Porque como do vfo do astrolabio pera aquelle mister da navegação, auia poco tẽpo q os mareãtes deste reyno se aproveitava, e os nauios erã pequenos: nam cõfiãua muyto de a

<sup>56</sup> Relembramos que para o estudo da missiva de Mestre João, utilizamos a obra de Jaime Cortesão *Op.Cit.*, pp.143-144.

<sup>57</sup> Recorde-se que, segundo a *Carta de Caminha*, neste dia, todos foram a terra e andaram misturados com a população e que tanto os degredados como Diego Dias conheceram as suas habitações e alguns alimentos. Cf. Cortesão, *Op.Cit.* pp.61-62.



tomar dentro nelles por cauza do seu arfár. Principalmente com hũ aſtrolabio de páo de três pálmos de diâmetro, o qual armávã em três páos a maneira de cábreá por melhor segurar a linha ſolar, e mais verificada e diſtintamête poderem saber a verdadeira altura daquele lugar: poſto q levasſem outros de latam mais pequenos, tâ ruſticamente começou eſta arte que tanto fructo tem dado ao nauegar.”

Num discurso técnico, próprio da sua profissão, o Mestre indica os valores das medições que realizou para conseguir localizar a região agora descoberta<sup>58</sup>. Segundo os cálculos efetuados, julgava Mestre João estarem “afastados de la equinocial, por 17 grrados; e, conſygujente, tener el atura del polo antartico en 17 grrados” (Cortesão, *Op.Cit.*, p.143). A margem de erro foi pouco significativa se considerarmos a latitude atual da Baía Cabrália, fixada em 16° 21’ S<sup>59</sup> e se atentarmos nas palavras de João de Barros que afirmava ser o astrolábio ainda pouco utilizado pelos mareantes portugueses<sup>60</sup>. Se, por um lado, os comentários do cosmógrafo sobre o uso de instrumentos náuticos de observação, como as tábuas solares ou o astrolábio, as tábuas da índia ou o quadrante demonstram o avançado conhecimento náutico dos portugueses em 1500, por outro lado, parece-nos que a forma como no final da sua correspondência recomenda que “pera la mar, mejor es rregyrse por el altura del sol, que non por ningunas estrella; e mojoy com estrolabjo que non com quadrante, njn com outro ningud instrumento” (Cortesão, *Op.Cit.*, p.144) confirma o valor experiencial das viagens marítimas e a importância da participação dos portugueses na senda da expansão. Aliás, quando Mestre João se refere à diferença de opinião relativamente à posição da armada (Cortesão, *Op. Cit.*, p. 143):

<sup>58</sup> Veja-se a obra de Fontoura da Costa, *Op.Cit.*, p. 111.

<sup>59</sup> Este tema é desenvolvido por Jorge Couto, p. 169.

<sup>60</sup> Jaime Cortesão considera que o uso do astrolábio já tinha sido divulgado na Península Ibérica e que Martim Behaim terá contribuído para a sua introdução em Portugal para o cálculo da latitude. A sua utilização era adaptada à medida que as explorações no Atlântico Sul se intensificavam. Neste caso, a novidade seria a utilização de astrolábios em madeira, também utilizado por Bartolomeu Dias no Cabo da Boa Esperança. Guy Beaujouan, por sua vez, defende que a cultura astronómica e astrológica existente em Portugal desde o início do século XIV resulta de um trabalho conjunto judeu-castelhano-português. Sobre a ciência náutica dos portugueses na época dos Descobrimentos, consulte-se Cortesão, J. (1983). *L’expansion des portugais dans l’histoire de la civilization*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, em especial capítulo VII, pp. 51-74. Veja-se ainda Beaujouan, G. (1971) *L’Astronomie dans la Péninsule Ibérique à la fin du Moyen Âge*. Em Revista da Universidade de Coimbra, vol.24. pp. 13-32.

“ que todos los pylotos vanadjante de mj, en tanto que Pero Estobar va adjante 150 leguas, e outros mas e otros menos; preo quien djsio la verdade, non se puede çertyficar, fasta que enboa ora allegemos al cabo de Boa Esperança, e ally sabrremos quien va mas çierto; ellos com la carta, o yo com la carta e com ele estrolabjo.”

e quando, devido à ondulação, explica não ser possível utilizar as tábuas da índia (*Op.Cit.*, p.144):

“ [...] e outro tanto casy digo de las tablas de la Indja, que se non pueden tomar com ellas, synon com muj mucho trabajo; que sy Vosa Alteza supysse como desconçertavan todos en las pulgadas, rreyrya dello mas que del estrolabyo; porque desde Lisboa até as Canarias, unos de otros desconçertavan en muchas pulgadas, que unos desyan, mas que otros, três e quatro pulgadas; [...] e esto, rresguardando todos, que el tomar fuese a una mjsma ora [...] ” (p.144).

demonstra as dificuldades vividas pelos mareantes e de como se procurava estudar a melhor forma de utilizar aqueles instrumentos. Seria, pois, pela prática quotidiana que se adquiriria o conhecimento das coisas. Seguidamente, o Mestre indica que a localização daquela terra pode ser encontrada no *mapa-mundi* de Pêro Vaz Bisagudo<sup>61</sup>, muito embora não explicita se se trata de uma terra habitada ou não. Dá indícios de se tratar (a terra) de um conjunto de quatro ilhas e que os seus habitantes viviam em conflito: “ [...] Ayer casy entedjmos por aseños que esta era ysla, e que eram quatro, e que de outra ysla vyenem aqui almadjas a pelear com ellos, e los llevan catjvos. [...] ” (*Op. Cit.*,p.143).

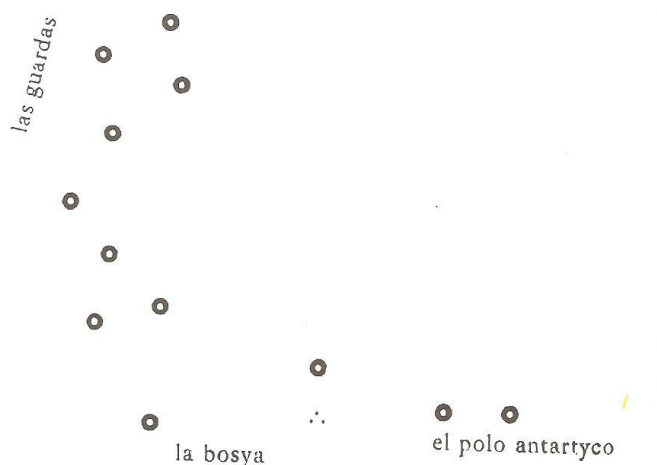
Na continuação da sua missiva, Mestre João informa o monarca, que em virtude da doença que o atormentava e das más condições do navio tinha tido algumas dificuldades em estudar sobre as estrelas. Mestre João faz, contudo, uma descrição e um esbo-

---

<sup>61</sup> Damião Peres explica que Pero Vaz da Cunha, o Bisagudo, fora navegador de D. João II ao comando de uma frota com destino ao Senegal na qual seguia o cristianizado príncipe indígena Bemoim. O mesmo historiador considera que a terra descrita no mapa de Bisagudo não é a terra do Brasil mas sim alguma ilha da fantasia com que normalmente os cartógrafos decoravam os seus mapas. *Cf.* Peres, D. *Op. Cit.* pp.98-100. Este parágrafo tem suscitado grandes dúvidas aos investigadores e para muitos o indicio de que o Brasil já tinha sido descoberto antes de 1500. Samuel Elliot Morison sugere que “Mestre João se deve ter lembrado de ter visto, em casa de Bisagudo, um mapa-mundo de tipo e época dos de Martim Behaim e Henricus Martellus, no qual fora colocada uma anónima ilha mítica à latitude de 17° S. E pensou que uma vista de olhos ao mapa permitiria, melhor que qualquer descrição, que o rei visualizasse a localização do Brasil, pelo que sugeriu que o monarca pedisse o mapa emprestado.” *Cf.* Morison, S. (1940). *As viagens Portuguesas à América*. Lisboa: Teorema, pp.76-77.

ço da constelação austral<sup>62</sup>, embora acrescente não ter conseguido saber em que grau estava cada uma delas devido à ondulação do navio. Esta descrição é considerada como a primeira descrição escrita do Cruzeiro do Sul (*idem*):

“ Tornando Señor, al propósito, estas guardas nunca se esconden; antes sempre andan en derredor, sobre el horizonte, e aun está dudoso, que non sê qual de aquellas dos mas baxas sea el polo antartyco; e estas estrelas, principalmente las de la crus, son grandes, casy como las del carro; e la estrella del polo antartyco, o sul, es pequena, como la del norte, e muy clara; e la estrella que esta en rriba de toda la cus es mucho pequena. [...]”.



**Ilustração 1** - Constelação Cruzeiro do Sul representada por Mestre João na sua missiva dirigida ao rei D. Manuel, a 1 de maio de 1500<sup>63</sup>

Embora seja quase certo que esta tenha sido, de facto, a primeira referência escrita daquela constelação austral, alguns investigadores preferem atribuir essa primazia a Américo Vespúcio. Numa carta dirigida a Lorenzo di Pierfrancesco de' Medici, conhecida pelo nome de *Mundus Novus*, encontramos o relato da viagem de 1501-02, realizada sob as ordens de D. Manuel I pela costa do Brasil, em que relata, para além da

<sup>62</sup> Sobre o esboço das estrelas desenhado por Mestre João, Abel Fontoura da Costa recupera as palavras de Pereira da Silva que confirma a veracidade esquemática do Cruzeiro do Sul. *Vide* Costa, A. (1983). *A Marinharia dos Descobrimentos*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, p. 120.

<sup>63</sup> Retirado de Cortesão, J. (1994). *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. p. 144.

terra e dos seus habitantes, o céu visto daquela novo continente. Pelo que nos foi possível pesquisar, parece-nos ser esta a descrição que faz das estrelas:

“Le ciel s’orne d’astres et de constellations magnifiques; j’y ai remarqué environ vingt étoiles aussi brillantes que nous apparaissent parfois Vénus et Jupiter.[...] j’ai vu dans le ciel trois Canopes, deux brillants et un troisième obscure. Le pôle Antarctique n’a ni Grande ni Petite Ourse, comme notre pôle Arctique; on ne voit près de lui aucune étoile brillante et de celles qui autour de lui décrivent une courte révolution, il en est trois qui font un triangle rectangle, et don’t le rayon de circonférence fait  $9^{\circ} 30'$ . Avec elles, à l’est, on voit, du côté gauche, un Canope blanc d’une extrême grandeur [...]”.

Acrescenta ainda que:

“Après ells, il vient deux autres don’t le rayon de circonférence fait  $12^{\circ} 30'$ ; avec ells, on voit un autre Canope blanc. Leur succèdent six autres étoiles les plus belles et les plus brillantes parmi toutes celles de la huitième sphere: sur la surface du firmament, leur rayon de circonférence fait  $32^{\circ}$ ; en leur compagnie se déplace un Canope noir d’une taille immense [...]”.



**Ilustração 2** - Representação das estrelas do Cruzeiro do Sul por Américo Vespúcio<sup>64</sup>

O investigador Nuno Crato<sup>65</sup> resume os estudos realizados sobre esta matéria deixando claro que a descrição de Américo Vespúcio não corresponde às estrelas do Cruzeiro do Sul, pois, segundo Malheiro Dias (1921:70-71), Luciano Pereira da Silva ou Luís de Albuquerque esta constelação estendia-se entre 30 e 36 graus de distância

<sup>64</sup> Retirado de Santos, I. (2000). *La découverte du Brésil- les premiers témoignages choisis & présentés par Ilda Mendes dos Santos*. Paris: Chandeigne. p. 102.

<sup>65</sup> Vide Crato, N. (2000). *Bandeira de Navegantes*. Em *Revista Camões*, nº 8, Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos portugueses, pp.90-91.

polar, enquanto Américo Vespúcio a localiza a cerca de 10 graus do polo. Ainda que a sua descrição representasse a mesma constelação austral, seria Mestre João o primeiro a registá-la, já que, apesar de descoberta impressa pela primeira vez em 1843, a sua carta foi redigida em 1500, durante a estadia da frota cabralina em Vera Cruz. Américo Vespúcio fez a sua viagem um ano mais tarde e a sua primeira impressão datada terá sido em 1504<sup>66</sup>. Acreditamos que o sucesso imediato da missiva de Américo Vespúcio e o facto de ter sido conhecida em primeiro lugar e divulgada em diversas cidades europeias pode ter contribuído para uma maior e aprofundada investigação por parte da sociedade científica internacional. Acresce o facto de encontrarmos entre os investigadores portugueses e brasileiros, por exemplo Eurico de Góis (1908) e Marcondes de Sousa (1946), duras críticas à carta do cosmógrafo a quem acusam de incorrer em erros graves ao descrever as estrelas do céu austral<sup>67</sup>. Marcondes de Sousa, defende igualmente que terá sido o navegante Alvise Cadamosto quem em 1455 viu e descreveu o cruzeiro do Sul pela primeira vez (1946:210).

Não desenvolveremos esta questão uma vez que se afasta do propósito da nossa investigação e porque a este respeito não possuímos informação suficiente para nos posicionarmos face a uma ou outra teoria, cremos, contudo, serem demasiado duras as palavras de Marcondes de Sousa. Ainda que apresente informações menos corretas, reconhecemos valor prático à missiva de Mestre João pois as suas recomendações náuticas poderiam ter contribuído para facilitar o uso dos instrumentos de observação nas viagens posteriores. Lembramos que o próprio autor reconhece dificuldades em realizar as suas observações e que demonstra estar numa fase experimental a utilização dos diversos instrumentos. Só com a experiência do mar se poderia encontrar a melhor forma de tornar num sucesso as viagens dos portugueses. Consideramos que Mestre João Faras usa de um discurso técnico e prático correspondente à sua profissão. Ao contrário do texto de Pêro Vaz de Caminha, não percorre no seu discurso a beleza e fascínio por Vera Cruz e seus habitantes, mas o seu objetivo era, na nossa opinião, tão só o de

---

<sup>66</sup> Cf. Santos, I. *Op. Cit.* p.91.

<sup>67</sup> Vide Sousa, M. *Op. Cit.*, pp. 210- 215.

informar o monarca dos seus trabalhos e, como já aludimos, demonstrar a sua lealdade para com o monarca e assim receber as suas mercês. Mais uma vez se confirma como as vivências e a experiência pessoal do autor dos registos, interferem e moldam o discurso.

Finalmente, em relação ao tempo que Mestre João demorou a redigir a sua epístola, podemos aferir da sua produção faseada. As suas palavras sugerem que a tenha iniciado a 28 de abril – “ayer segunda feria, que fueron 27 de abril, [...]” - e concluído a 1 de maio – “Fecha en Vera Crus, a primero de Mayo de 500. [...]” (Cortesão, *Op. Cit.*, p.144) véspera da partida, no mesmo dia em que também Caminha assinava a sua missiva. Mestre João termina assim a sua redação, quase da mesma forma como a havia começado. Assina o seu nome e enumera os seus cargos: “[...] Do criado de Vosa Alteza e voso leal servjedor Johanes artium et medicine bachalarius”. (*idem*).

### 2.1.3. A Relação do Piloto Anónimo<sup>68</sup>

No relato do piloto anónimo a narrativa apresenta-se dividida em capítulos embora esta não seja a forma original. João Rocha Pinto (*Op. Cit.*, p.124) e Ana Paula Avelar, (2003a: 92) alertam para uma organização formal que obedeceria às regras da imprensa, cujo objetivo era padronizar e organizar a escrita bem como apelar à visão do autor. Os episódios descritos não correspondem ao fluir dos dias ou dos acontecimentos mas sim a apontamentos considerados relevantes aos olhos do seu autor. Ao longo de vinte e um capítulos expostos, o piloto anónimo traça o caminho percorrido pela frota cabralina desde a partida de Lisboa até ao seu regresso. É, portanto, o único dos três documentos aqui escrutinados que apresenta a viagem completa, com a partida, o percurso e o regresso. O encontro com a terra de Vera Cruz é descrito nos três primeiros capítulos.

---

<sup>68</sup> Para o estudo da *Relação* baseamo-nos na obra de Jaime Cortesão. *Op. Cit.* pp. 145-166.

A sua *Relação* começa com informações acerca da viagem: o nome do capitão-mor, a data da partida, o número de embarcações e qual seria o seu destino. Descreve como foi “ElRei entregar pessoalmente ao Capitão mór o Estandarte Real para a dita Armada no Rastello, onde está o Convento de Belém” (Cortesão, 1994: 145) e como daí seguiram, com bom tempo. Indica os dias da semana em que passaram as ilhas Canárias, primeiro, e as de Cabo Verde, a seguir. Tal como Caminha, também o piloto anónimo comenta, mas sem se alongar na informação, que depois de se passar esta ilha, “esgarrou-se huma náó da Armada, por fóрма tal, que não soube mais della.” (*idem*). A vista de terra deu-se a 24 de abril, quarta-feira, dado que não coincide com o indicado no texto de Pêro Vaz de Caminha que aponta o dia 22. Na primeira descrição que faz revela que “era muito povoada de árvores, e de gente que andava pela praia” (*idem*). Sem se deter em grandes pormenores descritivos diz sobre os autóctones que eram “[...] gente parda, bem disposta, com cabellos compridos; andavão todos nús sem vergonha alguma, e cada hum delles trazia aquelle seu arco com frexas, como quem estava alli para defender aquelle rio. [...]” (*idem*). Logo de seguida refere ter sido impossível a comunicação, pois “não havia ninguém na armada que entendesse sua linguagem”<sup>69</sup> (*idem*).

A narração prossegue com os principais acontecimentos do dia, segundo a opinião do autor da *Relação*. Menciona que, devido ao mau tempo que se fez sentir, foi necessário procurar um lugar mais abrigado para lançar âncoras e como, na tentativa de conhecer melhor aquele povo, foram dois levados ao Capitão-mor. Sobre este episódio, minuciosamente desenhado por Pêro Vaz de Caminha, o piloto pouco mais afirma para além de que não houve entendimento e que os índios se mostraram contentes e maravilhados com os presentes que receberam: “huma camiza, hum vestido, e hum barrete vermelho” (*Op. Cit.*, p.146). Acrescenta como nessa noite os dois índios “ficaram retidos”, deixando a ideia de que tinham sido detidos à força, aspeto bem contrário ao retratado pelo escrivão.

---

<sup>69</sup> A este propósito disse Pêro Vaz de Caminha que a falta de entendimento deveu-se ao barulho provocado pelas ondas do mar. Cf. Guerreiro, M. *Op.Cit.*, p. 35.

No capítulo<sup>70</sup> seguinte o piloto anónimo começa por assinalar a realização da missa e conta como alguns dos naturais também assistiram à celebração e depois “bailavão e tangião nos seus instrumentos” (*idem*). É ainda neste capítulo que são destacadas as principais características da terra:

“ [...] achámos neste lugar hum rio de agoa doce [...] tem muitas aves de diversas castas [...] A terra he abundante de arvores, e de agoas, milho, inhame, e algodão; e não vimos animal algum quadrupede: o terreno é grande, porém não podemos saber se era Ilha ou terra firme; ainda que nos inclinamos a esta ultima opinião pelo seu tamanho. Tem muito bom ar [...] “

Da mesma forma, descreve com mais pormenor os homens e mulheres da terra dizendo, por exemplo, que “ [...] os homens são baços, e andão nós sem vergonha, tem os seus cabellos grandes, e a barba pelada [...] as mulheres andão igualmente nuas, são bem feitas de corpo, e trazem os cabellos compridos [...]” (*idem*). Como também o fizera Caminha, a caracterização do índio é mais pormenorizada, revelando com maior detalhe os seus adornos e pinturas corporais. Ao mesmo tempo, as suas casas são descritas, nos mesmos moldes em que o escrivão tinha feito o seu registo. Diz-nos o piloto anónimo que “[...] As suas casas são de madeira, cobertas de folhas e ramos de arvores, com muitas collunas da páo pelo meio, e entre ellas e as paredes prégão redes de algodão [...] ” (*idem*). Continuando com a sua exposição, declara não ter visto ferro nem outro metal, numa provável referência ao ouro e prata, tão desejados pelos portugueses. Pela descrição que faz do observado não podemos deixar de considerar que também ele sentia admiração e fascínio por aquela terra e os seus habitantes. A forma como representa as aves e a minúcia com que ilustra o peixe, faz-nos parecer que talvez tenha sido a fauna a causar maior interesse e espanto ao autor. Recolhemos essa descrição:

“ [...] o peixe que tirão he de diversas qualidades, e entre elle vimos hum, que podia ser do tamanho de um tonel, mas mais comprido, e todo redondo, a sua cabeça era do feitio da de hum porco, os olhos pequenos, sem dentes, com as orelhas compridas [...] a pele era da grossura de hum dedo, e a sua carne gorda e branca como a de porco. [...]” (*idem*).

---

<sup>70</sup> Relembramos que a divisão em capítulos foi estabelecida por critérios de impressão como desenvolvemos nas páginas 35 e 60 deste trabalho. Esta designação foi apenas adotada por nós para facilitar a nossa explanação.



A índole descritiva obriga, como vemos, à utilização de muitos adjetivos e, quando diante de algo nunca visto, tentam fazer-se comparações com algo que é já conhecido. Assim o fez também Pêro Vaz de Caminha.

No terceiro capítulo são reveladas as últimas informações sobre a estadia naquela região. O narrador informa que o capitão-mor mandou que fosse enviado o barco de mantimentos com a informação do achamento daquela terra, “o qual trouxe a ElRei as cartas em que se continha tudo quanto tínhamos visto e descoberto” (*Op. Cit.*, p.147). Informa igualmente sobre a colocação da cruz de madeira na praia e que aí foram deixados os dois degredados. Esta atitude seria usual, como nos comprova a afirmação do autor: “[...] deixando nella dous homens condenados á morte, que trazíamos na Armada para este effeito [...]” (*idem*). Ainda sobre este caso acrescenta: “os quaes começarão a chorar, e forão animados pelos naturaes do paiz, que mostravão ter piedade deles. [...]” o que, no nosso entender, realça a aproximação e confraternização vivida entre os dois povos durante aqueles dias em Vera Cruz.

A partida foi a dois de maio e daí seguiram “para hir demandar o Cabo da Boa Esperança”. Também neste capítulo, o autor conta como uma grande tempestade fez com que quatro navios tivessem desaparecido e como os restantes se perderam uns dos outros. A primeira terra que encontraram foi a Arábia e pelo que viram enquanto navegavam ao longo da praia, deram conta de ser “muito populosa, [...] muito fructifera, com muitos rios grandes, e muitos animaes, de modo que toda era bem povoada [...]” (*Op. Cit.*, p.148). Estamos perante uma visão do mar para a terra que não permite mais do que uma leitura superficial. De seguida, rumaram até Sofala, onde encontraram navios mouros carregados de ouro. O piloto anónimo conta como antes de ficar com a carga, o capitão-mor mandou chamar os capitães das ditas embarcações e, tendo tido conhecimento de se tratarem dos primos de El-Rei de Melinde e de que as naus eram suas, mandou devolver o ouro. O capitão ficou também a saber pelos mouros que em Sofala havia muito ouro e que o seu rei vivia em Quiloa, cidade que se encontrava na rota da viagem.

Em Moçambique, onde chegaram no dia vinte de julho, fizeram aguada e arranjaram um piloto que os levasse àquela cidade, onde chegaram seis dias depois. Aí chegados, Pedro Álvares Cabral tentou negociar com o rei mas sem sucesso. As diversas tentativas de entendimento obedeciam às regras estabelecidas pelo rei D. Manuel <sup>71</sup> mas, segundo a opinião do piloto anónimo, o rei estava persuadido de que os portugueses eram corsários e não quis negociar. Antes de narrar este episódio, o piloto detém-se na descrição da terra e das suas gentes. Mais uma vez constatamos que o contacto temporário com os outros povos não podia permitir uma descrição muito detalhada, pelo que essas descrições são sobretudo resultado da observação imediata. Diz o autor que “[...] Esta Ilha he pequena, junta com a terra firme, e tem huma bella Cidade; as suas casas são altas ao modo de Hespanha: habitão nella mercadores ricos [...] os da terra andão vestidos de panos de algodão finos, e de sedas e brocados finíssimos, e são negros. [...]” (*Op. Cit.*, p.149). Não tendo conseguido atingir os seus propósitos, o capitão manda seguir viagem rumo a Melinde. Deixamos uma nota sobre as informações que o piloto refere acerca da existência de cristãos e das lutas travadas entre estes e os Mouros. Nesta referência o autor não certifica a informação, pois só por declarações de terceiros o souberam.

No capítulo V é relatada a estadia na cidade de Melinde e como foram recebidos em festa por aquele rei. O procedimento para os primeiros contactos foi idêntico ao verificado em Quiloa, embora com diferentes resultados. Ao longo do seu relato, o piloto suspende a narração para descrever com mais pormenor o que despertou a sua atenção. Foi o caso das naus de Cambaia: “[...] cada huma do porte de cem toneladas; são muito bem feitas, de boas madeiras, e bem cosidas com cordas pois não tem prégos [...]” (*Op. Cit.*, p.151) e a receção no palácio de ElRei (*idem*):

“ [...] o seu palácio era junto da praia, e antes que os portuguezes chegassem a elle, lhe vierão ao encontro muitas mulheres com perfumadores chãos de brazas, deitando-lhes tantos perfumes, que toda a terra estava embalsamada [...] o rei estava assentado em huma cadei-

---

<sup>71</sup> As diligências tomadas pelo capitão-mor obedeciam às diversas instruções que foram entregues pelo monarca antes da partida das quais são conhecidos fragmentos. *Vide* Cortesão, J. (1994). *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp.115-125.

ra, acompanhado de muitos Mouros dos principaes [...] e todos a hum tempo derão hum grande grito no meio da sala, dando graças a Deos em ter por amigo hum tão grande Rei e Senhor como era ElRei de Portugal [...]"

Nos capítulos seguintes o autor enumera as terras por onde foram passando até à chegada a Calecute pelo que é possível, através do seu registo, traçar a rota de Pedro Álvares Cabral. Simultaneamente, enuncia algumas características dessas regiões, como por exemplo, do Estreito de Meca, “que terá obra de legoa e meia de largo, e dentro delle jaz o mar roixo”, do mar da Pérsia, onde “no meio deste mar há huma Ilha pequena chamada Julfar, na qual se pescão muitas e belíssimas pérolas” ou ainda de Ormuz, “onde ha optimos cavallos que se levão a vender por toda a India, e tem hum grande valor [...]” (*Op. Cit.*, p.152). Partilhamos da opinião de Ana Paula Avelar ao considerar que este *corpus* descritivo traduz as perceções autorais dos costumes locais, facilitadoras dos contatos com o *outro* o que demonstra que os costumes são focalizados pelo olhar. (Avelar: 2003a, 143). Continuando a sua narrativa, conta-nos o piloto anónimo que à chegada a Calecute foram recebidos por uma frota de batéis onde vinha o Governador que, segundo nos diz o autor, manifestou grande prazer pela chegada das naus portuguesas. No dia seguinte, o capitão-mor enviou a terra cinco índios trazidos de Portugal, entre os quais um Mouro e quatro Gentios “e enviou-os todos muito bem vestidos á Cidade, para falar com ElRei, e dizer-lhe a cauxa porque alli eramos chegados. [...]” (*Op. Cit.*, p.153). Esta anotação sobre as suas roupas mostra como se tratou de um ato premeditado cujo objetivo era, segundo cremos, mostrar como tinham os naturais daquelas terras sido bem tratados durante o período em que estiveram em Portugal, num sinal de respeito e amizade para com o povo indiano.

Outro aspeto relevante que importa mencionar tem a ver com a comunicação, já referida por nós, por ser elemento base para um bom entendimento entre os povos e que, como vemos, aparece referenciada nos três documentos. Sobre este assunto diz-nos o piloto que o capitão da armada mandou “desembarcar logo Affonso Furtado com hum Interpreta, que sabia falar Arabigo” (*idem*) e que devia informar o rei que “estas náos erão de ElRei de Portugal, que as mandava a esta Cidade para tratar de Paz, e trafico de mercancias.” (*idem*). Ao contrário do que aconteceu nas terras brasileiras, em que não

foi possível chegar à fala com os autóctones, por não haver quem entendesse a sua linguagem, na Índia, pelo menos no que à viagem cabralina diz respeito, tal problema não aconteceu. Na frota seguiam os *língua*<sup>72</sup>, importantes intermediários nas relações comerciais e que normalmente eram levados das diversas regiões onde Portugal estabelecia contactos para o reino onde aprendiam o português. Julgamos que neste caso retratado pelo piloto anónimo, seria Gaspar da Índia<sup>73</sup> o intérprete a acompanhar Afonso Furtado, escrivão da feitoria que se havia de fazer em Sofala<sup>74</sup>. Este intérprete judaico, de Angediva, fora capturado por Vasco da Gama e acabou por se converter ao cristianismo e participar em diversas viagens marítimas, acabando por ter papel de relevo, como veremos com maior detalhe no terceiro capítulo do nosso trabalho.

Também na chegada a Melinde, conta-nos o narrador, o capitão-mor tinha enviado a terra um feitor que sabia falar Mouro e com ele a carta que D. Manuel enviou ao rei de Melinde, adita que “de huma parte era escrita em Portuguez e da outra em Arabigo” (*Op. Cit.*, p.150). Veja-se como para este encontro com a Índia tudo tinha sido preparado ao pormenor, até porque se queriam evitar os mesmos erros da viagem de Vasco da Gama. Para que a viagem cumprisse com os seus propósitos era necessário que falassem a mesma língua. Mas, como dirá este autor, nem sempre a utilização de intérpretes facilitava o entendimento e favorecia os negócios. Esta ideia parece-nos ilustrada na seguinte citação: “[...] O Interprete que fallava por nós era Arabe, de modo que não se podia falar ao Rei, sem se meterem Mouros de permeio, que são huma gente má e muito nossa contraria; que a todo o instante usavão de embustes, e nos prohibião que mandássemos ninguém ás náos [...]” (*Op. Cit.*, p.157).

---

<sup>72</sup> Sobre os *língua*, veja-se o trabalho de investigação realizado por Sara Maria Milreu Rocha que identifica e caracteriza os *língua* sinalizados por João de Barros na *Asia dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Vide Rocha, S. (2011). *Dinâmicas de poder dos intérpretes/língua na Ásia de João de Barros*. Lisboa: Universidade Aberta.

<sup>73</sup> Algumas informações importantes sobre Gaspar da Índia podem ser encontradas em Cortesão, J. (1994) *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp.65-67.

<sup>74</sup> Cf. Barros, J. (1988). *Ásia dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Década Primeira, Livro V, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.178.

A narração prossegue com o relato dos principais acontecimentos, nomeadamente da chegada em terra de Pedro Álvares Cabral, depois de cumpridas todas as ordens a que estava obrigado. O piloto anónimo adita igualmente que durante a ausência do capitão-mor na nau capitânia ficou responsável Sancho de Tovar<sup>75</sup>, fidalgo castelhano a quem D. Manuel I atribuiu o comando na nau *El Rei* e que devia substituir o capitão-mor em caso de impedimento deste (Couto, 1997:164). Seguidamente, é-nos contado o encontro entre Pedro Álvares Cabral e o rei de Calecute. A descrição minuciosa que o narrador faz deste episódio ilustra bem o seu espanto e faz prova das riquezas e da grandeza daquele povo. Exemplificamos com a seguinte citação (*Op. Cit.*, p.154):

“ [...] Estava ElRei em huma casa alta, assentado em hum estrado com duas ou três almofadas de seda debaixo do braço; a coberta deste estrado era de seda côr de purpura; estava nú da cintiura para cima, e dalli para baixo envolvido em hum panno de seda e algodão muito subtil e branco, e com muita roda, todo lavrado em ouro [...] as suas orelhas erão furadas e dellas pendião grandes brincos d’ouro, com rubins de muito preço[...] Os dedos das mãos estavão também cobertos de joias, como rubins, esmeraldas e diamantes; e entre estes hum do tamanho de huma fava grande [...]”

Outro dado deve ainda ser realçado durante este momento da narração e que se reporta aos costumes daquele povo que vão sendo a florados pelo narrador. A certa altura declara que “ [...] quando o Capitão mór entrou, quis hir direito beijar-lhe a mão; porém accenarão-lhe para que parasse, por não ser costume entre eles avizinhar-se-lhe ninguém, e assim o fez [...] ” (*Op. Cit.*, p. 155). Mais do que salientar as diferenças culturais dos dois povos, ilustra também os embaraços a que estavam sujeitos os portugueses por desconhecerem os seus costumes.

No capítulo X, o autor elucida-nos sobre os incidentes vividos no regresso de Pedro Álvares Cabral à nau capitania. Na sua explanação, explica como um Zambuco daquela cidade se dirigiu às naus portuguesas onde estavam retidos os reféns que tinham servido como garantia da segurança de Cabral e assegurado a sua saída em terra, como era seu regimento, e os avisou da chegada do capitão. Ao ouvi-lo, todos saltaram para a água e apenas dois foram recuperados pelo feitor Aires Correia. Tendo ficado em terra muitos portugueses e muita «fazenda» os portugueses ficaram numa situação fragiliza-

---

<sup>75</sup> Sobre Sancho de Tovar veja-se, por exemplo, Cortesão, J. *Op.Cit.* pp.55-56.

da. O piloto descreve alguns momentos de tensão que punham em causa a segurança dos portugueses que tinham ficado em terra e que, depois de falhar a primeira tentativa de trocar os nossos homens pelos que estavam retidos na nau capitania, começaram a ser ameaçados de morte. O impasse causado por aquela situação apenas ficou resolvido quando Pedro Álvares Cabral se reuniu com os demais capitães e todos concordaram em enviar o feitor Aires Correia negociar com o rei daquela cidade, o que ainda se prolongou durante alguns meses.

Entre os capítulos XII e XVI encontramos o discurso mais descritivo de toda a narração do piloto anónimo. É aqui que dá a conhecer ao leitor o modo de vida e os costumes da população indiana, compõe através do seu discurso a imagem daquela cidade, dado que o tempo em que decorriam os negócios permitiu uma aproximação à terra e às suas gentes. Tempo e espaço conjugam-se na construção da identidade do homem e do seu reconhecimento. Isto mesmo é subentendido nas palavras do próprio autor quando diz que lhe é possível ter mais conhecimento daquela terra do que aqueles que em primeiro lugar ali chegaram, numa referência à frota de Vasco da Gama. Segundo o autor “ [...] O Rei de Idolatra, ainda que alguns pensarão que era Cristão; mas procede isto de não terem sabido tanto dos seus uzos, como nós, que temos negociado bastante em Calicute [...]. (*Op. Cit.*, p.158).

A experiência torna-se pouco a pouco motor do conhecimento e espelho do real observado. O piloto anónimo começa por descrever a terra dizendo que a “Cidade de Calicut he grande, e não tem muros que a cerquem [...] as casas [...] são de pedra e cal e chapeadas de relevos, e em cima cobertas de folhas de palmeira” (*Op. Cit.*, p.158). Em seguida, caracteriza os seus habitantes: primeiro a cor da pele, “homens pardos como os Mouros, mas bem-dispostos» (*idem*); depois a forma como se apresentam, “Andam nús da cintura para cima, e trazem à roda de si panos finos de algodão brancos e de outras côres”. Apresenta algumas diferenças entre os “Gentis-homens” e os “grandes Senhores”: “Não uzam de calçado nem de barretes, salvo os grandes Senhores que os trazem de veludo e brocado” [...] (*idem*). Depois, sobre as suas armas, conta que “trazem espada e adraga, e as espadas nuas; são mais largas na ponta do que no resto, e as adragas

redondas, como rodela de Italia” [...] (*idem*). Nesta descrição vimos, mais uma vez, como as novas realidades são representações construídas à imagem daquilo que é conhecido.

As relações entre homens e mulheres, pela sua diferença com a realidade portuguesa, mereceram uma prolongada interrupção no relato dos acontecimentos. Não querendo garantir que todos os dados enunciados correspondam à transcrição exata da realidade, certo é que são resultado de um longo período de contacto e de observação do quotidiano da população. Veja-se como a sua opinião pessoal sobre esta realidade transparece na exposição seguinte (*Op. Cit.*, p. 159).

“ [...] Casão com uma só mulher, e convidão sinco ou seis dos seus maiores amigos para dormirem com ella; de modo que entre eles não há honestidade, nem vergolha, e assim as raparigas quando tem oito anos principião a prostituir-se. Estas mulheres andão nuas assim como os homens, e trazem sobre si muita riqueza e os cabelos muito bem pintados; são muito luxuriosas, e pedem aos homens que lhe tirem a virgindade; porque em quanto estão virgens não acham marido [...]”.

Sobre os seus usos e costumes indica (*idem*):

“ [...] comem duas vezes ao dia, porém não usão de pão, vinho, carne, ou peixe; mas sim de arroz, manteiga, leite, açúcar e frutas. Lavão-se antes de comer, e depois de lavados, se algum que não o estivesse, lhe tocasse, não comerião sem o tornar a lavar; [...] e que homens e mulheres trazem todo o dia na boca huma folha de betele, que tem a propriedade de a fazer vermelha, e os dentes negros [...]”

Ao longo destes capítulos damo-nos conta de como as descrições são feitas do geral para o particular, daquilo que é facilmente visível num primeiro olhar, para o que necessita de uma atenção e de uma convivência com o *outro*, só possíveis pela permanência e experiência adquirida. Essa evolução acompanha a narração dos factos, ou seja, o conhecimento mais aprofundado dos íncolas vai acontecendo com o decorrer do tempo, com o passar dos dias e das semanas.

O piloto anónimo salienta ainda as diferenças entre as diferentes castas existentes, os mercadores Guzarates “grandes músicos e escrivães” e os Zetires, “grandes tratadores de joias” (*Op. Cit.*, p.160); fala do grande número de mulheres do rei de Narsinga e de como todas elas são queimadas vivas após a morte do soberano. Evidencia,

igualmente, o uso de animais, nomeadamente cavalos e elefantes, nas guerras e, por último, explica em que alturas do ano as naus podem navegar: “ [...] As náos não navegam aqui senão em outubro e novembro, até o fim de março; nestes mezes he o seu verão e nos outros o inverno, durante o qual tem as náos em terra. [...] ” (*Op. Cit.*, p.161). O fracasso da empresa de Pedro Álvares Cabral em estabelecer feitoria nesta região começa a desenhar-se a partir do capítulo XVII, quando se conta como os mouros, insatisfeitos com a presença dos portugueses naquelas paragens, os acusaram de terem “ajuntado em terra mais riquezas do que levamos para o seu Reino, e eramos ladrões e roubadores, que andávamos pelo mundo [...] ” (*Op. Cit.*, p. 162). Concordando com os Mouros e porque El-Rei receberia, com a morte dos portugueses, a feitoria, deu-se o famoso massacre de Calicute, onde, de acordo com as informações da *Relação*, apenas sobreviveram cerca de vinte pessoas estando Aires Correia e Pêro Vaz de Caminha entre as vítimas do massacre. Também a vingança dos portugueses é aqui desenhada, demonstrando o poder bélico da frota Cabralina e a violência dos ataques ordenados pelo capitão-mor. Talvez por ter vivenciado o massacre e por ter sentido a sua vida em risco, a descrição do ataque português não revela grande admiração, antes naturalidade face aos antecedentes do combate.

Depois daquele ato de violência, as naus seguiram para Cochim para carregar. O capítulo XVIII dá-nos conta que no caminho encontraram duas naus de Calicute e as queimaram. Permaneceram naquela cidade durante quinze dias e aí fizeram as suas compras. Quando o carregamento estava praticamente completo, apareceu uma nau de Calicute que o rei de Cochim pediu ajuda para combater. Como, na altura em que se preparava para os combater, o capitão-mor percebeu que as outras naus da frota não estavam ainda em posição para atacar, decidiu, “em conjunto com os outros Capitães, tomar o rumo de Portugal” (*Op. Cit.*, p.164), deixando ficar para trás o feitor com alguns homens e levando consigo os reféns de Cochim. Passando por Cananor, carregaram o resto da carga com canela e, depois de pedir ao rei daquela cidade “hum homem para ver as cousas de Portugal” (*Op. Cit.*, p.165), seguiram viagem.



Os dois últimos capítulos retratam já os acontecimentos da viagem de regresso. A partir daqui o leitor fica a saber como a nau de Sancho de Tovar, que seguia à frente de todas as outras, bateu em terra mas, com muita dificuldade devido aos fortes ventos que se faziam sentir, se conseguiu salvar a tripulação apesar de todas as especiarias se terem perdido. Seguindo viagem, fizeram aguada e recolheram lenha em Moçambique de onde o capitão ordenou a Sancho de Tovar que fosse reconhecer Sofala. O grupo onde seguia o capitão-mor e o piloto anónimo prosseguiu viagem. O relator conta como atravessaram uma tempestade e uma das quatro naus se perdeu de vista.

Antes da chegada a Portugal cruzaram-se com outras embarcações que tinham sido enviadas pelo rei D. Manuel com destino a Vera Cruz e ficaram a saber que a nau que na primeira tempestade se tinha perdido foi dar a Meca e que lhes tinha sido retirada toda a tripulação e que agora apenas seguiam seis homens, sem nada para comer e beber, a não ser a água que recolhiam das chuvas. A Portugal chegaram no final de julho e um dia depois chegou também a nau de Sancho de Tovar e a nau que se tinha perdido na última tormenta. Das trezes naus que a 9 de março zarparam de Lisboa apenas seis regressaram.

## 2.2. Percursos da viagem e enquadramentos narrativos

Depois da leitura que fizemos dos três documentos, cabe-nos agora refletir um pouco sobre a forma que cada autor utilizou para descrever a viagem e, principalmente, em que molde construiu a imagem de outros mundos, até aí desconhecidos. Para além disso, e dado que a *Relação* do piloto anónimo retrata toda a viagem da frota cabralina, veremos em que medida as descrições das terras americanas e asiáticas se assemelham ou diferenciam. O mapa que apresentamos em seguida permite visualizar os percursos narrativos de Pêro Vaz de Caminha e do piloto anónimo e em conjugação com os quadros sinópticos que ilustram os dados cronológicos referenciados por cada autor na sua redação, percecionamos o espaço percorrido pela frota cabralina.

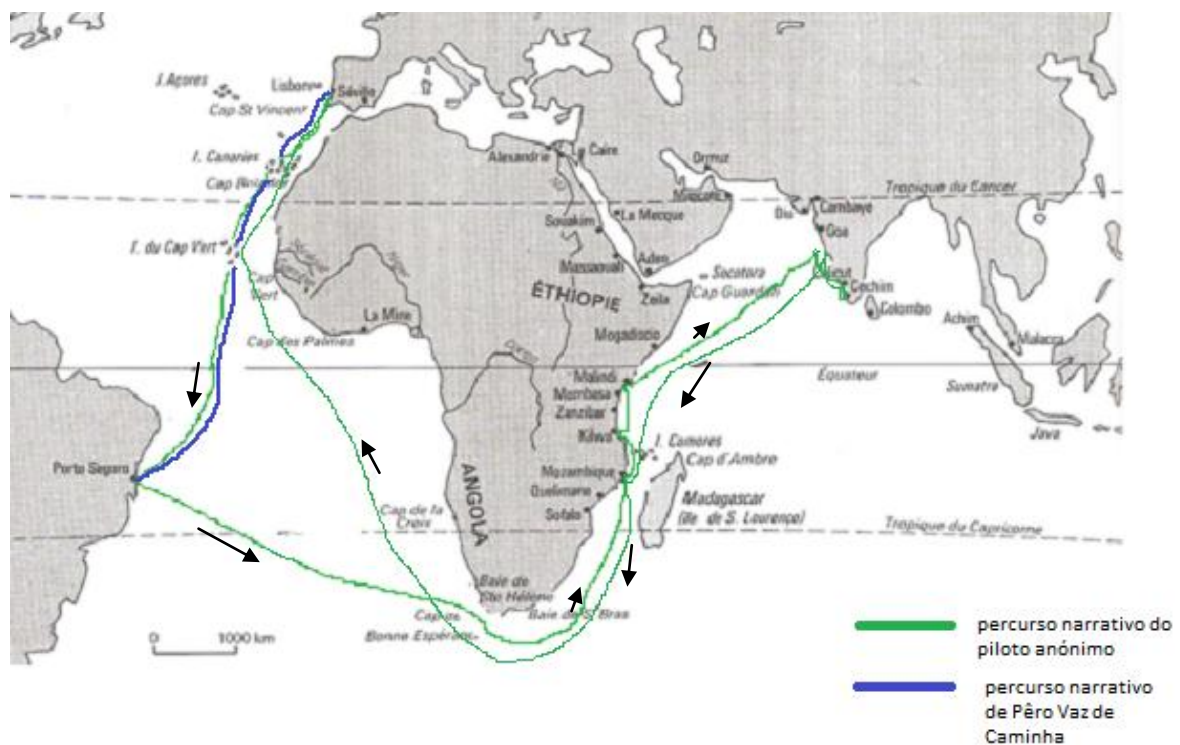


Ilustração 3 - Percurso narrativo de Pêro Vaz de Caminha e do piloto anónimo<sup>76</sup>

<sup>76</sup> Imagem retirada e adaptada de Mollat, M. *Op.Cit.* p.56.

Vimos que a anotação dos dias e dos meses era uma forma de marcar o tempo, de situar as ações mais significativas para os nossos autores. Veremos, então, como cada um recorreu do registo temporal para representar o espaço percorrido e como as categorias tempo e espaço se relacionam diretamente permitindo ao leitor, à medida que são assinaladas, compreender a movimentação espacial e a ordem dos acontecimentos, comprovando assim o caráter objetivável da medida tempo, como defende Ana Paula Avelar (2003a, p.36) e que nós subscrevemos. Começamos pela missiva de Pêro Vaz de Caminha.

**Quadro 6 - Dados cronológicos na carta de Pêro Vaz de Caminha**

<b>A Carta de Pêro Vaz de Caminha</b>		
<b>mês</b>	<b>dia</b>	<b>descrição</b>
março	9, segunda-feira	Partida do Restelo.
março	14, sábado	Canárias.
março	22, domingo	Vista da ilha de S. Nicolau, em Cabo Verde.
março	23, segunda-feira	Perda da nau de Vasco de Ataíde.
abril	21, terça-feira	Sinais de terra.
abril	22, quarta-feira	Vista de terra e ancoragem.
abril	23, quinta-feira	Fez-se vela e seguiram direitos a terra.
abril	24, sexta-feira	Levantar âncoras e fazer vela devido ao mau tempo. Tomada dos dois índios na nau capitânia.

abril	25, sábado	Fizeram vela e procuraram a entrada no arrecife. Soltaram os dois índios e deixaram o degredado Afonso Ribeiro; contacto com outros índios e as primeiras mulheres.
abril	26, domingo Pascoela	1ª missa proferida por Frei Anrique.
abril	27, segunda-feira	Saída em terra. Aproximação com os índios. Descrição das casas e da vida em sociedade.
abril	28, terça-feira	Guarda de lenha com a ajuda dos índios que se aproximaram sem arcos. Construção da cruz.
abril	29, quarta-feira	Apenas Sancho de Tovar saiu em terra. Os restantes esvaziavam o navio de mantimentos.
abril	30, quinta-feira	Índios ajudam a carregar lenha. Contacto próximo com a população indígena.
maio	1, sexta-feira	Colocação da cruz; missa, distribuição dos crucifixos. Véspera da partida.

Uma análise do quadro 6 permite-nos compreender que a forma como Pêro Vaz de Caminha sinalizou os dias e os meses não se manteve constante. O escrivão começa por identificar o dia da partida, 9 de março, e daí até à vista da terra brasileira assinala apenas a passagem pelas terras conhecidas e os acontecimentos mais importantes da viagem. Vemo-lo, por isso, a indicar a passagem pelas ilhas Canárias e por Cabo Verde, a referir a perda da nau de Vasco de Ataíde e a anotar a vista da terra brasileira. No percurso de uma viagem que durou mais de um mês apenas cinco acontecimentos foram mencionados pelo cronista.

A partir da estadia em terra essa notação ganha novos contornos. O quadro 6 mostra-nos como durante a semana em que a frota cabralina esteve ancorada em Vera

Cruz, Pêro Vaz de Caminha passou a anotar diariamente o que via. Se, no primeiro momento, eram os acontecimentos mais importantes que mereciam ser passados para a escrita, a partir dali o seu discurso passou a ter caráter de diário, pois todos os dias passaram a ser sinalizados e em cada um deles o autor procurava fornecer toda a informação possível<sup>77</sup>. Como defende João Rocha Pinto (1989, p. 120), a primeira parte da sua narrativa está enraizada na tradição oral, já que era o relato da memória passada a escrito, sendo a segunda parte a própria memória escrita que é assumida por Pêro Vaz de Caminha.

#### Quadro 7 - Dados cronológicos na carta de Mestre João

A Carta de Mestre João		
mês	dia	descrição
abril	27, segunda-feira	Mestre João, Afonso Lopes e Pêro Escobar vão a terra.

Quanto à missiva de Mestre João, encontramos apenas uma referência temporal no discurso para assinalar o dia em que, na companhia do piloto de Pedro Álvares Cabral e de Sancho de Tovar, saiu em terra para as medições da altura do sol. Mestre João não pretendia traçar o percurso da viagem, nem descrever o espaço brasileiro e as suas gentes, por essa razão, apenas este acontecimento foi registado temporalmente. Apesar de salientar somente esta data, não deixa de ficar explícito como a sinalização temporal dos principais acontecimentos das viagens marítimas se tornou importante para os homens do mar.

<sup>77</sup> Nas páginas 30 e 31 do nosso trabalho, ao debruçar-nos sobre a classificação tipológica das nossas narrativas, abordamos a questão estrutural da carta de Pêro Vaz de Caminha.

Quadro 8 - Dados cronológicos na *Relação do piloto anónimo*

<b>A <i>Relação do piloto anónimo</i></b>			
<b>ano</b>	<b>mês</b>	<b>dia</b>	<b>descrição</b>
1500	março	8, domingo	No Restelo, El rei entrega a bandeira real ao capitão da armada.
	março	9, segunda-feira	Partida de Lisboa.
	março	14	Passagem pelas ilhas Canárias.
	março	22	Passagem por Cabo Verde.
	março,	23	Perda de uma das naus da frota.
	abril	24, quarta-feira Oitavário de Páscoa	Vista de terra. Ancoragem.
	abril	26, Oitavário de Páscoa	Páscoa: missa.
	maio	2	Partida de Vera Cruz.
	maio	20	Tufão onde se perderam quatro naus.
	junho	16	Vista de terra da Arábia.
	julho	20	Chegada a Moçambique.
	julho	26	Chegada a Quiloa.
	agosto	2	Chegada a Melinde.
	agosto	7	Partida de Melinde e percurso no Golfo em direção a Calecute.
	agosto	22	Vista da Índia, nomeadamente do Reino de Goga.
setembro	13	Chegada a Calicut.	
dezembro	16	Assalto à casa da feitoria. Assassinato de Aires Correia e Pêro Vaz de Caminha.	
dezembro	24	Chegada a Cochim.	
1501	janeiro	10	Combate contra armada inimiga.

janeiro	15	Chegada a Cananor.
janeiro	31	Aprisionamento de uma nau vinda de Cambaya, no golfo para Melinde.
fevereiro	12	A nau de Sancho de Tovar bate em terra.
Dia de Páscoa de flores		Chegada ao cabo de Boa Esperança.
julho		Chegada a Portugal.

Como se pode ver pela observação do quadro sinóptico 8 e pelo mapa representado na ilustração 3, a relação de viagem do piloto anónimo anota os principais acontecimentos da viagem cabralina, desde a sua partida, em Lisboa, até ao seu regresso um ano depois, enquanto Pêro Vaz de Caminha traça o espaço percorrido entre Lisboa e Vera Cruz, Mestre João apenas se refere ao período em que a frota esteve nas terras brasileiras. Na *Relação* do piloto anónimo a notação temporal serviu para registar os acontecimentos mais importantes da viagem, tornando-se, por isso, mais objetiva e concisa do que a carta de Pêro Vaz de Caminha, sobretudo a partir do momento em que a missiva passou a ter uma estrutura diarística. Na narrativa anónima são os acontecimentos que motivam o registo<sup>78</sup>, não sendo, por isso, a medida temporal o motor da narração. Concordamos, pois, com a afirmação de João Rocha Pinto que considera que a relação de viagem do piloto anónimo está elaborada em função dos acontecimentos importantes que despoletam e justificam o ato de escrever. (Pinto, *Op.Cit.*, p.120).

Tal como fizera o escrivão, também o piloto anónimo assinala a passagem pelas regiões das Canárias e Cabo Verde, a perda de uma nau da armada, embora não explicitamente quem a comandava, bem como a vista da terra brasileira e a ancoragem. Vemos, portanto, que desde a saída de Lisboa até ao Brasil, tanto Pêro Vaz de Caminha como o piloto anónimo sinalizam os mesmos acontecimentos. A precisão dos factos é, contudo, e no nosso entender, menor na relação de viagem. Como vemos exemplificado na

<sup>78</sup> Subscrevendo Ana Paula Avelar, este era um processo usual na época. Citando, Maria Alzira Seixo a investigadora refere o “acordo entre a progressão do espaço e do tempo no fluxo do narrar a viagem. A sucessão de dias e meses é marcada pelos acontecimentos assinalados, percorrendo-se assim a distância e denunciando-se a irreversibilidade do percurso”. *Cf.*, Avelar, A. *Op. Cit.*, 68.

seguinte citação, Pêro Vaz de Caminha regista os dias do mês e da semana, chegando mesmo a anotar o momento do dia ou as horas em que os episódios ocorreram: “ A noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros, que fez caçar as naus e especialmente a capitana. E à sexta, pela manhã, às 8 horas, pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o capitão levantar âncoras e fazer vela” (Guerreiro, 1974: 36). O piloto anónimo, por seu turno, como vemos no quadro sinóptico, apenas detalha o registo com o dia do mês e da semana até à estadia no Brasil, explicitando a partir daí apenas o dia do mês, o que salienta o que dissemos atrás sobre a secundarização do tempo na narrativa do piloto anónimo.

Apercebemo-nos igualmente de uma certa cadência temporal na narrativa do piloto anónimo, interrompida somente em dois momentos: primeiramente, entre os meses de setembro a dezembro de 1500, correspondentes ao período em que a frota cabralina permaneceu em Calecute. Durante este intervalo de tempo, o autor descreve a cidade, os usos e costumes das populações que conhece num discurso pessoalizado, já que corresponde ao olhar autoral, à sua percepção do observado e à sua aproximação ao espaço percorrido<sup>79</sup>. A segunda interrupção surge-nos no final da *Relação*, quando a frota fazia já a viagem de regresso, onde, sucintamente, o autor relata as passagens por Melinde e Moçambique, local onde fizeram aguada e se repararam os navios, e regista o mau tempo que os obrigou a voltar para trás e fez perder de vista uma das naus.

Outro dado que recolhemos pela observação do quadro VIII diz respeito às marcas do calendário litúrgico utilizadas pelo autor da *Relação* para situar os acontecimentos. Vimo-lo durante a estadia em Vera Cruz e na travessia do Cabo da Boa Esperança, ambos ocorridos durante o período pascal. Também o escrivão recorreu a esse cálculo para anotar a realização da primeira missa em Vera Cruz. Essa anotação não deixa con-

---

<sup>79</sup> Entre os capítulos XII e XVI, o piloto anónimo descreve a cidade de Calecute, dos usos e costumes do rei e do seu povo, percorre os costumes dos sacerdotes brâmanes que dormem com as mulheres do rei para o honrar, diferencia a casta e os usos dos mercadores guzarates e zetires e descreve o costume de queimar vivas as mulheres de Narsinga aquando a morte dos maridos. Cf. Cortesão, J. *Op. Cit.*, pp. 158-161.



tudo de ser bastante reduzida, tendo os nossos autores preferido a precisão dos factos a partir do fluir dos dias e meses em detrimento da imprecisão do calendário litúrgico.

A análise dos três quadros sinópticos permite-nos concluir que tanto Pêro Vaz de Caminha como o piloto anónimo utilizaram os dias da semana e os meses do ano como compasso do tempo. Os acontecimentos por eles narrados seguem uma ordem e a notação temporal permite ordenar esses momentos. Não significa isto que em ambos os casos o tempo fosse o agente da narração. Se o era no caso do escrivão, não o era, já vimos, na *Relação*. Enquanto Pêro Vaz de Caminha procura registar tudo o que vê em cada dia que passa, o piloto anónimo faz uso dos acontecimentos para construir a sua obra. Por sua vez, na carta do Mestre João apenas surge a referência ao dia 27 de abril, altura em que saiu em terra para fazer as medições da altura do sol. Percebemos que o seu objetivo não era o de narrar os acontecimentos vividos na viagem, muito menos descrever a terra ou as populações das cidades por onde passavam, até porque, se Mestre João seguiu viagem e regressou a Lisboa, podia ter narrado outros acontecimentos importantes. Portanto, o seu propósito era, na nossa opinião, dar conta ao rei D. Manuel do desenvolvimento dos seus trabalhos e dar algumas indicações sobre a localização de Vera Cruz. Mestre João afasta-se, assim, dos descritores narrativos apontados por Pêro Vaz de Caminha e pelo piloto anónimo. O seu discurso é puramente técnico. Lembremos aqui que o piloto anónimo informa, no final da sua *Relação*, que o rei tinha enviado três navios para descobrir melhor aquela terra. Pode a carta de Mestre João ter servido para ajudar a situá-la.

Outro dado que podemos constatar diz respeito à coincidência dos dados. Tanto Pêro Vaz de Caminha como o piloto anónimo referem os mesmos acontecimentos sendo a notação temporal idêntica, à exceção ao dia da partida. O piloto anónimo refere o dia 8 de março enquanto Pêro Vaz de Caminha anota o dia 9, dia em que, na verdade, a frota zarparia do Restelo que, devido ao mau tempo, fora obrigada a adiar a partida. Outra diferença surge na sinalização do encontro com Vera Cruz. Pêro Vaz de Caminha anota o dia 22 de abril e o piloto anónimo, o 24. É provável que o piloto tenha considerado

mais importante o primeiro dia em que se aproximaram da praia e viram os primeiros habitantes. Já o escrivão anotou o dia em que se avistou o monte, alto e redondo.

No decorrer do tempo vão-se revelando os espaços. Quando vistos de longe, apenas são nomeados. Por vezes, por se tratar de terras já conhecidas, dispensam-se os narradores a considerá-las. As ilhas Canárias ou as ilhas de Cabo Verde são disso exemplo. Portanto, quanto maior for o desconhecimento da terra ou das gentes, maior será a tendência para as descrever, dando-as a conhecer ao leitor. O espaço será descrito ao longo da narração, acompanhando o conhecimento do território e sempre que surja algo novo e diferente. À medida que se invade e conhece o espaço mais descritivos se tornam os textos já que maior é a possibilidade de ver de perto, de sentir o espaço como seu. Para a localização concreta do espaço, os autores utilizaram a marcação das distâncias. Pêro Vaz de Caminha, por exemplo, refere, na chegada a Vera Cruz, que o capitão “ [...] mandou lançar o prumo, acharam 25 braças, e, ao sol-posto, obra de 6 léguas de terra, surgimos âncoras em 19 braças [...] ” (Guerreiro, *Op. Cit.*, p.34). Também o piloto anónimo procurou situar de forma concreta o espaço visionado, embora com menos precisão. Diz ele, na partida de Vera Cruz, que “ [...] para ir demandar o Cabo da Boa Esperança, achando-nos então engolfados no mar de mais de mil e duzentas léguas de quatro milhas cada huma [...] nos appareceo hum cometa [...] ” (Cortesão, *Op.Cit.*, p.147). Mestre João, por sua vez, também procura situar o espaço brasileiro, recorrendo à medição da latitude, como percebemos na citação “ [...] julgamos ser afastados de la equinocial, por 17 grrados [...]” (*idem*, p.143) e nos cálculos das léguas percorridas, como exemplifica neste passo da sua narrativa “ [...] Pêro Escolar vai adiante 150 léguas, [...]” (*idem*, p.143).

A dimensão da terra pode também aqui ser comentada. Vemos como os três autores tiveram dificuldade em perceber se se tratava de uma ilha ou *terra firme* e o tempo de estadia também não permitiu clarificar a dimensão da região. Sobre este assunto diz o escrivão, por exemplo, que “ [...] Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós

deste porto vimos houvermos vista, será tamanha, que haverá nela bem vinte ou vinte cinco léguas por costa [...] (Guerreiro, *Op. Cit.*, p.83). Contudo, no final da sua carta escreve “ Deste Porto Seguro, da vossa ilha de Vera Cruz [...] ” (*idem*). Mestre João, por seu turno, indica: “ [...] Ayer casy entendjmos por aseños que esta era ysla e que eran quatro [...] ” (Cortesão, *Op. Cit.*, p.143). O autor da *Relação* revela dúvidas sobre a natureza da terra. Segundo ele, “ [...] não podemos saber se era Ilha ou terra firme; ainda que nos inclinamos a esta ultima opinião pelo seu tamanho [...] ” (Cortesão, *Op. Cit.*, p.147).

A quantificação dos objetos acompanha também as narrações de Pêro Vaz de Caminha e do piloto anónimo, facilitando a sua perceção do espaço e a integração do leitor nos ambientes descritos<sup>80</sup>. Exemplificamos com a seguinte citação retirada da missiva do escrivão: “ [...] E entraram todas as naus dentro e ancoraram-se em cinco, seis braças, a qual ancoragem dentro é tão grande e tão freiosa e tão segura que podem jazer dentro nela mais de 200 navios e naus [...] ” (Guerreiro, *Op.Cit.*, p. 42) e com a seguinte afirmação do piloto anónimo: “ [...] o peixe que tirão [...] podia ser do tamanho de um tonel [...] ” (Cortesão, *Op. Cit.*, p. 147).

Outra das características que nos parece importante mencionar diz respeito ao constante apelo sensorial do leitor, tentando assim aproximá-lo daquela realidade que lhe está tão distante. São sobretudo os aspetos visuais e auditivos que mais contribuem para a revelação dos mundos novos, seja da terra, seja dos seus habitantes. Constroem-se imagens e as distâncias encurtam. É o que consideramos exemplificado em Pêro Vaz de Caminha quando, devido à impossibilidade de comunicação com os índios, anota que “ [...] não houve mais fala nem entendimento com eles por a berberia deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém [...] ” (Guerreiro, p. 45) ou quando relata a convivência entre os portugueses e os índios “ [...] Diego Diis, almoxarife [...]

---

<sup>80</sup> Durante os séculos XV e XVI vemos desenvolver-se a precisão quantitativa. O número vai ganhando importância e surge ligado a todos os aspetos da vida quotidiana. Nos textos renascentistas vemos aparecer também essa necessidade da precisão quantitativa, o que demonstra a formação de uma nova mentalidade. Sobre esta temática ver Godinho, V. (1991). *Os Descobrimentos e a economia mundial*. vol.I. Lisboa: Editorial Presença, pp. 30-34.

levou consigo um gaiteiro nosso, com sua gaita, e meteu-se com eles a dançar, [...] E eles folgavam e riam [...] ao som da gaita [...]” (*idem*, p.59) ou ainda, por exemplo, quando descreve as casas “ tão compridas cada uma como esta nau capitana. [...] E tinha cada casa duas portas pequenas [...]” (*idem*, p.63). Da mesma forma, Mestre João recorreu aos sentidos para ilustrar o céu austral. O cosmógrafo declara que “[...] estas estrelas, principalmente las de la crus, son ggrandes, casy como las del carro; e la estrela del polo antartyco, o sul, es pequena, como la del norte, e muy clara [...]” (Cortesão, p.144). Da relação de viagem do piloto anónimo retiramos como exemplo uma das citações que demonstra a receção feita aos portugueses em Melinde. “[...] O seu palácio era junto da praia, e antes que os Portuguezes chegassem a elle, lhes vierão ao encontro muitas mulheres com perfumadores chãos de brazas, deitando-lhes tantos perfumes, que toda a terra estava embalsamada [...]” (*idem*, p.150);

Percebemos a dificuldade dos autores, não apenas dos que por ora analisamos, mas de todos os que tinham por missão ou vontade narrar as viagens marítimas e as suas vivências ao longo desses percursos, em conseguir ilustrar, traduzir por palavras as imagens de homens, mulheres, animais, plantas ou objetos que eles próprios viam pela primeira vez e que eram tão diferentes das referências que tinham. Por isso, para além do que já ficou exposto, outra particularidade destes escritos de viagem sobressai ao nosso olhar: a descrição do novo a partir do velho mundo. A aproximação conseguida pelos vários narradores é feita através da utilização de referentes conhecidos dos leitores (Avelar: 2003, 150). Isto significa, no nosso entender, que não foi possível quebrar a ligação entre o mundo conhecido e aquele que surgia pela primeira vez. Ao conhecido foram os nautas buscar exemplos para que o novo fosse compreendido<sup>81</sup>. O retrato do mundo novo surgia, assim, através de um processo comparativo com o conhecido. A comprová-lo está a narrativa de Pêro Vaz de Caminha ao relacionar, por exemplo, “[...] umas choupaninhas de rama verde e de fetos muito grandes, como d’Antre Doiro e

---

<sup>81</sup> Reforçamos esta ideia com a afirmação de Michel Moullat, segundo o qual “ La réation naturelle de tous les explorateurs devant un paysage nouveau étant de le comparer à ceux qu’ils connaissent déjà, ils décèlent ainsi différences et nouveautés”. Cf. Moullat, M. (1984). *Les explorateurs du XIII<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle, premiers regards sur des mondes nouveaux*. Paris: JCLattès, p.153.

Minho [...]” (Guerreiro, p. 61), uns “[...] uns ouriços verdes d’árvores que, na cor, queriam parecer de castanheiros [...]” (*idem*, p.63) ou umas “[...] aves pretas, quase como pegas, senão quanto tinham o bico branco e os rabos curtos [...]” (*idem*, p.69). Mestre João também recorreu ao conhecido para esquisar as estrelas do Cruzeiro do Sul: “[...] e estas estrelas, principalmente las de la crus, son grandes, casy como las del carro [...]” (Cortesão, p.144) assim como o piloto anónimo, ao descrever as casas de Mombaça, “[...] altas ao modo de Hespanha [...]” (Cortesão, *Op. Cit.*, p. 149) ou ao explicar que os dromedários “ são huma espécie de camelos corredores [...]” (*idem*, p.152).

A partir dos relatos de viagem pudemos igualmente obter algumas informações sobre a vida a bordo ou sobre alguns procedimentos usuais nas viagens dos Descobrimientos<sup>82</sup>. Atrás já nos demos conta, por exemplo, de como o capitão-mor não podia sair da nau capitânia enquanto não lhe fosse dado o *salvo-conduto*, ou seja, que fossem entregues reféns aos portugueses que ficariam na sua posse enquanto o capitão estivesse em terra. Era uma forma de garantir a sua segurança e salvaguardar a carga a bordo. Tratavam-se de regras deixadas escritas pelo monarca, o regimento<sup>83</sup> como lhe chamou o piloto anónimo, e que tinham de ser cumpridas. Como explica o próprio autor da *Relação* na chegada a Calecute “ Affonso Furtado [...] devia dizer a ElRei [...] que era necessario que sahisse a terra o Capitão mór, o qual levava em o seu regimento de não desembarcar em parte alguma, sem primeiro ter hum penhor pela sua pessoa” (Cortesão, *Op. Cit.*, p.153).

Mas nestes documentos estão patentes outros exemplos da vida quotidiana, como é o caso do encontro dos capitães na nau capitânia que o escrivão relata na chega-

---

<sup>82</sup> Francisco Contente Domingues procura traçar uma visão geral do que era a vida quotidiana a bordo das embarcações na Carreira da Índia. Cf. Domingues, F. (2008). *Navios e viagens, a experiência portuguesa nos séculos XV a XVIII*. Lisboa: Tribuna da História, pp.158-207.

<sup>83</sup> Nos *fragmentos de instruções a Pedro Álvares Cabral quando foi por capitão mór de uma armada á Índia* recolhemos a seguinte informação que comprova que o capitão da armada devia seguir as recomendações dadas por D. Manuel I: “[...] nam devês sajr em terra ssem vos dar arreféns [...] pera ficarem em vosas naaos atee vos a elas tornardes[...] e que lhe pedijs que lhe nam pareça estranho pedirdes as ditas arreféns, porque asy he costume d estes reynos, que nenhum capitam principal nom sse saya de sseus navyos, em lugar em que há paz nom estee asentada, [...]” .Cf. Cortesão, *Op.Cit.*, p.116.

da à terra brasileira: “[...] E tanto que as naus foram pousadas e ancoradas, vieram os capitães todos a esta nau do capitão-mor [...]” (Guerreiro, *Op. Cit.*, p. 42) e, por exemplo, quando o capitão-mor manda reunir todos os capitães “ e perguntou assim a todos se nos parecia ser bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos [...] ” (*idem*, p. 52). Também o piloto anónimo explica que perante as dificuldades sentidas em Calecute “[...] e tendo Pedro Alvares conselho com os outros Capitães sobre o que deviam fazer, disse o Feitor mór que se alguém de Calicut lhe mandasse dous homens para segurança, elle estava pronto para hir a terra [...]” (Cortesão, *Op. Cit.*, p. 156).

As doenças de que padeciam muitos marinheiros<sup>84</sup> também são ilustradas nas narrativas, nomeadamente por Mestre João, ele próprio enfermo, e pelo piloto anónimo. O cosmógrafo explica que “[...] çerca de las estrelas, yo he trabajado [...] Pêro non mucho, a cabsa de una pyerna que tengo muj mala, que de una casadura se me há fecho una chaga, mayor que la palma de la mano [...] ” (*idem*, p. 143). O piloto anónimo, por seu turno, explica que chegados a Melinde “ mandou-nos ElRei visitar, e ao mesmo tempo hum refresco de [...] limões e laranjas as melhores que há no mundo, e com ellas sarámos de escrobuto alguns doentes, que tínhamos comnosco [...] ” (*idem*, p. 150).

Continuamos, desta vez para verificar como as paragens ao longo das viagens também eram prática comum para que as embarcações pudessem abastecer-se de água e lenha. Pêro Vaz de Caminha e o piloto anónimo relatam esses episódios em Vera Cruz. Segundo o escrivão “ fomos de longo de costa [...] para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde ficássemos para tomar água e lenha, não por nos já minguar, mas por nos acertarmos aqui [...] ” (Guerreiro, *Op.Cit.*, p. 36); Ainda antes da partida para a Índia, Pêro Vaz de Caminha indica “[...] À quinta-feira, derradeiro d’Abril, comemos logo quase pela manhã e fomos em terra por mais lenha e água [...]” (*idem*, p. 69). O piloto anónimo explicita esta prática não só em terras brasileiras mas também em Moçambique: “[...] chegámos a huma Ilha [...] aqui fizemos agoada e tomámos refres-

---

<sup>84</sup> Cf. Domingues, F. *Op. Cit.*, pp.182-189.

cos [...]” (Cortesão, *Op. Cit.*, p. 149), e Angediva “ descemos a terra, e estivemos bons quinze dias a tomar as ditas provisões [água e lenhas] ” (Cortesão, *Op. Cit.*, p.152).

No encontro com os povos vimos também ser usual a oferta de alguns presentes. Para além de facilitar o contacto, era um gesto de amizade para com o *outro*. Nas terras brasileiras trocaram os barretes vermelhos, carapuças de linho e folhas de papel, pelos arcos e setas e pelos barretes de penas de aves, como explica o autor da missiva a D. Manuel “ [...] Ali davam alguns arcos por folhas de papel e por alguma carapucinha velha e por qualquer cousa [...] e trouxeram de lá muitos arcos e barretes de penas d’aves, deles verdes e deles amarelos [...] ” (Guerreiro, *Op. Cit.*, p.62). Para as terras asiáticas, contudo, Portugal levava outras oferendas, bem mais valiosas como se percebe pela descrição do piloto anónimo. Eram entregues aos reis das cidades por onde passavam e com quem o monarca pretendia estabelecer ligações de amizade que favorecessem a mercancia. O piloto anónimo descreve diversos episódios que retratam a entrega das prendas. Deixamos o exemplo de Melinde: “ [...] Com isto determinou logo o Capitão mór mandar a terra as cartas com o presente que ElRei de Portugal lhe remetia, e era huma sella rica, hum par de cabeçadas com seu esmalte, [...] duas almofadas de brocado, e outras duas de veludo carmezim; hum tapete fino [...] o que tudo em Portugal valeria mil ducados [...] ” (Cortesão, *Op. Cit.*, p.150).

A realização das missas e pregações é também tema na missiva do escrivão e na *Relação* do piloto anónimo. No capítulo anterior vimos que Pedro Álvares Cabral mandou que se fizesse missa no domingo de pascoela e que, também no dia em que se colocou a cruz no ilhéu, frei Henrique fez nova celebração. Os comentários a esses acontecimentos e as reações de Pêro Vaz de Caminha foram já exemplificados mas encontramos também na *Relação* a prova de que não foi apenas naquela parte da América que as missas se realizaram. A determinada altura do seu discurso, quando fala sobre a ilha de Angediva: indica que “ [...] Há em esta Ilha huma espécie de Ermida na qual, nos dias que alli estivemos, se celebrarão muitas Missas pelos Padres que levávamos para ficarem com o Feitor de Calicut; e assim nos confessámos e commungámos todos [...] ”

(*idem*, p. 153). Os missionários eram importantes protagonistas nas viagens da Carreira da Índia<sup>85</sup>. João de Barros, na sua *Ásia*, ao nomear os participantes na armada de Pedro Álvares Cabral anota que “alê das armas materiâes q cada hũ leuáua pera feu vjso, mandava elrey outras espiçititâes [...]” (Barros:1988, 172) numa referência aos frades, capelães e vigários que seguiam viagem em missão espiritual em terra. Pela palavra de Deus, divulgavam os ensinamentos cristãos aos povos de além-mar e asseguravam que a bordo se mantivesse uma atividade religiosa com as celebrações eucarísticas, procissões, entre outros atos religiosos<sup>86</sup>. Confortavam as almas e os corações daqueles milhares de marinheiros que à sua sorte procuravam sobreviver da melhor maneira às inúmeras adversidades que os atingiam durante os muitos meses que passavam no mar alto. Julgamos que a própria utilização do calendário litúrgico é uma marca dessa vivência religiosa a bordo, pois, como nos explica Ana Paula Avelar, a mutação espacial leva a que se deva encontrar mecanismos que possibilitem a quem cruza os mares continuar a vivenciar os seus momentos de culto (Avelar: 2003a, 37).

Sobre os degredados, sabemos que eram deixados nas terras descobertas ou conquistadas para conhecerem os povos e aprenderem a sua língua. Confirma-o Pêro Vaz de Caminha ao mencionar que “se os degradados que aqui hão-de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem [...] não duvido, fazerem-se [os índios] logo cristãos [...]” (Guerreiro, *Op.Cit.*, p. 72) e o piloto anónimo ao afirmar que “[...] determinou Pedro Alvares [...] deixar nella [Vera Cruz] dous homens condenados á morte, que trazíamos na Armada para este efeito [...]” (Cortesão, *Op. Cit.*, p. 147). Em terra, conheciam as populações, os seus usos e costumes, a sua língua. Toda a informação recolhida era importante para o conhecimento do *outro* e para a adoção de melhores estratégias de contacto com as populações<sup>87</sup>. Ao aprenderem a língua dos povos tornavam-se intermediários e elos importantes no contacto com as populações, já que seria através deles que

<sup>85</sup> Sobre a missão evangélica dos missionários veja-se Lopes, M. *Op. Cit.*, pp.206-212.

<sup>86</sup> Cf. Domingues, F. *Op. Cit.* pp. 189-198.

<sup>87</sup> Alida Metcalf refere que “the Portuguese Crown therefore encouraged the creation of translators and intermediaries by sending condemned prisoners to live in exile in Africa, Asia and Brasil”. Cf. Metcalf, A. (2005). *Go-betweenes and the colonization of Brasil, 1500-1600*. USA: University of Texas Press.



a comunicação se estabeleceria. Como veremos mais à frente no nosso trabalho, a viagem cabralina transportava vários degredados e alguns deles tiveram um papel muito importante nas relações comerciais. O caso brasileiro é um bom exemplo que exploraremos no terceiro capítulo do nosso trabalho.

Ao longo destas páginas fomos tentando descobrir nos escritos de viagem de Pêro Vaz de Caminha, Mestre João e piloto anónimo, os elementos norteadores do seu discurso para a descrição das novas terras. Percebemos que a marcação do tempo através do registo das horas, dias, semanas, e meses, permitia aos autores ordenar e precisar os acontecimentos e que para representar o espaço percorrido marcavam as distâncias e quantificavam os bens. O apelo aos sentidos foi outro dos modelos narrativos utilizados para aproximar o leitor à realidade vivenciada, bem como o recurso às analogias para compreender a novidade.

Pêro Vaz de Caminha fez uso de todos esses artifícios e por isso o seu discurso ganha em valor literário para se tornar o símbolo de uma nação, ser o seu bilhete de identidade, como diria Capistrano de Abreu e repetiriam tantos outros. Na sua narrativa procura captar toda a informação possível daquilo que observa, o seu encanto obriga ao apontamento constante, ainda que diversos acontecimentos se repitam. O seu olhar parte do mar e daí se vai aproximando da terra, tornando o espaço mais claro. Mas o tempo é escasso quando se quer representar todo um novo mundo e o que é conhecido não deixa de ser superficial, apesar de, sabemo-lo, sem grandes equívocos. Mestre João, já o dissemos, não escreve a D. Manuel para descrever as terras nem as suas gentes. A sua missão é localizar a terra de Vera Cruz, e para isso a marcação das distâncias é mais evidente na sua carta. Na descrição da constelação austral, compara as estrelas que vê com as já conhecidas e apela ao sentido da visão, adjetivando o discurso e sobretudo, ilustrando-o através da imagem do Cruzeiro do Sul. Finalmente, o piloto anónimo que, tal como Pêro Vaz de Caminha, faz uso de todos aqueles descritores para descrever o espaço percorrido.

A relação e a complementaridade dos textos parece-nos clara. Partimos do mesmo princípio, o de que todos relatam um mesmo momento histórico: o encontro com o Brasil. Caminha e o piloto anónimo partem do mesmo espaço, Lisboa, e com Pedro Álvares Cabral rumam até à Índia. Caminha detém-se na terra descoberta, único motivo da sua missiva, mas o piloto anónimo prossegue viagem, descreve outras terras, percebe que a vivência é garante do conhecimento dos outros, a experiência aproxima-o da verdade. Mestre João, esse, observa o céu visível daquela nova terra descoberta. Na união dos três, descobrimos um espaço, constrói-se a história de uma nação, o *nascimento* de um povo.

### 2.3. A visão do *outro* nos relatos de uma viagem

À medida que o espaço vai sendo desenhado pela pena dos nossos escritores, vemos aproximar-se o homem. Enquanto parte integrante desse espaço, vai sendo conhecido à medida que se explora o território. Homem e terra serão descritos com maior ou menor precisão mediante o propósito narrativo de cada autor e do seu sentir da novidade, a sua vontade em explicar o que era maravilhoso, diferente. Mestre João Faras, por exemplo, não tinha como objetivo descrever as terras ignotas e as gentes desconhecidas. O cosmógrafo limitou-se a redigir uma carta ao rei D. Manuel, pondo-o ao corrente dos trabalhos que realizou, dos cálculos de latitude, da estimação das distâncias, das pesquisas astronómicas e das dificuldades sentidas. Se aceitamos a teoria de que terá sido o primeiro a descrever a constelação austral, podemos afirmar que a sua novidade se centrou no céu brasileiro.

A sua descrição e o esboço do Cruzeiro do Sul confirmavam a possibilidade de se calcular durante a noite a latitude no hemisfério Sul<sup>88</sup>. Para a sua descrição recorre a comparações, faz uso de adjetivos para qualificar o que vê, utiliza as medidas para quantificar o espaço, ajuda o leitor a situar-se face ao que é narrado, mas pouco fala da terra e das suas gentes. Por essa razão, ao longo deste capítulo não veremos aparecer a sua missiva. Será através do olhar de Pêro Vaz de Caminha e do piloto anónimo que iremos tentar traçar a imagem dos homens até aí desconhecidos, de diferentes usos e costumes numa procura pela alteridade.

O nosso trabalho centra-se no encontro com Vera Cruz, mas decidimos percorrer com o piloto anónimo a viagem até à Índia. Interessa-nos perceber de que forma a permanência mais ou menos prolongada num espaço físico pode condicionar o conhecimento do *outro*. Acreditamos que o contacto permanente favorece a aproximação entre

---

<sup>88</sup> A partir da medição da estrela polar era possível calcular a latitude dos lugares onde se encontravam, mas à medida que os viajantes se dirigiam para sul a estrela polar ia desaparecendo até ser impossível localizá-la. Era importante, portanto, encontrar outro marco celeste que no hemisfério sul permitisse a medição noturna da latitude. Os pilotos portugueses descobriram, então, que a haste maior do Cruzeiro do Sul apontava para o polo. Estava encontrado o guia dos viajantes. *Vide* Crato, N. *Op.Cit.* pp.89-90.

o *nós* e o *outro* e diminui a fronteira entre o real, ou entre o que é considerado real, e o imaginário. Procuramos, então, a partir das percepções visuais do piloto anónimo, a influência temporal na descoberta do *outro*. Teremos, portanto, visões do *outro* índio e do *outro* asiático. Procuraremos ver onde se tocam e que elementos descritivos são utilizados para a formação da sua imagem. Mas primeiro, o Brasil.

Logo na aproximação à terra, Pêro Vaz de Caminha assinala a presença de homens, começando por descrever-lhes a fisionomia e os adornos. A cor da pele e a nudez são os primeiros aspetos a ser revelados: “[...] eram ali 18 ou 20 homens, pardos, todos nus, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse suas vergonhas” (Guerreiro, *Op. Cit.*, p. 35). Apresentam “bons rostos, bons narizes e são bem feitos nos corpos” (*idem*). Vemos como na descrição dos homens a adjetivação é utilizada num apelo aos sentidos do leitor, tentando colocá-lo no mesmo campo de visão. O facto de andarem nus é novamente evidenciado num segundo momento do encontro. Diz Pêro Vaz de Caminha: “Andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma coisa cobrir nem mostrar suas vergonhas” (Guerreiro, *Op. Cit.*, p.37). Este elemento é muito relevante na narração e alude ao nível civilizacional deste povo. Ao acrescentar à sua descrição o lado inocente destes homens “[...] E estão acerca disso com tanta inocência como em mostrar o rosto.” (*idem*, p. 38), Pêro Vaz de Caminha salienta a pureza dos indivíduos, o seu estado *selvagem*. Era o homem no estado natural, originalmente puro e bom. Este dado revela, no nosso entender, a visão etnocêntrica do narrador que não conseguiu abster-se do seu mundo cultural, ideia que partilhamos de Manuel Viegas Guerreiro que considera que apesar da sua largueza de espírito e delicadeza com que trata os índios, não pôde o escrivão de Calecute vencer as limitações do seu etnocentrismo europeu (Guerreiro: 1974, 22).

A civilidade dos povos era medida à imagem da sociedade suprema: a Europeia. Um dos episódios descritos na *Carta*, designadamente, o encontro na nau capitânia e a forma como Pedro Álvares Cabral estava sentado na sua poltrona, bem vestido e com um colar de ouro ao pescoço, ilustra bem essa atitude de supremacia face ao *outro*. Mas

ao expressar a gentildade do indígena, o escrivão demonstra também a facilidade com que será educado. Caminha estaria tão certo disso que repete por diversas vezes que “[...] esta gente é boa e de boa simplicidade e imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar [...]” (*idem*, p.72) e a maneira como prestavam atenção e imitavam os portugueses era, para Pêro Vaz de Caminha, um reflexo da sua disposição para a aprendizagem.

Prosseguindo na descrição física dos indígenas, encontramos a caracterização dos adornos e dos cabelos. Tudo é pormenorizadamente anunciado. É também uma forma de explicar a novidade. O osso branco colocado nos beijos, o corte dos cabelos, a cabeleira de penas ou as tintas com que pintavam o corpo são os exemplos descritos com o recurso a adjetivos, a comparações com elementos conhecidos para explicar tamanhos, cores e feitios. Tal como o homem, a mulher indígena é descrita com detalhe e, como seria de esperar, a nudez é diversas vezes nomeada. “[...] Ali andavam entre eles três ou quatro moças [...] com cabelos muito pretos, [...] e suas vergonhas tão altas e tão çarradinhas e tão limpas das cabeleiras que de as nós bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha” (*idem*, p.45). A beleza das feições e do corpo é um elemento interessante no texto descritivo de Pêro Vaz de Caminha. A valorização que lhe é atribuída afasta-se dos referentes culturais normalmente utilizados na imagem dos povos extraeuropeus, aproximando-o do padrão europeu, apesar da questão civilizacional acima mencionada<sup>89</sup>. Pêro Vaz de Caminha diz mesmo que a sua beleza é superior à da mulher portuguesa: “[...] E uma daquelas moças era toda tinta, de fundo a cima, daquela tintura, a qual, certo, era tão bem feita e tão redonda e sua vergonha, que ela não tinha, tão

---

<sup>89</sup> A forma de olhar o *outro* obedecia a um código de referências culturais comuns ao Ocidente. De acordo com esse código, os povos podiam ser valorizados ou desvalorizados mediante a sua aproximação ou afastamento ao modelo europeu. Embora socialmente, os índios estivessem, para Pêro Vaz de Caminha, numa fase de pré-civilização, fisicamente coloca-os ao mesmo nível dos europeus. Sobre a imagem do homem extraeuropeu, veja-se Albuquerque, L. & Ferronha, A. & Horta, S. & Loureiro, L. (1991). *O Confronto do Olhar- o encontro dos povos na época das navegações portuguesas*. Lisboa: Editorial Caminho.

graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem como ela” (*idem*, p. 46).

O comportamento das gentes é também alvo do olhar do escrivão e o evoluir das atitudes face aos portugueses é bem marcado com o passar dos dias. Por um lado, salienta-se o número cada vez mais elevado de habitantes que se aproximam dos visitantes, por outro, a forma como a permanência e a mistura entre os povos se acentua e como “andavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós andávamos entre eles (*idem*, p. 71) e “em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus” (*idem*, p. 76). Apesar da sua crescente aproximação, Pêro Vaz de Caminha não deixa de apontar que se trata de um povo *esquivo*, o que pode significar a ausência de comportamentos sociais reconhecidos pelos portugueses. “Abasta que até aqui, como quer que se eles em alguma parte amansassem, logo duma mão para a outra se esquivavam, como pardais de cevadoiro” (*idem*, p. 59).

No percurso narrativo do escrivão ressalta uma imagem positiva do *outro*, crescente à medida do conhecimento. A descrição é sempre construída empregando expressões como *andam bem curados; muito limpos e gordos*. O autor da *Carta* revela compreensão e simpatia pela população, longe de imagens pré-concebidas e juízos de valor. O facto de nos parecer que, em certos momentos da narrativa, o escrivão considera os índios brasileiros indivíduos de poucos conhecimentos, por se encontrarem num nível civilizacional diferente do seu, não invalida o fascínio que demonstra ao descrevê-los.

A par com a descrição física e comportamental do *outro*, surge a observação dos seus costumes, da sua alimentação, das suas casas, da sua vida em sociedade. Estes descritores são analisados de acordo com o conhecimento que se vai formando na observação. O contacto e a vivência são fundamentais nesta enunciação pois da experiência nasce o conhecimento. A curta permanência em Vera Cruz, não permitiu ao escrivão uma visão aprofundada do modo de vida do índio brasileiro, estamos perante um encontro inesperado e um primeiro olhar sobre os indígenas. Contudo, não podemos negar

que a atenção e o interesse sentidos por Pêro Vaz de Caminha lhe permitiram fazer, em pouco mais de uma semana, um verdadeiro estudo etnográfico.

As pinturas do corpo, os lábios furados, a falta de vestuário e os adornos de penas são os primeiros registos observados apesar do uso de arcos e flechas ser também descrito como um hábito<sup>90</sup>. Num primeiro momento, Caminha julga que se trata de gente que “não tem casas nem moradas” (*idem*, p. 60). Num discurso marcado pelo olhar pessoal, o autor presume que vivem ao ar livre: “[...] são muito bem curados e muito limpos e naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses que lhes faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas [...]” (*idem*). Mais tarde, Caminha relata como, ao percorrer-se o interior da terra, foi encontrada uma povoação de casas “as quais eram tão compridas cada uma como esta nau capitânia” (*idem*, p. 63). Mais uma vez está patente o pormenor descritivo da narração. De salientar, contudo, a alteração do discurso. O escrivão não foi testemunha do vivenciado e por isso faz uma descrição das habitações segundo o que tinha sido transmitido.

Neste enunciado conhece-se também a alimentação dos índios, fundamentalmente feita à base de inhame e outras sementes (*idem*, p. 65). Este aspeto terá certamente interessado a Pêro Vaz de Caminha pois, repetindo posteriormente o facto, comenta: “E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que não somos nós tanto com quanto trigo e legumes comemos” (*idem*, p.75). Sobre os seus modos de vida, fica registado que não lavram, nem criam, vivem “em cada casa trinta ou quarenta pessoas” (*idem*, p. 64) sem que se encontre um chefe, um soberano. Já no encontro na nau capitânia, atrás referido, se compreende pelas palavras de Caminha que estes homens não reconheciam o senhor, uma vez que ao entrarem na nau “não fizeram nenhuma menção de cortesia nem de falar ao capitão nem a ninguém” (*idem*, p.40). Este dado torna-se claro quando posteriormente Pêro Vaz indica: “[...] A gente que ali era não seria mais cáquela que soía. E, tanto que o capitão fez tornar todos, vieram alguns a ele, não por o conhecerem por

---

<sup>90</sup> No entender dos mareantes, os arcos e flechas eram vistos como armas, mesmo que não tivessem qualquer utilidade perante o armamento português no entanto, o facto de os indígenas andarem sempre com eles, pode também indiciar que se tratavam de instrumentos de caça.

senhor, cá me parece que não entendem nem tomavam disso conhecimento, mas porque a gente nossa passava já para aquém do rio [...]” (*idem*, p. 55).

O quadro de referências sobre a novidade só ficaria completo com a observação das crenças. Também as práticas religiosas eram comparadas aos padrões europeus e delas se aproximavam ou afastavam as civilizações. A inocência entendida por Pêro Vaz de Caminha foi o primeiro indício deixado na *Carta* que demonstrava a gentilidade do povo. No seu testemunho indica tratar-se de gente sem crenças, bastando a compreensão entre ambos para que fossem facilmente educados nas leis de Cristo. “[...] parece-me gente de tal inocência que, se os homens entendesse e eles a nós, que seriam logo cristãos, porque eles não têm nem entendem em nenhuma crença, segundo parece [...]” (*idem*, p. 72). Esta reflexão é reforçada por diversas vezes. O autor da *Carta* considera que Deus lhes deu bons corpos e bons rostos, fê-los bons homens, puros e sem qualquer maldade, e que depois lhes enviou os Portugueses para os salvar. A recorrência do tema permite entender o objetivo religioso na senda da Expansão. Aliás, esse propósito é referido claramente no discurso do escrivão quando diz que bastará disposição para se cumprir os desejos do rei, “ a saber, acrescentamento de nossa santa fé” (*idem*, p. 83). No final do seu registro, e quando, de uma forma geral, resume as qualidades encontradas naquele lugar, Pêro Vaz de Caminha insiste na ideia da conversão “[...] Mas o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente. Esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar [...]” (*idem*).

O conhecimento da língua ganha aqui importância. Já debatemos este tema<sup>91</sup>, mas importa retomá-lo. Teria de haver entendimento entre os povos para que eles pudessem conhecer a palavra de Deus. E essa tarefa, como já vimos, seria cumprida pelos degredados que ficavam no território. Percebemos pelo discurso narrativo de Pêro Vaz de Caminha como a falta de compreensão era um fator redutor das relações e levava a interpretações pessoais, como aconteceu no encontro da nau capitânia. Através dos

---

<sup>91</sup> Ao longo do nosso trabalho, temos vindo a salientar a importância da comunicação entre os povos como fundamental meio para que as viagens marítimas se tornassem bem sucedidas. Vejam-se as páginas 65-66 e 85-86.



gestos se ensaiavam conversas, mostravam-se objetos, animais, davam-se alimentos, e pelas reações se formulavam opiniões. Foi deste modo que os mareantes julgaram compreender que naquela terra havia ouro e prata. É curioso como o próprio escrivão reconhece que a interpretação dos gestos é indiciada pela vontade que tinham em encontrar aqueles metais preciosos. As suas expectativas influenciavam e pessoalizavam o entendimento como vemos no seguinte exemplo: “[...] Viu um deles umas contas de rosairo, brancas; [...] e acenava para a terra e então para as contas e para o colar do capitão, como que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamos nós assim por o desejarmos [...]” (*idem*, p.41).

As trocas de objetos tornam-se numa outra forma de comunicar quando o entendimento da fala não era possível. Durante a permanência no território, Pêro Vaz de Caminha dá-nos conta das inúmeras trocas efetuadas: “[...] a cada um dos quais mandou dar uma camisa nova e uma carapuça vermelha e um rosairo de contas brancas d’osso, que eles levavam nos braços, e um cascavel e uma campainha. [...]” (*idem*, p. 42). Do mesmo modo, a música e a dança eram entendidas como formas de comunicação e de aproximação entre os povos. Já falamos do episódio em que um gaiteiro começou a tocar e cantar, acrescentamos um outro narrado pelo autor da *Carta* em que “andaram, sempre ao som do tamborim nosso, dançaram e bailharam com os nossos [...]” (*idem*, p. 5).

Observemos agora como foi descrito o *outro* brasileiro pelo autor da nossa *Relação*, o piloto anónimo. Tal como em Pêro Vaz de Caminha, o primeiro aspeto a ser revelado é o físico: “[...] acharam uma gente parda, bem disposta, com cabelos compridos; andavam todos nós sem vergonha, [...]” (Cortesão, *Op. Cit.*, p.145). Num segundo momento a descrição é mais detalhada, mas ainda assim reportando-se unicamente ao aspeto físico daqueles indivíduos (*idem*, p.146):

“ [...] Os homens, como já dissemos, são baços e andam nós sem vergonha, tem os cabelos grandes, e a barba pelada; as pálpebras e sobrancelhas são pintadas de branco, negro, azul, ou vermelho; trazem o beicho debaixo furado [...] as mulheres andão igualmente nuas, são bem feitas de corpo, e trazem os cabelos compridos [...]”

Nos três capítulos que dedica ao encontro com a nova terra, estes são os únicos comentários que faz sobre a sua população. Acrescenta apenas, um pouco mais à frente, que os homens “ uzão de redes, e são grandes pescadores [...]” (*idem*, p.147). O seu discurso é puramente narrativo e não encontramos uma opinião pessoal como descobrimos no texto do escrivão. Podemos encontrar comentários esparsos relativos à personalidade dos naturais daquela terra, por exemplo, quando diz que eram bem-dispostos, comprovando-o a seguir quando diz que “bailavão, e tangião nos seus instrumentos” e cantavam “ fazendo muitas festas e folias” (*idem*, p. 146). Num outro momento da sua narração refere que, quando os portugueses foram em terra para fazer aguada e tomar lenha, “os naturaes vierão comnosco para ajudar-nos. [...]” (*idem*). Um outro indício sobre a personalidade daquele povo é referido na partida da frota, quando os degredados são deixados em terra e o piloto refere que “forão animados pelos naturaes do paiz, que mostravam ter piedade deles. [...]” (*idem*, p. 147). Este exemplo é o único em que julgamos admissível o caráter pessoal do autor, por manifestar aquilo que a imagem lhe suscitou. Recordamos Pêro Vaz de Caminha, que não vê nesse momento nenhuma peculiaridade.

Assim sendo, estamos perante um conjunto de considerações muito superficiais, segundo a nossa opinião, justificadas desde logo pela brevidade do contacto com aquele povo. Acreditamos que o piloto anónimo não acompanhou, como o escrivão, Pedro Álvares Cabral nas suas visitas a terra. Não cremos também que tenha assistido ao encontro dos índios na nau capitânia. É possível que não tivesse autorização para tal ou pode não ter sido essa a sua vontade. No fundo, não era essa a sua missão. A sua narração tem outra finalidade que não a de escrever pessoalmente ao rei. O seu documento é oficial e, portanto, obedeceria a determinadas regras<sup>92</sup>. Pelo que veremos mais à frente, sabemos que o piloto tem também grande capacidade de observação e descrição. Certo é que aqui, em terras de Vera Cruz, o nosso autor não teve tempo, ou talvez a ocasião, para se deslocar a terra e ver de perto esta população. Das suas palavras sobressai a descrição física dos homens e mulheres, imediatamente observável. A nudez dos corpos

---

<sup>92</sup> Cf. Godinho, V. *Op.Cit.*, pp.54-60.

parece não ter espantado muito o nosso autor, contudo o seu propósito narrativo não pode ser esquecido, uma vez que o seu caráter oficial tendia para um registo objetivo e claro. O autor não deixou, contudo, de referir a nudez dos corpos, espelho da sua incência, primeiro estágio civilizacional.

Nos capítulos seguintes, o piloto anónimo não faz qualquer comentário aos povos das terras por onde vai passando. Apenas refere as cidades e as suas riquezas. É a realidade económica que interessa revelar. A descrição dos homens da terra serve de complemento à narração, são testemunho da riqueza encontrada. Como exemplo, registamos as suas palavras sobre Moçambique que diz ser “ [...] não muito povoada, apesar de assistirem nella mercadores ricos [...]” (*idem*, p.148-149). De Quiloa refere que “ habitão nella mercadores ricos; [...] os da terra andão vestidos de panos de algodão finos, e de sedas e brocados finíssimos e são negros [...]” (*idem*, p.149) e em Melinde aponta que “ o Rei estava assentado em huma cadeira, acompanhado de muitos Mouros dos principaes [...]” (*idem*, p.150). É em Calicute que o piloto anónimo faz a sua primeira descrição minuciosa. Referimo-nos à descrição do encontro de Pedro Álvares Cabral com o rei da região. Mais do que o deslumbramento que lhe causou aquele episódio, o autor pretende, tal como nos exemplos anteriores, mostrar a riqueza daquele reino e do seu rei, evidentemente. Embora este acontecimento já tenha sido anotado por nós anteriormente, não nos escusamos a mais um exemplo pela beleza da sua descrição (*idem*, p. 154):

“ElRei [...] tinha também nos braços do cotovello para cima braceletes d’ouro adornados de ricas joias, e perolas de grande valor: as pernas estavam igualmente adornadas, e em hum dedo do pé tinha um anel de hum rubim ou carbúnculo de grande fogo e estima. [...] Ao seu lado estava huma grande cadeira toda de prata, salvo o lugar onde encostava os braços, que era de ouro, e as suas costas engastadas de joias e pedras preciosas [...]”

Dada a permanência prolongada da armada em Calecute, devido ao comércio que ali se fazia, foi possível conhecer a população. Não estamos na mesma linha da observação do *outro* da costa, leve e exterior. A necessidade de permanência permitiu trespassar essa barreira e penetrar na vida das populações. O seu relato vai procurar encontrar o que de diferente e exótico existe naquela cidade e na sua população. Assim,

ao representar a cidade de Calecute, refere que o *povo miúdo* se vai lavar aos grandes lagos que aí existem. Adita que “ he isto preciso, porque cada dia lavão duas ou três vezes o corpo todo” (*idem*, p. 158). Mais à frente voltará a este assunto para explicar que também se lavam antes de comer e que se tocarem em alguém não voltam a comer antes de se lavarem novamente, traduzindo assim os costumes de purificação praticada pelo povo daquela cidade. O relato prossegue com a descrição das vestimentas a partir das quais é possível distinguir diferentes estratos sociais (*idem*):

“ [...] Andão nós da cintura para cima, e trazem á roda de si panos finos de algodão brancos e de outras côres; não uzão de calçado nem de barretes, salvo os grandes Senhores que os trazem de veludo e brocado, e algum deles são muito altos. Tem as orelhas furadas, e nellas poêm muitas joias, e braceletes de ouro em os braços [...]”.

No seguimento do seu retrato, fala das armas que utilizam e informa tratar-se de grandes guerreiros: “são os maiores jogadores que há de espada e rodela, não se empregando quasi noutra cousa; [...]” (*idem*, p. 159). Ao descrever a forma de vestir e o armamento, o piloto anónimo fixou o seu olhar sobre o diferente avaliando o poder dos povos, o estatuto social dos indivíduos. Posteriormente, dedica-se a nomear os costumes sexuais, outro referente revelador da diferença entre o povo europeu e o oriental. Indica a falta de honestidade entre os casais e a pouca vergonha, num possível manifesto à sua indignação face ao observado. A primeira descrição física sobre as mulheres surge nesta altura. Diz o autor que “ [...] Estas mulheres andão nuas assim como os homens, e trazem sobre si muita riqueza e os cabelos muito bem pintados; são muito luxuriosas [...]” (*idem*, p.159).

Finalmente, revela os seus hábitos alimentares: “comem duas vezes ao dia, porém não usão de pão, vinho, carne, ou peixe; mas sim de arroz, manteiga, leite, açúcar e frutas.” (*idem*). Depois de esclarecer sobre a vida destes *Gentis-homens*, explica os hábitos da corte. Explica como o rei tem duas mulheres, cada uma com dez sacerdotes, os Bramanes, e que estes, para honrar o rei, dormem com elas. Os filhos nascidos dessas relações “não herdão o Reino, mas sim os sobrinhos, filhos da irmã” (*idem*). Sobre a vida no palácio declara como aí vivem muitas mulheres: “ [...] mais de mil a mil e quinhentas mulheres, para maior magnificência e estado; e a sua ocupação he de varrer,

limpar, e agoar as casa por onde ElRei quer andar, [...]” (*idem*). Depois de detalhar um pouco o aspeto do palácio, caracteriza a obediência do povo para com o seu rei (*idem*):

“ [...] vai ElRei coberto com hum docel, de sorte que lhe fazem mais honra do que a nenhum outro Rei do Mundo, porque ninguém se avizinha a elle senão na distância de três ou quatro passos [...] quando lhe fallão he sempre com a cabeça baixa, e a mão direita diante da boca; e nenhum Gentil-homem lhe aparece sem espada e rodela [...] e nenhum official, nem homem de baixa extração se atreve a ver o Rei, nem a falar com elle, especialmente os pescadores [...]”

Os meses de estadia nesta cidade possibilitaram também conhecer diferentes castas da população e disso nos dá igualmente conta o autor. Deixamos o seu testemunho exemplificado nas seguintes afirmações, primeiro dos Guzarates (*idem*, p.160):

“ [...] Os Guzaretes [...] são naturaes de huma Provincia chamada Cambaya [...] são Idolatras, e adorão o Sol, a Lua e as vacas; de sorte que se alguém matasse huma, seria logo morto.[...] e se alguma criança das suas come carne, deitão-a fora a pedir esmola pelo mundo, ainda que descendesse, ou fosse filho de hum senhor grande [...]”

Sobre os Zetires informa que “ [...] Crem nos encantamentos e nos adivinhos, são mais brancos que os naturaes de Calicut, [...] e casão com uma só mulher como nós, são muito ciosos, e as mulheres muito bellas e castas; [...]” (*idem*). Repare-se que nos escritos que o piloto anónimo dedica aos habitantes da Índia, nem sempre a cor da pele e o seu aspeto exterior são os dados apresentados em primeiro lugar. Por vezes começa por referir os usos e costumes que mais se destacam por se afastarem da civilização europeia. A descrição sobre os Zetires exemplica a nossa opinião (p.160-161):

“[...] os quaes são Idolatras, e grandes contratadores de joias[...]. São mais negros, andão nus, e trazem toucados mais pequenos, e os cabelos metidos por baixo em huma espécie de bolsas compridas, que parecem caudas de boi, ou de cavallo. [...] Estes homens são os maiores encantadores do mundo, fallão [...] com o Demonio [...] São mercadores grandes e ricos, que têm todas as mercancias, que aqui vão; isto he joias de muitas qualidades, sedas de ouro e prata muito ricas [...] canella, páo Brazil, sândalo [...] noz moscada e massa, [...] Estes Mouros são tão poderosos e ricos, que quasi são os que governam em todo o Calicut.[...].

Por fim, tomamos conhecimento de uma outra região no interior de Calicute. Trata-se de Narsinga. O autor da *Relação* registou os usos e costumes que mais o espantaram porque, de facto, demonstram o que as civilizações europeias e asiáticas tinham de diferente. Neste capítulo, verificamos como o surpreendeu o elevado número de mulheres do rei mas sobretudo a tradição de as imolar após a morte do soberano. Esta

descrição, reveladora da atitude dos povos perante a morte, manifesta-se como um bom exemplo de um processo narrativo que, embora com objetivos específicos, não deixou de transmitir a diversidade encontrada nas terras de além-mar. O costume alargava-se na realidade a todas as mulheres casadas aquando o falecimento de seus maridos e não apenas à mulher do rei (*idem*, p.161):

“ [...] todas as pessoas casadas, quando morrem fazem-lhe huma grande cova, em que as queimão; as suas viúvas vestem-se muito ricamente que podem, e acompanhadas de todos os seus parentes, com muitos instrumentos e folias vão á cova, e bailando á roda della como caranguejo, se deixão cahir dentro estando a cova chea de fogo [...]”.

Durante os três meses em que a armada cabralina aguardava o carregamento das naus, o piloto anónimo descobria a cidade e a sua população. Essa interrupção foi transposta para a sua *Relação* que ilustra essa pausa narrativa utilizada pelo autor para transmitir a realidade encontrada. Atento às realidades humanas, recolheu dados importantes sobre as populações e seus modos de vida, numa revelação constante do desconhecido, o destaque do diferente. A divergência entre a descrição dos íncolas brasileiros e os habitantes de Calecute, os sacerdotes bramânes ou a casta de mercadores guzaretos ou zetires traduz-se, principalmente, não pelos referentes utilizados para descrever um e outro povo mas na forma e pormenor com que esses tópicos são explorados o que evidencia a sistematização das vivências e a intensificação dos contactos civilizacionais. O quadro 9 apresenta os descritores reveladores da novidade brasileira e oriental na *Relação* do piloto anónimo.

**Quadro 9 - Descritores da novidade na *Relação* do piloto anônimo**

<b>A <i>Relação</i> do piloto anônimo</b>			
		O encontro com o índio	O encontro com o asiático
<b>Descritores</b>	Terra	*	*
	Homem	*	*
	Mulher	*	*
	Vestuário	*	*
	Alimentação	*	*
	Habitação	*	*
	Sociedade		*
	Religião		*
	Guerra	*	*
	Céu e estrelas		

Percebemos que no encontro com outros povos se procuravam informações que revelassem as diferenças do mundo Ocidental. O que era imediatamente perceptível surge em primeiro lugar, com o primeiro olhar: a cor da pele, o modo de vestir, a alimentação, a forma de viver, as suas casas, animais e armas. O olhar do piloto anônimo sobre o índio brasileiro descodifica essa realidade observada mas não esconde a superficialidade do primeiro encontro, marcado pelo fugaz contacto. Revela-se a cor da pele, a nudez e as pinturas dos corpos. Enuncia-se brevemente a sua alimentação e dedicação à pesca. As casas de madeira na qual podem viver dezenas de índios são as breves referências à vivência social a par com a boa disposição e sociabilidade reconhecidas, sinais reveladores principalmente da subjetividade do olhar autoral. Outros trajetos seriam precisos para se descobrir mais sobre a sociedade ameríndia, a sua organização política e social e as suas crenças. Rapidamente a viagem rumava ao seu destino, a Índia e a cidade de

Calecute, símbolo da riqueza mítica oriental como referiu Marília dos Santos Lopes (*Op.Cit.*, p.30). Este era o espaço há tanto tempo desejado e tão dificilmente alcançado pelos portugueses. Vinham de longa data as perspectivas de aqui se encontrar o ouro e as especiarias há muito descritas. Este era o destino que Vasco da Gama alcançara mas cujos intentos comerciais não conseguira ascender. Não era a viagem iniciática, mas era ainda o encontro do olhar, a continuação da novidade, da descoberta do *outro* em que o piloto anónimo transmite a sua experiência e a sua vivência no espaço oriental.

O tempo foi fundamental para que o autor conseguisse penetrar no espaço oriental e o revelasse. A permanência no território e o contacto com as populações contribuiu para uma aproximação e descoberta de outros referentes como as crenças locais ou a tipologia social, nomeadamente a existência de castas. O contacto prolongado com os habitantes de Calcutte possibilitou, assim, um maior conhecimento da sua terra e dos seus habitantes. Mais do que uma descrição superficial, possibilitou entrar nas suas vidas e conhecer o que de diferente tinham do homem europeu. A experiência transpunha-se no registo. Dessa forma, o autor anónimo consegue pôr a descoberto alguns aspetos da tipologia social do indiano, as suas crenças e costumes, situação apenas possível num quadro de permanência e de vivência com o *outro*<sup>93</sup>. Parece-nos até justo dizer que com este escrito começa a dar-se conta das diferenças das sociedades, sente-se esbater-se nele o sentido da superioridade ou inferioridade. Descodificam-se códigos civilizacionais e descobre-se a alteridade.

Mas retomemos a Vera Cruz, foco principal do nosso estudo, e observemos agora o quadro 10 que, em jeito de resumo, demonstra os descritores utilizados por Pêro Vaz de Caminha, Mestre João e o piloto anónimo na revelação da terra brasileira, o úni-

---

<sup>93</sup> Vide p. 68 onde mostramos como o piloto anónimo revela a idolatria dos habitantes de Calcutte, contrariando Álvaro Velho, autor do manuscrito que relata a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, que os julga cristãos. Sobre a *Relação* de Álvaro Velho vejam-se as obras de Ana Paula Avelar já referenciadas e que têm sido fonte importante no desenvolvimento desta nossa investigação. Avelar, A. (2003a) *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 62-90 e Avelar, A. (2003) *Visões do Oriente: Formas de sentir no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Edições Colibri, pp.33- 35 e 68-89.



co espaço presenciado por todos. Para melhor compreensão deste quadro relembramos que em anexo (I) elaboramos um quadro sinóptico com o levantamento dos referentes narrativos utilizados pelos autores na revelação da novidade brasileira.

### Quadro 10 - Descritores da novidade no encontro com Vera Cruz

Documentos				
		<i>A Carta de Pêro Vaz de Caminha</i>	<i>A Carta de Mestre João</i>	<i>A Relação do piloto anónimo</i>
Descritores	Terra	*	*	*
	Homem	*		*
	Mulher	*		*
	Vestuário	*		*
	Alimentação	*		*
	Habitação	*		*
	Sociedade	*		
	Religião	*		
	Guerra	*	*	*
	Céu e estrelas		*	

Podemos então distinguir, no percurso discursivo de Pêro Vaz de Caminha, vários temas norteadores da narração e descritores da novidade. Em primeiro lugar, a descrição da terra, com as suas águas doces e límpidas, a fauna e a flora e o clima temperado. A caracterização física do homem, a sua nudez, ornamentos e pinturas corporais, a sua atitude em relação aos portugueses, o armamento, a alimentação, dão seguimento

à sua descrição. Pêro Vaz de Caminha revela uma sociedade sem chefia, grupos que partilham a mesma habitação e que crê serem gentios dispostos a receber a mensagem cristã. O piloto anónimo, por sua vez, apresenta um discurso mais objetivo e conciso sobre os ameríndios e a terra de Vera Cruz. Já vimos como apenas se refere ao que é facilmente perceptível pelo olhar. A tipologia social e as crenças religiosas não são mencionadas pelo autor, aflorando apenas considerandos sobre a sua personalidade e forma de viver. Por sua vez, Mestre João alude brevemente à terra e às suas gentes. Considera tratar-se de uma ilha, que D. Manuel poderá encontrar no mapa de Bisagudo e que os seus habitantes combatem com habitantes de outras ilhas. Mas o seu enfoque narrativo centra-se na localização geográfica daquela terra. Pelo sol e pelas estrelas procura descrever a sua posição latitudinal. Mestre João esquisa as estrelas da constelação austral revelando, pela primeira vez o Cruzeiro do Sul. Três autores narram sobre um mesmo espaço, observam as mesmas gentes, a mesma novidade. O seu processo narrativo, contudo, refletirá a sua visão pessoal, o objetivo da sua escrita e a sua vivência do mundo conhecido. O tempo e o espaço conjugam-se nesta transposição do real observado acompanhando assim a construção da imagem do *outro*.

### **CAPÍTULO III – Vozes que ecoam: do registo da viagem ao de uma cronística da Expansão**

Neste capítulo afastamo-nos dos nossos já conhecidos autores para nos aproximarmos de outros, desta feita, cronistas: Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia. No seu relato sobre os feitos dos portugueses vamos descobrir o Brasil e a forma como o representaram.

Começaremos por traçar o perfil biográfico dos três autores, ainda que de uma forma muito sumária dado não ser esse o objetivo do nosso trabalho e porque outros investigadores o têm feito com reconhecido labor<sup>94</sup>. O nosso propósito é, fundamentalmente, o de procurar as vivências pessoais que enformaram o registo narrativo de cada cronista e, por essa razão, assinalaremos as que julgamos mais marcantes e determinantes para a obra histórica de cada um: a *História do Descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda, a *Ásia de João de Barros, dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* e as *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia.

---

<sup>94</sup> Sobre esta matéria vejam-se, por exemplo, os valiosos trabalhos de investigação de Ana Paula Avelar, nomeadamente *Figurações da Alteridade na cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003 e *Visões do Oriente- formas de sentir do Portugal do séc. XVI*, Lisboa, Colibri, 2002, onde recolhemos informação para desenvolver o presente capítulo.

A escolha dos referidos autores baseia-se no facto de terem sido eles os primeiros a escrever sobre os feitos gloriosos dos portugueses, tendo em comum um mesmo espaço, o Oriente, e um mesmo tempo, a primeira metade do século XVI. Em busca da verdade e pela reposição dos factos, percorrem um período de diversos reinados, afastando-se das usuais crónicas régias, dando ao seu discurso um carácter histórico e pedagógico que nos interessa compreender. De que forma narraram o encontro com o Brasil num contexto em que o Oriente era o espaço central, é o mote para este capítulo.

Em seguida, procuramos assinalar divergências no olhar sobre a terra de Vera Cruz, se as houver, e confrontá-las com as nossas fontes históricas, ou seja, a *Carta* de Pêro Vaz de Caminha, a *Carta* de Mestre João bem como a *Relação* do piloto anónimo. Analisaremos quais os descritores utilizados pelos cronistas para relatar a novidade e veremos igualmente como, na senda das viagens marítimas, aos nautas portugueses lhes estava destinado outra tão grande proeza como a de descobrir caminhos e novas terras, pois, enquanto elos de ligação entre os mundos, o conhecido e o desconhecido, cada um contribuiu, de forma mais ou menos consciente para o sucesso do encontro entre os povos, nomeadamente dos indígenas brasileiros e para o início da formação histórica da nação brasileira.

Finalmente, será sobre o valor do experienciado, enquanto processo de conhecimento do mundo descoberto, adquirido pela permanente curiosidade humana e o seu desejo de conhecer que nos deteremos para concluir a nossa viagem pelas terras de Vera Cruz.

### 3.1. Registos de um *achamento*

O primeiro cronista da expansão geográfica e marítima a noticiar o descobrimento do Brasil foi Fernão Lopes de Castanheda, no primeiro volume da *História do Descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*<sup>95</sup>, em 1551, em Coimbra. A edição do primeiro livro, onde consta a viagem de Pedro Álvares Cabral e no qual lhe são dedicados 12 capítulos, um dos quais sobre o encontro com a terra de Santa Cruz, data de 6 de março desse mesmo ano, tendo sido organizada por João da Barreira e João Alvarez. É traduzida, ainda em Quinhentos, em várias línguas, entre as quais o francês, castelhano e italiano. Neste volume, o cronista parte da viagem marítima de Vasco da Gama, em 1497, até à guerra com o Samorim, em 1504. Apesar da sua popularidade, este primeiro livro deixou descontentes os fidalgos da corte, insatisfeitos com a realidade traçada na obra de Fernão Lopes de Castanheda, que trazia a lume as condutas impróprias dos portugueses no Oriente, acabando por ser embargada a sua edição por ordem da regente D. Catarina (Gil & Macedo, 1998, 183). Seria, porém, reimpressa em 1554, por João Barreira, em Coimbra, com alterações significativas, sobretudo pelo desígnio providencial atribuído às viagens marítimas<sup>96</sup>.

Escreveu um total de dez livros que contam os cinquenta anos da presença portuguesa no Oriente. Apenas os primeiros sete livros, como nos informa Ana Paula Avelar (2003:18), são impressos em vida do autor. Na defesa da veracidade dos seus relatos, o cronista refere que todos os acontecimentos descritos foram recolhidos na Índia pelos capitães e fidalgos ou retirados de documentos que analisou. Afirma-o no prólogo do Primeiro Livro da sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (Castanheda, 1554: prólogo):

---

<sup>95</sup> Para o nosso estudo utilizamos a versão de 1554 da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, disponível no sítio da Biblioteca Nacional em [http://purl.pt/15294/2/res-425-1-v/res-425-1-v\\_item2/res-425-1-v\\_PDF/res-425-1-v\\_PDF\\_24-C-R0150/res-425-1-v\\_0000\\_rosto-CCII\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/15294/2/res-425-1-v/res-425-1-v_item2/res-425-1-v_PDF/res-425-1-v_PDF_24-C-R0150/res-425-1-v_0000_rosto-CCII_t24-C-R0150.pdf).

<sup>96</sup> Algumas diferenças entre as edições de 1551 e 1554 da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda são apontadas por Gil, F. & Macedo, H. (1998). *Viajens do Olhar- Retrospeção, visão e profecia no Renascimento Português*. Porto: Campo das Letras, pp.183-192.

“ [...] e a riqueza que lá [Índia] trabalhey por alcãçar foy saber muyto particularmente o que ate aquele tempo fizeram os Portugueses no descobrimento & conquista da India, & isto não de pessoas quaisquer, senão de capitães & fidalgos que hoiabião muyto bem por serem presentes nos concelhos das cousas & na execução delas, & per cartas & summarios que examiney coestas testemunhas. E assi vii os lugares em q se fizeram as cousas que auia descreuer pera que fossem mais certas. [...] e não somente fiz esta diligência na Índia mas ainda despois em Portugal[...]”

Fernão Lopes de Castanheda viveu, pois, alguns anos na Índia para onde partiu em 1528 na Armada de Nuno da Cunha, acompanhando o seu pai que iria desempenhar o cargo de ouvidor da cidade de Goa e mais tarde ouvidor geral da Índia (Avelar, 2000:57) e aí se manteve durante os dez anos seguintes, tendo ele próprio assistido a muitos dos acontecimentos que relata na sua *História*. Regressa ao reino no final da década de 30 e em 1545 é nomeado bedel da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (*idem*, p.62). Pouco tempo depois, é chamado a desempenhar as funções de guarda do cartório da Universidade e da livraria, o que lhe permitiu com maior facilidade aceder à tipografia e assim imprimir o seu primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Falece em março de 1559.

A sua vivência na Índia e a frequência na Universidade foram peças essenciais que moldaram a sua escrita permitindo-lhe, no primeiro caso, assistir e recolher informações minuciosas a partir de documentos e inquirição oral, garante da veracidade da sua *História* e, no segundo caso, aceder e contactar com as correntes humanistas que à época floresciam. Nas décadas de trinta e quarenta, Fernão Lopes de Castanheda prepara e redige aqueles que seriam os textos da sua crónica, relatando sobre as cinco décadas da presença dos portugueses no Oriente. A organização da *História dos Descobrimentos* em dez livros imita os Antigos, cujo modelo discursivo se baseava na divisão em vários livros, formando, no conjunto, uma sequência cronológica dos acontecimentos.

O confronto com a Antiguidade Clássica também se faz pelo valor das conquistas que, na opinião de Fernão Lopes de Castanheda, não superavam as dos portugueses. No prólogo do seu primeiro livro (Castanheda, 1554). revela as dificuldades da viagem para o Oriente,

“ [...] feita por mar[...] & não avista de terra senão afastados trezentas e seiscentas léguas partindo do fim do Ocidente & navegando ate ho do Oriente sem verem mais que agoa & ceo, rodeando toda a Sphera” comparadas às viagens dos Antigos cujas “cõquistas forão todas per terra, assi como a de Semiramis, de Ciro, de Xerxes do Grande Alexãdre, de Iulio Cesar & doutros Barbaros, Gregos & Latinos & indo eles cõ suas gentes”.

Este caráter extraordinário, quase divino das viagens e dos feitos dos portugueses que o comum dos mortais jamais pensaria ser possível, ressalta em diversas ocasiões na obra do cronista. São as façanhas do povo português que não podem ser esquecidas, não só pelo que se conquistou, como pelo que se sofreu para conquistar, e o seu esforço tem de ficar registado na memória dos príncipes e do mundo. É, pois, pelo registo da verdade que Fernão Lopes de Castanheda se dedica na escrita da *História*. Confirma-o na seguinte passagem do prólogo do seu *Primeiro Livro*:

“me diþpus a tamanho trabalho como leuey ã fazer, pera o que me ajudou muito ir a India, [...] E a riqueza que lá trabalhey por alcáçar, foy þaber muyto particularmente o que ate aquele tempo fizeram os Portugueses no descobrimento & conquista da India, e jsto não de peþsoas quaeiþquer, senão de Capitães e Fidalgos que hoiabião muyto bem por þerem presentes nos Conþelhos das couþas & na execução delas, & per cartas & summarios que examiney coeþtas teþtemunhas. E aþþi vii os lugares em q þe fizerão as couþas que auia deþcrever pera que foþsem mais certas [...]” (*Op.Cit.*, prólogo).

Seguiu-se, em 1552, a *Ásia* de João de Barros, *dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, Década Primeira*<sup>97</sup>. Em 1553, 1563 e 1615 seriam impressas outras três Décadas sendo, contudo, na primeira que encontramos o relato da viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia. A este evento são dedicados dez capítulos do livro quinto, sendo no segundo que vislumbramos a província de Santa Cruz. João de Barros relata nas suas *Décadas* o período entre a formação do reino de Portugal e o fim do governo de Nuno da Cunha<sup>98</sup>. A *Ásia* faria parte de um conjunto de uma obra histórica de grande envergadura, dividida em três momentos: Conquista, Navegação e Comércio. A *Ásia* estava inserida na primeira parte, juntamente com a Europa, África, e Brasil. A obra não foi, contudo, terminada. A divisão da obra em Décadas inspira-se, tal como em Fernão Lopes de Castanheda, na Antiguidade Clássica que lhe serviu como modelo e que será muitas vezes ponteada na sua

<sup>97</sup> Escolhemos, para a nossa investigação, a edição de 1988, da *Ásia* de João de Barros *dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Década I, impressa pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, obra revista e prefaciada por António Baião.

<sup>98</sup> Cf. Avelar, A. *Op.Cit.*, p. 90.

obra, também, na analogia com os gloriosos feitos dos portugueses, manifestando a sua superioridade que “nem se achava escriptura de Gregos, Romanos, ou dalgũa outra naçam, que contásse tamanho feito” (Barros, 1988:170).

João de Barros foi fidalgo da casa real beneficiando, por isso, de muitos ensinamentos, nomeadamente, de matemática, línguas, ciências ou letras. Foi, depois, nomeado por D. Manuel moço de guarda-roupa do futuro rei de Portugal, D. João III, período em que, simultaneamente, dava os primeiros passos na produção literária com a *Chronica do Imperador Clarimundo*. Ocupou, mais tarde, diversos cargos de feitor e tesoureiro. Em 1522, tornou-se feitor na fortaleza de S. Jorge da Mina para onde partira com Afonso de Albuquerque onde se supõe ter desempenhado o cargo de governador da Fortaleza de S. Jorge da Mina. Na segunda metade da década de vinte, já em Portugal, ocupou o cargo de tesoureiro das Casas da Índia, da Mina e de Ceuta. Em 1533, é nomeado por D. João III feitor da Casa da Índia e em 1535, donatário da capitania de Santa Cruz, no Brasil, cargo que lhe traria custos avultados dado os fracassos das duas expedições realizadas com o fim de povoar a terra. Como o próprio João de Barros referiu“ [...] por eu ter hũa destas capitancias me tem custádo muyta substância de fazêda [...] e por ijsso o principio da milícia desta térra ajnda que seja o vltimo de nóssos trabálhos, na memória eu o tenho muy viuo por quã morto me leixou o grãde custo desta armada sem fructo algũ”. (BARROS, 1988: 69). João de Barros falece em outubro de 1570.

Ao longo da sua carreira redigiu, entre outras, diversas obras de carácter pedagógico, como foi o caso da *Cartilha para aprender a ler* ou da *Gramática da língua portuguesa*; religioso, como o *Diálogo Evangélico sobre os artigos da fé contra o Talmud dos judeus*; ou filosófico, de que é exemplo o *Ropica Pnefma*. Mas seria historiográfica a sua maior obra: as *Décadas da Ásia*, cujo objetivo era o de redigir uma História Universal. Embora não tivesse visitado, ao contrário de Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia, as terras do Oriente, João de Barros beneficiou de documentação e informação privilegiada através dos cargos de relevo que ocupou durante a vida e dos seus contactos não só com a família real, com quem manteve uma relação de proximidade,



mas também com as individualidades marcantes da época. As observações que retiramos do seu prólogo da *Década Primeira* parecem-nos apoiar a nossa afirmação:

“Pois auendo cento & vinte anos [...] que vossas armas & padrões de victorias tem tomado posse, não somente de toda a terra marítima de Africa e Asia, mas ainda de outros mayores mundos, [...] não ouve algúem que se antremettesse a ser primeiro neste meu trabalho, somente Gomes Eanes de Zurara chronista mór destes reynos [...] (do qual nos confessamos tomar a mayor parte dos seus fundamêtos, por não roubar o seu a cujo he); «[...] Porque correndo o tempo, & achando eu antre algúas cartas que el Rey vosso padre ante da minha oferta, tinha escripto a Dom Frâncisco d’Almeida & a Affonso de Albuquerque [...] encomendadolhe que meudamente lhe escreuessem as cousas & feitos daquelas partes, [...]” (Barros, 1988: prólogo).

Foi a partir dessas fontes que organizou e construiu a sua obra e, tal como Fernão Lopes de Castanheda, também João de Barros se propôs escrever sobre os feitos gloriosos dos portugueses, perpetuando pela palavra escrita o que os olhos viram e os ouvidos ouviram [...] por se nam perderem da memória dos hómeeãs que viérem depois de nós, tam gloriófos feitos [...]” (Barros, 1988: prólogo). A valorização dada ao registo escrito enquanto auxiliar da memória, “per beneficio de perpetuidade” (Barros, 1988: prólogo) e prova dos grandes feitos dos portugueses é marca distintiva na sua *Ásia*, tal como também o é o valor pedagógico que dela sobressai. A transmissão do passado revela-se como uma preocupação didática do cronista por ser a base de conhecimento do presente, para uso dos bons exemplos, testemunho da glória e da presença dos portugueses no Oriente.

Seguem-se as *Lendas da Índia*<sup>99</sup>, de Gaspar Correia. Apenas impressas em Lisboa em 1858, as *Lendas* de Gaspar Correia juntam-se aos registos de Castanheda e João de Barros pela sua contemporaneidade com os Descobrimentos (Pereira, 1999:28). Nesta obra, Gaspar Correia abarca os acontecimentos dos portugueses entre 1497 e 1550, ou seja, do descobrimento marítimo para a Índia até ao governo de D. Jorge Cabral<sup>100</sup>. Apesar de publicada apenas no século XIX por José de Lima Felner, correu manuscrita

<sup>99</sup> Será utilizada na presente investigação, a edição de 1858, disponível do sítio da Biblioteca Nacional em em [http://purl.pt/12121/4/var-2325/var-2325\\_item4/var-2325\\_PDF/var-2325\\_PDF\\_01-B-R0300/var-2325\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t01-B-R0300.pdf](http://purl.pt/12121/4/var-2325/var-2325_item4/var-2325_PDF/var-2325_PDF_01-B-R0300/var-2325_0000_capa-cap_a_t01-B-R0300.pdf), publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, sob a direção de Rodrigo José de Lima Felner.

<sup>100</sup> Sobre as *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia veja-se, por exemplo, Avelar, A. (2003). *Visões do Oriente-formas de sentir no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Edições Colibri, pp.55-61.

até essa data. Salienta-se, contudo, o facto de as *Lendas* estarem, à época, apenas acessíveis a um pequeno grupo de autores portugueses que a terão usado como fonte informativa (Avelar, *Op.Cit.*,p.22). Esta obra está dividida em quatro livros e é no *Livro Primeiro* que descobrimos os quinze capítulos que dedica à Armada de Pedro Álvares e os dois em que descreve o encontro com Vera Cruz.

Neste livro, Gaspar Correia descreve as diversas expedições organizadas com destino à Índia, desde a viagem de Vasco da Gama até ao governo de D. Francisco de Almeida. É o que podemos comprovar com a transcrição seguinte, recolhida no início do Livro Primeiro: “contendo as acções de Vãscos da Gama, Pedralvares Cabral, João da Nova, Francisco de Albuquerque, Vicente Sodré, Duarte Pacheco, Lopo Soares, Manuel Telles, D. Francisco de Almeida. Lenda de 13 anos, desde o primeiro descobrimento da India até o anno de 1510” (Correia, 1858). A sua obra está, portanto, organizada em *armadas*, correspondendo cada uma a uma unidade temática, dividida, também ela, em capítulos, conforme nos explica Ana Paula Avelar (2003:58).

A falta de dados biográficos e a existência de vários homónimos<sup>101</sup>, continua a pesar no momento de se conhecer melhor o homem por detrás da obra, contudo, importantes estudos foram sendo realizados, ainda que tardiamente, no sentido de clarificar a sua identidade<sup>102</sup> e tendo por base as informações fornecidas pelo próprio cronista. Terá nascido em 1492 e em 1506 Gaspar Correia era nomeado moço de Câmara do infante D.

Luís, filho de D. Manuel. Partiu para a Índia em 1512, na companhia de Jorge de Melo onde permaneceu durante quatro décadas. Foi escrivão de Afonso de Albuquerque durante três anos e após a morte do governador desempenhou diversas tarefas, como vedor das obras de Goa, almoxarife em Cochim, e moço da Câmara de D. João III na Fortaleza de Sofala. Circulou pelos diversos enclaves portugueses, nomeadamente em

---

<sup>101</sup> *Idem*, pp.21-22.

<sup>102</sup> Maria João de Carvalho, na sua dissertação de Mestrado, faz um levantamento cuidadoso sobre os estudos desenvolvidos para traçar o perfil biográfico de Gaspar Correia, citando, por exemplo, as investigações de Banha de Andrade, Aubrey Bell, José Pereira da Costa, Lopes de Almeida, Lima Felner e Ana Paula Avelar. Cf. Carvalho, M. (2009). *Gaspar Correia e dois perfis de governador: Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira - Em busca de uma causalidade*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares. Lisboa: Universidade Aberta.

Goa, Ormuz, Diu, onde participou com Nuno da Cunha na tentativa de conquista desta praça, Baçaim e Cochim<sup>103</sup>. Terá falecido entre 1561 e 1563 e as circunstâncias da sua morte parecem levantar ainda algumas dúvidas, sendo sugerido por alguns investigadores como Audrey Bell e Barbosa Machado o seu assassinato<sup>104</sup>. Sabe-se, contudo, que não regressou a Portugal e que, depois da sua morte, o manuscrito foi adquirido por D. Miguel da Gama que regressou ao reino em 1582<sup>105</sup>.

Apesar de utilizar várias fontes de escritores coevos como o padre Francisco Álvares, Miguel Castanhoso ou Duarte Barbosa<sup>106</sup>, Gaspar Correia diverge de outros autores que narraram sobre o mesmo espaço e durante o mesmo período, sendo, por isso, muitas vezes criticado pela sua narrativa feita de memórias<sup>107</sup>. Parece-nos importante lembrar, contudo, que o cronista viveu grande parte da sua vida na Índia e que certamente utilizou fontes documentais diferentes dos cronistas como Fernão Lopes de Castanheda ou João de Barros. Lembremos, por exemplo, o caderno do clérigo João Figueira, que Gaspar Correia utilizou para escrever a sua obra. O próprio autor refere ter por vontade “fazer algumas breues lembranças na verdade que passarão as que vi e as que eram passadas trabalhei com muito cuidado, perguntando a homens antigos, que foram neste descobrimento e as duvidas tirando com os próprios homens que nos feitos se acharão, em que achei alguns homens que vieram nas próprias naos do descobrimento; e também por algumas lembranças, que achei em poder de mouros e gentios, e mormente em Cananor, que escreverão com espanto de verem o que nunca cuidarão. O que tudo assi ajuntei e escrevi na uerdade [...]” (Correia, 1858: 2).

O discurso norteador de Gaspar Correia assemelha-se, portanto, ao de Barros e Castanheda, uma vez que também ele se propõe escrever sobre os nobres feitos dos portugueses, os grandes e os pequenos. É esta a verdade que busca ao escrever “de cada

<sup>103</sup> Cf. Avelar, *op.cit.* pp.83-84.

<sup>104</sup> Sobre esta matéria veja-se Carvalho, *Op. Cit.*, pp. 47-49.

<sup>105</sup> Cf. Avelar *Op.Cit.*, p.22.

<sup>106</sup> Cf. Avelar, *Op. Cit.*, pp.22-23.

<sup>107</sup> Jaime Cortesão é um dos historiadores que critica o trabalho de Gaspar Correia. Segundo ele, o cronista “sobre ser omissos com prejuízo e abundante sem proveito, atinge na exatidão a pura invencionice [...] e ignora, transpõe, altera ou inventa factos, com audaciosa fantasia”. Cf., Cortesão, J. (1994). *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: INCM, p.34.

hum seus mãos e bons feitos assi como acaecerão, sem a nenhum tirar seu merecimento de bem ou mal [...]” (*idem*). Desta forma, repõe a verdade e a justiça face ao que vive e conhece da Índia (Avelar, 2003:89). Para além das *Lendas*, Gaspar Correia redigiu ainda *As Crónicas de D. Manuel I* e de *D. João III*, publicadas apenas em 1992 (Avelar, 2003a:14), onde espelhou a política manuelina de reorganização interna e de expansão para o exterior (Carvalho, 2009: 22).

Feita que está esta breve incursão pela biografia dos três cronistas, importa reter alguns dados que nos serão úteis e nos permitirão compreender melhor a forma como narraram e sentiram o encontro com Vera Cruz. Em primeiro lugar, ressalta a vivência no Oriente. Tanto Fernão Lopes de Castanheda como Gaspar Correia viveram longamente nesse território, puderam testemunhar muitos dos relatos que narraram e conheceram muitas das terras e gentes que descreveram. É essa experiência pessoal símbolo da verdade que procuram espelhar na sua obra e que se torna desde logo elemento norteador do discurso. João de Barros foi o único que nunca cruzou os mares do Índico, razão pela qual foi criticado. Mas a veracidade dos relatos não se baseava apenas no olhar do cronista e o recurso a outros testemunhos completava a narração. Os três cronistas utilizaram, como mostrámos, um vasto manancial de fontes orais e escritas, nomeadamente de depoimentos de homens que participaram nas viagens ou através das cartas, roteiros, relações de viagem, entre outros documentos portugueses e estrangeiros aos quais tinham acesso pelas suas profissões e ligações à coroa portuguesa. João de Barros, pelo seu conhecimento e erudição, soube organizar e compilar toda a informação necessária para a criação da sua obra sem que para isso tivesse de sair do reino.

Aliado ao valor da experiência, e conseqüentemente à necessidade de contar a verdade dos factos, associa-se, porque se entrecruza, o valor histórico que cada cronista intenta alcançar com a sua obra. Não nos esqueçamos que se viviam momentos únicos, de descoberta do mundo e do homem; a cada instante se desafiavam as teorias pelas quais se regia a humanidade; a sociedade transformava-se e o homem questionava e conhecia-se. Portugal participava e era obreiro dessa construção do mundo e do homem novo. Vimos como Castanheda e Barros exaltaram a obra dos portugueses face à dos

Antigos, tornando também épicas e grandiosas as façanhas do povo português. Era, portanto, fundamental guardar memória dos feitos passados para conhecimento dos nossos e de todos os povos, dos contemporâneos e dos futuros, cabendo, em primeiro lugar, aos príncipes o dever de conhecer a História porque “he muito necessário ser o princepe mais virtuoso, mais sabedor & mais prudente [...] pera boa governança da Republica a[ss]i na paz como na guerra [...]” (Castanheda, 1551, Livro I-prólogo). Só assim saberiam defender o reino e evitar cometer os erros dos seus antecessores.

Foi através do artifício das letras, a que Barros chamou *diuino* - por lhe parecer mais um ato de inspiração de Deus do que entendimento humano – que se tornou possível conservar na memória os acontecimentos vividos para que “representá[ss]e em futuro o que elles [homens] obravam em presente [...] pera com ellas aproueirmos em bom exemplo, [...] pera cõmũ e temporal proveito de nós[ss]os naturaes” (Barros, 1988:I- prólogo). Se as narrativas de viagem, como as que estudamos nos capítulos anteriores, ilustravam o viver pessoal e o quotidiano de quem participava nas viagens marítimas, o discurso da cronística historiava a presença dos portugueses no Oriente. Tornava-se histórico, fruto da vontade de perpetuar a ação portuguesa e de dar a conhecer os novos mundos que, lentamente, surgiam diante de todos. Como deixou expresso Gaspar Correia, tratava-se de um “desejo de escrever e memorar as cousas da India [...] que em outro tempo parecerão bem a quem as ouvir” (Correia, 1858:I-1). Estava certo o cronista.

A par deste registo histórico segue a divulgação da língua vernacular. Escritas em português, as crónicas imprimiam ao reino lugar de relevo e conscientizavam para o valor da linguagem enquanto fórmula de instrumentalização de prestígio e autoridade. Sobre esta temática, Ana Paula Avelar (2005) defende a língua como um instrumento legitimador de poder no Portugal de Quinhentos. Ainda que o latim funcionasse como língua de comunicação na Europa, cada nação procurava distinguir-se pelo estabelecimento de marcas nacionais das quais a língua era parte integrante. O idioma era tido como símbolo de unidade, instrumento de demarcação e valorização das fronteiras, elemento de identidade dos povos, construtor da consciência nacional e fonte de conhe-

cimento para todos. Segundo a autora, os homens que relatavam os feitos dos portugueses conferiam essa marca de identidade portuguesa. Partilhamos da ideia de que “os que escrevem crônicas da Expansão dão voz a um reino, o de Portugal, explanam a sua presença e domínio extraeuropa e refletem o Império” (Avelar, 2005:48). Portugal era, assim, valorizado na Europa e o seu domínio enaltecido no Mundo. No encontro dos homens era a língua portuguesa que se difundia e divulgava, revelando o predomínio do império português e o prestígio do monarca. Perpetuada no tempo, a língua tornava-se reflexo da supremacia do homem para lá da sua permanência.

Era indispensável perceber o *outro*. A comunicação entre os povos era essencial para a compreensão do desconhecido e a língua era a principal ferramenta de informação e fonte de conhecimento do *outro-outro* e do *outro-eu* que, à medida que desvendavam os novos espaços, também se compreendia e reconstruía. Para isso contribuíram os degredados, que na partida das naus eram obrigados a permanecer naqueles territórios para aprender o idioma dos povos e difundir a língua portuguesa, como foi o caso dos lançados de Santa Cruz.

Recordamos como a impossibilidade de comunicar com os indígenas foi sobejamente registada quer por Pêro Vaz de Caminha e pelo piloto anónimo, quer pelos cronistas da expansão. Não obstante a aproximação aos nativos e à estadia pacífica, a falta de diálogo obrigou a atitudes prudentes e impediu o acesso a informações sobre a população, a terra e existência de metais preciosos, levando a suposições sem fundamento, como escreveu Caminha, por exemplo, ao acreditar na possibilidade de, naquela terra, haver ouro, apenas pela reação do indígena ao ser confrontado com o colar do capitão<sup>108</sup>. Acertada a convicção de Padre Luís Fróis em finais do século XIX e a propósito

---

<sup>108</sup> Na *Carta* ao rei D. Manuel, Pêro Vaz de Caminha descreve vários momentos que refletem interpretações erradas sobre o observado, provocadas pela falta de comunicação. Deixamos expresso um desses exemplos: “ Viu um deles umas contas de rosairo, brancas; acenou que lhas dessem e folgou muito com elas e lançou-as ao pescoço e depois tirou-as e embrulhou-as no braço; e acenava para a terra e então para as contas e para o colar do capitão, como que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamos nós assim por o desejarmos” Cf. Guerreiro, M. *Op.Cit.*p. 41.

do Japão que concluirá que é o estudo da língua e a comunicação dos homens que revela os segredos que apenas o olhar não consegue trespassar<sup>109</sup>.

Através da língua difundia-se, igualmente, a fé cristã e anunciava-se o Evangelho àqueles a quem se julgava ainda não ter sido mostrado o caminho da salvação, o que tornava também a língua vernacular num instrumento da missão evangelizadora. Pêro Vaz de Caminha e João de Barros expressam esse propósito ao mencionar os dois degredados. Caminha considera que para se tornarem cristãos, aos naturais apenas bastava que entendessem os portugueses, e sugere que, na viagem seguinte, àquelas terras fossem enviados clérigos para os batizar “ porque já então terão mais conhecimento de nossa fé pelos dous degredados que aqui entre eles ficam” (Guerreiro, 1974:81). Barros, por seu lado, considera que os lançados seriam a esperança de tornar católico aquele povo “uendo quã offerecido eſtaua aquelle pouo pagam a receber doutrina de ſua ſaluaçam, ſe aly ouuéra peſoa que os poderá entender” (Barros, 1988: 174).

A imitação da Antiguidade Clássica que vemos expressa na cronística da expansão pela estrutura utilizada no modelo discursivo, ou a comparação dos feitos dos portugueses com os Antigos e a referência aos paradigmas vigentes revelados pelo ressurgimento de textos como os de Ptolomeu ou Euclides, entre outros, são algumas das marcas que encontramos e que refletem o movimento cultural da época. Mas as descobertas revelaram, contudo, que as teorias clássicas não correspondiam àquilo que os homens de mar descobriam a cada avanço no Atlântico, a cada nova terra descoberta, dando origem a um novo discurso, fruto da observação direta, da experiência adquirida por aqueles que agora revelavam os novos espaços e as diferentes realidades humanas, levando ao confronto entre as teorias clássicas e o novo, tornando este “um tempo de mudança, um momento em construção, uma fase de destruturação de processos, de olhares, de sensações” (Avelar, 2003:45).

---

<sup>109</sup> Vide Godinho, (2000). V. *Le deviseement du monde- de la pluralité des espaces à l'espace global de l'humanité XV<sup>ème</sup> – XVI<sup>ème</sup> siècles*. Lisboa: Instituto Camões, p. 60.

Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia apoiando-se nos gregos e latinos, não deixaram de evidenciar esse novo olhar do mundo e as grandes obras dos portugueses no espaço oriental, concebendo e contribuindo para o conhecimento do Homem que renascia na Europa. Partindo dos clássicos e dos conhecimentos científicos estabelecidos, acrescentaram-se outros conceitos e adquiriram-se novos saberes. Na revelação épica dos feitos dos portugueses, os humanistas nacionais não questionaram a sabedoria Clássica, antes a complementaram com novas informações procurando conjugar a herança dos Antigos com as novidades da rota do Cabo (Loureiro: 1998, pp.130-131).

O relato dessas experiências era procurado por toda uma Europa que ansiava descobrir e conhecer mais sobre o outro lado do mundo, aquele a que apenas podia chegar pelo viver de outros e pelos que bem o sabiam contar. Aos cronistas, por seu lado, não faltava o desejo de narrar aos seus coetâneos o seu saber sobre as terras do Oriente e a épica viagem dos portugueses para lá das tormentas do Cabo. À coroa portuguesa interessava também difundir a sua ação e mostrar a sua força perante as outras nações europeias. Reunidos que estavam estes desígnios, compreendemos a larga e rápida difusão que tiveram a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Castanheda e a *Ásia (...) dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* de João de Barros, impressas, traduzidas e divulgadas nos círculos portugueses e estrangeiros. Excetua-se neste caso a obra *Lendas da Índia* de Gaspar Correia que, tendo chegado manuscrita a Portugal após a morte do seu autor em finais do século XVI, assim permaneceu durante largos anos, o que condicionou a sua maior visibilidade.

Como vimos, as crónicas da Expansão pretendem narrar os feitos dos portugueses e com isso enaltecer o papel da coroa portuguesa. Não se trata de valorizar os governos de um rei em particular, como acontecia com as crónicas régias, trata-se sim de traçar os itinerários percorridos pelos portugueses fora da Europa, nomeadamente no Oriente, manifestando o poder da nação. Na sua construção historiográfica descrevem as cidades, as suas riquezas e os costumes das suas gentes, “narram contatos, conhecem



espaços e observam as transformações provocadas pela presença portuguesa nesses mesmos lugares” (Avelar, 2005:344). Ao obedecerem a um tipo de registo cujo objetivo era valorizar o poder da coroa portuguesa, os cronistas foram os principais divulgadores das descobertas e conquistas feitas por esta nação no espaço extraeuropeu, sendo o Oriente o principal palco da narrativa. Neste historiar dos acontecimentos vemos espelhado, para além dos feitos dos portugueses, a mudança do mundo que até ali se conhecia e como o homem, principalmente o navegante português, interferia nessa mudança, redesenhando novos espaços e acrescentando terra ao vasto mar. É aqui que também o Brasil se descobre, vejamos, portanto, como o narraram Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia.

Castanheda conta, no capítulo XXXI do seu primeiro Livro, que no dia 24 de abril, oitava de Páscoa, foi vista uma terra “e q era outra cofta opofa á de África e demoraua a loefte.” (Castanheda, 1554: Livro I, fl.lxiii) Depois de reconhecida pelo mestre da nau capitania, mandou Pedro Álvares Cabral fazer aguada e descobri-la. Como se achou bom porto, o capitão nomeou-o de Porto Seguro. Explica depois como foram tomados dois homens daquela terra, mas por não haver entendimento o capitão “os mandou foltar ueftindo-os primeyro á Portuguefa pera q os outros foubefsem que era gente de paz e folgafsem de ir a frota como forã dali por diante, leuando muyto refrefco, e fem nhũ medo entrauão nas naos, e por ijfo Pedraluares se deteue aqui algũs dias [...]” (Castanheda, 1554: Livro I, fl.lxiii).

Segue a sua narração dizendo que no dia de pascoela se ouviu missa em terra, dita numa tenda com grande solenidade. Acrescenta que, enquanto Frei Henrique celebrava a missa, se “ajuntou muyta gente da terra e fazião grandes festas” (*Op. Cit.*). Portugueses e naturais trocavam mantimentos por barretes e chapéus de penas de aves formosas. Continua, referindo que alguns portugueses foram às suas povoações “e virão a terra muyto viçofo daruoredado e fresca, com muytas agoas e abastada de muytos mantimentos e de muyto algodão” (*Op. Cit.*). Tal como tinha feito o piloto anónimo, também Castanheda descreve o peixe que tinha sido visto durante aqueles dias “da groffura dum tonel e era de cõprimẽto de tres varas e mea, e era redondo tinha a cabeça e os olhos

como de porco, as orelhas Dalifante, não tinha dentes, e tinha rabo do cõprimento dũ cavallo [...]” (*Op. Cit.*).

De seguida, Castanheda explica que Pedro Álvares Cabral mandou colocar naquela terra um padrão de pedra com uma cruz e “por iſſo lhe pos nome terra de ſanta Cruz, e depois se perdeo este nome e lhe ficou o do Brasil por amor ao pao brasil” (*idem*) tendo seguidamente mandado Gaspar de Lemos de regresso a Portugal “com cartas a el Rey dõ. Manuel em que dizia ho que lhe ate li tinha acontecido e mandoulhe hũ homẽ daquela terra” (*idem*). A frota cabralina partia no dia seguinte, três de maio, levando a rota do Cabo da Boa Esperança.

São apenas dois os capítulos<sup>110</sup> que ilustram a viagem de Pedro Álvares Cabral desde a saída de Lisboa até ao momento da partida de Santa Cruz rumo ao Oriente. À travessia antecedem informações relativas às intenções do monarca no envio daquela frota, a nomeação dos mais importantes elementos a bordo, entre capitães, feitores e escrivães, e a cerimónia da partida, onde esteve presente o monarca. Em relação à sua explanação sobre o espaço brasileiro, Castanheda adverte, de alguma forma, para a descrição globalizante que faz desta descoberta. Diz-nos o cronista que “por esta terra ser a que agora se chama Brasil, que é de todos bem sabida, não digo dela mais” (Castanheda, 1554: Livro I, fl.lxiii). Se, por um lado, o cronista evitava deter-se em explanações desnecessárias, porque repetitivas e sem novidade, por outro lado, também nos parece plausível pensar que se o objetivo de Castanheda era descrever a história do descobrimento e conquista da Índia, a descoberta do Brasil não se inseria nesta narração, sendo apenas importante registar aquela passagem na medida em que se incluía no trajeto de uma viagem com destino ao Oriente. Na sua narrativa historiográfica ficaria registado, contudo, no fluir do tempo e do espaço, o encontro com os índolas e a sua terra que, pelo que de

---

<sup>110</sup> Vide Capítulo xxx “ De como Pedralvarez cabral foy por capitão mór de hũa armada a Calicut” e Capítulo xxxi “ De como se çoçobrarã quatro naos”. Cf. Castanheda, *op.cit.* Livro I, fl. lxiii-lxiiii.

novo e diferente demonstravam ser, mereciam ficar registadas nas páginas da história, não faltando, por isso, ao seu discurso preciso e objetivo, as mais importantes informações sobre o encontro de Santa Cruz.

Na *Ásia... dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, João de Barros reservou-nos para o livro quinto da primeira Década da *Ásia*, a viagem e estadia da frota cabralina nas terras americanas. Conta-nos, num extenso capítulo<sup>111</sup>, como a vinte e quatro de abril, a frota cabralina “foy dar em outra cósta de terra firme” (Barros, 1988:173) que segundo os pilotos distava da costa da Guiné cerca de quatrocentas e cinquenta léguas. Seguiram ao longo da terra para tentar descobrir se se tratava de terra firme ou ilha e ancoraram no local que pareceu mais seguro. Pedro Álvares Cabral mandou um batel em terra e logo “virã ao longo da práya muyta gente nua, nam préta, e de cabelo torcido como a de Guine: mas toda de cor báça, e de cabelo comprido, e corredio, e a figura do rostro coufa muu nóua. Porque éra tam amaífádo, e sem a comum semelhança da outra gente que tinhã visto: que se tornará logo os do batél a dar razam do q virã, [...]” (*Op. Cit.*).

Pedro Álvares ordenou que o batel regressasse a terra e de lá trouxesse “algũa pejóa das q virã, sem os amedrontar cõ algũ tiro que os fizéffe acolher.” Contudo, narra o cronista, ao verem regressar a terra o batel, os homens “fogiram della: e puíferam se em hũ teço sobérbo, todos apinhoádos, a ver o que os nóffos faziam.” (*Op. Cit.*, 1988:173). Foram feitas diversas tentativas para comunicar com a população. João de Barros conta que um grumete guineense e outros que falavam árabe tentarem dialogar com os nativos”, “mas elles nẽ á língua nem aos acenos, em que a natureza foy comũ a totalas gentes, nũca acodirá. [...]” (*idem*).

Seguindo a sua descrição, o autor da *Ásia [...] dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares do Oriente* esclarece que, no dia

<sup>111</sup> Vide Capítulo II “Como partido Pedráluarez teue hũ tẽporal na parágem de cábo Verde: e seguindo sua derróta descobrio a grande térra a que comunmente chamámos Brafil, à qual elle pos nome Sancta cruz. E como ante de chegar a Moçambique paífou hũ temporal em que perdeu quátro vélas”. Cf. Barros, Década I, *op.cit.* p.172.

seguinte, a frota seguiu viagem ao longo da costa, tendo chegado a um porto que os protegeu do mau tempo que se fazia sentir, razão pela qual Pedro Álvares Cabral lhe deu o nome de Porto Seguro. Deste encontro, Barros apenas refere como, ao segundo dia da chegada, domingo de Páscoa, mandou Pedro Álvares armar um altar e aí disse missa frei Henrique. Do seu discurso retemos o seguinte: “ [...] E naquella barbara térra nũca tri-lháda de pouo christão aprouue a nóſſo ſenhor [...] ſer louuádo, e glorificádo nã ſómente daquelle pouo fiel darmáda, mas ajnda do pagão da térra: o qual podemos crer eſtar ajnda na ley da natureza. Cõ o qual lógo deos obrou ſuas mesericórdias, dandolhe noticia de ſy naquele ſanctiſſimo ſacramento [...] ” (*Op. Cit.*, p.174). É, aliás, com manifesta satisfação que Barros descreve como os naturais se comportaram, observando e imitando os portugueses: “ todos ſe punham ã giolhos vſãdo dos auctos que viam fazer aos nóſſos, como ſe teuérã noticia da divindade a que ſe humildáuam” (*idem*).

O relato prossegue com a informação de que o capitão-mor expediu um navio, comandado por Gaspar de Lemos, com a notícia da terra descoberta “ o qual nauio com ſua chegáda deo muyto prazer a elrey, e a todo o regno [...] ” (*idem*). O cronista regista ainda que, antes da partida para a Índia o capitão mandou construir uma cruz “muy grã-de no mais alto lugar de hũ áruore, e ao pe della ſe diſſe miſſa [...] dando eſte nome á terra, Sancta cruz, [...] ” (*idem*). É nesta altura que Barros se refere, como mencionamos, aos dois degredados e à esperança que ensinassem àquele povo as leis do catolicismo. Pela primeira vez tomamos conhecimento que um desses homens condenados ao degredo regressou ao reino, servindo, mais tarde, como *língua*.

João de Barros não termina a sua narração sobre a terra brasileira sem antes acusar a mudança do topónimo escolhido por Pedro Álvares Cabral, nomeado Brasil anos depois, devido ao pau vermelho com o mesmo nome “ [...] como que importaua mais o nome de hũ páo que tinge panos: q daquelle páo, que deu tintura a todolos ſacramentos per que fomos ſaluos [...] ” (*Op. Cit.*, p.175). Pede, por isso, que o nome de Santa Cruz seja repostado para que, no dia do juízo final, aqueles que o alteraram não sejam acusados de preferirem as riquezas terrenas às do espírito. Por essa razão, no final do seu relato

sobre o espaço brasileiro nomeia aquela terra de “Prouincia de Sancta cruz, que fóa melhór entre prudentes que brajil poſto per vulgo ſem conſideraçam [...]” (*idem*).

O caráter descritivo e detalhado do discurso de João de Barros sobressai ao primeiro olhar sobre a sua narrativa histórica sobre o espaço brasileiro, sobretudo se o relacionarmos com a de Fernão Lopes de Castanheda, mais objetiva e concisa, como vimos. Não que o autor da *Ásia...* se perca em descrições minuciosas, mas acrescenta, no decorrer da viagem, informações que esclarecem o leitor sobre alguns acontecimentos relevantes da viagem. Serve-nos como exemplo da nossa afirmação a explicação do cronista sobre a forma como a frota foi dar à terra brasileira: “Junta a fróta depois que paſſou o tēporal, por fogir da terra de Guine onde as calmarias lhe podiã empedir ſeu caminho: empégouſe muyto no már por lhe ficar ſeguro poder dobrar o cábo de bóa Eſperança. E auendo já hũ mês que ya naquela gram vólta, quando veo a ſegũda octava de páscoa que eram vinte e quátro dabril, foy dar em outra cóſta de terra firme” (*Op. Cit.*, p.173).

Outro pormenor que imediatamente se destaca é a pessoalização do discurso de João de Barros, diferente também de Fernão Lopes de Castanheda, especialmente visível pela devoção com que descreve a missa celebrada no domingo de Páscoa e a crítica sobre a atuação dos portugueses com que pontua esta passagem pela província de Santa Cruz, contra os interesses económicos que, na sua opinião, se sobreporiam, mais tarde, aos religiosos, devido ao comércio do pau-brasil. Apesar de ser uma narrativa mais descritiva, não nos devemos esquecer que estamos perante uma construção textual sobre o território asiático, tal como a *História...* de Fernão Lopes Castanheda, e que, por isso, esta passagem pelo Brasil apenas se vislumbra, segundo é nossa convicção, por acontecer no seguimento de uma viagem para a Índia, tal como fez o autor da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. O próprio João de Barros afirma que “em quarta parte da eſcriptura da nóſſa conquista, a qual como no principio diſſémos ſe chama Sancta cruz, e o princípio della começa neſte deſcobrimento: la fazemos mais particular mẽçam deſta chegada de Pedráluarez e aſſi do ſitio e couſas da

terra” (*Op. Cit.*, p.174). Recordamos o que atrás se disse<sup>112</sup> sobre a intenção de João de Barros em construir uma história universal na qual desenvolveria, para além da Ásia, a Europa, África e Brasil, obra essa que não chegou a ser concluída. O historiógrafo limitou-se a sinalizar o que de relevante considerou nesta passagem pelo Brasil já que foi nesta travessia comandado por Pedro Álvares Cabral, com destino à Índia, que aquele território foi descoberto.

Seguimos agora a leitura das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia e o que sobre a estadia em Santa Cruz nos relata o cronista. É no segundo capítulo<sup>113</sup> relativo à armada de Pedro Álvares Cabral que o autor começa por contar que a nau capitânia, por ser a que seguia na frente da armada, foi a primeira a ter vista daquela terra. Fez sinal às restantes embarcações que navegaram ao longo da costa, apercebendo-se que se tratava de uma “terra noua que nunca fora lista” (Correia, 1858:151). Na primeira descrição que faz da terra diz ter “grandes aruoredos pola fralda do mar e por dentro grandes montes e serranias, e muytos rios largos, e grandes enseadas [...]”. Mais à frente, acrescenta que as árvores que lá existem são “de hum páo vermelho, que deitado n’agoa fazia vermelho muyto bom [...]” (*idem*).

Conta que, tarde nesse dia, encontraram uma baía e aí ancoraram a nau capitânia e todas as outras que a seguiam. Fundeadas as naus, os capitães foram ter com o capitão-mor que decidiu enviar Nicolau Coelho com o piloto mouro a terra para que “se podia haver fala da gente da terra” (*idem*). Descobriram povoações de casas e dos seus habitantes diziam tratar-se de “gente branca bestial, nús, sem nenhum cobrimento de suas vergonhas, assim homens como mulheres.” (*idem*) Continua, afirmando que “alguns homens vestião redes de fio d’algodão, cobertos de penas d’aués de muytas cores, muy fermosas [...] gente mansa que nom fogio, nem fazião mal nem tinham armas mais que huns arcos grandes como de Ingreses, com frechas de cana [...]”

---

<sup>112</sup> Vide p. 95 do nosso trabalho, onde apresentámos breve biografia do autor.

<sup>113</sup> Capítulo II, “Da navegação que fez a armada, e o que lhe acaeceu até chegar a huma terra nova que descobriu do Brasil” Cf. Correia, *op.cit.* Livro Primeiro, p. 150.

(*idem*). Tal como dissera João de Barros, também Correia atesta não ter havido *língua* que os entendesse.

A sua descrição prossegue com novos apontamentos sobre a população e detalhes sobre as casas palhoças, “que não tinham nas casas nenhum fato, sómente redes de fio d’algodão atadas pelos cabos, que pendurauão e nellas dormião” (*idem*) possíveis pela estadia prolongada da frota que permitiu, segundo ele próprio afirma, que homens penetrassem pelo sertão. Ao já traçado sobre os íncolas acrescenta que se trata de “gente branca, e os rostros largos, narizes largos e baixos como de Jaos. [...]” (*Op. Cit.*, p.152). Esta caracterização denota uma aproximação visual que permitiu observar outros pormenores, não revelados até aí.

Na continuação da sua crónica, Correia informa igualmente que o capitão-mor decidiu, depois de se aconselhar com os restantes capitães, enviar a nau de André Gonçalves com a notícia para o rei D. Manuel de que tinha sido encontrada uma nova terra, levando consigo “homens e molheres, e moços e suas redes e vestidos, e dos papagayos grandes e d’outros mais pequenos. [...]” (*idem*) bem como o pau-brasil, assim chamado pela sua cor vermelha como brasa. Esta informação foi noticiada pelos três cronistas, embora Gaspar Correia seja o único a nomear aquele capitão em vez de Gaspar de Lemos. Pelas suas palavras, o leitor fica a saber que logo que teve conhecimento desta descoberta, D. Manuel mandou armar navios para a conhecer melhor. Gaspar Correia conclui este momento da narração afirmando que desse pau-brasil se fizeram bons negócios, exceção feita na Índia, onde o produto não era necessário por já existir o lacre, matéria-prima para fazer a cor vermelha.

Esta incursão pelas *Lendas da Índia* desvendou uma maior subjetividade no discurso de Gaspar Correia, se o compararmos a João de Barros e, principalmente, a Fernão Lopes de Castanheda. O cronista intercala os acontecimentos com informações detalhadas sobre a terra e sobre os indígenas brasileiros e fornece explicações pontuais que permitem ao leitor uma visão mais próxima com a realidade vivida pelos nautas naquele encontro com a nova terra, aproximando-o e tornando-o ator da descoberta.

Escolhemos duas citações que nos parecem ser reveladoras dessa característica textual que encontramos em Gaspar Correia: “ [...] o que todo fazião com a estimativa que atinauão, porque inda então nom sabião o tomar d’altura do sol, nem acertauão, somente tinhão agulhas de navegar pera conhecimento dos uentos, porque sabião onde lhe ficaua a terra, porque os uentos corrião pera ella” (*Op. Cit.*, p. 150); “ O qual [Nicolau Coelho] foy [a terra] com dez homens de lanças e béstas, porque ainda então, nom havia espingardas [...]” (*Op. Cit.*, p. 151).

A par com a subjetividade narrativa segue também, em nosso entender, a pessoalização discursiva do sujeito autoral já que no contar da verdade, motor da obra de Gaspar Correia, decorre uma escolha pessoal dos acontecimentos que, na realidade, não será diferente dos registos de Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros. Ana Paula Avelar debruça-se sobre essa problemática nas suas investigações<sup>114</sup>. Para a historiadora, os testemunhos que se prestavam com vista à elaboração destas Histórias gerais pretendem repor a verdade e o completo registo de alguns feitos mais particularizados da História Portuguesa na Índia (Avelar, 2003:174). É assim que Gaspar Correia completa o seu discurso, com pormenores que lhe dão vivacidade, o colorem, querendo por vezes parecer a prova que faltava para comprovar a veracidade dos factos.

O quadro síntese que apresentamos identifica os descritores utilizados no confronto com a novidade brasileira nos discursos de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia, e ilustra o que temos vindo a expor sobre as marcas de objetividade do discurso. Elaborámos, para a sua formulação, o quadro sinóptico disponível no anexo II “ Os descritores da novidade do espaço brasileiro na cronística da expansão”, que complementa e facilita a sua leitura.

---

<sup>114</sup> Vide *Visões do Oriente- formas de sentir no Portugal de Quinhentos*, 2003, Lisboa, Edições Colibri, onde a investigadora percorre na historiografia portuguesa, desde a primeira viagem de Vasco da Gama até ao governo de Nuno da Cunha (1498-1538), as diferentes vivências e pensamentos sobre os novos espaços, nomeadamente a Índia e *Figurações da alteridade na cronística da expansão*, 2003, Lisboa, Universidade Aberta, regista os diferentes olhares sobre o espaço oriental e os processos de construção do *outro*.



**Quadro 11 - Descritores da novidade no encontro com Santa Cruz.**

<b>Documentos</b>			
<b>Descritores</b>	<i>História do Descobrimento e conquista da Índia</i> de Fernão Lopes de Castanheda	<i>Ásia</i> de João de Barros	<i>Lendas da Índia</i> de Gaspar Correia
Terra	*	*	*
Homem		*	*
Vestuário			*
Alimentação			*
Habitação			*
Sociedade			
Religião		*	
Guerra			*

Não ficam dúvidas que é, de facto, Gaspar Correia quem mais pormenorizadamente descreve a passagem por Santa Cruz. O autor das *Lendas da Índia* insere não só informações sobre aquele espaço, mas sobretudo sobre o homem e tudo o que aqueles breves dias em terreno americano permitiram perceber com o primeiro olhar. Neste sentido, encontramos uma aproximação textual com os primeiros testemunhos que procuravam detalhar as vivências quotidianas e a sua experiência. Gaspar Correia parece também ele ser testemunha daquele encontro, como se, de facto, tivesse vivenciado aquele momento. O seu olhar acompanha a viagem, o percurso de quem vê do mar e aos poucos vai penetrando pelo interior da terra, revelando uma narrativa que se particulariza à medida que aumenta a permanência. Ilustra-o a forma como representa a terra “ e a descobrindo, que era grande costa [...] e sendo perto [...] virão grandes arvoredos [...]

e por dentro grandes montes e serranias [...]”<sup>115</sup>. O mesmo quadro descritivo se revela ao representar o índio, progredindo do geral, “ gente branca bestial, nús”, para o particular, “rostros largos, e narizes largos”<sup>116</sup>. A sua descrição é ainda pontuada por informações sobre o vestuário, a sua alimentação e as habitações são desenhadas “porque forão homens pola terra dentro”.

Bem diferente é, como referimos, o discurso de Fernão Lopes de Castanheda. O cronista situa a terra descoberta e embora afirme que [...] algũs portuguezes forã ver as fuas povoações [...] ”, não faz lhes qualquer referência, limitando-se a descrevê-la “muyto viçoſa daruoredos/ e freſca com muytas agoas”<sup>117</sup>. Por se tratar de uma terra conhecida de todos, como ele próprio afirma, o cronista não faz qualquer referência ao povo que naquela região foi encontrado. Apenas a falta de comunicação mereceu nota do autor da *História do descobrimento e conquista da Índia*, já que os naturais da terra que Pedro Álvares Cabral mandou trazer à nau capitânia não se entenderam “ com nhũ dos lingoas que que Pedralvarez leuaua” (Castanheda, 1554: fl. lxxiii). Não há, portanto, qualquer detalhe sobre os índios e mesmo sobre o espaço brasileiro é geral a sua representação, o que fortalece a nossa hipótese de que não interessava a Fernão Lopes de Castanheda perder-se em detalhes sem novidade, que não se enquadravam numa história sobre o espaço indiano.

João de Barros encontra-se num terreno que consideraríamos intermédio face à precisão de Fernão Lopes de Castanheda e à subjetividade de Gaspar Correia. A sua caracterização da terra fica centrada na sua localização geográfica “ſegundo a eſtimaçam dos pilotos” e o brasileiro é descrito pelo que de único surgia aos olhos de quem os vira: a cor da pele e o cabelo como os guineenses, a nudez do corpo, como afirma o próprio cronista “ſem a comum ſemelhança da outra gente que tinha viſto [...]”<sup>118</sup>.

---

<sup>115</sup> Vide anexo II.

<sup>116</sup> *Idem.*

<sup>117</sup> *Idem.*

<sup>118</sup> Vide anexo II.

Embora a sua obra se centre num espaço que não é o brasileiro, João de Barros não se abstém de registar a novidade daquele encontro. O cronista destaca igualmente o que considerou ser a predisposição dos índios para a cristianização, vendo “quã offerecido estáua aquelle pouo pagam a receber doutrina de sua saluaçam” (Barros, 1988:174). Revela-se, nas suas palavras, a intervenção divina que garantiu ao “pagão da terra” receber a salvação.

Vislumbramos, no decorrer deste capítulo, alguns aspetos importantes sobre a forma como cada cronista conduziu a sua obra, moldando-a, cada um, à sua forma e segundo o seu modelo de escrita. Sobre o espaço brasileiro, revelou-se uma passagem, uma notação do encontro, da terra. Coube a Gaspar Correia a escolha de melhor descrever o *outro*, a sua alimentação, o vestuário, as suas habitações e a sua força bélica, índices civilizacionais bastantes para ilustrar os íncolas, vistos pelo olhar fugaz de quem ali está de passagem. João de Barros centrou-se na localização geográfica daquela província de Santa Cruz e pela descrição física dos íncolas, mas é a perspetiva religiosa que sobressai no seu discurso. Acreditando que pela providência divina tinha sido encontrado aquele povo e que pela mão de Deus tinha sido dado aos portugueses o poder para transmitirem a Sua palavra. Finalmente, Fernão Lopes de Castanheda preferiu apenas sinalizar a terra e o que de lá interessava contar pelo que de novo trazia ao já conhecido. Mas, mesmo que genericamente, a sua narrativa não deixou de assinalar os acontecimentos mais marcantes daquela estadia, porque era dos portugueses que tratava a sua história e dos seus feitos gloriosos os que queria desvendar.

Neste nosso percurso pela cronística da Expansão compreendemos que, de uma forma mais ou menos pessoalizada, todos os autores pretendiam contar a verdade dos acontecimentos para que se perpetuassem no tempo. Era um narrar histórico que se construía. Apercebemo-nos, contudo, que ao longo das narrativas surgem dados que ora se aproximam ora se distanciam quer entre os cronistas, quer entre as fontes primárias. Decidimos ingressar neste caminho para descobrir essas semelhanças e divergências do olhar e é sobre elas que nos debruçamos nas próximas páginas.

### 3.2. Semelhanças e Divergências no olhar

A tarefa a que nos propomos a partir deste momento pretende verificar em que medida as crônicas de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia são ou não reveladoras dos mesmos acontecimentos sobre um mesmo espaço: a terra de Vera Cruz e, caso não o sejam, identificar essas divergências. Esses dados serão confrontados com os revelados pelos autores que vivenciaram o momento do encontro, à medida que formos avançando nas nossas observações. Não nos preocupa neste momento a tipologia discursiva, mas sim a revelação dos factos e a forma como se conjugam.

O primeiro dado distinto surge logo na revelação da data em que foi vista a terra brasileira. Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros indicam o dia vinte e quatro de abril, oitava de Páscoa, o mesmo que o piloto anónimo. Pêro Vaz de Caminha, por sua vez, aponta o dia vinte e dois. Já Gaspar Correia data o encontro a um domingo, sem indicar o dia da semana. Para além desta confusão dos dias do mês, somam-se as diferenças no próprio dia da semana. Para Caminha o vinte e dois correspondeu a uma quarta-feira, para o piloto anónimo, uma segunda-feira, já que, segundo o seu relato, o dia vinte e quatro teria sido uma quarta-feira. Mestre João Faras, recordamos, não apresenta dados cronológicos na sua carta, referenciando apenas o vinte e sete de abril, dia em que saiu em terra com dois pilotos e mediram a altura do sol.

A permanência em terra é ligeiramente divergente entre os nossos autores. Fernão Lopes de Castanheda indica que “Pedraluares se deteue aqui algũs dias” precisando, mais à frente os “oyto dias que Pedraluares aqui fez de detença” (Castanheda, 1554:fl.lxiii). Barros é mais vago declarando apenas que a estadia durou “algũs dias” (Barros, *Op.Cit.*, p.174). É na observação da sequência cronológica dos acontecimentos que verificamos que a duração é idêntica à apresentada por Fernão Lopes de Castanheda, uma vez que ambos consideram a chegada a vinte e quatro de abril e a partida a três de maio. Gaspar Correia, por seu lado, foi mais preciso afirmando que “o Capitão mór foy em terra com os Capitães, onde esteve cinco dias” (Correia,

1858,p.151). Se considerarmos as informações fornecidas por Pêro Vaz de Caminha, podemos considerar como corretos os dados de Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros já que, segundo o escrivão, foi a partir do dia 24 que a frota de Pedro Álvares Cabral atracou em Porto Seguro. Ainda segundo Pêro Vaz de Caminha, a partida para o Oriente teve lugar no dia 2 de maio, perfazendo, assim, 8 dias em terras de Vera Cruz. O relato do piloto anónimo aproxima-se do descrito pelo escrivão de Calecute. Embora não indique de modo preciso a duração da estadia, é também pela sequência cronológica dos acontecimentos que verificamos que a pousada em Porto Seguro se fez a 25 de abril e a partida a 2 de maio. Apenas um dia de diferença em relação aos dados de Pêro Vaz de Caminha. Assim, embora não haja uma coincidência exata nas datas fornecidas entre os participantes da viagem e os cronistas podemos considerar que terá sido entre oito a nove dias a estadia da frota cabralina naquela região.

Outro momento da narração que nos chamou a atenção diz respeito à tomada dos dois homens em terra para serem levados à nau capitânia. Em primeiro lugar, verificamos que nem João de Barros nem Gaspar Correia mencionam este episódio. O primeiro centra-se de imediato nas celebrações eucarísticas e na forma como os índios lhes prestavam atenção, dando a ideia de que, se alguém percebesse a sua linguagem, depressa aprenderiam as leis de Deus. Antes disso, relata que a única tentativa de comunicar com aquele povo foi feita na praia, quando alguns *língua* tentaram falar com os autóctones verbalmente e por gestos, sem sucesso. Gaspar Correia, por sua vez, preocupa-se sobretudo com a descrição das gentes e da terra, dando especial atenção ao pau-brasil com o qual se fizeram bons negócios.

É, portanto, Fernão Lopes de Castanheda o único autor a mencionar os dois índios. Diz terem sido levados a Pedro Álvares Cabral que logo os mandou soltar por não se perceber o que diziam. A expressão “soltar” parece indicar uma detenção, tal como o piloto anónimo anunciara com a expressão “tendoos retido huma noute” (Cortesão, 1994:146). A aproximação entre estes dois textos mantém-se nesta descrição. Na *relação*, o piloto escreveu que, no dia seguinte, os dois homens foram soltos, “com huma camiza, hum vestido e hum barrete vermelho” (*idem*) e o cronista referiu que o

capitão-mor os mandou soltar, “vestindo os primeiro à portuguesa” (Castanheda, 1554: fl.lxiii). O que aconteceu naquele dia teria passado praticamente despercebido, não fosse o relato que dele fez Pêro Vaz de Caminha ao descrever o encontro de Cabral com os índios no interior da nau capitânia<sup>119</sup>.

No seguimento destas narrativas encontramos um outro ponto de desacordo e que tem a ver com a indicação de quem foi enviado ao reino para informar o rei sobre o achamento daquela terra. Continua a ser Gaspar Correia o que mais se afasta das informações fornecidas quer pelos restantes cronistas quer pelos relatos de Pêro Vaz de Caminha e do piloto anónimo. Segundo é sua informação, foi André Gonçalves quem levou a notícia do descobrimento ao rei D. Manuel. Ao contrário, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros indicam o nome de Gaspar de Lemos. Apesar de não revelarem o nome do capitão, tanto Caminha como o piloto anónimo indicam ter sido o navio de mantimentos a seguir a dita viagem o que faz supor que este navio seria capitaneado por Gaspar de Lemos.

Embora o escrivão nos tivesse testemunhado que os capitães da frota, após decisão de enviar uma embarcação a Lisboa, tivessem simultaneamente decidido pelo não envio destes homens “por ser gente que ninguém entende; nem eles tão cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor o estoutros [degredados] não digam [...]” (Guerreiro, 1974:53), e que na *Relação* do piloto anónimo apenas tenha sido feita referência às cartas “ em que se continha tudo quanto tínhamos visto e descoberto” (Cortesão, 1994:147) é possível que não tenha sido esse o caso. Tanto Fernão Lopes de Castanheda como Gaspar Correia nos afirmam o contrário. O primeiro indica que foi enviado “hum homem daquela terra”, (Castanheda, 1554: fl. lxiii) o segundo diz que foram enviados “homens e molheres e moços”. (Correia, 1858:150). A leitura da *Carta de D. Manuel aos Reis Católicos*<sup>120</sup> orienta-nos na direção das informações de Pêro Vaz de Caminha e do piloto anónimo, pois, segundo o monarca, o capitão-

<sup>119</sup> Este episódio foi analisado no primeiro capítulo do nosso trabalho, nas páginas 41 e 42. Cf. Guerreiro, *Op.Cit.*, pp. 37-42.

<sup>120</sup> Este documento encontra-se, por exemplo, na obra de Cortesão J. (1994), *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil, Lisboa*, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, p.181-186.

mor “ solamente me envío de allí un navío á me notificar como la halló” (Cortesão, 1994:181) e em nenhum momento alude ao envio de autóctones<sup>121</sup>. Mesmo que D. Manuel escrevesse com alguma contenção para não revelar todas as informações sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral, não cremos que fosse imperativo omitir a chegada de indígenas à Europa, até porque rapidamente chamariam à atenção. Ainda assim, outras leituras teriam que ser feitas para confirmarmos a nossa ideia de que não teriam sido enviados, pelo menos, naquela primeira viagem, índios brasileiros para o reino de Portugal.

Prosseguimos com um outro tópico: o nome da terra. Pelo que analisamos das obras de Pêro Vaz, Mestre João e piloto anónimo vimos que os dois primeiros, ao assinarem as suas missivas, nomeiam o local de *Vera Cruz*. Caminha particulariza dizendo “ [...] Deste Porto Seguro, da vossa ilha de Vera Cruz, [...] ” (Cortesão, 1994:84). O piloto anónimo não faz qualquer menção ao local. O topónimo de Santa Cruz surge apenas nos textos dos três cronistas. A diferença entre estes últimos surge nos motivos que levaram à escolha deste nome. Pelas palavras de Castanheda “nesta terra mandou Pedralvares meter hũ padrão de pedra cõ hũa Cruz, e por isso lhe pos nome terra de Santa Cruz, [...] ” (Castanheda, 1554:fl. lxxiii). Da mesma opinião é João de Barros afirmando que “ [...] quando veio a tres de mayo, que Pedrálvares se quis partir, por dar nome aquella térra per elle nóvamente achada: mãdou arvorar hũa cruz muy grãde no mais alto lugar de hũ arvore, e ao pe della se disse missa, [...] dando este nome á terra Sancta cruz [...]” (João de Barros, 1988:174). Diferente é a ideia de Gaspar Correia que nos informa que “o Capitão-mor pôs nome de Sancta Cruz a esta noua terra porque a ella chegarão a tres de Mayo, dia de Sancta Cruz. [...]” (Correia, 1858:152).

---

<sup>121</sup> Sobre o descobrimento do Brasil, diz o seguinte a *Carta de D. Manuel*: “ El dicho mi capitan com trece naos partió de Lisboa à nueve de Mazo del año passado: En las octavas de la pascua seguinte llegó à una tierra que nuevamente descubrió, á la cual puso nombre de Sata Cruz, en la cual halló las gentes desnudas como en la primera inocencia, mansas y pacíficas; la cual parece que nuestro Senõr milagrosamente quiso que hallase, porque es muy conveniente y necesaria para la navegacion de la India, porque allí reparo sus navios é tomó agua; y por el caminho grande que tenia por andar no se detuvo para se informar de las cosas de la dicha tierra, solamente me envió de allí un navío á me notificar como la halló, é fixo su camino la via del cabo de BuenaEsperanza”. Cf. Cortesão, *op.cit.*, p.181.

Ficamos na dúvida sobre o significado da informação de Gaspar Correia. Estaria a querer dizer que aportaram em Vera Cruz a três de maio? Sabendo que todos os outros documentos indicam ter sido a vista de terra por volta do dia vinte e quatro de abril, parece-nos muito exagerado este desfasamento. Por outro lado, João de Barros também assinala que a cruz foi colocada a três de maio, no mesmo dia, segundo afirma, da partida para a Índia. Queria dizer Correia que três de maio foi o dia em que chegaram àquele lugar, para colocar a Cruz de madeira? É possível. De qualquer maneira é clara a diferença das datas. Se nos apoiarmos nos dados de Pêro Vaz de Caminha e do piloto anónimo, que vivenciaram e testemunharam estes acontecimentos, o dia da colocação da cruz foi a um e a partida a dois de maio. Ainda sobre este momento da narrativa, deixamos uma chamada de atenção para o facto de ter sido Fernão Lopes de Castanheda o único a referir que Pedro Álvares Cabral havia mandado colocar um “padrão de pedra cõ hũa cruz”. (Castanheda, 1554: fl.lxiii). Em nenhum outro documento do nosso estudo encontramos referência à existência desse padrão. Aliás, muitos historiadores acreditam que foi exatamente porque a bordo não havia nenhum padrão - por não estar previsto encontrar-se terra alguma - que o capitão- mor mandou construir a cruz de madeira<sup>122</sup>.

A celebração eucarística é outro dos temas que merece algumas considerações pela forma como foi referenciada pelos cronistas. Recordamos que segundo Pêro Vaz de Caminha realizaram-se duas missas solenes, uma no domingo de Páscoa e outra durante a fixação da cruz de madeira, na véspera da partida da frota, depois da qual foram distribuídos os crucifixos pelos índios. O piloto anónimo apenas refere a primeira missa mencionando depois a colocação da cruz na praia. Quanto a Gaspar Correia, nada diz sobre o assunto. Nas suas *Lendas da Índia* não há qualquer registo sobre as missas celebradas por Frei Henrique. Fernão Lopes de Castanheda, por seu lado, apenas menciona o primeiro ato religioso. É em Barros que voltamos a encontrar referências sobre os dois momentos solenes. Aliás, todo este seu discurso sobre o achamento de Vera Cruz está

---

<sup>122</sup> Logo no início desta nossa investigação referimos que este era um dos motivos que contribuía para a tese de casualidade no *achamento* de Vera Cruz. *Vide* p. 9 do nosso trabalho.



centrado na realização das eucaristias. Pelo que transparece das suas palavras, aquele desvio da frota e o conseqüente encontro da terra nova foi desígnio de Deus que fez dos nautas portugueses instrumentos de divulgação da Sua palavra. Se, por um lado, aos portugueses Deus permitia conhecer novas terras pelo seu sacrifício em difundir a fé cristã, por outro lado, aos índios era dada a possibilidade de conhecer a palavra do Senhor através dos portugueses. Desenha-se no discurso de João de Barros, o caráter humanista do historiador.

Para terminar a nossa resenha sobre as semelhanças e divergências no olhar, falta-nos acrescentar um outro aspeto refletido nas crónicas e que tem a ver com o valor comercial e religioso que se depreende em relação ao pau-brasil e que nos parece interessante comentar. O valor comercial é-nos transmitido por Gaspar Correia. Conta ele que no navio de mantimentos que rumaria a Portugal a dar a notícia da terra descoberta seguiam muitos paus a que chamavam brasil pelo seu vermelho que parecia brasa. Para além da madeira, esta matéria-prima fornecia a cor vermelha utilizada nas tinturarias, tornando-se assim numa excelente oportunidade de negócio entre o reino e a Europa. O sucesso desse negócio foi tal que o próprio nome da terra de Santa Cruz foi alterado para Brasil, “por amor ao páo brasil” como disse Castanheda (1554:fl. lxxiii). João de Barros insurge-se contra esta mudança e é através dele que ressalta o valor religioso que mencionámos atrás. Segundo ele valorizava-se mais a riqueza que dali se podia obter, afastando os homens do verdadeiro desígnio divino. Os que vulgarmente passaram a chamar àquela terra Brasil desvalorizavam os sacrifícios daqueles que, para levar a palavra de Deus ao mundo, padeciam e sofriam as agruras da viagem. Seria, pois, obra do demónio, que desviava os homens do caminho da salvação.

A nossa análise permitiu-nos vislumbrar uma aproximação entre o texto de Fernão Lopes de Castanheda e a *relação* do piloto anónimo. A descrição do peixe visto nas águas brasileiras parece um bom exemplo de proximidade, senão vejamos. O piloto anónimo<sup>123</sup> regista que “o peixe que tirão he de diversas qualidades, e entre elle vimos

---

<sup>123</sup> Vide anexo I.

hum, que podia ser do tamanho de um tonel, mas mais comprido, e todo redondo, a sua cabeça era do feitio da de hum porco, os olhos pequenos, sem dentes, com as orelhas compridas: pela parte inferior do corpo tinha varios buracos, e a sua cauda era do tamanho de hum braço; não tinha pés, a pele era da grossura de hum dedo, e a sua carne gorda e branca como a de um porco” (Cortesão, 1994:147). Fernão Lopes de Castanheda<sup>124</sup> descreve que “ [...] foy visto hũ peixe que hu mar deitou fora, q era da grossura dum tonel/ e era de cõprimẽto de três varas e meia, e era redondo, tinha a cabeça e os olhos como de porco/ e as orelhas Dalifante, não tinha dentes, e tinha rabo do cõprimento dũ cavallo [...] ” (Castanheda, 1554: fl.lxiii). Embora não se trate de uma cópia da descrição do piloto anónimo, o cronista utiliza elementos semelhantes para verbalizar a constituição daquele animal dizendo, por exemplo, que tinha o tamanho de um “tonel”, corpo redondo, cabeça similar à de um porco e sem dentes. Também o piloto indica que as orelhas do peixe são compridas e o cronista compara-as às de um elefante. A descrição de Fernão Lopes de Castanheda chamou-nos à atenção, não só pela aproximação ao texto do piloto anónimo, mas sobretudo por ser a única representação pormenorizada que o cronista regista na sua história sobre o Brasil. Terá sido, na nossa opinião, algo verdadeiramente novo e estranho que mereceu a atenção do cronista já que o sabemos objetivo e conciso na sua narração.

Outros são, como vimos, os paralelismos entre a narrativa do piloto anónimo e a de Fernão Lopes de Castanheda. Os dados cronológicos<sup>125</sup>, a referência à captura dos dois índios ou a referência de apenas uma missa realizada por frei Henrique parecem-nos ser possível supor que a *relação* do piloto anónimo tenha sido um dos documentos a que Fernão Lopes de Castanheda tenha tido acesso para relatar a passagem por Santa Cruz. É possível que o cronista tenha tido acesso a este documento durante a elaboração da sua *História*, ainda através da coletânea de textos de Montalboddo, dados à estampa

---

<sup>124</sup> Vide anexo II.

<sup>125</sup> Poder-se-ão comprovar os dados cronológicos pela análise dos quadros que apresentamos nas páginas 64 e 126. Na primeira, podem ver-se os momentos sinalizados pelo piloto anónimo, entre a partida das naus de Lisboa e a partida do Brasil. Na segunda, são apresentadas as balizas temporais apontadas por Fernão Lopes de Castanheda nesse mesmo percurso. Verifica-se que apenas duas datas divergem: a da perda da nau de Luís Pires e a data da partida do espaço brasileiro.

em 1507 ou pelos textos de Ramusio, editados pela primeira vez em 1550 já com a informação de que se tinha sido escrito por um piloto português. O certo é que, ao contrário dos outros cronistas, ele narra os acontecimentos sem se dedicar especialmente a nenhum momento em particular, limitando-se a relatar os factos, tal como fez, na nossa opinião, o anónimo piloto.

Há, contudo, dois episódios importantes que diferenciam o discurso de Fernão Lopes de Castanheda do piloto anónimo. Referimo-nos ao envio do indígena na caravela de Gaspar de Lemos e à colocação do padrão de pedra com a cruz, informações constantes apenas na *Historia do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. A divergência entre os documentos salienta o provável uso de diversas fontes por parte do cronista, mas não nos impede de admitir que Fernão Lopes de Castanheda tenha lançado mão à *relação* do piloto anónimo<sup>126</sup> como, aliás, também não excluimos a hipótese que o mesmo tenha acontecido com João de Barros. As diferenças que descobrimos entre as duas crónicas acabaram por fornecer esclarecimentos importantes sobre a estadia dos portugueses naquela costa brasileira e as diferentes versões não invalidam a ideia de que tenham tido a mesma origem. Por ter sido Gaspar Correia o que mais se afastou das informações do piloto anónimo, é possível que não tenha utilizado essa fonte. A nossa posição aproxima-se da visão de Jaime Cortesão que considera duma fidelidade escrupulosa a narrativa de Fernão Lopes de Castanheda face à *Relação* do piloto anónimo (Cortesão, 1994:34). O historiador é, contudo, como já referimos<sup>127</sup>, bastante crítico no exame que faz em relação a Gaspar Correia retirando-lhe a importância histórica que julgamos merecer.

A missiva de Pêro Vaz de Caminha continua a ser, na nossa opinião, de todos os documentos, o único que revela o brilho daquele encontro. Só na sua *Carta* ao rei D. Manuel se percebe a verdadeira dimensão daquele cruzar de olhos entre o novo e o

---

<sup>126</sup> Banha de Andrade afirma igualmente que a *Relação* do piloto anónimo serviu de fonte aos cronistas de Quinhentos, nomeadamente a Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Góis. Cf. Andrade, A. (1972). *Mundos Novos no Mundo, panorama de difusão, pela Europa, de notícias dos descobrimentos geográficos portugueses*. Lisboa: Junta de investigação do Ultramar, p.257.

<sup>127</sup> Vide nota 51.

velho mundo. Era, no fundo, o único que o podia fazer pois a sua única intenção era o de partilhar um acontecimento que ele próprio considerou fascinante e maravilhoso. A isto acresce a sua capacidade única de transpor para o papel as imagens que passavam diante de si, não condizente com o homem medieval, mas de um humanista que começava agora a germinar. Mas se nas crónicas em análise não encontramos o fulgor descritivo de Pêro Vaz de Caminha é simplesmente porque esse não era o seu propósito principal. Já o dissemos, mas não é demais sublinhar que Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia, procuravam o narrar histórico dos feitos portugueses no Oriente, numa busca pela verdade dos factos para que permanecessem na memória dos seus contemporâneos e dos futuros.

Como nos explica Ana Paula Avelar “ a vontade de escrever a História dos portugueses em tão longínquas paragens, o descobrir e seguir a verdade dos factos e de narrar a dimensão da presença dos diferentes intervenientes na Expansão, foram perspectivas que nortearam todos estes autores” (Avelar, 2003:51). Desta forma, é importante salientar como os propósitos que cada autor intentava alcançar através dos seus escritos moldavam o discurso e que os traços pessoais de cada um sobressaíam ainda que procurassem a objetividade e a clareza do discurso. Relembremos ainda que estávamos numa viagem para o Oriente, para a Índia e que esse era, para os cronistas Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia o espaço sobre o qual focalizavam o seu olhar e que, assim sendo, o seu registo sobre o espaço brasileiro estava, de alguma forma, limitado à superficialidade do encontro.

### 3.3. A novidade como vetor descritivo

O orbe terráqueo ganhava novos contornos à medida que os nautas portugueses revelavam espaços - uns desconhecidos, outros que se acreditavam existir sem que tivessem sido vistos - e procuravam caminhos novos para terras conhecidas. Na vasta rede de rotas trilhadas ao longo de décadas de navegação, possíveis pelo desenvolvimento de técnicas náuticas, de instrumentos de operacionalização e pelo progresso da construção naval, Portugal ligava os continentes e conseqüentemente as culturas e os povos que aí existiam. Estes percursos que se iam desvendando e estes encontros com outros povos favoreciam o registo escrito e como refere Vitorino Magalhães Godinho,

“Les voyages de découverte donnèrent naissance à tout un capital d’oeuvres culturelles transmissibles aux autres sociétés et de génération en génération: routiers, cartes de navigations, manuels nautiques, livres de bord, dexcriptions et chroniques, livres de poids et mesures, informations sur la marchandise” (Godinho, 2000:55).

A exploração do Atlântico ao longo do século XV e do Índico até meados do século seguinte contribuíram, como falamos no início deste trabalho<sup>128</sup>, para dar corpo a todo um conjunto de textos reveladores da presença e vivência dos homens de mar nesses espaços e com as gentes que aí viviam. Os primeiros registos mostram o maravilhamento desses encontros, celebram a novidade através de descrições pormenorizadas da geografia física das terras, das populações e seus modos de vida. Jaime Cortesão ilustra bem a forma como eram recebidas as novidades no reino ao afirmar que a imagem da Índia e das riquezas, transmitida pelo deslumbramento dos primeiros navegantes incendiava as imaginações (Cortesão: 1994:21).

O registo de cariz oficial, obedecia a um conjunto de observações que deviam ser tidas em conta para melhor conhecer os povos com quem se pretendia estabelecer

---

<sup>128</sup> No sub-capítulo “das narrativas de viagens: Caminha, Mestre João e piloto anónimo” abordamos a questão dos escritos de viagem enquanto espelhos de percursos concretos, em que o homem procurava organizar-se e estabelecer-se na nova realidade. *Vide* pp.29-31.

relações comerciais ou de amizade<sup>129</sup> e que traduziam o esforço português em compreender e sentir o *outro*. O reconhecimento da terra, dos seus portos, as condições de ancoragem de acordo com a propriedade e variedade dos ventos, correntes marítimas e profundidade estavam entre as primeiras informações a esclarecer<sup>130</sup>. Seguiam-se, depois, os primeiros contactos com os naturais da terra e a amostragem de mercadorias (ouro e prata, por exemplo) com o objetivo de se perceber se existiam ou não naquela região. Procediam-se outras inquirições, nomeadamente sobre navios estrangeiros que atracassem na região e aí comercializassem. Interessava saber a sua tonelagem, em que altura atracavam, que mercadorias comerciavam, bem como a nação a que pertenciam, a sua religião, a cor da pele, as roupas e armamento. O poder político e a estratificação social, a religião professada, costumes, os meios bélicos disponíveis e o tipo de moeda completavam o registo sobre os povos das regiões descobertas. Estamos, pois, perante inquiridos cuidadosamente preparados e organizados, com objetivos claros de recolha de informação, capazes de permitir o conhecimento efetivo do *outro* e facilitar a aproximação dos povos e a sua possível conquista e colonização.

---

<sup>129</sup> Segundo Vitorino Magalhães Godinho nos informa, desde o início da expansão marítima que se elaboravam estes relatórios que pretendiam revelar as terras e gentes desconhecidas até então e com as quais se pretendia criar laços e estabelecer relações. O relato de viagem de Angelino del Tegghia de Corbizzi e de Niccoloso de Recco nas ilhas Canárias, de 1341 ou as descrições da região do rio do Ouro, de João Fernandes e, sobretudo, o regimento dado a Diogo Lopes de Sequeira em 1508 com a missão de descobrir a ilha de S. Lourenço e Malaca são bons exemplos fornecidos pelo investigador para demonstrar esse rigor e a importância desses relatórios de modo a retratar as novas realidades físicas e humanas. Veja-se, Godinho, V. (2000). *Le divisement du monde- De la pluralité des espaces à l'espace global de l'humanité* <sup>XV<sup>ème</sup></sup> –<sup>XVI<sup>ème</sup></sup> siècles. Lisboa: MNE- Instituto Camões, pp.39-97.

<sup>130</sup> Seguimos o exemplo aludido por Vitorino Magalhães Godinho, nomeadamente o Regimento dado a Diogo Lopes de Sequeira em fevereiro de 1508 na descoberta da ilha de S. Lourenço e Malaca. Cf. Godinho, *Op. Cit.*, pp. 57-59.

### 3.3.1. A novidade nos primeiros testemunhos do encontro

O primeiro contacto com o espaço brasileiro obedeceu às mesmas premissas de observação e registo e através dos escritos de Pêro Vaz de Caminha, do piloto anónimo e de Mestre João também descortinamos essa mesma busca de informação. Oficiais ou não, entreveem-se nas suas notações a curiosidade e a vontade de conhecer que foi comum a todos. Ainda que a permanência no território tenha sido breve e a falta de entendimento tenha impossibilitado a comunicação com os íncolas, e, consequentemente, o conhecimento fidedigno sobre a terra e as suas riquezas, é visível esta vontade de conhecer o *outro*, de o posicionar face ao conhecido.

Cada autor, cumprindo com a sua função e o seu objetivo de escrita, procurou os indícios necessários para uma primeira descrição do território e dos seus habitantes e daí que tenhamos verificado todo um conjunto de descritores que vão de encontro ao que era oficialmente considerado como relevante descobrir. De uma forma mais ou menos pormenorizada, encontramos nos registos dos três autores o reconhecimento da terra, a descrição do homem, a cor da sua pele, a nudez do corpo, os seus ornamentos e armas. Procuraram-se informações sobre a sua alimentação, a forma como viviam em sociedade e as suas crenças.

O piloto anónimo procurou indícios sobre a terra, descreveu os seus bons ares, a abundância de árvores e de água. Anotou ainda a enorme quantidade de aves coloridas e a ausência de animais quadrúpedes. Sem ultrapassar o discurso narrativo da sua *Relação*, o autor não deixou de apontar o que de significativo importava registar sobre a terra descoberta. Pêro Vaz de Caminha, por sua vez, foi mais metucioso na sua exposição sobre o espaço brasileiro. Na sua *Carta* começou por explicar a utilização do prumo para a correta medição da profundidade; informou sobre os portos onde os barcos ancoraram descrevendo detalhes que explicitavam a sua forma e localização e enunciou distâncias. A estadia em terra permitiu-lhe descrever a variedade de aves e arvoredos, a graça da terra, os seus bons ares e a profusão de águas que a tornavam fértil. Já

Mestre João registou dados sobre a localização da região, nomeadamente através da medição da altura do sol e das estrelas para conhecimento da latitude, tendo sido o primeiro a esboçar a constelação austral. O seu discurso técnico não explora o espaço físico da terra - dizendo apenas parecer-lhe tratar-se de uma ilha - nem a população, transmitindo tão só a informação de que as diversas tribos de índios se guerreavam entre si.

Se a experiência deste primeiro encontro com o espaço brasileiro contribuiria para abalar as teorias científicas que defendiam a inabitabilidade de uma grande parte da terra<sup>131</sup>, por outro, parece perseguir o mito do Paraíso Terrestre. Embora no seu discurso prevaleça a descrição do homem ao espaço físico, é Pêro Vaz de Caminha quem melhor nos transmite esse testemunho de uma terra repleta de riquezas naturais, tradutoras de símbolos paradisíacos que tornavam a terra de Vera Cruz no paraíso terreal há muito procurado<sup>132</sup>. O facto de se julgarem perante uma ilha pode, de alguma maneira, indiciar a convicção de que estariam no Paraíso ou, pelo menos, próximo dele<sup>133</sup>. A descrição

---

<sup>131</sup> Os primeiros geógrafos gregos, como Pitágoras (séc. VI a.C) ou Eratóstenes (séc. III a.C.) defendiam a existência de cinco zonas climáticas: duas glaciares, duas temperadas, as únicas habitáveis, e uma zona tórrida, a do equador. Mais tarde, Ptolomeu (séc. II d.C), dividirá o mundo em sete zonas térmicas paralelas, representando a zona habitada – ecúmena - através da localização geográfica de milhares de locais a partir do cálculo das latitudes e longitudes. Uma grande parte do planeta seria, na sua opinião, inabitável, devido ao calor excessivo da zona equatorial e as áreas geladas dos polos. Era esta a teoria renascida no século XV, o legado greco-romano que continuava a vigurar um século mais tarde, mas que as viagens marítimas dos portugueses e espanhóis tendiam a modificar, perdendo, embora lentamente, a cosmografia tradicional a favor de um novo horizonte cultural. Sobre este tema, veja-se, a título de exemplo, as obras de Dias, J. (1988). *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Editorial Presença, pp.161-169 e Pinto, J. (1989). *A viagem - memória e espaço: A literatura Portuguesa de viagens, os primitivos relatos de viagem ao Índico, 1497-1550*. Cadernos da Revista de História Económica e Social 11-12, Lisboa: Sá da Costa, pp.215-237. No anexo V, a figura I representa o mundo habitado da esfera terrestre de Ptolomeu.

<sup>132</sup> Acreditava-se ainda neste dealbar do Renascimento, na existência de um paraíso na terra que, de acordo com o livro do Génesis, se situava no Oriente, ora em grandes montanhas que tocavam a Lua, ora em ilhas perdidas no Oceano a que chamavam Afortunadas, como a Madeira ou as ilhas Canárias, e que apenas homens audaciosos o poderiam alcançar. Estas crenças ganhavam vida nas histórias reais ou imaginadas de viajantes como Alexandre (séc XII) ou Mandeville (séc. XIV) ou na cartografia da época de que é exemplo a figura II do anexo V. Outras hipóteses sugeriam ainda a existência do paraíso terrestre na zona tórrida do planeta. Esta era, por exemplo a teoria defendida por São Tomás de Aquino. Sobre este tema veja-se Holanda, S. (1959). *Visão do paraíso- os motivos edénicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio editora ou Delumeau, J. (1992). *Une histoire du paradis- le jardin des délices*. Paris: Fayard.

<sup>133</sup> Esta é também a opinião de Maria Lucília Seixas, autora da tese de mestrado *A Natureza nas fontes portuguesas do século XVI- para uma tipologia das grandezas do Brasil* e cuja obra foi editada em 2003 pela passagem editores. Vide p.32-33.



que é feita quando é vista a terra pela primeira vez reforça esta ideia. Segundo nos informa Pêro Vaz de Caminha “houvemos vista de terra, isto é, primeiramente d’um grande monte, mui alto e redondo, e d’outras serras mais baixas a sul dele e de terra chã com grandes arvoredos” (Guerreiro,1974:33). Este monte alto e redondo relembra as teorias que defendiam a localização do paraíso numa enorme escarpa, tão alta que muitos chegariam a alçá-la até à esfera da Lua (Holanda:1959:181).

Aos olhos do escrivão, a graciosidade da terra manifesta-se pela diversidade e quantidade de arvoredos: “entre esse arvoredo, que é tanto e tamanho e tão basto e de tantas prumagens, que lhe não pode homem dar conto” (Guerreiro, 1974:71-72); pelas inúmeras águas existentes nos rios, lagoas e ribeiras, muito boas e de água doce: “águas são muitas, infindas” (*Op. Cit.*, p. 82) e pelos seus ares temperados: “A terra, porém, em si, é de muitos bons ares, assim frios e temperados como os d’Antre Doiro e Minho, porque neste tempo d’agora assim os achávamos como os de lá” (*Op. Cit.*, p.82); os animais em grande quantidade e de grandes tamanhos: “E acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um muito grande camarão e muito grosso, que em nenhum tempo o vi tamanho” (*Op. Cit.*, p.52); os papagaios “vermelhos muito grandes e formosos e dous verdes, pequeninos, pardos, grandes e pequenos” (*Op. Cit.*, p. 65), representantes simbólicos do Éden<sup>134</sup>; as pombas seixas maiores e em maior quantidade do que em Portugal ou as aves pretas parecidas com as pegas reforçavam o exotismo do lugar. De igual modo, a abundância de frutos que crescem nas árvores sem que delas seja preciso cuidar: “nem comem senão desse inhame que aqui há muito e dessa semente e frutos que a terra e as árvores de si lançam” (*Op. Cit.*, p.74) enriquecem o quadro idílico retratado por Pêro Vaz de Caminha.

Mas o autor da *Carta* vai mais longe nesta sua visão paradisíaca, acrescentando outros elementos associáveis a um verdadeiro Jardim das Delícias<sup>135</sup>. Segundo o que

---

<sup>134</sup> Cf. Seixo, *op cit.* p. 52-60.

<sup>135</sup> *Hortus deliciarum* é o nome dado ao Paraíso pelo teólogo medieval, Isidoro de Sevilha. Dizia ele que “Le paradis est un lieu de l’Orient dont le nom traduit du grec en latin a donné *hortus*. De plus, en hebreu il est appelé *Éden*: ce qui dans notre langue signifie *deliciae*. La junction des deux mots donne *hortus deliciarum*. Celui-ci est planté de toutes sortes d’arbres, en particulier d’arbres fruitiers, et il contient

conseguiu apurar, aqueles habitantes não lavravam a terra nem criavam animais, subsistindo apenas daquilo que a natureza lhes dava e ainda assim “ andam tais e tão rijos e tão nédios” (*Op. Cit.*, p. 75) que nem os portugueses conseguiam ser tão robustos quanto eles, mesmo alimentando-se do trigo e legumes que cultivavam nas suas terras. É esta a imagem que traduz a vida salutar dos íncolas, habitantes de uma terra onde não existe o mal nem a dor e em que o homem vive em perfeita harmonia com a natureza. Outro elemento edénico diz respeito à ausência de autoridade, um Rei ou senhor a quem todos devessem obediência. É o que julgamos afigurar-se nas palavras de Pêro Vaz de Caminha num dos contactos com a população brasílica: “ E, tanto que o capitão fez tornar todos, vieram alguns deles a ele, não por o conhecerem por senhor, cá me parece que não entendem nem tomavam disso conhecimento, mas porque a gente nossa passava já para aquém do rio” (*Op. Cit.*, p.55).

A diversidade da flora verdejante, os bons ares da terra e as suas águas puras que a tornavam fértil, a variedade e abundância de animais e aves exóticas conjugam-se com a imagem do homem sem malícia, que vive sem autoridade, em harmonia com a natureza, num estado inicial de civilização, tal como Adão e Eva. A inocência dos homens revelada em diversos momentos por Pêro Vaz de Caminha espelhou-se na nudez dos corpos: homens e mulheres “ andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma cousa cobrir nem mostrar suas vergonhas. E estão acerca disso com tanta inocência como têm em mostrar o rosto” (Guerreiro, pp. 37-38); nos comportamentos fugidios: “ Os outros dous, que o capitão teve nas naus [...] nunca mais aqui apareceram, de que tiro ser gente bestial e de pouco saber e por isso são assim esquivos” (*Op. Cit.*, pp. 59,60) e pela ausência de crenças: “ parece-me gente de tal inocência que, se os homens entendesse e eles a nós, que seriam logo cristãos, porque eles não têm nem entendem em nenhuma crença, segundo parece” (*Op. Cit.*, pp. 72).

---

aussi l'arbre de vie: la le froid et la canicule sont inconnus, l'air est toujours tempéré. En son milieu surgit une source qui 'irrigue tout entiere et qui, en se divisant, donne naissance à quatre fleuves. Depuis le péché, l'accés de ce lieu est interdit à l'homme [...]”. Cf. Delumeau, J. *Op. Cit.* pp. 55-66.

Ainda que Pêro Vaz de Caminha não se tenha referido expressamente à descoberta do Paraíso, como vemos, por exemplo, explícito nas palavras de Cristóvão Colombo<sup>136</sup>, discorre na sua obra uma imagem carregada de sinais idílicos que aproximam o *outro* a Adão, símbolo da primeira civilização cristã. É no culminar da sua missiva que o autor relaciona de uma forma mais clara a dimensão paradisíaca daquela região e dos homens que nela habitam ao fazer a analogia do seu estado de inocência ao de Adão: “[...] a inocência desta gente é tal, que a Adão não seria mais quant’a em vergonha” (*Op. Cit.*, p. 81).

Entrevemos, assim, segundo nos parece, duas dimensões na forma como é visto o *outro* brasileiro e na forma como *outro* e *eu* se relacionam. Por um lado, podemos reconhecer nas palavras de Pêro Vaz de Caminha e do piloto anónimo uma aceitação do *outro* enquanto homem igual ao *eu*. Quando se esperava que daquele lado do mundo não fosse possível a vida humana, eis que surgem seres humanos de belos corpos, saudáveis, bondosos e generosos. A aparência física aproxima *outro* e *eu* e em determinados momentos vimos mesmo Pêro Vaz de Caminha a colocar o índio brasileiro numa posição mais favorável do que o português. Fê-lo ao referir-se aos seus bons corpos, em especial ao das mulheres, e à sua força e saúde, superior à dos nautas lusos, mesmo alimentando-se apenas do que a natureza lhes dava.

Por outro lado, a inocência dos indígenas é considerada como símbolo de um estado natural anterior à civilização, signo de uma condição primitiva, ainda sem cultura e identidade. Revela-se então outra dimensão da relação entre os dois povos, em que os valores do *eu* devem ser assimilados pelo *outro*, pois, ainda que aceite, o *outro* não deixa de ser inferior. Este sentimento parece-nos mais vincado na carta de Pêro Vaz de Caminha embora o piloto anónimo tenha deixado expresso indícios análogos como, por

---

<sup>136</sup> Cristóvão Colombo sugere por diversas ocasiões serem as terras descobertas por si o Paraíso terrenal. Diz ele: “ El Paraíso terrenal está en el fin de Oriente, porque es lugar temperadissimo; así que aquestas-tierras que agora él há descubierto, es el fin de Oriente”. A mesma conclusão se observa quando explica que a terra tem a forma de uma pera, de formas redondas, excepto no pedúnculo que era a parte mais elevada e que chegaria ao céu: Creo que allí es el Paraíso terrenal, adonde no puede llegar nadie, salvo por voluntad divina.” Cf. Todorov, T. (1987). *La conquista de America - la cuestión del outro*. Madrid: Siglo xxi editores, pp.23-40.

exemplo, quando se referiu à falta de metais “ Nesta terra não vimos ferro nem outro algum metal, e cortão as madeiras com huma pedra” (Cortesão, 1994:146). Para o escrivão, este encontro com as gentes brasileiras não foi ocasional: “logo lhes Nosso Senhor deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens a ele, que nos por aqui trouve, creio que não foi sem causa” (Guerreiro, 1974:72). Foi a vontade divina que permitiu aos portugueses descobrir aquele lugar e aqueles homens, que pela sua pureza e ingenuidade, estariam em condições de receber os ensinamentos cristãos. Como considera Vitorino Magalhães Godinho “ L’innocence, c’est n’être ni idolâtre, ni musulman – ni manifester aucune croyance: c’est la pierre lisse sur laquelle on va graver la parole évangélique dans les meilleurs conditions” (Godinho, 2000: 114). É por essa razão que, embora reconheça qualidades humanas exemplares, Pêro Vaz de Caminha não esconde a vontade de assemelhar os índios brasileiros aos europeus, nomeadamente aos portugueses, a quem Deus entregou a tarefa de converter aquele povo.

Como vimos, as diferenças biológicas são menos evidentes e valorizam o *outro* civilizacional, ao passo que as diferenças culturais são marcadamente acentuadas e incidindo sempre na superioridade do europeu. Esta aproximação e distanciamento do *outro* ao *eu* acaba por traduzir a complexidade do pensamento de Pêro Vaz de Caminha e reflete a consciência intelectual da época, fortemente marcada pela revalorização do passado e a afirmação do presente, isto é, da recuperação da herança clássica, a sua afinidade e posterior superação pela aventura do mar<sup>137</sup>. O escrivão de Calecute não conseguiu vencer as limitações do seu etnocentrismo europeu e do seu mundo cultural (Guerreiro, 1974:22). Ainda que inconscientemente, as suas palavras revelam o sentido de superioridade do europeu face ao índio brasileiro e a necessidade futura de o civilizar à sua imagem, sobretudo, como vimos, no aspeto religioso, o lugar mais importante nessa contaminação do *outro* ao *mesmo* (Barreto, 1983:189). Esta é, se não nos enga-

---

<sup>137</sup> Cf. Barreto, L. (1983). *Descobrimientos e Renascimento- formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Segundo Luís Filipe Barreto, “ na cultura portuguesa de Quinhentos, o referente máximo do valor do presente encontra-se na aventura do mar. Os Descobrimientos são a mola confirmativa duma nova idade civilizacional”. O homem de quinhentos usava os modelos antigos como fonte, base do conhecimento, mas que a pouco e pouco foram sendo superados pela vivência e experiência do presente. Construía-se, assim, um mundo e um homem novo.

namos, a ideia que também sugere o investigador José da Silva Dias ao considerar que a ausência de instintos bélicos e a associação do nudismo à inocência demonstra na descrição de Pêro Vaz de Caminha o primitivismo social do brasileiro e a disponibilidade ética para o apostolado cristão (Dias, 1988:144).

Neste tempo de mudança, a novidade foi descrita aliando novo e velho mundo. A fixação verbal do visionado baseava-se em quadros de referência conhecidos pelo autor de cada registo, do seu conhecimento do mundo e da interpretação que dele fazia. Toda a descrição estava, portanto, limitada, não à extensão da realidade retratada, mas ao código de interpretação a que pertencia o sujeito discursivo (Barreto, 1983:59). Importante será acrescentar aqui dois outros aspetos relevantes que justificam também o recurso à realidade conhecida para descrever a novidade. Por um lado, a falta de conceitos e denominações que descrevessem o que de desconhecido se encontrava nas novas terras, por outro, o registo da novidade em português, uma língua em plena formação e que não era ainda dominada por todos<sup>138</sup>. É, pois, apelando às semelhanças e diferenças entre o conhecido e o desconhecido que se enceta o diálogo entre o *outro* e o *eu* e entre o mundo que se conhece e o que se descobre. Como verificamos ao longo do capítulo II, tanto Pêro Vaz de Caminha como o piloto anónimo obedecem a este modelo epocal descrevendo a realidade humana e física recorrendo a comparações com a realidade que lhes é próxima. Também Mestre João reproduziu a constelação Cruzeiro do Sul recorrendo ao conhecido apoiando-se no mesmo critério de representação do real. Apoiados pelo conhecido, os três autores procuraram interpretar o visível tornando-o compreensível.

---

<sup>138</sup> Como afirma João Rocha Pinto, a representação de um espaço geográfico pela via da escrita é um enorme obstáculo, tendo sempre presente o circunstancialismo do começo da formação das línguas nacionais, em fase de emancipação do latim, bem como a ausência de termos designativos de novas realidades, agravada pela sintaxe incipiente. Cf. Pinto, J. *Op.Cit.*, p. 51.

### 3.3.2. A novidade nas crónicas de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia

A travessia dos mares levava os nautas lusos para um outro mundo, o novo mundo como lhes chamou Américo Vespúcio, “ puisqu’on n’en eut chez nos ancêtres nulle connaissance [...] et qui dépasse les estimations de nos anciens, lesquels disent pour la plupart qu’au delà de la ligne de l’équinoxe, et vers le sud, il n’y a pas de continent, mais seulement une mer qu’ils appelèrent «Atlantique» [...] ” (Santos, 2000:93). Não se tratava do mundo de monstros e demónios cada vez mais distante<sup>139</sup>, mas ainda assim de um mundo fantástico aos olhos de quem descobria, pela primeira vez, um outro espaço que não o seu. A necessidade de registar por escrito o que de inédito surgia diante dos olhos, do diferente face ao conhecido, acompanhou essa abertura do mundo e neste espelhar da novidade revelavam-se os espaços, as gentes, esse *outro* que não se sabia existir.

As crónicas da Expansão também traçaram esses mundos novos. No início deste capítulo enunciamos algumas das características da cronística da expansão e vimos como Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia foram os cronistas que, em primeiro lugar, se propuseram a narrar os feitos dos portugueses no espaço extraeuropeu, nomeadamente no Oriente. Subscrevemos aqui a tese de Ana Paula Avelar que defende que estes autores seguiram um modelo de escrita que os tornou em *arquitetos da História* pois foi através do seu olhar que traduziram a realidade e a construíram (Avelar, 2003:16-17). O seu objetivo era escrever a História, deixar registados os principais acontecimentos reveladores dos novos espaços e, embora não centralizassem o seu registo na valorização individual de um ou outro monarca, não deixaram de espelhar a figura daqueles a quem dirigiam as suas obras pois, ao narrá-las, estavam também a

---

<sup>139</sup> Sérgio Buarque de Holanda compara, de alguma forma, a exploração dos portugueses pela costa africana e, mais tarde, dos mares e terras do Oriente a uma empresa exorcística que libertou esses mundos dos demónios e fantasmas que durante milénios aí tinham habitado pela mente dos homens. *Vide* Holanda, S. (1959). *Visão do Paraíso- os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, p. 15.

autenticar o poder da nação portuguesa e, conseqüentemente, da coroa, sobre o espaço revelado. Neste registrar dos feitos portugueses há uma procura pela verdade, pelo que realmente aconteceu, numa tentativa de reposicionar os factos e com eles enaltecer a presença portuguesa no Oriente. Por essa razão, a vivência torna-se imprescindível. A experiência é o motor do relato e a difusão dos conhecimentos, o seu objetivo final.

Partindo desta premissa, encontramos corporizado nas crônicas da expansão um relatar do encontro com a novidade, um partilhar de experiências, a revelação de outras gentes, outros costumes. Interessa agora saber quais foram os elementos norteadores na revelação do homem e do espaço brasileiro nas palavras de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia para a construção deste momento histórico. Já vimos como registaram o achamento, quais os pontos semelhantes e divergentes, centremo-nos agora no espelhar da novidade.

Os homens e os espaços geográficos eram revelados à medida que os acontecimentos se desenrolavam. Ao narrarem os feitos dos portugueses, os cronistas traduziam as vivências pessoais e a experiência daqueles que tinham atravessado essa outra dimensão espacial. A descrição da novidade não era, contudo, no nosso entender, o propósito nuclear das crônicas da Expansão. Se tinham como fundamento a construção da história passada dos portugueses, era a realidade dos factos, reveladora da coragem e poder da nação, que interessava realçar.

A palavra escrita tornava-se, portanto, no artifício que permitiria guardar em memória os gloriosos feitos. A maior ou menor revelação do novo dependeria, depois, de cada autor, do que cada um considerava importante registrar. A revelação do espaço brasileiro dá corpo a esta ideia. Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia vão transmitir deste encontro o importante para a compreensão dos factos e para a construção daquele momento histórico. Lembremos que a narrativa histórica de cada um é construída pela necessidade de historiar sobre o descobrimento e conquista do Oriente pelos portugueses e que este dado se apresenta como marcante no registo do descobrimento do Brasil já que se trata de um espaço distante das paragens orientais. No

anexo II apresentamos o quadro sinóptico com os descritores da novidade do espaço brasileiro na cronística da Expansão que facilita a nossa observação.

Fernão Lopes de Castanheda, como já vimos, apresenta um discurso pouco descritivo. Limita-se a narrar os acontecimentos tal como aconteceram. Não se dispersa a descrever a terra nem as suas gentes. É no desenrolar da ação que podemos encontrar alguns apontamentos descritores da novidade, o primeiro dos quais retrata a tentativa infrutífera de comunicar com os dois homens da terra, que tinham sido levados à nau do capitão-mor. A propósito deste episódio, diz Castanheda que Cabral reenvia os índios a terra “vestindo os primeyro à portugueja” (Castanheda;1551: fl.lxiii). Embora o cronista não faça qualquer juízo de valor sobre os ameríndios, a sua declaração mostra a atitude dos portugueses face àquele povo. Transparece aqui um sentimento de superioridade face ao *outro* e a necessidade de o igualar ao *eu*. Não seriam os portugueses a aproximar-se do índio mas o contrário. Eram eles que deviam transformar-se à imagem do viajante. A ação do vestir, já comentada por nós na leitura que o piloto anónimo e Caminha fizeram deste mesmo episódio, transmite esse processo de aculturação iniciada desde o primeiro encontro, reflexo da negação da identidade cultural do *outro* brasileiro. Através da indumentária, os portugueses tentavam conduzi-lo aos valores culturais europeus, neste caso específico, de Portugal.

A ação dos portugueses consiste no trazer dos índios à luz da civilização, isto é, do cristianismo e do conhecimento duma sociedade produtiva e sedentarizada (Barreto: 1983:180) Para Fernão Lopes de Castanheda, contudo, a atitude dos portugueses teria diferente significado, servindo para “ q os outros [índios] foubefsem q era gente de paz” (*idem*). Deste modo, ao descrever o acontecimento, o cronista demonstra não só a tentativa de contacto com os povos desconhecidos, como revela ao mundo a atitude pacífica dos portugueses no encontro com o *outro civilizacional*. A comprovar a atitude portuguesa, Fernão Lopes de Castanheda acrescenta que o povo da terra não tinha medo dos portugueses e com frequência entrava nas naus e participava nas diversas atividades e tarefas, nomeadamente na celebração eucarística e na recolha de mantimentos, água e



lenha. Mais do que a curiosidade dos portugueses face ao índio, julgamos ficar esboçado, também, o desejo dos naturais da terra em conhecer e compreender os nautas portugueses.

João de Barros preocupou-se em registar, igualmente, alguns detalhes sobre o novo homem. No primeiro momento em que foi vista a terra, o cronista explica que na praia havia “ [...] muyta gente nua, nam préta, e de cabelo torcido como a da Guine, mas toda de cor báça, e de cabelo comprido, e corridio, e a figura do rostro coufa muy nóva. porque éra tam amaßado, e sem a comum femelhança da outra gente que tinhã visto, [...] ” (Barros, 1988:173). Tal como Pêro Vaz de Caminha e o piloto anónimo, também o cronista alude à cor da pele, salientando o facto de não ser preta. Trata-se de um pormenor importante a salientar já que, na nossa opinião, coloca de imediato o indígena num estádio superior da hierarquia civilizacional estabelecida pelos quadros referenciais europeus<sup>140</sup> face ao negro africano, por norma, o alvo principal da atitude etnocêntrica (Horta:1991:44).

A partir de semelhanças com o conhecido, João de Barros procurou retratar o índio através de uma breve comparação com o povo guineense, ressaltando, contudo, tratar-se de um povo sem a comum semelhança de outra gente. Seguidamente, João de Barros menciona a atitude dos autóctones para com os portugueses: Os primeiros homens fugiram ao verem a frota aproximar-se da praia e, ao perceberem que os batéis regressavam à terra “ pufferam se em hũ teço sobérbo, todos apinhoádos, a ver o que os noßfos faziam” (Barros, 1988:173). O comportamento descrito parece-nos revelar a tensão sentida pelos índios e a sua posição de defesa face à visão daquele povo que viam invadir a sua praia. Podemos imaginar o que sentiram ao ver avançar em sua direção treze embarcações de madeira, repletos de homens, vestidos de uns panos nunca vistos! Depois do mau tempo, que obrigou a frota a procurar outro porto mais seguro, encontra-

---

<sup>140</sup> As primeiras revelações sobre o *outro civilizacional* tendem para uma visão vertical do mundo. Esta verticalidade aponta para a carga negativa com que o *outro* era visto, em que a diferença era dificilmente aceitável. Só mais tarde, a partir de meados do século XVI essa tendência tende gradualmente a alterar-se, surgindo uma visão positiva, aberta ao *outro*, numa aceitação da horizontal diferença humana. Cf. Barreto, L. *Op. Cit.*, pp.60-61.

ram-se outros homens, que segundo o relato de João de Barros, não eram tão esquivos quanto os primeiros.

A partir daqui o discurso de João de Barros atinge, no nosso entender, uma outra dimensão que se afasta do propósito historiográfico da narração para se aproximar do religioso, de expressão subjetiva pela pessoalização do discurso. A sua narração sobre o encontro das terras brasileiras serve de alavanca para defender o caráter providencial do encontro com esta terra, demonstrando o papel dos portugueses na difusão da fé cristã. Ele próprio remete para a quarta parte da escritura da Conquista a continuação do relato sobre a terra e das suas coisas já que, o importante a deixar em memória sobre este primeiro encontro com a terra de Santa Cruz é o conhecimento da fé cristã que os portugueses transmitiram aos íncolas brasileiros. Para o cronista, a chegada dos portugueses no período pascal teria sido desígnio divino, para que os homens da armada, devotos cristãos, pudessem celebrar a missa e dar assim a conhecer a palavra de Deus: “E naquella barbara térra nũca trilháda de pouo Christão, aprouue a Noſſo ſenhor [...] ſer louuádo e glorificádo nã ſómente daquelle pouo fiel d’armáda, mas ajnda do pagão da térra, [...]” (*Op. Cit.*, p.174).

Para João de Barros parecem as feições do homem novo tornar-se secundárias perante o estatuto de povo pagão, da gente que ele considera “estar ajnda na ley da natureza” (*idem*). Não sendo inimigos da fé como os mouros, eram contudo gente fora da fé cristã, o que poderia induzir uma certa carga negativa na descrição do indígena, contudo, não parece ser este o caso de João de Barros, pois, ao designá-los como gentios, permite situar este *outro* cultural num campo religioso intermédio, entre o bem e o mal, o que o coloca numa posição mais favorável na vertical hierarquia cultural já mencionada. Não era cristão, mas também não era mouro. Os habitantes de Santa Cruz não eram cristãos simplesmente porque ignoravam a lei de Deus e, por isso, eram gente inocente, pura, sem malícia e sem regras. Pela mão de Deus, os portugueses tinham sido chamados àquela terra para converter o seu povo, o qual revela grande abertura para receber a doutrina da salvação. A partir do momento em que frei Henrique realiza a missa no domingo de Páscoa, João de Barros refere que “[...] ficáua toda aquella térra dedicáda

a deos: onde elle por fua miſericórdia aueria por bem, fer adorado per culto de cathólico pouo, poſto que ao preſente tam çafáro dele eſtiveſſe aquelle gentio.” (*idem*).

O cariz providencial que foi atribuído a esta viagem e, sobretudo, a esta estadia em terras de Vera Cruz aproxima Pêro Vaz de Caminha de João de Barros. Ambos defendem o estado de inocência da população e a predisposição dos índios para a conversão. Depreendemos das suas palavras que o conhecimento da língua torna-se também para ambos o vetor principal de aproximação dos povos e o único meio para a sua conversão, uma vez que para Pêro Vaz de Caminha “esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã que entenderem-nos” (Guerreiro, 1974:80) e para João de Barros “foy cauſa de mayor contemplação e deuaçam vendo quã oferecido eſtáua aquelle pouo pagam a receber doutrina de fua ſaluaçam, ſe aly ouuéra peſoa que os poderá entender” Barros: 1988:174).

Tal como João de Barros, também Gaspar Correia se ocupa do indígena brasileiro acrescentando, contudo, outros pormenores. Começa pela sua descrição física: “gente branca bestial, nús, sem nenhum cobrimento de suas vergonhas, assi homens como mulheres. [...]” (Correia, 1975:151). Mais à frente, acrescenta que tinham os “rostros largos, e narizes largos e baixos como de Jaos [...]” (*idem*). Reconhecemos a sinalização da cor branca da pele como uma analogia ao europeu, ao mesmo tempo símbolo do Bem, a pureza da alma que contrasta com a cor negra do africano cujo peso negativo sobrevive ainda neste início de século, associado à morte, ao demónio, símbolo do Mal<sup>141</sup>. Depois, uma alusão à bestialidade dos homens que confere a dificuldade sentida na caracterização do indivíduo que oscilava entre homem/animal significando que fisicamente eram homens como os europeus mas a sua nudez, tradutora da inocência do ameríndio; a falta de regras e leis tornava-os seres primários, muito distantes do nível de desenvolvido cultural do europeu. Este conjunto descritivo alude ao estado puro do

---

<sup>141</sup> Vide *A imagem do africano pelos portugueses antes do contacto e Primeiros olhares sobre o africano do Sara Ocidental à Serra Leoa (meados do século XV- inícios do século XVI* de José da Silva Horta in Albuquerque, L. & Ferronha, A. & Horta J. & Loureiro, R. (1991). *O confronto do olhar- o encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI*. Lisboa: Caminho, pp.43-120.

indivíduo, ainda não corrompido pela sociedade, em plena harmonia com a natureza que lhe fornece o essencial à sua vida. Eram homens bons, mas selvagens.

O cronista prossegue a descrição do índio brasileiro acrescentando informação sobre os seus adornos: “[...] Alguns homens vestião redes de fio d’algodão, cobertos de penas d’aves [...]” (*idem*) e a sua atitude para com os portugueses: “[...] gente mansa que nom fogio, nem fazião mal nem tinhão armas mais que huns arcos grandes como de Ingreses, com frechas de cana, e assi os ferros de cana, compridos e pegados com betume, que fazia peso. [...]” (*idem*). Gaspar Correia revela, assim, as impressões iniciais, superficialmente visíveis, de quem tinha tido a oportunidade de ver em primeiro lugar aquela terra e gente nova. O cronista emprega vários elementos descritores que conduzem à sua caracterização. Para além da fisionomia, assinala comportamentos mostrando que se tratava, como também dissera Fernão Lopes de Castanheda, de gente sem medo. Torna-se curiosa a sua expressão que indica que os habitantes não fugiam dos portugueses, se nos lembrarmos de como Caminha nos relatava a dificuldade de aproximação com os indígenas por serem, segundo ele, um povo esquivo.

Gaspar Correia apresenta ainda um olhar sobre as vestimentas, tradutoras, como já vimos, do poder e riqueza da civilização europeia, assim reportada na comparação com os outros povos. Finalmente, os símbolos da guerra. Ao identificar as armas que as populações utilizavam para se defender estava novamente a demonstrar a superioridade bélica dos portugueses. A descrição acima transcrita demonstra a simplicidade dos instrumentos, utensílios primitivos comparados às *lanças e béstas* que os portugueses utilizavam. O vestuário e o armamento são dois aspetos exteriores que facilmente sugerem, aos olhos de quem vê, o grau de civilidade dos povos com que se cruza. Gaspar Correia não escapa, portanto, aos mesmos referenciais culturais ocidentais que encontramos em Pêro Vaz de Caminha, cujos códigos remetem para a superioridade do *eu* europeu sem, contudo, ignorar o *outro*, antes transformá-lo num novo *eu*. Encontramos ainda em Gaspar Correia a utilização de referências ao que era conhecido do autor e do próprio leitor. Essas comparações facilitavam a descrição e tornavam-se instrumentos de ligação entre os dois mundos: o velho e o novo. Nas descrições que transcrevemos atrás encon-

tramos duas situações em que a semelhança com o conhecido facilita o conhecimento do *outro*. Primeiro, quando o autor compara a feição dos índios ao povo de Jáos e, em seguida, quando explica que os arcos dos índios eram como os dos Ingleses.

Face a esta análise sobre a forma como Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia revelaram o índio brasileiro, podemos deduzir que sobre o *outro* brasileiro se formulou também na crónica da expansão o conceito da diferença cultural em relação ao *eu* e a tentativa de o tornar semelhante, aproximando, assim, a visão dos cronistas à dos primeiros testemunhos do encontro, revelada sobretudo na forma como a atitude dos portugueses foi espelhada no registar da novidade. É sobretudo pela importância dada à falta de indumentária e ao que isso significava ao olhos do homem europeu<sup>142</sup> e a ausência de religião que descobrimos a necessidade de tornar o *outro* no *eu*. Essa proximidade era exercida, no primeiro caso, vestindo os indígenas à imagem das sociedades civilizadas, cultas, e no segundo caso na sua conversão à fé cristã. Mas, tal como nos primeiros escritos sobre o índio, também as crónicas em análise revelam a aceitação e compreensão do íncola, pois na sua diferença, era puro, inocente e bom. Aliás, vimos como a cor da pele, descrita por João de Barros como não preta, de cor baça e branca para Gaspar Correia, transmite também uma visão positiva, uma valorização do *outro*.

Quanto à tipologia discursiva, mantemos a nossa opinião de que são sobretudo Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros os autores que apresentam um discurso mais narrativo, procurando revelar as ações decorridas no espaço brasileiro que espelhavam a atitude portuguesa naquele espaço, ainda que seja notória maior objetividade por parte do autor da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Gaspar Correia, por sua vez, pontuou o seu discurso de pormenores sobre o índio

---

<sup>142</sup> Como afirma Marília dos Santos Lopes, um dos predicados a esquivar nos textos da literatura de viagens é o vestuário, uma vez que, pelo modo de vestir, o viajante tece de imediato uma avaliação prévia do seu portador. Seria, portanto, segundo a opinião da investigadora, através do vestuário que se definia o estatuto social dos indivíduos, daí que se compreenda a forma como os indígenas são posicionados numa fase anterior à civilização, de primeira infância do mundo. Cf. Lopes, M. (1998). *Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas- para uma iconografia dos Descobrimentos*. Lisboa: Quetzal, pp. 103 e 113.

brasileiro, descrevendo-o com particularidades que aproximam a sua narração dos primeiros testemunhos da viagem.

Cabe-nos agora verificar de que forma foi percebido o espaço e o tempo e como as duas categorias surgem mais ou menos sistematizadas na cronística da expansão, nomeadamente para Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia na descrição da novidade brasileira. Partimos da premissa de que toda a viagem implica uma mudança no espaço - uma deslocação entre o lugar da partida e o lugar da chegada - e no tempo, já que toda a circulação espacial implica sempre um determinado período, uma duração. Ambas estabelecem a relação entre o “onde” e o “quando”, elementos fundamentais a que o autor das narrativas deve atender na descrição dos factos que relata. Para além disso, se o propósito central da sua obra é relatar a verdade dos factos, essa notação vai permitir realçá-los.

Em relação à descrição da terra, Fernão Lopes de Castanheda preocupou-se em registar a sua localização espacial informando que “era outra coísta opoísta á de Africa e demoraua a loeíste” (Castanheda, 1554: *fl.*lxiii). É abrangente quanto às riquezas naturais classificando-a como “muyto viçoífa daruoredó/ e freíca com muytas agoas/ e de muyto algodão” (*idem*). Mais uma vez se ratifica a busca do autor em tornar o seu discurso, claro e conciso, sem detalhes que ele próprio considerava dispensáveis, como vimos. Não deixamos de assinalar, apesar disso, a forma como Fernão Lopes de Castanheda soube orientar o leitor no espaço percorrido pela frota cabralina, sinalizando os pontos de passagem da armada tornando perceptível o espaço físico percorrido, situando-o face a outro ponto conhecido, neste caso África, facilitando, dessa forma, a localização geográfica do território descoberto.

João de Barros, por sua vez, foi mais rigoroso na localização espacial de Santa Cruz, utilizando um discurso técnico, característico dos roteiros, apoiado pelas informações dos pilotos. Segundo o cronista, aquela terra “podia distar pera aloeíste da cóísta de Guinné qu’tro centos cinquêta leguoas, e em altura do polo antartico da parte do sul dez grãos” (Barros, 1988:173). Embora focada essencialmente sobre o espaço oriental, jul-

gamos aplicar-se aqui a opinião de Ana Paula Avelar quando refere que o facto de João de Barros não conhecer *in loco* as paragens referenciadas, torna o seu texto devedor dos informes de outrem (Avelar, 2003a, 39). Por essa razão, encontramos, também sobre o espaço brasileiro, o recurso aos registos dos pilotos para melhor compreensão do espaço, não só por parte do leitor, mas também do cronista. É o próprio autor que o afirma “segundo a estimam dos pilotos” (*Op. Cit.*, p. 173). Sobre a natureza do espaço, o cronista remete o leitor para a “ quarta parte da escriptura da nóssa conquista” (*Op.Cit.*, p. 174) onde traçaria com maior detalhe a “ chegada de Pedrálvarez e assí do Jítio e couças da terra” (*idem*). Tal como Fernão Lopes de Castanheda, também João de Barros complementa a informação situando o território em relação a outros espaços geográficos conhecidos, no seu caso, a Guiné, tornando a localização de Santa Cruz mais concreta.

A forma como Gaspar Correia sinaliza o espaço da narração diferencia-se da apresentada pelos anteriores cronistas. No seu relato, Gaspar Correia não procura a localização geográfica do local, limitando-se a descrever que “ [...] houve vista de terra a barlaunto [...] e a descobrindo, que era grande costa, terra noua, que nunca fora vista, e sendo perto, correndo ao longo della, virão grandes arvoredos pola fralda do mar e por dentro grandes montes e serranias, e muytos rios largos, e grandes enseadas [...] ” (Correia, *Op. Cit.*, p.151). Há no seu discurso uma maior atenção em descrever a topografia do lugar, possível pelo olhar das suas fontes testemunhais. As qualidades da terra seriam, talvez, aos olhos do cronista mais importantes do que a localização geográfica.

A acompanhar o aspeto espacial segue a notação temporal que permite estabelecer uma ordem nos acontecimentos, assinalar os factos mais importantes de cada viagem, pontuar cada novo encontro. O relato do encontro com Vera Cruz não foi exceção e encontramos essas marcas temporais bem vincadas nos discursos dos nossos cronistas, tal como também o estavam nas primeiras narrativas de viagem. Para facilitar a nossa análise começamos por elaborar três quadros sinópticos que identificam, em cada uma das obras em estudo, as datas mais significativas da viagem cabralina desde a partida de

Lisboa até à saída da frota das terras brasileiras<sup>143</sup>. O confronto daqueles quadros com os seguidamente apresentados será feito no decurso da nossa explanação.

**Quadro 12 - Dados cronológicos na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses, de Portugal ao Brasil*.**

<b><i>A História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses, de Fernão Lopes de Castanheda</i></b>		
<b>mês</b>	<b>dia</b>	<b>descrição</b>
março	9	Partida da armada de Belém
março	14	Vista das Canárias
março	22	Passagem pela ilha de Santiago, Cabo Verde
março	24	Tempestade afasta Luís Pires da frota obrigando-o a regressar a Lisboa.
abril	24, oitava de Páscoa	Vista da terra brasileira.
abril	Dia de pascoela	Celebração da missa por Frei Henrique.
maio	3	Partida da frota em direção ao Cabo da Boa Esperança.

A observação do quadro12 permite verificar que são anotados os dias em que a frota passa pelas regiões conhecidas, esboçando o trajeto realizado pela armada. Sem minuciar a tempestade que os assolou, Fernão Lopes de Castanheda deixa igualmente registo desse acontecimento que causou a perda, segundo afirma, da nau de Luís Pires. Este dado coincide com a informação do piloto anónimo<sup>144</sup> embora este autor não revele

<sup>143</sup> Recordamos que esta análise foi também realizada no segundo capítulo do nosso trabalho, no estudo dos escritos de viagem de Pêro Vaz de Caminha, Mestre João e do piloto anónimo. *Vide* pp.70-75.

<sup>144</sup> *Cf.* p. 65 deste trabalho, quadro VI.



o nome do capitão da nau desviada. Em relação aos dados fornecidos por Pêro Vaz de Caminha<sup>145</sup>, encontramos uma discrepância temporal e factual já que o escrivão apontou a perda da nau no dia 23 e ter identificado Vasco de Ataíde como o capitão da dita embarcação.

Sobre o espaço brasileiro, apenas foram datados três momentos: a vista de terra sobre a qual é traçada a sua localização; a celebração da missa no dia de pascoela que juntou muita gente da terra e, por último, o dia da partida nos primeiros dias de maio em direção à Índia. Sobre os indícios em análise, a única diferença que encontramos entre esta crónica e a *Relação* do piloto anónimo diz respeito à data da partida da armada que, segundo o cronista foi 3 de maio e que de acordo com o anónimo piloto se fez no dia anterior. O quadro demonstra igualmente como Fernão Lopes de Castanheda conjuga a datação numérica dos dias e meses com marcas do calendário litúrgico para precisar alguns acontecimentos, referência indiciadora de uma vivência quinhentista, tradutora de um testemunho, de comprovação de um evento (Avelar, 2003: 37-38).

A utilização destas unidades temporais espelha uma maior precisão dos acontecimentos ao mesmo tempo que acentua o carácter divino das viagens marítimas, realizadas pelo homem sob proteção divina. Recuperamos o que nos diz Fernão Lopes de Castanheda no prólogo do primeiro livro ao declarar que se propôs realizar a história do descobrimento e conquista da Índia “pera serem divulgadas no mundo as notaveis façanhas que fizeram [os portugueses] com ajuda de noſſo Senhor neste descobrimento & conquista [...]” (Castanheda, 1554: Livro I, prólogo). As datas sinalizadas seguem a ordem cronológica dos acontecimentos, à medida que a viagem vai prosseguindo e embora os episódios descritos sigam também essa ordem, Fernão Lopes de Castanheda apenas regista os que considerou relevantes para a construção da história. Não se trata, portanto, de um narrar sucessivo de acontecimentos, mas sim de um memorar das ações mais marcantes, aquelas que, por si só, fundamentam o objetivo final da sua obra: construir uma história que perdurasse no tempo, que instruisse príncipes e dignificasse a

---

<sup>145</sup> Cf. p. 64, quadro IV.

obra dos portugueses no mundo. O autor é objetivo e preciso na sua descrição procurando sinalizar o que diferente se vivenciava. O próprio encontro com a terra brasileira já é, por si só, um acontecimento marcante naquela viagem à Índia e que importa registrar. Observemos agora o quadro seguinte, onde estão sinalizados os dados cronológicos apresentados na *Ásia* de João de Barros.

**Quadro 13 - Dados cronológicos na *Ásia* (...) dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente.**

<b>A <i>Ásia</i> de João de Barros</b>		
<b>mês</b>	<b>dia</b>	<b>descrição</b>
março	9	Partida da armada de Belém.
março	22	Aguada nas ilhas de Cabo Verde.
abril	24, segunda oitava de Páscoa	Chegada à costa brasileira.
abril	domingo de Páscoa	Armação de um altar no qual se disse missa e ouve pregação. Partida da frota rumo ao cabo.
maio	3	Colocação da cruz e celebração eucarística. Partida.

A partir deste quadro percebemos que, tal como Fernão Lopes de Castanheda, também João de Barros assinala a passagem dos meses e dos dias à medida que estes marcam o percurso temporal dos acontecimentos. Chamou-nos à atenção o facto de o cronista não precisar a data em que se perdeu o navio de Luís Pires, contudo, verificamos que essa informação não deixou de ser anotada por João de Barros que afirmou ter-se perdido aquela embarcação “ ante de tomár este cabo [cábo Verde], sendo entre estas ilhas, lhe deu hũ tempo q lhe fez perder de sua companha o nauio de que era capitam Luys Pirez” (João de Barros, 1988: 172). A esta ocorrência acrescenta ainda o cronista

que a dita nau regressou a Lisboa, dado também mencionado pelo piloto anónimo no epílogo da sua *Relação* e por Fernão Lopes de Castanheda. Outro informe a destacar pela observação do quadro 13 diz respeito à sinalização dos dias, meses e anos em simultâneo com datas religiosas, sendo possível concluir que João de Barros subscreve a mesma linha de localização temporal dos registos utilizada por Fernão Lopes de Castanheda embora se perceçione em João de Barros um maior destaque às cerimónias religiosas. Se compararmos os dois quadros, vemos como este cronista não só assinalou os acontecimentos recorrendo a marcas do calendário litúrgico, como a oitava de Páscoa ou o domingo de Páscoa, como os próprios acontecimentos sinalizados durante a estadia em Santa Cruz se referem aos dois momentos religiosos celebrados por frei Henrique o que fortalece a nossa ideia de que para João de Barros interessava sobretudo neste primeiro relato sobre a descoberta de Santa Cruz evidenciar o carácter providencial do encontro com as gentes brasileiras e o conhecimento que lhes foi transmitido pelos portugueses da fé cristã.

Para além da marcação dos acontecimentos através das marcas temporais já mencionadas, observamos também que João de Barros utiliza ainda expressões temporais que sinalizam a passagem do tempo e ordenam os acontecimentos. Sobre o seu relato sobre as terras brasileiras vimo-lo utilizar expressões como “ Ao seguinte dia”, “ao outro dia” ou ainda “Paffados alguñs dias”, reforçando desta forma a identificação dos acontecimentos respeitando a sua sequência cronológica mas citando os aspetos que, na sua opinião, seriam pertinentes e marcantes para a construção do discurso histórico. Se compararmos os dados cronológicos fornecidos por João de Barros com os de Pêro Vaz de Caminha e do piloto anónimo confirmamos as semelhanças e divergências assinaladas anteriormente<sup>146</sup>. A primeira discordância encontra-se com Pêro Vaz de Caminha e diz respeito à data em que foi vista terra, 21 de abril foi a data apontada pelo escrivão e 24 a data referida pelo piloto anónimo, João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda. A segunda e última divergência relaciona-se com a data da partida que, como já vimos, é

---

<sup>146</sup> Vide subcapítulo 3.2 *Semelhanças e divergências no olhar*, pp.117-125.

considerado dia 3 para os cronistas Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros e o dia 2 para Pêro Vaz de Caminha e piloto anônimo.

Vejamos agora quais os dados cronológicos referidos por Gaspar Correia na sua descrição sobre o encontro com as terras brasileiras. O quadro seguinte reflete essas informações.

**Quadro 14 - Dados cronológicos nas *Lendas da Índia***

<i>As Lendas da Índia de Gaspar Correia</i>		
mês	dia	descrição
março	25, dia de Nossa Senhora	Partida da armada de Belém.
	domingo	Vista de terra.
maio	3, dia de Santa Cruz	Chegada à costa brasileira.

Gaspar Correia é de todos os cronistas o que menos situa temporalmente os acontecimentos vividos pela frota de Pedro Álvares Cabral desde a saída de Lisboa até à partida de Santa Cruz, rumo ao Oriente. Como vemos pelo quadro 14 são três apenas as datações apresentadas pelo cronista durante este percurso e, como já verificamos anteriormente, a sua calendarização não corresponde à apresentada por Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, nem pelos primeiros testemunhos do encontro. Interessa, no entanto, mencionar a forma como também Gaspar Correia regista os acontecimentos a partir da notação dos dias e dos meses aos quais acrescenta o nome do santo que lhe corresponde no calendário litúrgico. Outras expressões temporais como “amanhecendo” referindo-se ao momento em que foi visto o espaço brasileiro ou “sendo já tarde” permitem auxiliar o leitor a compreender melhor a sequência dos acontecimentos aquando da aproximação a terra. O frugal uso da localização temporal dos acontecimen-

tos é, no nosso entender, uma outra característica da narração de Gaspar Correia, pelo menos, no que à descrição dos acontecimentos vividos em Santa Cruz diz respeito. Interessou sobretudo ao cronista descrever as gentes e a nova terra descoberta bem como dar a conhecer a atividade comercial que se viria a verificar mais tarde com o carregamento do pau-brasil. Menos importante terá sido a narração dos acontecimentos vividos na região, descritos à medida que é descrita a novidade, razão pela qual é parco em notações temporais.

Embora com algumas divergências, mais acentuadas nas *Lendas da Índia*, deduzimos da nossa análise que o vetor tempo serviu como ferramenta de ordenação dos acontecimentos enquanto categoria tradutora do real. Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia recorrem a esta medida enquanto instrumento de objetividade e, por essa razão, pormenorizam os acontecimentos situando-os no mês, no dia e acrescentando, ainda que pontualmente, o período do dia em que se desenrolaram os momentos mais importantes da viagem. A utilização de datas religiosas e nomes de santos que correspondem aos dias do ano reforçam o caráter verídico dos acontecimentos e decorrem, como considera Ana Paula Avelar, do perfil do autor, dos seus hábitos de escrita e modelos narrativos, da sua formação cultural e do momento em que escreve (Avelar, 2003a:37). A própria escolha dos acontecimentos narrados são marca indiscutível da voz autoral e testemunham o cariz pessoal do discurso ainda que se busque a objetivação discursiva. Vimos como Fernão Lopes de Castanheda sinalizou os principais locais por onde passou a frota e como, em Santa Cruz, apenas situou temporalmente a vista da terra, a celebração eucarística e o dia da partida. João de Barros, por sua vez, preferiu anotar a passagem pelas ilhas de Cabo Verde e a chegada a Santa Cruz, concentrando depois o seu discurso nas celebrações religiosas e no providencialismo da descoberta. Gaspar Correia, foi parco em marcações temporais, limitando-se a deixar registo de três datas, nomeadamente o dia da partida, a vista de terra e a chegada ao território brasileiro, preferindo relatar a novidade da terra e das gentes nunca vistas.

O fluir dos acontecimentos não deixou, contudo, de ser sentido pelo leitor, a passagem do tempo percebe-se pelas movimentações no espaço e pelas expressões tempo-

rais que permitem seguir a sucessão dos eventos. Numa viagem com destino ao Oriente, não estava no Brasil o espaço central da narração e importava sobretudo sinalizar o momento da chegada e da partida, complementando-se o encontro com aspetos reveladores do importante contributo dos portugueses na descoberta do novo mundo. Quanto às descrições da terra pouco minuciosas, sobretudo em Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, parecem mostrar que o objetivo primeiro das crónicas não passava pela ilustração dos lugares, servindo estes como cenário. O espaço natural funciona como quadro onde perpassam as ações históricas dos portugueses de Quinhentos (Avelar, 2003a:61).

### **3.4. Na senda do encontro brasileiro- um lugar para os intermediários: os *go-between*s**

No contacto com o *outro* e com os novos espaços, os participantes nas viagens marítimas tornavam-se os elementos conetores entre o que se conhecia - o seu mundo - e o desconhecido, o universo totalmente novo aos seus olhos. Eram os portadores das memórias, representantes espaciais de um reino agora distante e de uma identidade em reconstrução. Da mesma forma, os enviados para o reino, vindos de África, Brasil e Índia, cativos ou não, seriam os representantes do seu espaço no nosso, a realidade física, palpável, traço da alteridade.

De uma forma mais ou menos vincada, capitães, pilotos, marinheiros, escritvães, feitores, padres, sacerdotes, cavaleiros, degredados ou *língua* tinham a importante tarefa de contribuir, mesmo que inconscientemente, para a construção da imagem dos povos que se cruzavam. Seriam, aliás, estes dois últimos grupos que Metcalf define como “transacional *go-between*s” (Metcalf, 2005:10) cuja função passaria, entre outras, pelo estabelecimento de contactos e firmação de relacionamentos, poderosa função de agentes interculturais, subsidiária no sucesso das missões.

A frota de Pedro Álvares Cabral, apesar de excepcional pelo elevado número de homens e pela força bélica que demonstrava, não foi exceção no envio de degredados e de tradutores, os *língua*. Pela leitura dos escritos de viagem de Pêro Vaz de Caminha e do piloto anónimo bem como pelas crónicas dos autores em relevo no nosso estudo, descobrimos a sua presença a bordo. Decidimos ir ao seu encontro para tentar compreender quem eram, de que forma atuaram e se, de alguma forma, contribuiram para o sucesso desta viagem. Começamos, então, pelos degredados. Elaboramos um quadro sinóptico, apresentado no anexo III, que nos permitirá confirmar as informações que explanamos seguidamente e que contém um levantamento dos acontecimentos em que os autores indicam a atuação e o local onde são referenciados os degredados.

Na sua *Carta* ao rei D. Manuel, Pêro Vaz de Caminha conta que Cabral enviou, por diversas vezes, o degredado Afonso Ribeiro a terra para se misturar com os índios e para obter informações sobre aquele povo e o seu modo de vida<sup>147</sup>, o que não aconteceu no imediato já que a cada tentativa os indígenas o reencaminhavam para as naus<sup>148</sup>. Mais tarde, Caminha revela que Afonso Ribeiro, juntamente com outros dois degredados, se juntou aos índios, por ordem do capitão-mor, para com eles pernoitar. Apesar da impossibilidade de cumprir com as ordens dadas foi, contudo, possível descobrir as suas povoações e alguns alimentos, sobretudo raízes e sementes<sup>149</sup>. Na visita seguinte, os mesmos homens trouxeram com eles papagaios e aves pretas<sup>150</sup>.

Outra indicação que nos é dada pelo escrivão diz respeito à permanência em terra de dois degredados após a partida da armada para a Índia, decisão essa que tinha sido tomada durante a reunião dos capitães da frota quando deliberavam sobre a necessidade de informar D. Manuel sobre a terra descoberta e a melhor forma de o fazer. Segundo as informações descritas, seria de maior utilidade deixar os degredados no terreno, que poderiam facilmente recolher informações do local, do que enviar alguns dos naturais para o reino uma vez que, não sabendo a língua portuguesa, nada saberiam contar sobre a sua terra<sup>151</sup>. Caminha acrescenta ainda da possibilidade de tornar cristãos os naturais da terra, caso os degredados consigam aprender a sua língua<sup>152</sup>.

O piloto-anónimo, por sua vez, descreve apenas o episódio em que os dois degredados permanecem na terra de Vera Cruz na partida da frota cabralina, já que haviam sido trazidos na armada para aquele efeito<sup>153</sup>, o que demonstra ser uma atitude recorrente na altura, repetida novamente em Melinde, onde também ficaram dois degredados por ordem do Pedro Álvares Cabral, um para ficar naquela cidade e o outro para

---

<sup>147</sup> Cf. Guerreiro, V. (1974). Pêro Vaz de Caminha, carta a el-rei D. Manuel. Lisboa: INCM, pp.42-43. Vide Anexo III.

<sup>148</sup> *Idem, ibidem*, pp.44, 46 e 61. Vide Anexo III.

<sup>149</sup> *Idem, ibidem*, p.63. Vide Anexo III.

<sup>150</sup> *Idem, ibidem*, p.68. Vide Anexo III.

<sup>151</sup> *Idem, ibidem*, p.53. Vide Anexo III.

<sup>152</sup> *Idem, ibidem*, p.72. Vide Anexo III.

<sup>153</sup> Cf. Cortesão, J. (1994). *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: INCM, p.147. Vide Anexo III.



seguir na nau de Cambaia<sup>154</sup>. Segundo os dados fornecidos por Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, ambos teriam sido incumbidos de procurar as terras do Preste João, o lendário e poderoso rei cristão procurado para ser aliado na luta contra os Muçulmanos e que se julgava viver naquelas partes da Ásia.

Nas crónicas da Expansão, e sobre a viagem que tratamos no nosso trabalho, encontramos igualmente informações sobre os proscritos. Fernão Lopes de Castanheda, por exemplo, embora não faça menção dos condenados no período em que a frota cabralina esteve ancorada em Santa Cruz, nomeia, primeiro, os dois condenados deixados em Melinde, nomeadamente a João Machado, para que se informassem sobre a terra<sup>155</sup>, e depois quatro degredados em Cochim, onde foram enviados para que servissem o feitor Gonçalo Gil Barbosa e os que com ele seguiam.<sup>156</sup>

João de Barros, por seu lado, começa por nos dar conta da existência de vários degredados a bordo, tendo dois deles ficado em Santa Cruz, aludindo ao facto de que, depois de aprenderem a língua dos nativos, esses seriam os primeiros catequistas da doutrina cristã<sup>157</sup>. Outro dado importante a que apenas Barros fez referência diz respeito ao importante papel desempenhado por um destes degredados que, mais tarde, se viria a tornar *lingua* daquela região.<sup>158</sup> O mesmo cronista descreve, posteriormente, a situação dos exilados de Melinde. Contudo, no seu relato, Barros acrescenta, com maior detalhe que Castanheda, que o objetivo de Cabral era que os dois degredados, João Machado e Luís de Moura, fossem por terra à procura do Preste João, uma vez que se julgavam próximos da região do príncipe desejado<sup>159</sup>. Tal como Fernão Lopes, também Barros

---

<sup>154</sup> *Idem, ibidem*, p. 151. *Vide Anexo III.*

<sup>155</sup> *Cf. Castanheda, F. (1551). História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses. Livro Primeiro. João Barreira e João Alvarez, Capítulo xxxiiii, fólho lxxviii. Vide Anexo III.*

<sup>156</sup> *Idem, ibidem*, Capítulo xl, fólho lxxx. *Vide Anexo III.*

<sup>157</sup> Barros, J. (1988). *Ásia (...) dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*- Primeira Década- Livro Quinto, Capítulo II, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 174. *Vide Anexo III.*

<sup>158</sup> *Idem, ibidem. Vide Anexo III.*

<sup>159</sup> *Idem, ibidem*, Capítulo III, p. 181. *Vide Anexo III.*

cita na sua obra os degredados de Cochim, obrigados a acompanhar o feitor Gonçalo Gil Barbosa, os escrivães e outros homens da feitoria para o carregamento da pimenta<sup>160</sup>.

Finalmente, Gaspar Correia, que embora não apresente na sua narrativa sobre as terras brasileiras indícios de degredados, começa por enunciar a sua presença no reconhecimento da ilha de S. Lourenço. É, aliás, este cronista quem melhor nos informa sobre a razão pela qual os degredados seguiam nas viagens marítimas, já que, segundo ele, o monarca português enviava nas naus degredados para se “ aventurarem em terras duvidosas, e mandava ElRey que fossem perdoados á ventura da morte ou vida...” (Correia, 1975:154). Em Moçambique, o cronista relata a história dos dois amigos Damião Rodrigues e João Machado, ambos degredados na frota de Vasco da Gama<sup>161</sup>, condenados à forca pelo homicídio de um homem no Rossio de Lisboa, que ali foram deixados pelo capitão-mor, muito embora clarifique que Damião havia fugido para conseguir ficar com João Machado naquela região. Este episódio é contado no seguimento da visita de Pedro Álvares Cabral e do *Xequê* de Moçambique à sepultura daquele degredado fugido.

Segundo este cronista, João Machado, depois de deixar aquele país, andou viajado por Melinde, Quiloa, Goa e Mombaça onde, manifestando o poder e a grandeza de Portugal, acabou por facilitar as relações de amizade e de comércio entre estes reinos e o de Portugal<sup>162</sup>. Reparamos que se trata do mesmo João Machado mencionado por Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, embora as informações sejam divergentes já que estes o referem como condenado da frota de Cabral, deixado pelo capitão-mor em Melinde juntamente com Luís de Moura para, como já referimos, irem em busca de Preste João. Uma vez que Gaspar Correia os enquadra na frota de Vasco da Gama optamos por não considerar, para a elaboração do quadro apresentado no anexo III, o seu registo sobre estes dois homens. Procuramos, na descrição da viagem de Vasco da Gama feita por Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, indícios de degredados

---

<sup>160</sup> *Idem, ibidem*, Capítulo VIII, p. 198. *Vide* Anexo III.

<sup>161</sup> *Idem, ibidem*, Capítulo IV, p. 160.

<sup>162</sup> *Idem, ibidem*, Capítulo IV, p. 160.

na ilha de Moçambique, mas em nenhum momento eles são mencionados. Também no *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama em MCCCCXCVII* (Herculano. A, & Velho, A., 1861: 23-33) não encontramos testemunhos de que tivessem sido deixados estes homens em terra. Em Cochim, Gaspar Correia também refere que ficaram com o feitor Gil Barbosa alguns homens, entre doentes e sãos, mas não confirma se entre eles havia degredados<sup>163</sup>.

Este levantamento permitiu-nos, pois, confirmar a existência de degredados na viagem de Pedro Álvares Cabral. À exceção de Mestre João, os redatores que testemunharam esta travessia e os cronistas que a narraram descreveram a presença de diversos condenados. Pêro Vaz de Caminha nomeia Afonso Ribeiro em terras brasileiras, tal como o piloto anónimo e João de Barros, embora não citem nomes. Em S. Lourenço, sabemos por Gaspar Correia que foi utilizado um degredado para conhecer aquele espaço e que em Melinde foram deixados dois, um deles João Machado, segundo Barros e Castanheda. Sobre esta terra também o piloto anónimo regista a permanência dos dois homens ainda que não os identifique enquanto João de Barros adita ainda o nome de Luís de Moura. Finalmente, em Cochim, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros indicam que com o feitor Gonçalo Gil Barbosa ficaram também alguns proscritos. Sem conhecimento das suas identidades, é provável que aí tenham ficado quatro deles, segundo as palavras de Castanheda. Descobrimos ainda, no relato de João de Barros<sup>164</sup>, a existência de um outro degredado de nome António Fernãdez, encontrado por João da Nova<sup>165</sup> na cidade de Quiloa.

Fica demonstrada a presença de, pelo menos, nove degredados na segunda armada da Índia. Se pensarmos que se trata da maior armada enviada pela coroa portuguesa à Índia e que seis das treze embarcações se perderam em tormentas, é possível acreditar que outros degredados seguiriam naquela viagem. Jaime Cortesão, por exemplo, afirma que vinte degredados seriam deixados em terra, “onde fosse mister aprender

<sup>163</sup> *Idem, ibidem*, Capítulo XII, p. 222.

<sup>164</sup> Barros, *Op.Cit.* p. 207. *Vide* Anexo III.

<sup>165</sup> João da Nova, de nacionalidade galega, foi nomeado capitão-mor da terceira armada enviada por D. Manuel à Índia, no ano de 1501, antes do regresso de Pedro Álvares Cabral.

a língua ou colher informes” (Cortesão, 1994:96). De entre os degredados descobrimos dois que, nos anos seguintes, tiveram um importante papel nas relações entre os portugueses e os estrangeiros, nomeadamente o degredado de Santa Cruz, que acabou por servir como *língua*, e João Machado que, segundo Gaspar Correia e João de Barros, terá prestado bons serviços a D. Manuel<sup>166</sup>.

A coroa portuguesa depressa percebeu que a permanência dos degredados nos territórios extraeuropeus poderia trazer vantagens para o comércio e estabelecimento dos portugueses. A sua utilização tornou-se uma ferramenta útil para Portugal que precisava socorrer-se de estratégias que facilitassem o contacto com aqueles povos, de modo a obter todas as informações necessárias ao estabelecimento comercial e permitir competir com outras grandes potências europeias como Castela, França, Inglaterra e Holanda. Sobre este assunto Metcalf cita Janaína Amado:

“Portugal [...] could only achieve its ambitious overseas objectives by obsessively collecting information through all possible means. The Portuguese Crown therefore encouraged the creation of translators and intermediaries by sending condemned prisoners to live in exile in Africa, Asia, and Brazil” (Metcalf, 2005:8).

Estes degredados acabaram por tornar-se elos de ligação entre os dois mundos, os intermediários cuja tarefa era conhecerem as novas realidades, misturarem-se com as populações e conhecerem as sociedades e modos de vida. Para além disso, a sua estadia permitiria que divulgassem a língua portuguesa e aprendessem a língua desses povos para que ulteriormente fosse possível a comunicação e, conseqüentemente, a formalização de negócios e difusão da fé cristã, os dois grandes motores das descobertas marítimas. Lembremos, como exemplo, o caso do degredado que, deixado em Santa Cruz, acabou por regressar ao reino onde, segundo nos informou João de Barros, acabou por se tornar *língua*. Como afirmou Metcalf “Although this act of leaving behind the two men did not help Cabral, it laid the foundation for the creation of translators, necessary for future interaction with Brasil” (Metcalf, 2005:20).

---

<sup>166</sup> Barros, *Op.Cit.* p. 181. *Vide* Anexo III.

Analiseemos, então, os *língua*, outro intermediário determinante no contacto com os povos do Atlântico e do Índico. Importa esclarecer que este conceito estava associado não só à noção de intérprete, o indivíduo com competências comunicativas em mais do que uma língua, mediador, capaz de transmitir uma mensagem com rapidez de interpretação, que permitisse ao recetor compreender o significado do discurso, mas também à pessoa que fornecia informações aos portugueses sobre a geografia, gentes, costumes e riquezas das zonas descobertas” (Pais, 2002). A sua atuação podia resultar do cargo a que estavam cometidos, como será o caso, por exemplo, de Gaspar da Índia que veremos seguidamente, mas também casual, como veremos, segundo nos parece, exemplificado no caso brasileiro. O termo *língua* foi utilizado por Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e também Gaspar Correia embora encontremos igualmente a designação *Intérprete*. Na *relação* do piloto anónimo apenas encontramos o conceito *Interpreta/Interprete* (Cortesão, 1994: 153 e 157).

Começamos por analisar nos textos em estudo referências à sua presença na viagem de Pedro Álvares Cabral, que sinalizamos no quadro sinóptico apresentado no anexo IV. A primeira nota que importa enfatizar diz respeito à ausência de informações relativas à presença destes homens no espaço brasileiro nos escritos de viagem daqueles que nela participaram. Pêro Vaz de Caminha e Mestre João não fazem qualquer comentário à sua presença em Vera Cruz, muito embora, por diversas vezes, Caminha se refira às dificuldades de comunicação e falta de entendimento entre os portugueses e os naturais daquela terra, minimizadas apenas pelos gestos, danças e troca de artefactos. O piloto anónimo também não indica a presença dos *língua* em Vera Cruz, mas afirma que “não se entendiam por fallas, nem mesmo por acenos” (*Op.Cit.*, p. 146).

É, pois, pelos relatos dos cronistas que asseveramos a presença e atuação de intérpretes naquela região. Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia afirmam que nenhum dos *língua* que o capitão-mor levava conseguiu compreender o idioma dos nativos e João de Barros especifica que um grumete que falava guineense e outros que

falavam árabe tentaram chegar à fala com eles, embora sem sucesso<sup>167</sup>. Em Moçambique, Melinde e Cananor, apenas Gaspar Correia regista a ação do *língua* Gaspar da Gama<sup>168</sup>. Confirmamos a sua participação nestas primeiras embaixadas não só enquanto intérprete mas também como tradutor, já que, segundo aquele cronista, terá sido o autor das cartas em língua árabe, dirigidas ao rei de Cananor por D. Manuel I<sup>169</sup>. Em Calecute, Gaspar da Índia, cuja presença é confirmada por João de Barros ao nomeá-lo na companhia de Aires Correia, Afonso Furtado e João de Sá<sup>170</sup>, volta a cumprir com as funções de intérprete. Também o piloto anónimo e Fernão de Castanheda confirmam, nesta região, a presença de um *língua* que falava árabe embora não indiquem o seu nome. Este cronista adita, no entanto, um dado importante ao referir-se a Duarte Galvão<sup>171</sup> enquanto tradutor da carta enviada ao rei de Calecute por D. Manuel. Mais do que realçar o contributo de Gaspar da Índia enquanto *língua*, Gaspar Correia assinala, na nossa opinião, a sua lealdade para com o capitão-mor e a coroa portuguesa, já que foi ele quem conseguiu avisar Pedro Álvares Cabral do ataque dos mouros à feitoria de

---

<sup>167</sup> Vide anexo IV.

<sup>168</sup> Gaspar da Gama ou Gaspar da Índia era judeu, nascido em Alexandria e que se encontrava ao serviço do Sabaio, em Goa quando foi capturado na ilha de Anjediva por Vasco da Gama quando tentava, a mando do Sabaio, lograr os portugueses. Depois de confessar os seus atos, acabou por partir com Vasco da Gama para Portugal. Converteu-se ao cristianismo, sendo apadrinhado pelo capitão-mor, adotando, por essa razão, o apelido Gama. Será na armada de Pedro Álvares Cabral que inicia as suas funções como intérprete. O conhecimento da região e as boas ligações que mantinha antes da sua captura, foram determinantes no estabelecimento e fixação dos portugueses na Índia. Cf. Pinheiro, E. (s.d). *Antropónimos-Índia, Gaspar da (1460-?)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FSCHE. Acedido a 10, abril 2013 em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1121>. Veja-se também Cortesão, J. (1994). *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa: INCM, pp.65-67.

<sup>169</sup> Correia, G. (1975). *Lendas da Índia*, Capítulo VII, p.172. Vide Anexo IV.

<sup>170</sup> Barros, *Op.Cit.*, Capítulo IV, p. 182. Vide Anexo IV.

<sup>171</sup> Fernão Lopes de Castanheda refere Duarte Galvão como o fidalgo responsável pela tradução da carta em língua árabe enviada por D. Manuel I ao rei de Calecute. Julgamos tratar-se do cronista eborense, eloquente em línguas, autor da *Crónica de el rei D. Afonso Henriques*. O seu sobrinho, Lourenço Anastácio Mexia Galvão elabora-nos o retrato biográfico de Duarte Galvão em Galvão, D. (1435-1517) - *Crónica de el rei D. Afonso Henriques*. Acedido a 23, abril de 2013 em [https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-Cofre-9/UCBG-Cofre-9\\_item1/P7.html](https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-Cofre-9/UCBG-Cofre-9_item1/P7.html). Gil Fernando e Hélder Macedo referem-se a Duarte Galvão como “uma das figuras primaciais da corte, conselheiro do círculo íntimo do soberano e com poder para influenciar as decisões régias.” e confirmam ser ele o autor da crónica supracitada. Cf. Gil, F. & Macedo, H. (1998). *Viagens do Olhar- Retrospeção, visão e profecia no Renascimento Português*. Porto: Campo das Letras, pp.184-185.

Calecute e, mais tarde, quem aconselhou a viagem até ao reino de Cochim por ser rico em pimenta e drogas<sup>172</sup>, ideia esta também registada por João de Barros.

O nome de Gonçalo Madeira, de Tânger, surge-nos pela primeira vez referenciado nesta região enquanto intérprete. É Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros que o sinalizam na companhia de Gonçalo Gil Barbosa, o feitor encarregue de controlar o carregamento das naus portuguesas<sup>173</sup> naquele reino. Castanheda dá-nos ainda conta de um outro indivíduo que terá tido funções de intérprete, embora não estivesse a bordo com esse propósito. Trata-se de um gentio de Calecute de nome Miguel, enviado a Cochim para avisar da chegada dos portugueses. Segundo o autor da *História do Descobrimento e conquista da Índia*, este gentio terá sido enviado em substituição de Gaspar da Índia, uma vez que o capitão-mor receava perdê-lo<sup>174</sup>. Esta informação parece-nos confirmar o que referimos atrás sobre a confiança que este judeu converso adquirira junto dos portugueses, não só pelo conhecimento que tinha da língua árabe, pelas informações que detinha das diversas regiões e que convinham aos interesses comerciais dos nautas lusos, mas também pelo zelo e lealdade com que servia a coroa portuguesa. Segundo o relato de Gaspar Correia, Gaspar, o *língua*, terá ainda acompanhado Sancho de Tovar na descoberta de Sofala a mando de Pedro Álvares Cabral, antes do regresso a Portugal. Não conseguimos confirmar esta informação pelos registos de Castanheda e Barros nem no testemunho do piloto anónimo.

Assim, entre os *língua* nomeados nas crónicas de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia e ainda do piloto anónimo, é Gaspar da Índia aquele cuja atuação é mais vezes citada. Na *Ásia* de João de Barros identificamo-lo em Calecute e na viagem para Cochim. Nas *Lendas da Índia*, Gaspar Correia aponta a sua presença em Moçambique, Melinde, Cananor, Calecute e ainda na viagem para Sofala, na companhia de Sancho de Tovar. Fernão Lopes de Castanheda é o único autor que apenas o cita uma vez, na chegada a Cochim.

<sup>172</sup> Correia, *Op.Cit.*, Capítulo XI, pp. 209-210. Vide Anexo IV.

<sup>173</sup> Cf. Barros, *Op.Cit.* e Castanheda, *Op.Cit.* Capítulo xl, fl.lxxx. Vide Anexo IV.

<sup>174</sup> Castanheda, *Op.Cit.* Capítulo xl, fl. lxxx. Vide Anexo IV.

Como podemos verificar no anexo IV, existem diversos momentos em que a atuação dos *lingua* é apresentada sem, contudo, ser revelada a sua identidade. Acreditamos tratar-se, em muitos casos, de Gaspar da Índia, pelo facto de ser tantas vezes nomeado por Correia, mas não o podemos confirmar apenas por estas leituras. O piloto anónimo também regista a ação de um *Interpreta* em Calecute de quem diz saber falar *arábigo* o que nos faz acreditar que estaria a referir-se ao mesmo indivíduo. Gonçalo Madeira é outro dos intérpretes mencionado nesta viagem à Índia. Encontramo-lo em Cochim, segundo os relatos de Castanheda e João de Barros.

Se, por um lado, este levantamento de dados nos permitiu confirmar a presença de diversos *lingua* nesta segunda viagem marítima à Índia, por outro lado, possibilitou também inferir que a maioria dos intérpretes existentes a bordo não era de naturalidade portuguesa, antes indivíduos levados para Portugal, escravos, cativos, degredados ou convertidos, vindos das diversas regiões descobertas, e que no reino aprendiam o português. O judeu converso Gaspar da Índia, ou ainda Gonçalo Madeira de Tânger, são disso exemplo. Embora não o possamos atestar pelo reduzido número de exemplos que encontramos nas leituras das fontes documentais que fundamentam o nosso trabalho sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral, não será despropositado considerar que em situações pontuais outros tivessem desempenhado o papel de intérpretes, como foi o caso do grumete negro que falava a língua da Guiné e que na chegada ao Brasil tentou, infrutiferamente, dialogar com os indígenas, ou do converso Miguel, referenciado por Castanheda e João de Barros<sup>175</sup> que, embarcado em Calecute, serviu como mensageiro na chegada dos Portugueses à costa de Cochim.

Verificamos igualmente que os intérpretes podiam também desempenhar a função de tradutores. Vimo-lo, por exemplo, nos registos de Gaspar Correia ao indicar Gaspar da Índia como o tradutor das cartas dirigidas ao rei de Cananor<sup>176</sup>. Estamos em crer que, embora viessem já traduzidas do reino as cartas de D. Manuel, muitas outras eram elaboradas durante a viagem, por força dos acontecimentos muitas vezes inespera-

---

<sup>175</sup> Cf. Barros, *Op.Cit.*, p.197.

<sup>176</sup> Correia, *Op.Cit.*, Capítulo VII, p172. Vide Anexo IV.



dos. Recordamos, por exemplo, que na véspera de regressar a Cananor e daí regressar ao reino, o rei de Cochim enviou uma mensagem ao capitão-mor, avisando-o de que uma poderosa armada de Calecute se preparava para atacar as suas embarcações. O capitão “ lhe mandou muyto agradecer, dizendo mais que os Portugueses eram tam costumádos a pelejar com mouros e auer victorias deles e dos enfiees acerca de deos e dos hómeës, que os nam tinha em conta” (Barros:1988, 200). Não tendo atacado os mouros, Pedro Álvares Cabral decide regressar a Portugal, uma vez que as naus estavam carregadas e um confronto podia traduzir-se numa catástrofe para a coroa portuguesa e para si, para a sua capacidade de comando. Decide então escrever ao rei de Cochim “ por fer de crença em q se elle reportáua a eles da sua parte lhe podiã dizer tudo o q cõui-nha pera desculpa de sua partida e a bem da honra dos Portugueses” (Barros:1988, 202).

Em 2012, o trabalho de investigação sobre as *dinâmicas de poder dos intérpretes/língua portuguesas na Ásia de João de Barros*, realizado por Sara Rocha, identifica igualmente os dois *língua*. Entre 1493 e 1537, a investigadora encontrou referência a vinte e três *língua*, sendo Gaspar da Gama e Gonçalo Madeira referenciados como fazendo parte da armada de Pedro Álvares Cabral (Rocha, 2012:81). Do seu trabalho obtemos também informação relevante acerca de Gaspar da Índia que, segundo a autora, em 1502 fazia parte da comitiva de Vasco da Gama na segunda viagem à Índia, e entre 1505 e 1510 desempenhava funções de *língua* ao serviço do vice-rei Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e do Marechal D. Fernando Coutinho, (*Op.Cit.*, pp.77-78) o que reforça a nossa convicção acerca do valor deste intérprete para a coroa portuguesa.

Encontramos igualmente dados alusivos a João Machado, o degredado de Melinde, presente em 1512, como intérprete, no cerco e conquista da Fortaleza de Benestari, comandado por Afonso de Albuquerque (*Op.Cit.*, p. 82) depois de ter voltado ao serviço da coroa portuguesa, desertando do seu cargo de chefia dos mercenários de firangyan do sultão de Bijapur. Compreendemos então a razão pela qual João de Barros e Gaspar Correia se referiam aos bons serviços que João Machado havia de prestar à coroa portuguesa. O facto de ter percorrido várias cidades, permitiu-lhe aprender diver-

sas línguas e conhecer diferentes povos, seus costumes e modos de vida. O seu entendimento do *outro* terá contribuído para o desempenho do cargo de intérprete.

Parece-nos claro que degredados e *língua* contribuíram ativamente para o sucesso desta e de outras viagens marítimas. Os primeiros, por serem os que antecediam, no reconhecimento de espaços desconhecidos e duvidosos; os que eram deixados em terra para aprender a língua dos povos, tornando-se, alguns, importantes *língua*; os primeiros instrutores da língua portuguesa e da fé cristã. Em terra descobriam a sua população, costumes e tradições, o modo de comerciar e os principais produtos de troca e as suas informações eram importantes para as armadas que posteriormente aportavam naquelas regiões. Os segundos, muitos dos quais, como dissemos, em cumprimento de penas de degredo, escravos, conversos, entre outros, pelas suas capacidades comunicativas se tornam imprescindíveis, não só junto das embaixadas, enquanto intérpretes e tradutores, mas também enquanto informadores das terras, das gentes e das suas riquezas. Da sua ação podia igualmente depender a satisfação de necessidades básicas como água ou comida ou informações comerciais ou de navegação. Enquanto *transactional go-between* (Metcalf, 2005:10), deles podia depender o sucesso dos primeiros encontros, das conversações e negociações. Um encontro sem *língua* poderia facilmente alterar o rumo da história e, eventualmente, provocar conflitos. Estavam, portanto, numa posição central entre dois polos, o do colonizador e o do colonizado.

É, pois, possível pensarmos que talvez o facto de não haver nenhum intermediário no encontro de Vera Cruz, tenha contribuído para uma permanência cautelosa dos portugueses naquele território. Os gestos, as trocas de objetos, as danças e a música foram formas de comunicação utilizadas no contacto com os indígenas que permitiram uma aproximação entre os povos, foram insuficientes para o desenvolvimento dos interesses dos Portugueses.

Para alguns investigadores, como Greenblatt (1991) ou Metcalf (2005), a estadia de Cabral em Santa Cruz acabou por se revelar um sucesso, já que em menor número e sem intérpretes, facilmente podiam ter sido atacados pelos indígenas, como aconteceu

noutras viagens pela costa brasileira como, por exemplo, a de 1501 relatada por Américo Vespúcio, em que um dos homens foi a terra tentar descobrir o paradeiro de outros dois que tinham lá tinham ficado na companhia dos indígenas, para descobrir quem eram e se tinham riquezas, e foi morto à vista de todos os que estavam nas naus. Diz ele:

“Et pendant qu’elles en étaient là, nous vîmes venir du haut du rivage une femme tenant un gros baton à la main, et quand elle se fut approchée du lieu où se trouvait notre chrétien, elle lui vint par derrière, leva son bâton et elle lui asséna un tel coup qu’elle l’étendit mort par terre.[...] Autour d’un grand feu qu’elles avaient fait, eles le rôtaient sous nos yeux et nous montraient les nombreux morceaux avant de les manger” (Santos, 2000:112-113).

Se a bordo seguisse um intérprete capaz de compreender os indígenas, ter-se-ia evitado o massacre dos três homens, causado pela incorreta interpretação dos sinais.

Mas não eram apenas estes dois grupos de indivíduos os únicos intermediários a bordo. Iniciámos este tema referindo-nos a todos os nautas portugueses, que nas viagens marítimas se tornavam elementos de ligação entre a Europa e o novo mundo, os “physical and biological go-between” na classificação de Metcalf (2005:9-10). Consigo levavam o conhecimento do espaço português e era através dele que compreendiam as novas terras, a sua fauna, a flora, confrontando diferentes formas de sentir a novidade. Eram estes homens que zarpavam dos portos portugueses e atravessavam o mar atlântico aos quais se juntavam os que vinham de África, Índia e Brasil.

Um último grupo encerra a qualificação dos intermediários. Os “representational go-betwens” (Metcalf, 2005:10-11) onde se incluem os autores das cartas, dos roteiros, dos mapas e das crónicas e que através das suas obras traçavam a forma como europeus e extraeuropeus se viam. Concordamos com esta investigadora quando considera este o mais poderoso de todos os papéis desempenhados pelos intermediários por serem eles os representantes, em larga escala, da Europa na América e vice-versa. Eles seriam a voz dos homens que permaneciam em terra. Do seu olhar se espelhavam os povos e do seu discurso se criavam imagens que podiam, ou não, simbolizar a verdade do *outro*.

Os dez dias em que a armada de Cabral permaneceu em terra foram cautelosos, dada a falta de mediadores capazes de permitir o diálogo entre os dois povos. Este encontro com Vera Cruz marcou o início da atuação dos diferentes intermediários na costa brasileira. Os dois degredados deixados em terra, foram, como vimos, o primeiro impulso dado ao início da construção do Brasil que paulatinamente se foi consolidando. Pêro Vaz de Caminha, Mestre João e o piloto anónimo foram alguns dos representantes europeus que apresentaram um primeiro esboço da terra, da sua fauna e flora, das suas gentes, do céu e das estrelas. Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia, nas suas narrativas históricas sobre os feitos dos portugueses na Índia, não deixaram também de aflorar as terras brasileiras, sinalizando a descoberta de uma terra nova, tornando-se também eles “representational go-between”, primeiros cronistas que na construção da história e dos sucessos dos portugueses na Índia, esboçaram a primeira imagem das gentes brasileiras.

### 3.5. O experienciado, verdade e memória na construção do relato

As narrativas de viagem contribuíram para o conhecimento e construção do mundo novo. Através delas eram divulgados os espaços até aí desconhecidos, encobertos<sup>177</sup> por teorias que os consideravam inacessíveis e inabitáveis<sup>178</sup>, terras ignotas reveladas à medida que os nautas portugueses cruzavam os oceanos. O mundo deixaria pouco a pouco de ser ocupado por monstros acéfalos, cinocéfalos, com um só olho ou com um pé gigante e descobrir-se-ia que as terras para lá da ecúmena eram habitadas e que a zona tórrida não existia. Em busca de Preste João e das especiarias, iam-se corrigindo doutrinas e desfazendo lendas (Pinto, 1989: 3). A experiência dos nautas transformava a imagem do mundo, a sociedade e cultura. O encontro com o *outro* e a sua terra, a prática da navegação, a busca sistemática e a assimilação de informação contribuíram para questionar as teorias vigentes e acrescentar-lhes novos dados, firmando novas maneiras de pensar. Portugal participava, assim, na mudança de mentalidade que em Quinhentos se começava a desenhar e lançava as bases para a revolução científica que se revelaria algumas décadas mais tarde<sup>179</sup>.

Estes escritos relatavam o que os homens de mar, capitães, pilotos, escritvões, missionários, tinham visto, ouvido e sentido nesse encontro com o novo. Maravilhosas paisagens, animais exóticos e inimagináveis, gentes diferentes. Uma nova parte do mundo surgia aos seus olhos e a curiosidade revelada nesse encontro com as coisas nunca vistas impulsionou o registo escrito, a notação da realidade observada. Através do registo os autores testemunhavam as suas vivências e os feitos dos portugueses. A experiência de cada um surgia refletida em cada palavra.

---

<sup>177</sup> Vitorino Magalhães Godinho explora o conceito do descobrir considerando este ato como “l’action de des-occulter, de rendre manifeste ce qui était caché, d’ouvrir la voie d’accès à ce monde auparavant ignoré tant de l’écrit que de la mémoire.” *Vide* Godinho, *Op. Cit.*, p. 48. É nesse sentido que utilizamos a expressão “encoberto”, algo que estava tapado, escondido. *Vide* Godinho, *Op. Cit.*

<sup>178</sup> *Vide* nota de rodapé 128, p. 141.

<sup>179</sup> Este tema é desenvolvido por Vitorino Magalhães Godinho, por exemplo, no prefácio da obra de João Rocha Pinto. Segundo aquele autor a grande revolução científica ocorreu em seiscentos, muito embora considere que “essa revolução não teria sido possível sem as mudanças de mentalidade e de condutas que forjaram a expansão oceânica e nela se forjaram”. *Cf.* Pinto, *J. Op. Cit.* p. 4.

Consideramos que a segunda viagem à Índia, comandada por Pedro Álvares Cabral, e os escritos de viagem que dela fizeram Pêro Vaz de Caminha, Mestre João e o piloto anônimo, bem como os cronistas Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia, autores que escolhemos para o nosso estudo, traduzem esse sentir da novidade, espelham as vivências pessoais dos seus autores e esquivam o valor da experiência na aventura do mar e na aquisição de conhecimentos. Nas diferentes narrativas discernimos práticas correntes, noções assimiladas e postas em prática ao longo de anos de navegação. As paragens ao longo do percurso para abastecimento de água e lenha, a utilização de pilotos orientais para percorrer as diferentes cidades costeiras do Índico, a necessidade de um salvo conducto que desse segurança ao capitão-mor para sair das nau e negociar com os reis das diferentes localidades, o uso de degredados para conhecerem os povos e aprenderem a língua nativa ou a necessidade de intérpretes são alguns dos exemplos que descobrimos ao longo do nosso trabalho, resultado da sua observação sistemática e prática quotidiana.

As embarcações utilizadas na armada cabralina exemplificam igualmente o saber náutico dos portugueses e como a experiência da navegação tinha conduzido à necessidade de adaptar a construção ao tipo de viagens. Por essa razão, comparada com a armada de Vasco da Gama, a frota de Pedro Álvares Cabral exibia não só um número maior de embarcações, 13 no total, com diferentes tonelagens<sup>180</sup>, como apresentava também diversos tipos de navios, entre eles, a caravela redonda<sup>181</sup>, importante pela sua agilidade e leveza. João de Barros considerou-a “a mais fermofa e poderófa armada que te aquelle tempo pera tam longe deste reyno partira” (Barros, *Op. Cit.*, p.171). Fernão Lopes de Castanheda, por sua vez, disse tratar-se de uma grossa armada, “de dez naos e três navios redôdos” (Castanheda, *Op. Cit.*, fl.lxiii). Também Gaspar Correia se pronun-

---

<sup>180</sup> Francisco Contente Domingues aponta como provável o peso de 120 toneladas para a nau capitânia de Vasco da Gama e 300 toneladas para a capitânia de Pedro Álvares Cabral. A evolução da construção naval e as características da viagem são, para este autor, condicionantes importantes para esta diferença. *Cf. Domingues, Op.Cit.*, p.42.

<sup>181</sup> As caravelas redondas ou de armada, como eram chamadas, tinham sido desenvolvidas a partir das caravelas latinas que pela falta de robustez e capacidade de carga se julgaram inadequadas às viagens transoceânicas. A partir da segunda viagem à Índia tornavam-se indispensáveis para a aproximação à costa, para ações militares ou de reconhecimento. *Cf., Domingues, Op. Cit.*, p.45.

ciou sobre as características da armada cabralina, afirmando que “forão ordenadas dez naos grossas de dozentos tresentos tonés e três navios pequenos, e todos fortes, muy aparelhados” (Correia, *Op.Cit.*, p. 146).

A par destas inovações vemos igualmente espelhado o uso de diversos instrumentos de navegação. Mestre João Faras traça bem esse conhecimento adquirido<sup>182</sup> e manifesta-se quanto à melhor utilidade de cada um, relatando as dificuldades em medir a altura das estrelas a partir do mar devido às ondulações e a falta de consenso entre o cosmógrafo e os pilotos nas medições das distâncias. A sua constatação mais não é do que a prova de que o conhecimento vinha da prática das coisas, como defenderia Duarte Pacheco Pereira no *Esmeraldo de situ orbis*<sup>183</sup>. O recurso à experiência, à observação, à intuição resultava de uma prática. (Mollat, M. *Op.Cit.*, p.108).

Nos escritos de viagem de Pedro Álvares Cabral revelam-se ainda outras informações importantes para a consolidação das viagens transoceânicas e para a continuidade da Carreira da Índia. Mestre João, por exemplo, descreve a constelação austral Cruzeiro do Sul, a partir da qual seria possível o cálculo noturno da latitude, indispensável para que se soubesse a posição dos navios, se determinasse e traçasse a rota além da linha equatorial. A partir do cálculo da latitude foi possível aos portugueses estabelecer um sistema de rotas que tornava possível as deslocações e a comunicação entre todas as partes do mundo ao mesmo tempo que, pela sua precisão, contribuía para os avanços da cartografia. Sobre este assunto considera Vitorino Magalhães Godinho que “le grand apport des Portugais est la production inédite d’un système cartographique couvrant tout l’océan Indien et l’Extrême-Orient” (Godinho, 2000:109). As figuras 3 e 4 do anexo V representam dois dos seis mapas que compõem o atlas de Lopo Homem (1519) e que

---

<sup>182</sup> Este tema foi já desenvolvido por nós no segundo capítulo do nosso trabalho, na nossa leitura da carta de Mestre João. *Vide* página 55.

<sup>183</sup> Algumas referências importantes sobre Duarte Pacheco Pereira em Dias, J. *Op. Cit.*, pp.78-80 e em Carvalho, J. (1974). *La traduction Espagnole du «de Situ Orbis» de Pomponius Mela par maître Joan Faras et les notes marginales de Duarte Pacheco Pereira*. Estudos da cartografia antiga, 15. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

exemplificam o desenvolvimento cartográfico no nosso país no dealbar de Quinhentos<sup>184</sup>.

A completar este conjunto de informações referenciadas nos escritos da viagem de Pedro Álvares Cabral acrescentamos a construção do espaço e o encontro com o *outro* brasileiro, os dois aspetos centrais do nosso trabalho, contributos fundamentais para o processo de formação do saber e de novas maneiras de pensar. Na sua viagem rumo ao Oriente, os homens de Cabral revelaram uma nova parte do mundo, até então desconhecida de todos. O cronista João de Barros confirma-o ao mencionar na sua *Ásia* que “ estavam os homens tam crentes em nã auer algũa firme [terra] ocidental a toda a cofta de Africa, q os mais dos pilotos se afirmava ser algũa grande jlha” (Barros, 1988:173). Defendendo a intencionalidade do capitão-mor em desviar-se da rota para confirmar a existência de terras, asseveramos a importância da experiência na construção objetivável do espaço. Como avançamos no início do nosso trabalho<sup>185</sup>, os nove anos que separaram as viagens de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama terão certamente servido para o reconhecimento dos mares, para o desenvolvimento de instrumentos náuticos e para a garantia de travessias marítimas mais seguras. A experiência adquirida ao longo desses anos resultou, com Pedro Álvares Cabral, na confirmação de terras, ainda que a ratificação de um continente surgisse apenas um ano mais tarde, pela voz de Américo Vespúcio: “devant nous un continent, des régions nouvelles, um monde nouveau” (Santos, 2000:95). A verdade é que o descobrimento do Brasil transformou o orbe terráqueo e obrigou a repensar o mundo.

O redimensionamento espacial é acompanhado pela descoberta de uma nova sociedade. Os nossos autores revelam um homem pardo, de bons ares, bem feito de corpo. Homens nus mas sem vergonha, puros, sem maldade e, como acrescentaria o cronis-

---

<sup>184</sup> A Biblioteca Nacional de França organizou, entre 23 de outubro e 27 de novembro a exposição “L’âge d’or des cartes marines- Quand l’Europe découvrait le monde”. Um acervo de duas centenas de peças da exposição que permitiram explorar desde as condições de navegação e utilização das cartas náuticas, até à descoberta da África, Ásia e Brasil, passando, entre outros temas, pela difusão da iconografia dos novos mundos. O mapa de Lopo Homem figurava entre essas peças sendo considerado uma obra de arte da cartografia portuguesa do início do século XVI. Uma viagem virtual da exposição continua acessível em [http://www.bnf.fr/fr/evenements\\_et\\_culture/anx\\_expositions/f.age\\_dor\\_cartes\\_marines.html](http://www.bnf.fr/fr/evenements_et_culture/anx_expositions/f.age_dor_cartes_marines.html).

<sup>185</sup> Vide pp.9-13 do nosso trabalho.



ta João de Barros cinco décadas mais tarde, “sem a comum semelhança da outra gente que tinha visto [...]” (Barros, *Op.Cit.*, p.173). Os dados recolhidos, sobretudo por Pêro Vaz de Caminha e o piloto anónimo, demonstram as particularidades do homem novo e do que de diferente tem do europeu e dos outros povos já conhecidos. Das suas descrições sobressai, contudo, o olhar pessoal dos autores, o seu objetivo de escrita e a sua visão do mundo. Por essa razão, encontramos narrativas que, embora centradas numa mesma imagem, percecionam vivências diferentes. As descrições sobre o *outro* exteriorizam visões específicas de cada autor, revelando-se, assim, mais a voz autoral e o seu tempo do que o *outro* brevemente descoberto. A experiência pessoal funciona como indicador da veracidade dos factos observados.

É essa verdade que procuram os cronistas da Expansão quando se decidem a narrar o passado dos portugueses nesse espaço distante do europeu, recorrendo para isso aos testemunhos da viagem para construir a História da nação portuguesa. São essas imagens que se vão ordenando e interligando, revelando experiências e construindo a verdade dos acontecimentos. Concordamos com Ana Paula Avelar quando afirma que o experienciado funciona como critério de verdade (Avelar, 2003a: 55), “torna-se o auxiliar necessário ao conhecimento do espaço, à sua apropriação pelo sujeito”<sup>186</sup>. Experiência e verdade funcionam como pilares do discurso historiográfico da cronística. Nele se relatam os factos passados e se dignificam não só os que levaram o nome de Portugal pelo mundo como a coroa portuguesa, impulsionadora do projeto expansionista, “pera serem divulgadas pelo mundo as notaveis façanhas que fizeram com ajuda de noŝŝo Senhor neste descobrimento” (Castanheda, *Op. Cit.* prólogo).

Mas esse registo histórico tinha ainda um outro propósito e é também com Fernão Lopes de Castanheda que o clarificamos pois, segundo ele, não havia lembranças daqueles acontecimentos e “sendo scritas durarão pera sempre como as dos Gregos e Romanos [...]” (*idem*). O cronista deixa explícita a necessidade de lembrar esses episódios, de guardar a memória dos factos, permitindo, assim, que os acontecimentos perdu-

---

<sup>186</sup> Cf. Avelar, A. (2003). *No discurso da História- o pulsar dos Mares*. CD-ROM. Lisboa: Universidade Aberta.

rassem e sobrevivessem no tempo. O discurso histórico construído pelos cronistas seria, então, um instrumento de memória e de instrução, essencial na construção da identidade pessoal e coletiva. A evocação do passado implicava o recurso a memórias individuais, a experiências particulares, nunca verdadeiramente íntimas, já que representam sempre várias memórias que se conjugam no tempo social do indivíduo<sup>187</sup>. As crônicas da expansão são, então, uma representação da memória coletiva e a busca da verdade dos factos faz-se precisamente por esse apelo à recordação dos outros. Passadas a escrito, essas memórias permitiriam ao homem do presente conhecer o seu passado e agir em função dele. O conhecimento do vivenciado facilitaria o entendimento do presente e a ação no futuro, por isso, a história que os cronistas se propunham contar serviria principalmente aos príncipes para que melhor soubessem governar com prudência e sabedoria.

A subjetividade da narrativa não pode, contudo, deixar de ser anotada mais uma vez, pois, construída de memórias, a verdade é relativa aos factos passados dos indivíduos e ao que desses acontecimentos cada um reteve em memória. A esse dado se junta a ideia dos próprios cronistas descreverem os acontecimentos da forma que melhor cumpra os seus intentos. Na realidade, somos da opinião que nenhum discurso conseguia ou consegue ser totalmente objetivo, mesmo que seja a verdade a sua linha orientadora. Em algum momento o seu autor vai manifestar o seu pensamento e a sua forma de ver o mundo. Vimo-lo nos primeiros testemunhos do encontro, confirmamo-lo também nas crônicas de viagem em estudo. Lembremos, por exemplo, como João de Barros aproveitou a missa realizada em Vera Cruz para exaltar o poder divino como motor das descobertas ou como Gaspar Correia preferiu realçar o valor comercial do pau-brasil.

Para a construção da memória coletiva e para o estabelecimento da identidade nacional contribuiu também a redação das crônicas em língua vernacular. Portugal destacava-se ao escrever na sua língua, valorizando-se perante os restantes países europeus,

---

<sup>187</sup> Fernando Catroga defende que para a construção da nossa memória, recorremos sempre à memória dos outros. A memória individual é formada pela coexistência de várias memórias, tornando-se a experiência interior na qual a identidade do eu unifica a complexidade dos tempos sociais em que cada indivíduo vive. Cf. Catroga, F. (2001). *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Edições Quarteto, p.16-20.

enquanto possibilitava ao leitor das crônicas, em território nacional, aprender sobre a história do seu país. A imprensa foi também fundamental pela produção e transmissão das novidades. O seu aparecimento aceleraria esse processo de construção da memória e de fixação do discurso historiográfico. Como afirmou Ana Paula Avelar a reutilização de um texto traduz a reprodução de uma memória, de um conhecimento individual que se publicitou (Avelar, 2003a:119).

## CONCLUSÃO

Num período marcado pela descoberta de novos espaços e a constatação de um mundo real para lá do imenso mar, Portugal tornava-se pioneiro no encontro da novidade. A descoberta desses espaços geográficos foi o caminho para o aparecimento de textos que comprovavam esse mundo novo e o que de diferente se tinha encontrado, contribuindo, dessa forma, para se alcançar uma nova consciência do mundo e dos povos.

Os autores desses registos tornavam-se testemunhas de um mundo até aí desconhecido e foi essa descoberta da novidade que os impulsionou à notação, à partilha de vivências, à descrição do visto, vivido e sentido, tornando o registo escrito num instrumento de apreensão e representação da realidade. Através dos relatos de viagem o indivíduo construía a sua própria identidade dado que no percurso adquiria uma nova percepção do mundo e do *outro* e nesse conhecimento se descobria a si próprio.

No nosso trabalho decidimos ir ao encontro de Vera Cruz, descoberta pela armada de Pedro Álvares Cabral na segunda viagem marítima à Índia, no ano de 1500. Dessa viagem chegaram-nos até hoje três provas documentais deixadas por três dos participantes do encontro. São eles Pêro Vaz de Caminha, mestre da balança da moeda do Porto, que embarcara na frota cabralina para desempenhar o cargo de escrivão na feitoria que em Calecute se iria estabelecer, Mestre João Faras, astrólogo de origem espanhola, judeu converso ao serviço de D. Manuel e do Duque de Bragança, a bordo com os cargos de astrólogo e cirurgião e, finalmente, o piloto anónimo, cuja identidade continua ainda por viabilizar mas que tudo indica tratar-se de um autor português, com funções relevantes na frota de Pedro Álvares Cabral, embora o cargo de piloto seja atualmente considerado como improvável.

Pêro Vaz de Caminha e Mestre João Faras são os autores de duas missivas dirigidas a D. Manuel I. A primeira, cuja classificação de carta-diário apoiamos pela sua estrutura enquadrada pelos dias da semana e do mês, dá conta do achamento de Vera Cruz. Julgamos que o encontro inesperado com um mundo novo e a partilha do expe-

rienciado foram as alavancas impulsionadoras do registo daquele autor. Mestre João, por seu turno, parece querer dar conta das suas tarefas a bordo, descrevendo as suas tentativas de localizar a terra descoberta através da medição da altura do Sol e das estrelas e dando informações sobre a melhor forma de utilizar os diferentes instrumentos náuticos. Não colocamos de parte a possibilidade de Mestre João ter redigido a sua carta manifestando o seu empenho em servir o monarca e daí obter algumas mercês mas quanto a Pêro Vaz de Caminha, não julgamos ser essa a principal razão da sua narrativa, antes uma necessidade de partilhar com o monarca o seu fascínio perante aquele povo nunca visto e as qualidades da terra de onde tantos benefícios podiam advir. Quanto à narrativa do piloto anónimo enquadramo-la na categoria das relações de viagem. Ao contrário das duas missivas, trata-se de um documento oficial, o único que retrata os acontecimentos da viagem que para o autor foram mais relevantes e que segue o percurso da armada desde a partida de Lisboa até ao seu regresso.

Pela curiosidade e fascínio perante o novo e a necessidade de o explicar, os três autores deram conta do real observado, colocando em evidência a sua experiência e a sua leitura dos factos revelando, assim, sobre um mesmo espaço, Vera Cruz, diferentes olhares. As palavras tornam-se prova do viver pessoal e o discurso não esconde o *eu* que cada um constrói à imagem do seu tempo. Mas ainda que adornados pela impressão de cada viajante os escritos de viagem expressam a verdade dos acontecimentos e a sua experiência constituirá a base de novos pensamentos e da reconstrução do saber. A experiência torna-se pouco a pouco motor do conhecimento e espelho do real observado.

Sendo o principal objetivo de Pêro Vaz de Caminha dar conta da terra descoberta, compreendemos que os acontecimentos ocorridos durante a viagem não tenham sido pormenorizados na missiva. Apenas traça o percurso localizando as regiões por onde a armada passava e informa do desaparecimento da nau de Vasco de Ataíde. É a partir do momento em que é vista a nova terra que sentimos o aspeto diarístico da narração a desenhar-se. Tal como na própria viagem, percebe-se na narrativa do escrivão a

aproximação à terra. A descrição do espaço físico e do homem detalham-se à medida da aproximação visual.

A *Carta* de Mestre João caracteriza-se pelo discurso técnico e prático, correspondente à função a bordo do mestre e sua profissão. O cosmógrafo preocupa-se em dar informações sobre a localização da terra, as medições que realizou, tanto a bordo da embarcação em que seguia como em terra, revelando as dificuldades em conciliar os seus dados com os dos pilotos da armada. A forma como indica a melhor utilização dos instrumentos náuticos confirma o valor experiencial daquela viagem e a importância da participação dos portugueses na senda da expansão. É também na sua missiva que encontramos a primeira descrição escrita sobre a constelação austral Cruzeiro do Sul que a curto prazo seria muito útil para a medição noturna da latitude uma vez que, depois de se atravessar a linha equatorial, a estrela polar, até aí utilizada como ponto de referência, deixava de ser vista.

O relato do piloto anónimo, por seu turno, é bastante objetivo e claro. No início da sua narração traça os pontos geográficos por onde foi passando a frota cabralina e como se perdeu uma nau da armada. A pousada em terras de Vera Cruz é descrita pelos seus principais acontecimentos e pelo que o autor considerou importante assinalar sobre a terra e os íncolas brasileiros. Apenas a estadia prolongada em Calecute permitiu ao piloto anónimo uma aproximação à terra e às suas gentes.

Nos seus escritos de viagem, Pêro Vaz de Caminha, Mestre João e o piloto anónimo recorrem a diversos elementos norteadores que os ajudam a explicar melhor a realidade observada. A marcação do tempo é um desses elementos e está presente nos três escritos, embora mais ou menos desenvolvida consoante o objetivo de cada obra. Pêro Vaz de Caminha recorre a esta sinalização embora de uma forma variável. Até ao encontro com a região brasileira o escrivão data somente os acontecimentos mais importantes e por essa razão, no percurso de uma viagem que durou mais de um mês apenas cinco acontecimentos foram mencionados pelo autor. É durante a estadia em Vera Cruz que a notação temporal ganha novos contornos e percebemos o carácter diarístico da sua

missiva: todos os dias passam a ser sinalizados, independentemente da sua maior ou menor importância.

Na epístola de Mestre João o tempo cronológico é menos importante. O cosmógrafo não pretendia traçar o percurso da viagem nem descrever o espaço brasileiro, por essa razão existe apenas uma referência temporal e que diz respeito à sua saída em terra para as medições da altura do Sol. Já para o piloto anônimo a notação temporal foi relevante na medida em que permitia sinalizar os principais acontecimentos da viagem, contudo, a precisão temporal foi mais significativa na *Carta* onde muitas vezes se pormenorizavam episódios de acordo com o período do dia ou as horas. Outro dado que nos parece importante realçar diz respeito à cadência temporal que discernimos na *Relação* do piloto anônimo, interrompida somente em dois momentos, o primeiro entre os meses de setembro e dezembro de 1500, correspondentes ao período em que a frota cabralina permaneceu em Calecute e em que descobrimos as percepções autorais sobre os costumes locais e o segundo, quando a frota fazia a viagem de regresso.

Para situar no tempo os acontecimentos foram também utilizados por Pêro Vaz de Caminha e pelo piloto anônimo, embora pontualmente, marcas do calendário litúrgico. Uma vez que a viagem para a Índia ocorreu durante o período pascal, foram as celebrações pascais a ser identificadas de acordo com esta marcação.

Se a notação temporal permitia ordenar os acontecimentos possibilitava também que os espaços fossem revelados. A sua maior ou menor descrição dependeria do conhecimento dos lugares. Quando vistos de longe ou já conhecidos os territórios eram apenas nomeados mas se ignorados, eram descritos para os dar a revelar ao leitor. O espaço será, então, descrito ao longo da narração, acompanhando o conhecimento do local e sempre que surge algo novo e diferente. À medida que se invade e conhece, mais descritivos se tornam os textos pois maior é a possibilidade de ver de perto, de se sentir o espaço como seu. A marcação das distâncias ou a quantificação dos objetos utilizando as braças, léguas ou os graus são elementos utilizados pelos autores para a sua localização concreta do espaço.

Para tentar aproximar o leitor do espaço descrito, os primeiros testemunhos do encontro com Vera Cruz apelaram igualmente ao domínio sensitivo do leitor. Através, sobretudo da visão e da audição tentavam esquisar os novos espaços e as novas gentes. Da mesma forma, também a utilização de referentes conhecidos dos leitores foram constantemente utilizados para descrever a novidade. O mundo conhecido era o ponto de referência a partir do qual se procuravam analogias que ilustrassem a realidade desconhecida.

Pêro Vaz de Caminha fez uso de todos esses artifícios. Na sua narrativa procura captar toda a informação possível daquilo que observa, o seu encanto obriga ao apontamento constante, ainda que diversos acontecimentos se repitam. O seu olhar parte do mar e daí se vai aproximando da terra, tornando o espaço mais claro. Mestre João tem a missão de localizar a terra de Vera Cruz, e para isso a marcação das distâncias é mais evidente na sua carta. Na descrição da constelação austral, compara as estrelas que vê com as já conhecidas e apela ao sentido da visão, adjetivando o discurso e sobretudo, ilustrando-o através da imagem do Cruzeiro do Sul. Finalmente, o piloto anónimo que, tal como Pêro Vaz de Caminha, faz uso de todos aqueles descritores para descrever o espaço percorrido.

Não podemos deixar de anotar também as diversas informações que obtemos a partir dos relatos de viagem sobre a vida a bordo ou sobre alguns procedimentos usuais nas viagens marítimas. A necessidade de um salvo-conduto como forma de garantir a segurança do capitão-mor e salvaguardar a carga a bordo; os encontros frequentes entre os capitães para resolução de problemas ou tomada de decisões, a referência às doenças de que padeciam os mareantes ou as aguadas são dados que recolhemos das narrativas em análise. As missas e pregações ou o uso de degredados para conhecerem os povos e aprenderem a sua língua são dois outros dados que encontramos ao longo destes escritos de viagem. O facto de ser o piloto anónimo o único a relatar o percurso de ida e volta a Portugal justifica que seja ele a aditar com maior frequência este género de informações.

À medida que o espaço vai sendo desenhado vemos aproximar-se o homem. Ele faz parte desse espaço e vai sendo conhecido à medida que o primeiro é explorado. Des-



cobermos que também na revelação do *outro* se estabeleceu um conjunto de códigos referenciais que o situam face ao *eu*. Esses descritores eram usados para comparar os povos e é sempre em função do *eu* que a analogia é feita. A maior ou menor incidência descritiva sobre o *outro* dependia dos objetivos da narração, tal como vimos acontecer na ilustração do espaço.

Mestre João Faras, por exemplo, não tinha como objetivo descrever as terras ignotas e as gentes desconhecidas, a sua novidade centrou-se no céu brasileiro e apenas brevemente alude à terra e às suas gentes. Pêro Vaz de Caminha, pelo contrário, descreve a fisionomia dos homens e das mulheres, a cor da pele e a sua nudez. Verifica os adornos e as pinturas corporais e conforme se aproxima dos índios revela os materiais de guerra, a alimentação, a forma das suas habitações, a vida em sociedade e as suas crenças. O escrivão revela uma sociedade sem chefia, grupos de indivíduos que partilham a mesma habitação e que crê serem gentios dispostos a receber a mensagem cristã.

O piloto anónimo, por sua vez, apresenta um registo objetivo e conciso sobre os ameríndios e a terra de Vera Cruz, apenas referindo o que é facilmente perceptível pelo olhar. Revela, tal como Pêro Vaz de Caminha, o aspeto físico dos índios, a cor da pele, a nudez do corpo. Enuncia brevemente a sua alimentação, as suas casas de madeira, os animais e as armas ao mesmo tempo que assinala a boa disposição e sociabilidade do índio. O olhar do piloto anónimo sobre o índio brasileiro descodifica a realidade observada mas não esconde a superficialidade do primeiro encontro. A tipologia social e as crenças religiosas não são mencionadas pelo autor. A brevidade do contacto com aquele povo e o facto de redigir um documento oficial que teria obrigatoriamente de obedecer a regras específicas podem explicar a ligeireza da descrição. Também é nossa opinião que o piloto anónimo não acompanhou, como o escrivão, Pedro Álvares Cabral nas suas visitas a terra nem assistiu a muitos dos acontecimentos narrados por Pêro Vaz de Caminha, como foi o caso do encontro dos índios na nau capitânia. Não seria essa a sua missão a bordo e a sua narração tinha outra finalidade que não a de escrever pessoalmente ao rei.

Para compreender de que forma a permanência mais ou menos prolongada num determinado espaço físico pode ou não condicionar o conhecimento do *outro*, decidimos acompanhar o piloto anónimo até à Índia. Mais do que o aspeto físico e os adornos da população ou o armamento, o piloto anónimo descobre em Calecute os costumes das gentes, a sua atitude perante a morte, a estratificação social, a existência de castas, a sua religião. A divergência entre a descrição dos íncolas brasileiros e os habitantes daquela região, traduz-se, principalmente, não pelos referentes utilizados para descrever um e outro povo mas na forma e pormenor com que esses tópicos são explorados o que evidencia, na nossa opinião, a sistematização das vivências e a intensificação dos contactos civilizacionais. Através das suas perceções visuais percebemos como a permanência prolongada permitiu uma maior aproximação às gentes da terra. Dessa forma o autor anónimo conseguiu descobrir a tipologia social do indiano, as suas crenças, situação apenas possível num quadro de permanência e de vivência com o *outro*.

A relação e a complementaridade dos textos é para nós perceptível. Partimos do mesmo princípio, o de que todos relatam um mesmo momento histórico: o encontro com o Brasil. Três autores narram sobre o mesmo espaço, observam as mesmas gentes, a mesma novidade. O seu processo narrativo, contudo, refletirá a sua visão pessoal, o objetivo da sua escrita e a sua vivência do mundo conhecido.

Cerca de cinco décadas mais tarde era a vez de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia surgirem com as suas crónicas da Expansão e com elas valorizarem o poder da coroa portuguesa. A escolha destes autores para o nosso trabalho baseou-se no facto de terem sido eles os primeiros a escrever sobre os feitos gloriosos dos portugueses, tendo em comum um mesmo espaço, o Oriente e um mesmo tempo, a primeira metade do Séc. XVI. Os autores propunham-se escrever sobre as façanhas dos portugueses, perpetuando pela palavra escrita a vivência no Oriente. A experiência pessoal tornava-se o símbolo de verdade que os autores procuravam espelhar na sua obra. Embora Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia tenham beneficiado desse viver pessoal, foi através de outras fontes orais e escritas, outras experiências, que os cronistas completaram o seu registo. João de Barros, por exemplo, não precisou de atravessar os

mares do Índico para organizar e compilar toda a informação para a elaboração da sua *Ásia*.

Aliado ao valor da experiência associa-se o valor histórico e pedagógico que cada cronista intenta alcançar com a sua obra. O momento único que se vivia de descoberta do mundo e do homem e as teorias que a cada instante se desafiavam, transformavam a sociedade e o indivíduo. Portugal participava e era obreiro dessa construção do mundo e do homem novo. Era fundamental guardar memória das grandiosas façanhas do povo português, dos seus grandes feitos para conhecimento dos nossos e de todos os povos, dos contemporâneos e dos futuros, cabendo, em primeiro lugar, aos príncipes, o dever de conhecer a história da nação para melhor defender o reino. Apoiados pela Antiguidade Clássica, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia evidenciavam o novo olhar sobre o mundo e as grandes obras dos portugueses no espaço oriental, concebendo e contribuindo para o conhecimento do Homem que renascia na Europa, conjugando herança e novidade.

Depois de analisados os capítulos relativos ao descobrimento do Brasil nos relatos dos três autores, percebemos que também eles recorrem a descritores semelhantes aos utilizados pelos primeiros testemunhos do encontro para representar as terras e as gentes descobertas, mas tal como os primeiros, também Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia vão marcar os seus registos pela maior ou menor descrição dependendo da leitura pessoal que fazem do encontro. Concluimos que é Gaspar Correia quem mais pormenorizadamente descreve a passagem por Santa Cruz. Diríamos mesmo que existe uma certa aproximação textual entre a sua narrativa e a dos primeiros depoimentos. O autor das *Lendas da Índia* insere não só informações sobre o espaço brasileiro mas principalmente sobre o homem e tudo o que aqueles breves dias permitiram perceber com o primeiro olhar. Gaspar Correia parece também ele ser testemunha do primeiro encontro. O seu olhar acompanha a viagem, o percurso de quem vê do mar e aos poucos vai penetrando pelo interior da terra, revelando uma narrativa que se particulariza à medida que aumenta a permanência. É nessa perspectiva que descreve a

terra e o índio, partindo do geral para o particular e acrescentando, aos poucos, outras referências como o vestuário, a alimentação ou as suas habitações.

Bem diferente é o discurso de Fernão Lopes de Castanheda. A sua representação do espaço brasileiro é generalizada e mesmo sobre os seus habitantes não há qualquer detalhe. O autor limita-se a situar geograficamente a terra pois esta era já conhecida, segundo ele próprio confirma, razão pela qual não lhe interessava perder-se em detalhes sem novidade. Por outro lado, parece-nos aceitável pensar que se o objetivo do autor era descrever a história do descobrimento e conquista da Índia, a descoberta do Brasil não se inseria nesta narração, sendo apenas importante registar aquela passagem na medida em que se incluía num percurso com destino à Índia.

O autor da *Asia...dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* encontra-se numa posição intermédia face à objetividade discursiva de Fernão Lopes de Castanheda e à subjetividade de Gaspar Correia. A caracterização da terra fica centrada na sua localização geográfica e o brasileiro é descrito pelo que de único surgia aos olhos de quem os vira: a cor da pele e o cabelo como os guineenses e a nudez do corpo. Será, contudo, pela perspetiva religiosa que a personalização do discurso de João de Barros será visível. Embora informe que noutra parte da sua história mencionará com maior detalhe a terra de Santa Cruz, João de Barros não se absteve de registar a novidade daquele encontro uma vez que foi numa viagem com destino à Índia, que aquele território foi descoberto.

No confronto entre as narrativas em análise fomos encontrando algumas divergências na revelação dos factos, ora pela disparidade das informações, ora pela ausência delas. A revelação da data em que foi vista a terra de Vera Cruz, a tomada dos dois índios em terra para serem levados à nau capitânia, a indicação do capitão a quem foi dada a ordem de regressar a Portugal e informar D. Manuel da terra descoberta ou o envio de índios nessa viagem foram alguns dos pontos de desacordo entre alguns dos autores. A designação do nome da terra ou as celebrações eucarísticas ou, ainda, o valor comercial ou religioso que os cronistas retiram daquela descoberta são outros indicado-

res das divergências autorais. Mas, para além das divergências factuais, encontramos também muitas semelhanças sobretudo entre a narrativa do piloto anónimo e a *Historia do Descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* o que nos faz supor sobre a possível utilização da *Relação* do piloto anónimo como fonte para o registo histórico de Fernão Lopes de Castanheda. O acesso à *Relação* podia ter feito através das obras de Montalboddo ou Ramúcio já divulgadas à época em que o cronista preparava a sua obra.

A necessidade de registar por escrito o que de inédito surgia diante dos olhos, do diferente face ao conhecido, acompanhou a abertura dos mundos onde se revelavam os espaços, as gentes, esse *outro* que não se sabia existir. Os primeiros registos do encontro com o espaço brasileiro refletem também essa curiosidade e a vontade de conhecer o *outro*, de o posicionar face ao conhecido. Cada autor, cumprindo com a sua função e o seu objetivo de escrita, procurou os indícios necessários para uma primeira descrição do território e dos seus habitantes e daí que tenhamos verificado todo um conjunto de descritores que revelavam o que de necessário era importante descobrir. Foi nessa descrição da novidade que compreendemos que ao mesmo tempo que a experiência do primeiro encontro com o Brasil contribuía para abalar as teorias vigentes que defendiam a inabitabilidade da terra parecia perseguir o mito do paraíso terrestre.

Na descrição da terra descobrem-se símbolos paradisíacos que aproximavam Vera Cruz de um paraíso terreal. A graciosidade da terra era o cenário no qual viviam homens bons, sem malícia, em perfeita harmonia com a natureza, num estado inicial de civilização. Descobrimos, então, duas dimensões na forma como foi visto o *outro* brasileiro e como *outro* e *eu* se relacionaram. Por um lado, as diferenças biológicas que valorizavam o *outro* civilizacional, por outro, as diferenças culturais que incidiam sempre na superioridade do europeu e mostravam que ainda que aceite, o *outro* não deixava de ser inferior.

As crónicas da expansão também traçaram esses mundos novos mas não consideramos que a descrição da novidade fosse o seu propósito nuclear. O seu objetivo era escrever a História, por isso o importante era sinalizar os factos que valorizavam a

nação. É por essa razão que vemos esboçado o descobrimento do Brasil numa viagem com destino à Índia. Este acontecimento, por si só, era já revelador do poder de Portugal no mundo porque sozinho tinha descoberto uma outra parte do orbe. A experiência de quem tinha vivenciado aquele encontro era a prova que os cronistas precisavam para a veracidade do discurso. O homem e o espaço brasileiro foram revelados à medida dos acontecimentos e na proporção desejada do autor. A voz autoral ditava a pessoalização do discurso. De Santa Cruz não se vê o paraíso mas mantém-se a diferença cultural entre o *outro* e o *eu* e a sua aceitação e compreensão.

A função histórica das crônicas alia-se ao projeto instrutivo e memorativo também desenhado pelos autores na preparação da sua obra. Era preciso guardar a memória dos factos, para que estes perdurassem e sobrevivessem ao tempo, para que o passado fosse conhecido de todos e servisse de ação no futuro. A evocação do passado partia do apelo às memórias de quem tinha experienciado o encontro com a novidade. Memórias individuais que para além de representarem a personalidade do indivíduo, espelhavam o seu tempo social. As crônicas tornavam-se, então, uma representação da memória coletiva.

Ao longo do nosso trabalho, procuramos encontrar as vozes que testemunharam o encontro com Vera Cruz e aqueles que desse momento fizeram história. Identificamos a forma que cada um utilizou para transmitir a sua vivência num espaço ignorado do mundo. Foi sem dúvida Pêro Vaz de Caminha quem conseguiu transpor para a escrita o fascínio do encontro com o outro, mas, como vimos esse foi exatamente o seu objetivo principal: relatar as gentes e a sua terra. Ficou claro que o propósito final de cada autor condicionou ou, se quisermos, moldou o registo escrito. Mestre João queria ilustrar o céu, o piloto anónimo, a viagem. Os seus olhares permitiram que tivéssemos hoje uma visão completa do encontro. Desde a partida até ao regresso, a viagem completa-se.

A permanência breve no território foi também determinante na construção da imagem sobre o *outro*. Não foi possível, ainda que Pêro Vaz de Caminha o tivesse tentado, compreender o índio brasileiro na sua totalidade. Nem todos os referentes civiliza-

cionais seriam descodificados naquele primeiro olhar nem o seriam pela voz de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia. No seu percurso rumo ao Oriente apenas cabia sinalizar o encontro brasileiro, a grande novidade de se encontrar uma terra e gente nova.

As obras de Pêro Vaz de Caminha, Mestre João e piloto anónimo ilustram um primeiro olhar sobre a Terra de Vera Cruz e Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia, narram um primeiro olhar histórico sobre esse encontro. A partir dos seus testemunhos também nós procuramos descobrir esse mundo novo, a verdade descrita pelo olhar autoral. Mostramos como as suas vozes se interligaram e permitiram reconstruir um dos grandes momentos históricos da nossa nação. Também nós, elementos conetores entre dois mundos, o nosso e o de Quinhentos, procuramos dar um pequeno passo para descobrir os olhares do experienciado. Muitas dúvidas se mantêm e que esperamos poder continuar a esclarecer e desvendar. O nosso olhar é também o primeiro sobre a terra de Vera Cruz. Quem era realmente o piloto anónimo? Que outros olhares revelam a importância da permanência espacial para a compreensão do outro civilizacional? Que outros testemunhos terão usado os cronistas em estudo para revelar o encontro com Santa Cruz, já que nos deparamos com algumas divergências no olhar? De que forma outras crónicas da expansão revelaram este encontro de mundos? Poderão ser estas perguntas o ponto de partida para outras investigações, outros olhares. Quem sabe nossos?

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES IMPRESSAS

ALBUQUERQUE, L. (1986). *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

BARROS, J. (1988). *Ásia (...) dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente- Primeira Década*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

CASTANHEDA, F. (1554). *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Livro Primeiro. João Barreira e João Alvarez. Acedido em 15, março, 2012 em [http://purl.pt/15294/2/res-425-1-v/res-425-1-v\\_item2/res-425-1-v\\_PDF/res-425-1-v\\_PDF\\_24-C-R0150/res-425-1-v\\_0000\\_rosto-CCII\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/15294/2/res-425-1-v/res-425-1-v_item2/res-425-1-v_PDF/res-425-1-v_PDF_24-C-R0150/res-425-1-v_0000_rosto-CCII_t24-C-R0150.pdf).

CORREIA, G. (1858). *Lendas da Índia*. Acedido em 20, março, 2012 em [http://purl.pt/12121/4/var-2325/var-2325\\_item4/var-2325\\_PDF/var-2325\\_PDF\\_01-B-R0300/var-2325\\_0000\\_capa-capa\\_t01-B-R0300.pdf](http://purl.pt/12121/4/var-2325/var-2325_item4/var-2325_PDF/var-2325_PDF_01-B-R0300/var-2325_0000_capa-capa_t01-B-R0300.pdf).

HERCULANO, A. & VELHO, A. (1861). *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama em MCCCCXCVII*. Lisboa: Imprensa Nacional. Acedido em 13, abril, 2013, em [http://books.google.pt/books?id=POQJM6qkloC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=POQJM6qkloC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).

MALDONADO, M. (1985). *Relação das Nãos e Armadas da Índia, com os sucessos dellas que se puderam saber, Para Noticia e instrução dos curiosos, e amantes da História da Índia*, (British Library, Códice Add. 20902), Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.



VELHO, A. (1812). Viagem de Pedro Álvares Cabral. Em *Collecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses, ou que lhe são visinhas*, (vol.II). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.

## OBRAS GERAIS

ALBUQUERQUE, A. (1991). *A História dos Descobrimentos e da Expansão*. Em Revista Ler História. nº 21. pp 79-84. Lisboa: ISCTE.

ALBUQUERQUE, L. (1994). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. (vol.I). Lisboa: Círculo de Leitores.

ALMEIDA, A. (1997). *A Formação do discurso científico no Portugal das Descobertas entre fins do século XV e meados de Quinhentos*. Em Mare Liberum, nº13. pp.11-39. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

ANDRADE, A. (1972). *Mundos Novos no Mundo, panorama de difusão, pela Europa, de notícias dos descobrimentos geográficos portugueses*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

AVELAR, A. (2000). *Da Ars Historica- A cronística portuguesa da Expansão no confronto com a alteridade*. Lisboa: Universidade Aberta.

AVELAR, A. (2002). *A Cronística Portuguesa da Expansão- Modelos e práticas discursivas- Narrativas de um poder em questão*. Em Colóquio Internacional Discursos de Legitimação. Lisboa: Universidade Aberta, 2002, acessado a 5, dezembro, 2012 em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1556/1/ComAPAVelar.htm>.

AVELAR, A. (2003). *Visões do Oriente: Formas de sentir no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Edições Colibri.

AVELAR, A. (2003a). *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*. Lisboa: Universidade Aberta.

AVELAR, A. (2005). *Da História e da Literatura: Percursos de uma Expansão*. Em Colóquio Literatura e História: para uma prática interdisciplinar, 1, atas, Lisboa: Universidade Aberta, pp.339-346, acedido a 10, agosto, 2012 em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/325>.

BARROS, J. (2005). *Os campos da História no Século XX*. Em Revista Ler História. nº49. pp. 77-104. Lisboa: ISCTE.

BARRETO, L. (1983). *Descobrimento e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

BARRETO, L. (1990). *Portugal na Abertura do Mundo*. Lisboa: CNCDP.

BEAUJOUAN, G. (1971) *L'Astronomie dans la Péninsule Ibérique à la fin du Moyen Âge*. Em Revista da Universidade de Coimbra, nº 24. pp13-32. Coimbra: Universidade de Coimbra.

BOXER, C. R. (2001). *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições Setenta.

BRAUDEL, F. (1996). *Écrits sur l'Histoire*. Paris: Champs Flammarion.

CARDOSO, L. (2012). *Guia para o estudo da História do Brasil colónia*. UFF. Rio de Janeiro.

CARVALHO, J. (1983). *À la Recherche de la Spécificité de la Renaissance Portugaise*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian: Centre Cultural Portugais.

CASTRO, A. (1991). *O Panorama Historiográfico Português na Actualidade*. Em Revista Ler História. nº22. pp 135-140. Lisboa: ISCTE.

CATROGA, F. (2001). *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto.

CATROGA, F. (2003). *Caminhos do fim da História*. Coimbra: Quarteto.

CHAVES, A. (1970). *Formas de Pensamento em Portugal no Século XV*, Lisboa: Livros Horizonte.

Comissão Executiva dos Centenários. (1940). Publicações 9. Congresso do Mundo Português. (VII Congresso). *Memórias e comunicações apresentadas ao congresso Luso-Brasileiro de História*. Tomo I, I secção. Do descobrimento à ocupação da costa. Lisboa: Secção de Congressos.

COELHO, A. (1991). *História Moderna em Portugal, a investigação nos últimos 15 anos em ou (s) em jeito de balanço*. Em Revista Ler História, nº21. pp. 46-58. Lisboa: ISCTE.

CORTESÃO, J. (1983). *L'Expansion des Portugais dans l'Histoire de la Civilization*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CORTESÃO, J. (1993). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

CORTESÃO, J. (1993a). *L'Expansion des Portugais dans l'Histoire de la civilization*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

COUTO, J. (1995). *A Construção do Brasil*. Lisboa: Edições Cosmos.

FLORES, F. (2006). *Expansão portuguesa, expansões europeias e mundos não – europeus na época moderna: o estado da questão*. Em Revista Ler História. nº 50. pp. 23-43. Lisboa: ISCTE.

GARCIA, J. (1983). *Viagens dos Descobrimentos*. Lisboa: Editorial Presença.

GARCIA, J. (2006). *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão (séculos XV a XVII): autores, obras e especializações memoriais*. Dissertação de Doutoramento em História. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GIL, F. & MACEDO, H. (1998). *Viagens do Olhar- Retrospeção, visão e profecia no Renascimento Português*. Porto: Campo das Letras.

GODINHO, V. (1994). *O Papel de Portugal nos Séculos XV-XVI Que significa Descobrir? Os Novos Mundos e um Mundo Novo*. Lisboa: Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

GODINHO, V. (1991). *Os Descobrimentos e a economia mundial*. (vol.I). Lisboa: Editorial Presença.

GODINHO, V. (2000). *Le divisement du monde, de la pluralité des espaces à l'espace global de l'humanité- XV<sup>ème</sup> - XVI<sup>ème</sup> siècles*. Lisboa: Instituto Camões.

JOHNSON, S. & Silva, M. (coord.). (1992). O Império Luso- Brasileiro 1500-1620. Em *Nova História da Expansão Portuguesa*. SERRÃO, J & Marques A. (dir.). (vol.VI). Lisboa: Editorial Estampa.

LEITE, D. (1956). *História dos Descobrimentos-colectânea de esparsos*. (vol. I). Lisboa: Edições Cosmos.

LOPES, M. (1987). *Os descobrimentos portugueses e os novos horizontes do saber nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII*. Em Revista ICALP. pp. 1-13. Retirado a 10 outubro de 2012 em <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/horizontes.pdf>.

LOPES, M. (1998). *Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas. Para uma iconografia dos Descobrimentos*. Lisboa: Quetzal.

LOPES, M. & HANENBERG, P. (2000). *A Herança Clássica, os Descobrimentos Portugueses e o Humanismo Alemão*. Em Mathésis. nº 13. pp. 291-302. Viseu: Universidade Católica Portuguesa: Faculdade de Letras. Retirado a 10, outubro 2012 em <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/9028>.

LOPES, M. (2000a). *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa*. Em *Mathésis*. nº 9. pp.223-241. Viseu: Universidade Católica Portuguesa: Faculdade de Letras. Retirado a 10, outubro de 2012 em <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8914>.

LOPES, M. (2002). *Da descoberta ao saber: os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. Viseu: Passagem Editores. Retirado em 11, outubro de 2012 em <http://clientes.netvisao.pt/phanenbe/passagem/cont%20marilia.htm>. (documento parcialmente disponível).

LOPES, M. (2002a). *As viagens marítimas e a arte das imagens*. Em *Os Descobrimentos Portugueses nas Rotas da Memória*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa. Retirado a 10, outubro 2012 em <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/10287>.

LOUREIRO, R. (1999). Visões da Ásia- (séculos XVI e XVII). Em *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens- Estudos e Bibliografias*. pp.337-353. Coordenação Fernando Cristóvão. Lisboa: Edições Cosmos e Centro de Literatura e Expressão Portuguesa.

LOUREIRO, R. (2002). *A Memória do Passado Imperial Português*. Em *Debate y perspectivas*. n.2. p.75-97. Retirado a 7, setembro 2012 da base de dados do Dialnet.

MOLLAT, M. (1984). *Les Explorateurs du XIII<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle- premiers regards sur des mondes nouveaux*. Paris: J.C.Lattès.

MORISON, S. (1940). *As viagens Portuguesas à América*. Lisboa: Editorial Teorema.

PINTO, J. (1989). *A viagem: memória e espaço: A literatura Portuguesa de viagens, os primitivos relatos de viagem ao Índico, 1497-1550*. Cadernos da Revista de História Económica e Social 11-12, Lisboa: Sá da Costa.

SANTOS, C. (1998). *Expansion y descubrimientos portugueses: problemática y líneas de investigación*, Em *Cuadernos de Historia Moderna*. nº20. p111-128. Madrid. Acedido a 7, setembro 2012 da base de dados do Dialnet.

SEIXO, M. (org.).(1998). *Poéticas da viagem na Literatura*. Lisboa: Edição Cosmos.

SEIXO, M. & Abreu, G. (1998). *Les récits de voyages, typologies, historicité*. Lisboa: Edições Cosmos.

SERRÃO, J. & Marques, A. (1992). *Nova História da Expansão Portuguesa- O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*. (vol.VI). Lisboa: Editorial Estampa.

TODOROV, T. (1987). *La custión del otro*. Madrid: Siglo Veintiuno editores.

XAVIER, A. (2000) *Tendências na Historiografia da Expansão Portuguesa- reflexões sobre os destinos da história social*, Em Revista Penélope, nº22. pp. 141-179.

## **ESTUDOS ESPECIALIZADOS**

ABREU, C. (1999). *O Descobrimento do Brasil*, São Paulo: Martins Fontes Editores.

ALBUQUERQUE, L. (dir.). (1989). *Tratado de Tordesilhas e outros documentos*. Lisboa: Publicações Alfa.

ALBUQUERQUE, L. & Ferronha, A. & Horta, S. & Loureiro, L. (1991). *O Confronto do Olhar- o encontro dos povos na época das navegações portuguesas*. Lisboa: Editorial Caminho.

ANDRADE, A. (1970). *As incorreções da carta de Pêro Vaz de Caminha*. Separata da revista STVDIA, nºs 30 e 31, pp. 57-69. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

AVELAR, A. (2005). *A língua vernacular como instrumento de poder no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Universidade Aberta, acedido a 15, janeiro de 2013 em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/335>.

BEAUJOUAN, G. (1969). *L'Astronomie dans la Péninsule Ibérique à la fin du Moyen Âge*. Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar.

CARVALHO, J. (1974). *La traduction Espagnole de «de situ orbis» de Pomponius Mela par maître Joan Faras et les notes marginales de Duarte Pacheco Pereira*. Estudos da cartografia antiga, 15. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

CARVALHO, J. (1981). *O Descobrimento do Brasil através dos textos*, (2 vols). Brasil: São Paulo.

CARVALHO, J. (2000). *Ciência e alteridade na Literatura de Viagens- Estudos de processos retóricos e hermenêuticos*, Lisboa: Edições Colibri.

CARVALHO, M. (2009). *Gaspar Correia e dois perfis de governador: Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira- Em busca de uma causalidade*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares. Lisboa: Universidade Aberta.

CORTESÃO, J. (1941). *O carácter Lusitano do Descobrimento do Brasil*. Lisboa: Editorial Império, (conferência realizada em 3 de maio no Liceu Literário Português, Rio de Janeiro).

CORTESÃO, J. (1994) *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

CORTESÃO, J. (2000). *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

COSTA, A. (1968). *Os sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

COSTA, A. (1983). *A marinharia dos Descobrimentos*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

COUTO, J. (2000). *A Gente da Terra*. Em Revista Camões. vol.8. pp.8-22. Lisboa: Instituto Camões.

CRISTÓVÃO, F. (2002). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens- Estudos e Bibliografias*. Lisboa: Almedina.

CRUZ, A. (1941). *Pêro Vaz de Caminha, Cidadão do Porto- novas achegas para a história da sua família*, separata do “boletim Cultural” da Câmara Municipal do Porto (Vol. IV- FACS II e III), Porto.

DIAS, M. (dir.). (1921). *História da Colonização do Brasil*, edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil, Porto: litografia nacional.

DOMINGUES, F. (1990). *Colombo e a política de sigilo na historiografia portuguesa*., Em Revista Mare Liberum nº1. pp 105-116. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

DOMINGUES, F. (2008). *Navios e viagens, a experiência portuguesa nos séculos XV a XVIII*. Lisboa: Tribuna da História.

FALCÃO, A., Nascimento, M. & LEAL M. (org.) (1997). *Literatura de Viagem- narrativa, história, mito*. Lisboa: Edição Cosmos.

GARCIA, J. (org.). (2000). *O Descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GARCIA, J. (2001). *Pedro Álvares Cabral e a primeira viagem aos quatro cantos do mundo*. Lisboa: Círculo de leitores.

GREENLEE, W. (1951). *A viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia*. Porto: Livraria Civilização.

GUEDES, M. (1966). *O Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Diretoria de Hidrografia e Navegação.

GUERREIRO, I. (1999) *A revelação da imagem do Brasil (1500-1540)*. Em Revista Oceanos, nº 39, pp.114-126. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.



GUERREIRO, M. (1974). *Carta a el-rei d. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

HOLLANDA, S. (1959). *A Visão do Paraíso*. Rio de Janeiro: J. Olympio.

JOURDIN, M. (1987). *L'altérité, découverte des découvertes*. Em *Voyager à la Renaissance*. pp. 305-318. Actes du Colloque de Tours, dir. CÉARD, J. & Margolin, J. Paris: Maisonneuve.

LACERDA, T. (2006). *Os capitães das Armadas da Índia no reinado de D: Manuel I- uma análise social*, dissertação de mestrado em História e Arqueologia da Expansão e dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

LEIRIA, J. (2003). *No vértice comunicativo da modernidade com a notícia do Brasil de Gabriel Soares de Sousa (1540-1590)*, dissertação de mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, Lisboa: Universidade Aberta.

MENDONÇA, M. & Ventura M. (1999). *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*. Ericeira: Mar de Letras.

METCALF, A. (2005). *Go-betweens and the colonization of Brasil 1500-1600*. USA: University of Texas Press.

PAIS, C. (2002). *Nomear o intérprete-língua*. Em *Revista digital sobre tradução- O língua*, nº1. Acedido a 5, abril 2013 em <http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/01/lingua2b.html>.

PEREIRA, P. (1999). *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro: Lacerda Editores.

PERES, D. (1968). *O Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral- Antecedentes e intencionalidades*. Lisboa: Bertrand.

PINHEIRO, E. (s.d). *Antropónimos- Índia, Gaspar da (1460-?)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FSCH. Acedido a 10, abril 2013 em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1121>.

PINTO, J. (1988). *Houve diários de bordo durante os Séculos XV e XVI?*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

RADULET, C. (1999). *Terra Brasil 1500, a Viagem de Pedro Álvares Cabral, testemunhos e comentários*. Lisboa: Chaves Ferreira.

ROCHA, S. (2011). *Dinâmicas de poder dos intérpretes/língua na Ásia de João de Barros*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares. Lisboa: Universidade Aberta.

SANTOS, I. (2000). *La Découverte du Brésil- Les premiers témoignages choisis & présentés par Ilda Mendes dos Santos (1500-1530)*. Paris: Chandeigne.

SEABRA, J. (2000). *A Descoberta do Outro na Carta de Pêro Vaz de Caminha*. Em Revista Camões. Vol.8. pp.63-71. Lisboa: Instituto Camões.

SEIXAS, M. (2003). *A Natureza Brasileira nas Fontes Portuguesas do Século XVI- Para uma tipologia das grandezas do Brasil*. Viseu: Passagem Editores.

SILVA, M. (1991). *A Historiografia Portuguesa e o Brasil Colonial*. Em Revista Ler História, nº 21. pp 85-92. Lisboa: ISCTE.

SOUSA, T. (1946). *O Descobrimento do Brasil, Estudo crítico de acordo com a documentação histórico-cartográfica e a náutica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

VALENTE, J. (1978). *Duas páginas para El-Rei- A carta de Mestre João*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra- Instituto de História Económica e Social.

VALENTIM, C. (2001). *Mestre João Faras- um Sefardita ao serviço de D. Manuel I*, Em *Caderno de estudos Sefarditas*. nº1. pp. 167-220.

VALENTIM, C. (2007). *Uma família de Cristãos – novos do Entre Douro e Minho: Os Paz*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras.

VITERBO, S. (1902). *Pêro Vaz de Caminha e a primeira narrativa do descobrimento do Brasil: notícia histórica e documental*. Lisboa: Imprensa Casa Real.

## **MATERIAL MULTIMÉDIA**

Avelar, A. (2003). *No discurso da História- o pulsar dos Mares*. (CD-ROM).Lisboa: Universidade Aberta.

## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

### **Os descritores da novidade no encontro com Vera Cruz**

## Quadro sinóptico 1- Os descritores da novidade no encontro com Vera Cruz

Documentos			
Descritores	<i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i> <sup>188</sup>	<i>Relação do piloto anónimo</i> <sup>189</sup>	<i>Carta de Mestre João</i> <sup>190</sup>
Terra	<p>“ [...] topámos alguns sinais de terra [...] os quais eram muita quantidade d’ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho [...]” p.33.</p> <p>“ [...] houvemos vista de terra, isto é, primeiramente d’un grande monte, mui alto e redondo, e d’outras serras mais baixas a sul dele e de terra chã com grandes arvoredos [...]” pp.33-34.</p> <p>“ [...] acharam os ditos navios pequenos um arrecife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada” pp. 36-37.</p> <p>“E passaram um rio, que por aí corre, d’água doce, de muita água, que lhes dava pela braga” p.43.</p> <p>“ [...] ilhéu grande, que na baía está, que de baixa-mar fica mui vazio, mas é de todas as partes cercado d’água, que não pode ninguém ir a ele sem barco ou a nado” p.48.</p> <p>“ [...] passaram-se logo todos além do rio, o qual não é mais ancho que um jogo de mancal” p.54.</p>	<p>“ [...] houvemos vista de terra; com o que tendo todos grandissimo prazer, nos chegámos a ella para a reconhecer, e achando-a muito povoada de arvores, e de gente que andava pela praia, lançámos ancora na embucadura de hum pequeno rio” p.145.</p> <p>“ [...] tem muitas aves de diversas castas, especialmente papagaios de muitas côres, e entre elles alguns do tamanho de gallinhas, e outros passaros muitos bellos, [...] A terra he muito abundante de arvores, e de agoas, milho, inhame, e algodão; e não vimos animal algum quadrupede: o terreno he grande, porém não podémos saber se era Ilha ou terra firme; ainda que nos inclinamos a esta ultima opinião pelo seu tamanho; tem muito bom ar [...] ” p. 147.</p>	<p>“Quanto, señor, al sytyo desta tierra, mande Vosa Alteza traer un napamundj que tjene Pero Vaaz Bisagudo, e por ay podrra ver Vosa Alteza el sytyo desta tierra; en pero, aquel napamunj non çertifica esta tierra ser habytada, o no” p.143.</p> <p>“Ayer casy entedjmos por aseños que esta era ysla, e que eran quatro” (<i>idem</i>).</p>

<sup>188</sup> CAMINHA, P. V. (1974). *Carta a el-rei d. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 31-84.

<sup>189</sup> CORTESÃO, J. (1994) *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp.145-147.

<sup>190</sup> *Idem, ibidem*, pp. 143-144.

Documentos			
Descritores	<i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i>	<i>Relação do piloto anónimo</i>	<i>Carta de Mestre João</i>
Terra	<p>“E depois moveu o capitão para cima, ao longo do rio, que anda sempre a carão da praia [...]” p.57.</p> <p>“Andámos por i vendo a ribeira, a qual é de muita água e muito boa. Ao longo dela há muitas palmas não muito altas, em que há bons palmitos” (<i>idem</i>).</p> <p>“E fomos até uma lagoa grande de água doce, que está junto com a praia, porque toda aquela ribeira do mar é apaulada por cima e sai água por muitos lugares” p.59.</p> <p>“... atravessavam alguns papagaios por essas árvores, deles verdes, e outros, pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece que haverá nesta terra muitos [...] segundo os arvoredos são mui muitos e grandes e d’infíndas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves” p.67.</p> <p>“Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha, que haverá nela bem vinte ou vinte cinco léguas por costa. Traz ao longo do mar, em algumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas e delas brancas, e a terra, por cima, toda chã e muito cheia de arvoredos. De ponta a ponta é toda praia parma, muito chã e muito formosa; pelo sertão nos pareceu do mar muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão a terra e arvoredos, que nos parecia mui longa terra.</p>	<p>“ o peixe que tirão he de diversas qualidades, e entre elle vimos hum, que podia ser do tamanho de um tonel, mas mais comprido, e todo redondo, a sua cabeça era do feitio da de hum porco, os olhos pequenos, sem dentes, com as orelhas compridas: pela parte inferior do corpo tinha varios buracos, e a sua cauda era do tamanho de hum braço; não tinha pés, a pele era da grossura de hum dedo, e a sua carne gorda e branca como a de um porco” p.147.</p>	

Documentos			
Descritores	<i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i>	<i>Relação do piloto anónimo</i>	<i>Carta de Mestre João</i>
Terra	<p>Nela até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem nenhuma cousa de metal, nem de ferro; [...] A terra, porém, em si, é de muito bons ares, assim frios e temperados como os d'Antre Douro e Minho, porque neste tempo d' agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas, infindas. E, de tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-à nela tudo por bem das águas que tem” pp. 81-83.</p> <p>“Enquanto andávamos nesta mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios por essas árvores, deles, verdes, e outros, pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece haverá nesta terra muitos [...]algumas pombas seixas e parecem-me maiores, em boa quantidade, que as de Portugal. Alguns diziam que viram rolas, mas eu não as vi, mas, segundo os arvoredos são mui muitos e grandes e d'infundas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves”p.67.</p>		



Documentos			
Descritores	<i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i>	<i>Relação do piloto anónimo</i>	<i>Carta de Mestre João</i>
Homem	<p>“ [...] quando o batel chegou à boca do rio, eram ali 18 ou 20 homens, pardos, todos nus, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse suas vergonhas” p.35.</p> <p>“A feição deles é serem pardos, maneira d’ avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma cousa cobrir nem mostrar suas vergonhas” p.37.</p> <p>“ [...] as quais não eram fanadas e as cabeleiras delas bem rapadas e feitas” p.42.</p> <p>“Traziam ambos os beijos de baixo furados e metidos por eles um osso branco [...]” p 38.</p> <p>“Os cabelos seus são corredios e andavam tosquiados de tosquia alta mais que de sobre-pente, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas” p.40.</p> <p>“E andavam aí outros quartejados de cores, isto é: deles a metade da sua cor própria cor e a metade da tintura negra, maneira d’ azulada, e outros quartejados d’ escaques” p.45.</p> <p>“Andava tinto de tintura vermelha pelos peitos e espáduas e pelos quadris, coxas e pernas até baixo; e os vazios com a barriga e estômago eram da sua própria cor. E a tintura era assim vermelha que a água lha não comia nem desfazia; antes, quando saía da água, era mais vermelho” p.51.</p>	<p>“ [...] acharão uma gente parda, bem disposta, com cabellos compridos; andarão todos nus sem vergonha alguma, e cada hum delles trazia aquelle seu arco com frexas [...]” p.145.</p> <p>“ [...] os homens, com já dissemos, são baços, e andão nós sem vergonha, tem os seus cabellos grandes, e a barba pelada; as palpebras e sobancelhas são pintadas de branco, negro, azul, ou vermelho; trazem o beijo debaixo furado, e metem-lhe hum osso grande como hum prégo; outros trazem huma pedra azul ou verde, e assobião pelos ditos buracos [...] ” p.146.</p>	

<b>Documentos</b>			
<b>Descritores</b>	<i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i>	<i>Relação do piloto anônimo</i>	<i>Carta de Mestre João</i>
<b>Homem</b>	<p>“Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho e quartejados assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, pareciam assim bem” p.56.</p> <p>“Trazia este velho o beijo tão furado, que lhe caberia pelo furado um grã dedo polegar. E trazia metido no furado uma pedra verde, ruim, que çarrava por fora aquele buraco” p.57.</p> <p>“Abasta que até aqui, como quer que se eles em alguma parte amansassem, logo duma mão para a outra se esquivavam, como pardais de cevadoiro; e homem não lhes ousa falar de rijo por se mais não esquivarem. [...] de que tiro ser gente bestial e de pouco saber e por isso são assim esquivos” p.59-60.</p> <p>“Eles, porém, com tudo, andam muito bem curados e muito limpos [...] os corpos seus são tão limpos e tão gordos e tão formosos, que não pode mais ser [...] e o ar a que se criam os faz tais” p.60.</p> <p>“Neste dia os vimos de mais perto e mais à nossa vontade, por andarmos todos quase misturados, e ali eles andavam daquelas tinturas quartejados, outros de metades, outros de tanta feição, como em panos d’armar, e todos com os beijos furados e muitos com os ossos neles e deles sem ossos.” pp. 62-63.</p>		

Documentos			
Descritores	<i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i>	<i>Relação do piloto anônimo</i>	<i>Carta de Mestre João</i>
Mulher	<p>“Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos, pelas espáduas; e suas vergonhas tão altas e tão çarradinhas e tão limpas de cabeleiras [...]” p 45.</p> <p>“E uma daquelas moças era toda de tinta, de fundo a cima, daquela tintura, a qual, certo, era tão bem feita e tão redonda a sua vergonha” p.46.</p> <p>“Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres moças, assim nuas que não pareciam mal, entre as quais andava uma com uma coxa, do joelho até ao quadril e a nádega, toda tinta daquela tintura preta e o resto todo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas e também os colos dos pés” p. 56.</p> <p>“E suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas que não havia aí nenhuma vergonha. Também andava aí outra mulher moça com um menino ou menina ao colo, atado com um pano não sei de quê aos peitos, que lhe não apareciam senão as perninhas, mas as pernas da mãe e o resto não traziam nenhum pano” (<i>idem</i>)</p>	<p>“ [...] as mulheres andão igualmente nuas, são bem feitas de corpo, e trazem os cabellos compridos.” p.146.</p>	

<b>Documentos</b>			
<b>Descritores</b>	<i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i>	<i>Relação do piloto anónimo</i>	<i>Carta de Mestre João</i>
Vestuário	“ [...] cheio de penas, pegadas pelo corpo [...] outros traziam carapuças de penas amarelas e outros de vermelhas e outros de verdes [...] e um pano de penas de muitas cores, maneira de tecido assaz formoso [...] ” p.65.	“ [...] andavam todos nós sem vergonha alguma [...]” p.145.  “ [...] pássaros muito belos, das pennas dos quaes fazem os chapéos e barretes de que uzão” p.147.	
Alimentação	“ [...] e que assim os achavam e que lhes davam de comer daquela vianda que eles tinham, a saber: muito inhame e outras sementes, que na terra há, que eles comem” pp.64-65.  “ [...] nem comem senão desse inhame que aqui há muito e dessa semente e fruticos que a terra e as árvores de si lançam” p.74.	“ [...] e huma raiz chamada inhame, que he o pão de que alli uzão, e algum arroz [...] p. 146.  “ [...] são grandes pescadores; o peixe que tirão he de diversas qualidades [...] p.147.	
Religião	“Parece-me gente de tal inocência [...] porque eles não têm nem entendem em nenhuma crença, segundo parece” p.72.  “ [...] esta gente não lhes falece outra cousa para ser toda cristã que entenderem-nos, [...] por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm” p.80.		

<b>Documentos</b>			
<b>Descritores</b>	<i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i>	<i>Relação do piloto anônimo</i>	<i>Carta de Mestre João</i>
Habitação	<p>“ [...] E isto me faz presumir que não têm casas nem moradas em que se acolham” p. 60.</p> <p>“Disse ele [Afonso Ribeiro] que não vira lá entre eles senão umas choupaninhas de rama verde e de fetos muito grandes, como d’Antre Doiro e Minho” p.61.</p> <p>“ [...] foram bem uma légua e meia a uma povoação de casas, em que haveria nove ou dez casas, as quais diziam que eram compridas cada uma como esta capitana. E eram de madeira, e das ilhargas, de tábuas, e cobertas de palha; de razoada altura e todas em uma só casa, sem nenhum repar-timento. Tinham dentro muitos esteios e d’esteito a esteio uma rede, atada pelos cabos em cada esteio, altas, em que dormiam, e, debaixo, para se aquentarem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma em um cabo e outra no outro” pp. 63-64.</p>	<p>“ As suas casas são de madeira, cobertas de folhas e ramos de arvores, com muitas colunas de páo pelo meio, e entre ellas e as paredes prégão redes de algodão, nas quaes póde estar hum homem; e de cada huma destas redes fazem um fogo, de modo que n’huma só casa póde haver quarenta ou sincoenta leitos armados a modo de teares” p.146.</p>	
Sociedade	<p>“ [...] tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e dançar um pedaço” p.50.</p> <p>“E, tanto que o capitão fez tornar todos, vieram alguns a ele, não por o conhecerem por senhor, cá me parece que não entendem nem tomam disso conhecimento” p.55.</p>		

<b>Documentos</b>			
<b>Descritores</b>	<i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i>	<i>Relação do piloto anónimo</i>	<i>Carta de Mestre João</i>
Sociedade	<p>“E diziam que, em cada casa, se acolhiam trinta ou quarenta pessoas” p.64.</p> <p>“ [...] eles não têm cousa que de ferro seja e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau, entre duas talas mui bem atadas [...] ” p.66.</p> <p>“Esta gente é boa e de boa simplicidade e imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar” p72.</p> <p>“Eles não lavram, nem criam, nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem nenhuma outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens; nem comem senão desse inhamo que aqui há muito e dessa semente e frutos que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto com tanto trigo e legumes comemos.” p.74. “[...] Assim, Senhor, que a inocência desta gente é tal, que a d’Adão não seria mais quant’a em vergonha.” p.81.</p>	<p>“ [...] e vimos daqueles mesmos homens, que andavam pescando nas suas barcas [...]” p.146.</p> <p>[...] naturaes, que bailavão, e tangião nos seus instrumentos; [...] e aquelles homens entravão no ar até aos peitos cantando e fazendo muitas festas e folias “ (<i>idem</i>).</p> <p>“ [...] pelo que fomos todos a terra, e os naturaes vierão conosco para ajudar-nos” (<i>idem</i>).</p> <p>“ [...] n’huma só casa póde haver quarenta ou cinquenta leitões armados a modo de teares.[...] (<i>idem</i>).</p> <p>“ Nesta terra não vimos ferro nem outro algum metal, e cortão as madeiras com humas pedras” (<i>idem</i>).</p> <p>“ [...] os homens uzão de redes, e são grandes pescadores; [...]”p.147.</p>	

<b>Documentos</b>			
<b>Descritores</b>	<i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i>	<i>Relação do piloto anónimo</i>	<i>Carta de Mestre João</i>
Guerra	<p>“Traziam arcos nas mãos com suas setas” p.35.</p> <p>“E um deles trazia um arco e 6 ou 7 setas. E na praia andavam muitos com seus arcos e setas e não lhes aproveitavam” p.37.</p> <p>“Os arcos são pretos e compridos e as setas compridas e os ferros delas de canas aparadas [...]” p.68.</p>	<p>“ [...] cada hum deles trazia aquelle seu arco com frexas, como quem estava alli para defender aquelle rio [...]” p.145.</p>	<p>“ [...] e que de otra ysla vynen aqui almadias a pelear con ellos, e los llevan catjvos” p.143.</p>
Céu			<p>“ [...] Solamente mando a Vosa Alteza como estan situadas las estrellas del [...] estas guardas nunca se esconden; antes sempre andan en derredor, sobre el horizonte, [...] e estas estrelas, principalmente las de la crus, son ggrandes, casy como las del carro; e la estrella del polo antartyco, o sul, es pequena, como la del norte, e muy clara; e la estrella que esta en rriba de toda la crus es mucho pequena [...]” p.144.</p>

## **ANEXO II**

### **Os descritores da novidade do espaço brasileiro na cronística da Expansão**



## Quadro sinóptico 2 – Os descritores da novidade do espaço brasileiro na cronística da Expansão

Documentos			
Descritores	<i>História do Descobrimento e conquista da Índia</i> de F. Lopes de Castanheda	<i>Ásia</i> de João de Barros	<i>Lendas da Índia</i> de Gaspar Correia
Terra	<p>“ [...] foy vista terra e q era outra costa oposta á de Africa e demoraua a loeste [...]” fl. lxiiii.</p> <p>“ [...] algũs portuguezes forã ver as suas povoações, e virão a terra muyto viçofa daruoredo/ e frejca com muytas agoas/ e de muyto algodão/ [...]” (<i>idem</i>).</p> <p>“ [...] foy visto hũ peixe que hu mar deitou fora, q era da grossura dum tonel/ e era de cõprimẽto de três varas e meia, e era redondo, tinha a cabeça e os olhos como de porco/ e as orelhas Dalifante, não tinha dentes, e tinha rabo do cõprimẽto dũ cavalo [...]” (<i>idem</i>).</p>	<p>“ [...] foy dar em outra cósta de terra firme: a qual segundo a estimaçam dos pilotos lhe pareceo q podia distar pera aloeste da cósta de Guinné qu’tro centos cinquẽta leguoas, e em altura do polo antartico da parte do sul dez grãos. [...] q os mais dos pilotos se afirmãũ fer algũa grande jlha [...]” p.173.</p> <p>“ [...] chegaram a hũ porto de muy bom furgidoiro, que os seguro do tempo que leuãũam, ao qual por esta razam Pedralvarez pos o nome q óra tẽ, que é porto seguro” (<i>idem</i>).</p>	<p>“ [...] A Capitania [...] houve vista de terra a barlaento [...] e a descobrindo, que era grande costa, terra noua, que nunca fora vista, e sendo perto, correndo ao longo della, virão grandes arvoredos pola fralda do mar e por dentro grandes montes e serranias, e muytos rios largos, e grandes enseadas; e sendo já tarde virão huma grande baya [...]” p. 151.</p> <p>“ [...] d’aves de muytas cores, muy fermosas que havia na terra, e mormente papagayos, tamanhos como patos, com penas de muytas cores [...]” (<i>idem</i>).</p> <p>“ [...] A mor parte do arvoredo era de hum páo vermelho, que deitado n’agoa fazia vermelho muyto bom [...]” (<i>idem</i>).</p>
Homem		<p>“ [...] virã ao longo da praya muyta gente nua, nam préta e de cabelo torcido como a de Guine: mas toda de cor báça, e de cabelo comprido e corredio, e a figura do rosto coufa muy nõua. Porque éra tam amaõõado, e sem a comum semelhança da outra gente que tinha visto [...]” p.173.</p>	<p>“ [...] havia gente branca bestial, nũs, sem nenhum cobrimento de suas vergolhas, assi homens como molheres” p.151.</p> <p>“ [...] gente mansa que nom fogio, nem fazião mal [...]” (<i>idem</i>).</p> <p>“ [...] gente toda branca, e os rostros largos, e narizes largos e baixos como de Jáos [...]” p.152.</p>

<b>Documentos</b>			
<b>Descritores</b>	<i>História do Descobrimento e conquista da Índia</i> de F. Lopes de Castanheda	<i>Ásia</i> de João de Barros	<i>Lendas da Índia</i> de Gaspar Correia
Vestuário			<p>“ [...] alguns homens vestião de fio d’algodão, cobertos de penas d’aves de muytas cores [...]” p.151.</p> <p>“ [...] Não tinhão nas casas nenhum fato [...]” (<i>idem</i>).</p>
Alimentação			<p>“ [...] O mantimento da terra era milho [...]” p. 152.</p>
Habitação			<p>“ [...] e achou pouoações de casas palhoças[...]” p.151.</p> <p>“ [...] Não tinhão nas casas nenhum fato, [...] sómente redes de fio d’algodão atadas polos cabos, que pendorauam e nellas dormião. [...]” (<i>idem</i>)</p> <p>“ [...] Hauia muytas povoações [...]” p.152.</p>

Documentos			
Descritores	<i>História do Descobrimento e conquista da Índia</i> de F. Lopes de Castanheda	<i>Ásia</i> de João de Barros	<i>Lendas da Índia</i> de Gaspar Correia
Sociedade			
Religião		<p>“ [...] E naquella barbara térra nũca trilháda de pouo christão [...]” p.174.</p> <p>“ [...] pagão da térra: o qual podemos crer estar ajnda na ley da natureza [...]” (<i>idem</i>).</p> <p>[...] aqllle gentio. [...]” (<i>idem</i>).</p>	
Guerra			<p>“ [...] nem tinhão armas mais que huns arcos grandes como de Ingreses, com frechas de cana, e assi os ferros de cana, compridos e pegados com betume, que fazia peso. [...]” p. 151.</p>

## **ANEXO III**

### **Sinalização dos degredados na viagem cabralina**

## Quadro sinóptico 3 - Sinalização dos degredados na viagem cabralina

Documentos			
Espaço Geográfico	<i>A Carta de Pêro Vaz de Caminha</i>	<i>A Relação do piloto anónimo</i>	<i>Ásia de João de Barros</i>
Brasil	<p>“ E mandou com eles para ficar lá um mancebo degradado, criado de D. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro, para andar lá com eles e saber de seu viver e maneira...” p. 42-43.</p> <p>“ E, naquilo, foi o degradado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e levou-o até lá. E logo o tornaram a nós” p. 44.</p> <p>“ E eles mandaram o degradado e não quiseram que ficasse lá com eles, o qual levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para dar lá ao senhor, se aí o houvesse” p.46.</p> <p>“ ... perguntou [ Pedro Álvares Cabral] mais se seria bom tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza e deixar aqui por eles outros dous destes degredados. [...] A isto acordaram que [...] melhor informação da terra dariam dous homens destes degradados que aqui deixassem do que eles dariam [...]” p.53.</p> <p>“ Mandou o capitão àquele degradado Afonso Ribeiro que se fosse outra vez com eles, o qual foi e andou lá um bom pedaço” p.61.</p> <p>“E o capitão mandou àquele degradado Afonso Ribeiro e a outros dous degradados que fossem andar lá entre eles, [...] e aos degradados mandou que ficassem lá esta noute” p. 63.</p> <p>“ Diego Diis e Afonso Ribeiro, o degradado, a que o capitão ontem mandou que, em toda a maneira, lá dormissem, volveram-se já de noute, por eles não quererem que lá dormissem. E trouxeram papagaios verdes e outras aves pretas [...]” p.68.</p> <p>“ [...] se os degradados que aqui hão-de ficar aprenderem bem a sua fala, não duvido, [...] fazerem-se cristãos e crerem na nossa santa fé [...]” p. 72.</p>	<p>“ Nos dias que aqui estivemos, determinou Pedro Álvares fazer saber ao nosso Serenissimo Rei o descobrimento desta terra, e deixar nella dous homens condenados á morte, que traziamos na Armada para este effeito; [...] Despachado o navio sahio o Capitão em terra, mandou fazer huma Cruz de madeira muito grande, e a plantou na praia, deixando, como já disse, aos dous degradados neste mesmo lugar; os quaes começaram a chorar, e forão animados pelos naturaes do paiz [...]” p.147.</p>	<p>“ [...] E como primicias desta esperança, dalgũuns degredados que yam narmada leixou Pedráluarez aly dous: hũ dos quaes veo depois a este regno e fservia de lingoa naquelas partes[...]” p.174.</p>

Documentos				
Espaço Geográfico	Relação do piloto anónimo	História do Descobrimento e conquista da Índia de F. Lopes de Castanheda	Ásia de João de Barros	Lendas da Índia de Gaspar Correia
S. Lourenço				“Então mandou hum degradado que trazia, porque em todas as naos ElRey mandava degradados para assim aventurarem em terras duvidosas, e mandava ElRey que fossem perdoados á ventura da morte ou vida...” p.154.
Melinde	“ O Capitão mór deixou alli dous homens Portugueses que hião degradados, para ficar hum delles em Melinde, e o outro hir com a não de Cambaya” p. 151.	“ e ele lhe entregou dous degradados para que se enformaſsem do sertão daquela terra ate ho estreito e hum deles foy João machado[...]” fl. lxxvii.	“Neste lugar leixou Pedralvarez dous degradados dos que leuáua, e a cauza de os aquy lançar, éra porque lhe mandava elrey dom Manuel que como fosse nesta costa lexáſse nella algũs dos degradados que leuáua para jrem per terra descobrir o Preste Joam [...] Jto com grandes promeſſas de merce se descobriſsem este principe tam desejado, hũ auia nome Joam machado e o outro Luys de Moura [...] E o que Joam Machado fez foy de mais seruiço delrey naquelle tẽpo que este de Preste que lhe mandavam fazer” p.181.	

<b>Documentos</b>				
<b>Espaço Geográfico</b>	<i>Relação do piloto anónimo</i>	<i>História do Descobrimento e conquista da Índia de F. Lopes de Castanheda</i>	<i>Ásia de João de Barros</i>	<i>Lendas da Índia de Gaspar Correia</i>
Cochim		“ E Pedralvarez mandou logo a terra por feytor da carrega Gonçalo gil barbofa de Santarê/ [...] com quatro degradados que os servuijsem” fl.lxxx.	“[...] Pedrálvarez mandou a térra pera feitorizar a carga: Gonçalo Gil Barbófa pera feitor [...] e os outros eram degradados e homeês da feitoria” p.198.	
Quiloa			“[...] aly acháram Antonio Fernãdez carpinteiro de náos degredádo q Pedrálvarez leixou, e hua cárta sua q lhe enuiou de Mocãbique per hum zambuco de mouros[...]” p.207.	

## **ANEXO IV**

### **Sinalização dos *lingua* na viagem cabralina**



Quadro sinóptico 4 - Sinalização dos lingua na viagem cabralina

Documentos			
Espaço Geográfico	<i>História do Descobrimento e conquista da Índia</i> de F. Lopes de Castanheda	<i>Ásia</i> de João de Barros	<i>Lendas da Índia</i> de Gaspar Correia
Brasil	<p>“ E em terra forão tomados dous homens dos naturais dela q por não se entenderẽ com nhũ dos lingoas que Pedralvarez leuaua os mandou soltar [...]” fl lxiiii.</p>	<p>“Os do batel em quanto Pedráluarez furgia [...] possẽrã se debaixo no mefmo batel e começou hũ negro grumete falar a língua de Guiné, e outros q sabiam algũas paláuras do arauigo, mas eles nẽ á língua nem aos acenos em que a natureza foy comũ a totalas gentes nũca acodirà” p.173.</p> <p>“ [...] E como primicias desta esperança, dalgũuns degredádos que yam narmada leixou Pedráluarez aly dous: hũ dos quáes veo depois a este regno e fservia de lingoa naquelas partes [...] p.174.</p>	<p>“ O Capitão mór deitou o esquife fóra, o que assi fizeram os Capitães [...] o qual mandou Nicolau Coelho [...] e visse se podia hauer fala da gente da terra [...] Nom houve lingoa que os entendesse” p. 151.</p>

Documentos				
Espaço Geográfico		<i>História do Descobrimento e conquista da Índia</i> de F. Lopes de Castanheda	<i>Ásia</i> de João de Barros	<i>Lendas da Índia</i> de Gaspar Correia
Cananor				<p>“ O Capitão mór mandou o feytor a ElRey com lingoa a lhe dizer tudo o que passara com o messageiro de Calecut” p. 179.</p> <p>“Então o Capitão mór mandou com o messageiro a Calecut Diogo d’Azeuedo [...] e com elle quatro homens de seu serviço [...] e com elle o lingoa” p. 180.</p>
Calecute	<p>“ O Rei mandou o salvo conducto, dizendo que qualquer de nós podia sahir em terra: o que visto pelo Capitão mór fez desembarcar logo Affonso Furtado com hum Interpreta, que sabia falar Arabigo, o qual devia dizer a ElRei como estas náos erão de Elrei de Portugal [...]” p.153</p>	<p>“E aſſentado [Pedro Álvares Cabral] deu hũa carta ao lingoa que a deſſe a el rey, que lha madaua el rey dom Manuel eſcrita em lingoa Arabica, e em Portugues, feyta por hũ fidalgo chamado Duarte Galuão” fl. lxix.</p>	<p>“ ... quando veo ao outro dia mãdou Pedráluez recado a elrey per Joam de Sá que ſabia a térra [...] e com elle hũa língua do arauigo” p.182.</p> <p>“ao outro dia enuiu a elle [el rey de Calecut] Aires Correa e Afonso Furtado e Joam de Sá que o acompanháuam, e por lingua Gaspar da India” (<i>idem</i>).</p>	<p>“ [...] e o Vedor da fazenda lhe perguntou se lhe falarão alguma coisa de Calecut. Elle respondeo que nom achara os Capitães seus amigos de primeiro, nem o capitão mór que com elle falára pouco, nada lhe perguntara, porque trazia por lingoa o judeo que cativarão em Angediua, e por isso nom fizera tanta conta nelle” p. 175.</p>

Documentos				
Espaço Geo-gráfico	<i>Relação do piloto anónimo</i>	<i>História do Descobrimento e conquista da Índia</i> de F. Lopes de Castanheda	<i>Ásia</i> de João de Barros	<i>Lendas da Índia</i> de Gaspar Correia
Calecute	<p>“ O Interprete que fallava por nós era Arabe, de modo que não se podia falar ao Rei, sem se meterem Mouros de per-meio, que são huma gente má muito nossa contraria; que a todo o instante usavão de embustes, e nos prohibião que mandássemos ninguém ás náos” p.157.</p>	<p>“ Dada esta carta a el rey foylhe logo lida pelo lingoa” fl.lxxi.</p> <p>“ [...] e mãdou apoufentar Aires Correa e hũas cařas do guzarate auó dos arrefês, a que rogou q fořfe lingoa e corretor Daires Correa, e ho inřtruiřfe no modo de comprar e vender daquela terra” fl.lxxiii</p>	<p>“Elrey como já tinha facilidade com Aires Correa por as vezes que foy a elle, por meyo de Gaspar da Jndia q era o jnterprete fe começou a deřculpar [...]” p. 188.</p>	<p>“ [...] e aly na casa com Elrey estaua Diogo d’Azeuedo, eo lingoa e Elrey os mandou com hum seo Regedor que de sua parte fossem visitar, e dizer que sua vinda fosse boa [...]” p. 184.</p> <p>Ao que tornou a terra Diogo d’Azeuedo com o corretor e lingua, e dado o recado a Elrey mostrou folgar muyto [...]” p.184.</p> <p>“ O Gaspar lingoa estava sempre com o feitor porque sabia tudo falar com os mercadores e fazia as vendas das meudesas que compraua o pouo” p. 192.</p> <p>“ O que o feitor fez saber ao Capitão mór todo o que se passaua, ao que ele mandou a Elrey recado polo lingoa [...] dizendo o lingoa que o Capitão mór se queixava de sua Alteza nom cumprir sua palavra [...]” p. 195.</p>

Documentos				
Espaço Geo-gráfico	Relação do piloto anónimo	<i>História do Descobrimento e conquista da Índia</i> de F. Lopes de Castanheda	<i>Ásia</i> de João de Barros	<i>Lendas da Índia</i> de Gaspar Correia
Calecute				<p>“ O Gaspar lingoa, vendo o mal que se ordenaua, demudou o uestido [...] e uestio huma camiza de mouro Caciz [...] e se meteo em huma almadia pequena [...]. Então contou o aleuantamento que estaua na terra, que hauia de sayr em mal ” p. 199.</p> <p>“Gaspar o língua disse ao Capitão mór: Senhor, eu vos darei hum conselho, [...] lá adiante per esta costa há muytos rios e lugares, e hum rio que tem bom porto em que está hum rey, e tem um Reyno que se chama Cochym, onde ha muyta pimenta e drogas [...] dizendo o lingoa que com o vento que tinhão , em hum dia lá podiam hir [...]” p.209-210.</p>
Cochim		<p>“Chegado Pedralvarez cabral ao porto desta cidade, não quis mandar recado a elrey por Gaspar por recear de não tornar mais, e mandouho por hũ gëtio que se tornara Christão estando em Calicut, e queria ir coele a Portugal, q se chamaua Miguel [...]” fl.lxxx</p>	<p>“O qual lugar [Cochim] é cabeça de hũ reyno a[ssy] chamado, que está abaixo de Calecut cõtra o sul pela mesma cõsta trinta leguas: e nelle segundo Gaspar da Índia afirmava a Pedrálvarez, auia mais pimêta que em Calecut, [...]” p.196.</p>	<p>“ [...] Este recado assi comprido aconselhou o lingoa que mandasse a Elrey, escrito e assinado per elle, porque Elrey tudo já sabia, e vendo que lhe falua a verdade era grande bem pera seu credito” p. 212.</p>

Documentos				
Espaço Geo-gráfico	<i>Relação do piloto anónimo</i>	<i>História do Descobrimento e conquista da Índia</i> de F. Lopes de Castanheda	<i>Ásia</i> de João de Barros	<i>Lendas da Índia</i> de Gaspar Correia
Cochim		“ E Pedralvarez mandou logo a terra por feytor da carrega Gonçalo gil barbofa de Santarê/e por seu efcruão hũ Lourêço moreno, e por lingoa hũ Madeira com quatro degradados que os seruijsem” fl.lxxx.	“Pofo Pedrálvarez em caminho via de Cochij por efa informação que lhe Gaspar da India deu [...] p.196. “ Finalmente sem auer entrelles mais cautelas, mandou elrey quatro pejóas honradas da linhagem dos Brãmanes por arrefeês de nóue pejóas que Pedralvarez mandou a terra pera feitorizar a carga: Gonçalo Gil Barbófa pera feitor, Lourenço Moreno e Bastiam Aluarez por seus efcruões e Gonçalo Madeira de Tangere por língua [...]” p.198.	“ E o escrivão tomou a ola, e a leo, dizendo o lingoa o que a ola falaua, e acabada de ler, o capitão mór com lágrimas de muyto prazer, lhe disse, que pois lhe trazia tão bom recado [...]” p. 215.
Sofala				“ E porque o Capitão mór tinha tomado muyta informação de Çofalla, que era de grande riqueza [...] houve conselho com os capitães, em que se assentou mandar descobrir Çofalla [...] E mandou com Sancho de Toar Gaspar o lingoa, e hum dos pilotos de Melinde que sabia bem o caminho” p. 227.

## **ANEXO V**

### **Ilustrações**

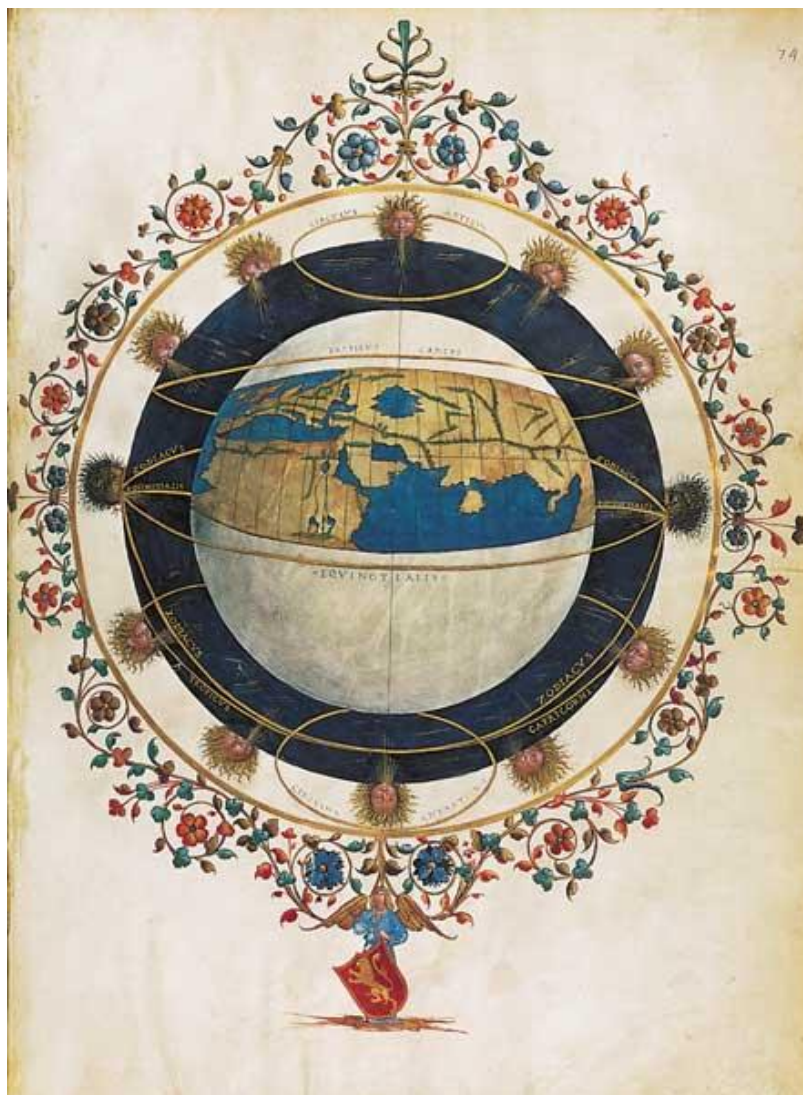


Ilustração 4- O mundo habitado da esfera terrestre.

Ptolomeu, *Cosmografia*, tradução latina de Jacopo d'Angelo. Florença.1465-1470.

Pergaminho, (48 x 40 cm) Paris: Biblioteca Nacional de França, manuscritos (latim, 4801 fol.74), retirada a 5 de junho de 2013 em [http://classes.bnf.fr/ebstorf/repere/ind\\_terre.htm](http://classes.bnf.fr/ebstorf/repere/ind_terre.htm).



Ilustração 5- A terra, o oceano e os mares.

Barthélemy l'Anglais, O livro das propriedades das coisas – 1479-1480, Paris: Biblioteca Nacional de França (Fr.9140<sup>f</sup> 226<sup>v</sup>), retirada a 5 de junho de 2013, em <http://classes.bnf.fr/ebstorf/feuille/to/04.htm>.



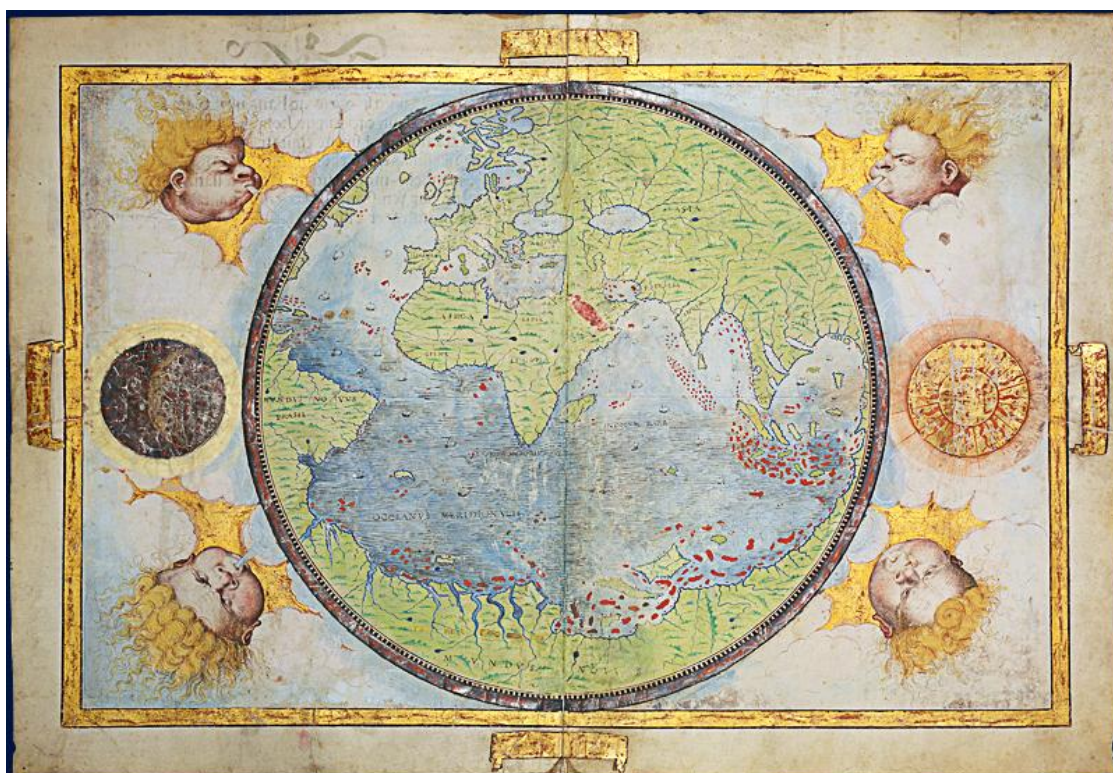


Ilustração 6- Atlas de Lopo Homem (Atlas Miller), 1519.

Representação, sob a forma de mapa mundo circular, do hemisfério correspondente à zona de influência portuguesa, depois do tratado de Tordesilhas. Paris: Biblioteca Nacional de França, départements des cartes et plans CPL GE D- 26179. Retirada a 10 de julho de 2013 em <http://expositions.bnf.fr/marine/albums/miller/index.htm>.

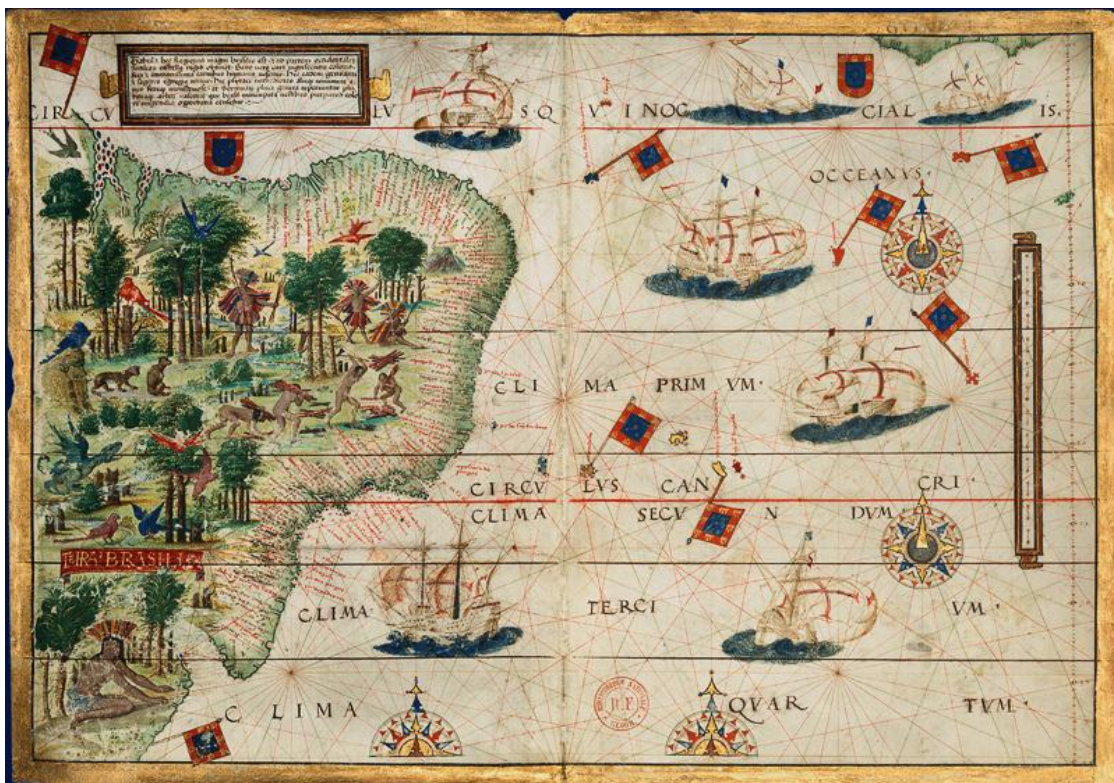


Ilustração 7- Atlas de Lopo Homem (Atlas Miller), 1519.

Pormenor do Brasil onde é visível a representação da fauna e flora brasileira, bem como dos índios brasileiros, com os seus arcs e flechas e ornatos de penas. Paris: Biblioteca Nacional de França, départements des cartes et plans CPL GE D- 26179. Retirada a 10 de julho de 2013 em <http://expositions.bnf.fr/marine/albums/miller/index.htm>.